

Carlos Aurélio Sobrinho

Desenvolvimento sustentável: uma análise a partir do Relatório Brundtland.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Marília

Março de 2008

CARLOS AURÉLIO SOBRINHO

**Desenvolvimento sustentável: uma análise a partir do Relatório
Brundtland**

Comissão Julgadora

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE TÍTULO DE MESTRE

Profº. Dr. Mauro Leonel de Mello Júnior (Orientador)

.....

Profª Dr. Francisco Luis Corsi (Universidade Estadual Paulista)

.....

Profª Drª Rosa Ester Rossini (Universidade de São Paulo)

.....

Drª Mirian Lourenção Simonetti (Universidade Estadual Paulista – Suplente)

.....

Profª Drª Vivian Urquidi (Universidade de São Paulo – Suplente)

.....

Marília, 04 de março de 2008

Aos meus pais, Adelino e Tereza.

AGRADECIMENTOS

Não se faz um trabalho acadêmico individualmente, apesar de que em muitos momentos, necessitamos da solidão para nos permitir ao árduo trabalho da reflexão.

Nesse tempo várias pessoas fizeram parte desse processo de labor intelectual. Algumas omitindo opiniões e pareceres e outras simplesmente ouvindo (essa talvez a atitude mais difícil). Haveria de agradecer muitas pessoas, a começar por várias pessoas da época de graduação, mas tentar enumerar todas, certamente cairia na armadilha do esquecimento. Contudo, algumas pessoas foram de fundamental importância para a dinâmica do trabalho.

Agradeço primeiramente, e em especial, o Prof^o Dr^o Mauro Leonel, que ainda como professor da graduação em 1998, incentivou-me à busca da investigação científica. Agradeço também a todas as correções de cunho intelectual e à orientação, aceita prontamente. Hoje certamente posso considerar-me seu amigo.

Agradeço ao professor Chico Corsi, que aceitou prontamente participar nas duas bancas e com sua competência intelectual ensinou-me os caminhos do saber e da humildade que todo pesquisador deve possuir.

Agradeço também à professora Rosa Ester Rossini que gentilmente aceitou participar da banca e por meio de suas correções ajudou-nos a tornar o trabalho com maior qualidade.

Agradeço imensamente à professora Mirian Claudia Lourenção Simonetti por ter aceitado participar como suplente e, além disso, ter-me corrigido muitas vezes nos caminhos áridos da investigação.

Agradeço também à professora Vivian Urquidi que aceitou prontamente participar da suplência.

Agradeço ao professor José Geraldo Poker que participou da Banca de Qualificação dando suas imensas contribuições para o nosso trabalho, além da co-orientação.

Agradeço à professora Adriana Kieckhofer pela participação na suplência da banca de qualificação e pela leitura atenta e contribuições ao nosso trabalho.

Agradeço a todos os amigos de mestrado e em especial ao Danilo Divardin. Ao Leandro Belini, Rúbia Martins e Taninha (in memoriam) por terem sido os amigos que conjuntamente fizemos as primeiras pesquisas relativas às questões ambientais no Campus de Marília (ainda na graduação há quase uma década).

Agradeço a todas as funcionárias da biblioteca, (em especial à Soninha) pela paciência e auxílio na normatização do trabalho.

Agradeço à companheira Larissa pela revisão gramatical e pelas tantas horas que me suportou ouvindo falar sobre Desenvolvimento Sustentável e tudo acerca do trabalho.

RESUMO

As discussões acerca do desenvolvimento econômico das nações, da degradação e preservação ambiental já não são novas. Desde 1972 na Conferência de Estocolmo a relação desenvolvimento/meio ambiente está na pauta da Organização das Nações Unidas, bem como de seus países membros. Dentro desse contexto, o conceito de Desenvolvimento Sustentável aparece em 1987 a bordo do Relatório Brundtland, como a proposta que teria o papel de sanar todos os efeitos colaterais do desenvolvimento econômico ao meio ambiente. As discussões acerca do desenvolvimento sustentável, presentes em nosso trabalho, tenta desmistificar um pouco da aura que tal conceito possui, já que vários setores da sociedade (mídia, empresários, governos, cientistas) abraçaram a causa da proteção ambiental visando o Desenvolvimento Sustentável, mas não elaboraram as devidas críticas sobre os reais atores da degradação ambiental. A partir da definição do conceito, utilizamos idéias-chave como progresso e desenvolvimento bem como de necessidades humanas para estabelecermos uma conexão lógica entre o sistema econômico no qual nossa sociedade está inserida, e a degradação ambiental, tendo em vista que a sociedade de caráter industrial na qual vivemos criou uma lógica de geração de necessidades e consumo no qual somente estas podem fazer com que haja desenvolvimento econômico perpétuo no atual modelo.

Palavras-chave: progresso; desenvolvimento; desenvolvimento sustentável; necessidades humanas, consumo.

ABSTRACT

The discussions about the nation's economic development, the environment degradation and preservation are not new. Since 1972, at the Stockholm Conference, the relation development/environment is under discussion at United Nations (UN), also at their member countries. In that context, the concept sustainable development appears in 1987 at the Brundtland Report as the proposal that will heal all the environment damages caused by the economic development. Our questions about the sustainable development wants to disprove the myth that it is the solution to the ecological disasters, because several sectors of society (as media, businessmen, government, scientists) are committed to the green cause without considering the real agents of the environment degradation. Therefore, considering the definition of sustainable development from the Brundtland Report, we use key ideas like progress, development and human needs to establish a logic connection between the economic system of our society and the environmental degradation. We are based on the perception that our industry society created a logic of generate needs focusing on consumption, in a way that only these needs can make the economic development exist.

Key words: progress; development; sustainable development; human needs; consumption

SUMÁRIO

Introdução: Progresso e Desenvolvimento.....	9
CAPÍTULO 1 – Definição etimológica e filosófica da idéia de progresso e desenvolvimento.....	17
1.1.1 Levantamento histórico do ideal de progresso: os adeptos.....	20
1.1.2 Críticas à idéia de progresso.....	27
1.2 Sobre a idéia de desenvolvimento.....	31
1.2.1 Idéias de desenvolvimento.....	32
1.2.2 O século XIX e as vertentes da idéia de desenvolvimento.....	35
1.2.3 A Idéia de desenvolvimento: dos clássicos a Celso Furtado	37
CAPÍTULO 2 – Necessidades: a criação cultural do consumo.....	50
2.1 O que são necessidades humanas?.....	51
2.2 A visão marxiana de necessidades.....	55
2.3 A visão de necessidade em Agnes Heller.....	58
2.4 A visão marcusiana sobre as necessidades.....	67
2.5 A formação das necessidades na sociedade e na cultura de consumo.....	70
CAPÍTULO 3 - O desenvolvimento sustentável: Análise do Relatório Brundtland	86
3.1 Parte I - Sobre o conceito de desenvolvimento sustentável.....	90
3.2 Apreciando as partes do Relatório Brundtland.....	90
3.2.1 A pobreza e o desenfreado crescimento populacional	90
3.2.2 Parte II - Lutando contra o gigante: desafios comuns.....	95
3.2.2.1 População e recursos humanos.....	95
3.2.2.2 Segurança alimentar.....	98
3.2.2.3 Espécies e ecossistemas.....	105
3.2.2.4 Energia: opções para o meio ambiente e o desenvolvimento.....	110
3.2.2.5 Indústria: com menos, produzir mais.....	114
3.2.2.6 O Desafio urbano.....	118
3.3 PARTE III – Esforços comuns.....	125
3.3.1. Oceanos: o equilíbrio da vida.....	127

3.3.2 O Espaço: questão chave da administração planetária	130
3.3.3 A Antártida: buscando a cooperação global.....	131
3.4 Paz, segurança, desenvolvimento e meio ambiente.....	131
Capítulo 4 – Limites do Desenvolvimento Sustentável.....	134
Considerações Finais.....	144
Referências.....	147
Anexo A Tratado dos modelos econômicos alternativos.....	152
Anexo B Tratado sobre consumo e estilo de vida	156
Anexo C Sobre a pobreza.....	161
Anexo D Tratado de segurança alimentar.....	164
Anexo E Tratado sobre as florestas.....	165
Anexo F Tratado sobre os cerrados	170
Anexo G Tratado sobre as zonas áridas e semi-áridas.....	172
Anexo H Tratado sobre energia.....	176
Anexo I Acidentes nucleares desde 1957.....	178
Anexo J Tratado da questão nuclear.....	180
Anexo L Tratado sobre a questão urbana.....	183
Anexo M Tratado sobre os oceanos.....	187
Anexo N Tratado para a minimização das alterações físicas dos ecossistemas marinhos.....	190
Anexo O Tratado sobre o militarismo, meio ambiente e desenvolvimento.....	193

1. Introdução: progresso e desenvolvimento

Pensar criticamente a questão ambiental nos dias de hoje – o que claramente vem ocorrendo oficialmente desde 1972 com a Conferência de Estocolmo – se faz necessário. Aquecimento global, produção excessiva de resíduos sólidos e líquidos, desmatamento desmedido, poluição das águas, entre outros, são, hoje, graves problemas que qualquer grupo social, seja comunitário, seja político, econômico ou financeiro, deve colocar como de fundamental importância em suas agendas.

Atualmente, os dados de qualquer fórum internacional – como os do recém publicado na França no início de fevereiro (2007) por mais de 2500 cientistas - mostram que os problemas ambientais já ultrapassaram a esfera do grave. Aumento dos níveis dos mares e oceanos, derretimento das geleiras e desertificação dos solos são apenas algumas das consequências que iremos enfrentar nos próximos 100 anos.

Contudo discutir seriamente a questão ambiental, sem paixões ou ideologias, é muitas vezes difícil e um problema para qualquer um que queira fazê-lo. Se, por um lado, há ambientalistas que se aventuram com barcos infláveis à frente de enormes navios baleeiros e escalam a Torre Eiffel ou Cristo Redentor para protestar contra os desastres ambientais, há também cientistas que simplesmente afirmam que o ambiente natural não está em risco, como é o caso de Bjorn Lomborg que, em sua obra *O Ambientalista cético* (2002) contesta de forma veemente os chamados problemas ambientais.

Para uma suposta defesa ambiental, desde 1987, após a publicação do Relatório Brundtland, o mundo – pelo menos a parte ocidental – viu nascer uma possibilidade de crescimento/desenvolvimento que conseguiria proteger o meio ambiente. A idéia em questão é o conceito de desenvolvimento sustentável que, já depois de 20 anos, virou lugar-comum em qualquer discussão sobre a defesa do meio ambiente.

A questão ambiental, portanto, não é algo novo. A partir da segunda metade da década de 1960 as discussões sobre a situação ambiental do planeta começavam a emergir nos meios acadêmicos. Entretanto, foi em 1972, em Estocolmo, que ocorreu a

primeira conferência preparada pelas Nações Unidas para debater temas pertinentes à degradação ambiental. Neste mesmo ano, um grupo de pesquisadores liderados por Dennis Meadows publicou o estudo *Limites do Crescimento*, conhecido com a publicação do Clube de Roma (BRÜSEKE, 1998).

Para alguns autores, – como o Prêmio Nobel de Economia Robert Solow, as previsões do Clube de Roma eram demasiados catastrofistas, já que estas apontavam para o seguinte quadro: a) se as atuais taxas de crescimento da população mundial continuassem nos ritmos de 1972, os limites do planeta seriam alcançados dentro de um século; b) era possível modificar as tendências de crescimento, e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica, com condições de manter-se até um futuro remoto; c) se a população mundial decidisse empenhar-se em obter os resultados da segunda premissa, não haveria necessidade de lutar pelo primeiro (BRÜSEKE, 1998).

Estas primeiras reflexões oficiais, tanto do Clube de Roma, quanto da Conferência de Estocolmo, foram as dissimuladoras da questão ambiental global. Em 1973, Maurice Strong formulou um conceito para caracterizar uma concepção alternativa de política de desenvolvimento: o ecodesenvolvimento. Tempos depois, Ignacy Sachs formulou os princípios básicos dessa nova visão de desenvolvimento. São eles: “a) satisfação das necessidades básicas; b) solidariedade entre as gerações futuras; c) participação da população envolvida; d) preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito com as outras culturas, f) programas de educação” (BRÜSEKE, 1998, p.31)

Em 1974, a ONU, através da Conferência sobre Comércio de Desenvolvimento (UNCTAD) produziu a Declaração de Cocoyok. Nesta, as análises partiam dos seguintes pressupostos: “a) a explosão populacional tem como uma das suas causas a falta de recursos de qualquer tipo; pobreza gera o desequilíbrio demográfico; b) a destruição ambiental na África, Ásia e América Latina é também o resultado da pobreza que leva a população carente à superutilização do solo e dos recursos vegetais; c) os países industrializados contribuem para os problemas do subdesenvolvimento por causa do seu nível exagerado de consumo. Não existe somente um mínimo de recursos necessários para o bem-estar do indivíduo; existe também um máximo. Os países industrializados têm que baixar seu consumo e sua participação desproporcional na poluição da biosfera”. (BRÜSEKE, 1998, p.32)

Observa-se que pela primeira vez, uma conferência internacional propõe um piso e um teto de consumo para que todos os habitantes possam ter uma vida digna.

Em 1975, a Fundação Dag-Hammarskjöld, em seu relatório final, apresentou posições aprofundadas em relação à Declaração de Cocoyk. Segundo esta, o “sistema colonial concentrou os solos mais aptos para a agricultura na mão de uma minoria social e dos colonizadores europeus. Grandes massas da população original foram expulsas e marginalizadas, sendo forçadas a usar solos menos apropriados. Isso levou na África do Sul no Marrocos e em inúmeros outros lugares à devastação de paisagens inteiras” (BRÜSEKE, 1998). Tanto o Relatório Dag-Hammarskjöld, quanto a Declaração de Cocoyk, são radicais ao afirmar que é necessário mudanças nas estruturas de propriedade do campo, esboçando o controle dos produtores sobre os meios de produção.

Em 1982, a pedido da Assembléia Geral da ONU, uma nova comissão foi criada para refletir sobre os problemas ambientais: a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Durante cinco anos, a comissão realizou seus trabalhos e em 1987 apresentou o Relatório Brundtland – ou *Nosso Futuro Comum*. Este relatório, a partir do conceito de desenvolvimento sustentável, estabeleceu “novas formas” de encarar o desenvolvimento econômico. Para a comissão, os países deveriam encara-lo com preservação ambiental. Para isso, definiu que o desenvolvimento sustentável seria aquele que satisfizesse as necessidades das gerações presentes, sem entretanto condenar as necessidades das gerações futuras.

Neste sentido, observamos que o debate sobre as questões ambientais, sobre a ação do homem no ambiente natural, não é recente, porém, é extremamente atual e pertinente. Sendo assim, nosso trabalho tem como objetivo analisar a problemática ambiental a partir do conceito de desenvolvimento sustentável.

A partir da publicação do Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas (IPCC)¹ no início de 2007, explorou-se de forma contundente, pela mídia global, a busca de possíveis soluções para os problemas ambientais em nível local, nacional e internacional é de extrema urgência.

Contudo, elaborar um estudo atual sobre o tema do desenvolvimento sustentável com o intuito de evidenciar seus limites, parece ir contra as tendências do discurso oficial e dominante, já que tal discurso recebe o aval de muitos cientistas, dos governos

¹ Intergovernmental Panel on Climate Change

da mídia e, portanto, do senso comum. Neste âmbito, nosso trabalho, é mais uma contribuição, entre tantas outras, que tenta mostrar os limites e até mesmo as falhas do conceito de desenvolvimento sustentável. No entanto, mesmo não sendo inovador, o que não é nossa pretensão, tentamos desconstruir o conceito, a partir da sua própria definição.

Como dissemos anteriormente, o Relatório Brundtland (1987) define o desenvolvimento sustentável como aquele que “satisfaz as necessidades da atual geração sem, contudo, prejudicar as necessidades das gerações futuras”. Dessa forma, nossa intenção é demonstrar que o desenvolvimento sustentável está fundamentado em uma premissa da modernidade. Esta premissa é a de que, uma sociedade para ser qualificada de evoluída deve calcar suas bases sobre duas idéias: a do progresso e a do desenvolvimento econômico.

Neste sentido, partiremos da concepção de modernidade, já que a problemática ambiental pode ser evidentemente enunciada como uma questão fundamentalmente desta. Entender tal problemática numa perspectiva da modernidade é, sem dúvida, abrir a caixa-preta de um estilo de sociedade.

Para Giddens (1991), a modernidade, numa primeira aproximação, pode ser enunciada como “o estilo, o costume de vida ou a organização social que emergiram na Europa a partir do século XVIII e que ulteriormente, se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Entretanto, ao findar o século XX, uma profusão de conceitos surgem para afirmar que estamos num limiar de transição. Conceitos múltiplos como ‘sociedade da informação’, ‘sociedade de consumo’, propugnam tal momento”.

O debate ambiental, portanto, insere-se nesse momento histórico de possível transição. Os estilos de vida criados pela modernidade, até o momento presente, não poderão se repetir durante o século XXI, caso queiramos deixar às futuras gerações possibilidades de vida razoavelmente dignas.

Giddens (1991) afirma que os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilham de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira sem precedentes.

No bojo da modernidade, está um severo sistema de racionalização dos sistemas políticos, econômicos e sociais. As revoluções industrial e francesa são os marcos fundantes de tal período. Rompeu-se, não definitivamente, com o tradicional e, a partir da razão ocidental, propôs-se o novo. O despotismo esclarecido dos reis e a autoridade

do clero foram minadas pela possibilidade da ascensão daqueles excluídos do quadro social vigente até meados do século XVIII. Touraine (2002) afirma que a idéia de modernidade substituiu, no centro da sociedade, Deus, pela ciência, deixando as crenças religiosas para a vida privada.

Nesse sentido, Giddens (1991) aponta que:

A modernidade, como qualquer um que vive no final do século XX pode ver, é um fenômeno de dois gumes. O desenvolvimento das Instituições Sociais Modernas e sua difusão em escala mundial, criaram oportunidades bem maiores para que os seres humanos gozem de uma existência segura e gratificante, que qualquer tipo de sistema pré-moderno. Mas a modernidade tem também um lado sombrio, que se tornou muito aparente no século atual.

Assim o ‘lado da oportunidade’ da modernidade foi mais fortemente enfatizada pelos fundadores clássicos da sociologia” (p. 16/7)

Para Giddens, tanto Marx, quanto Durkheim, enxergavam a era moderna como turbulenta. Mas ambos acreditavam que as possibilidades benéficas abertas por era superavam suas características negativas. Apenas Weber era o mais pessimista. Este via o mundo moderno como paradoxal, onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia, que esmagava a criatividade e a autonomia individual. Entretanto, os três autores viram que o trabalho industrial moderno tinha conseqüências degradantes, submetendo muitos seres humanos à disciplina de um labor maçante e repetitivo. Mas nenhum chegou a prever que o desenvolvimento das ‘forças de produção’ teria um potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente material (p. 17).

A partir dessa visão, a problemática ambiental – em suas diversas variáveis de degradação, insere-se nesse lado sombrio da modernidade.

A modernidade criou uma forma de sociedade – a do tipo industrial – que, como afirma Marcuse (1967), é irracional como um todo. Sua produtividade é destruidora do livre desenvolvimento das necessidades e faculdades humanas; sua paz armada mantida sob constante ameaça de guerra; e seu crescimento depende da repressão das possibilidades reais de amenizar a luta pela existência.

Nesse sentido, estabelecer o debate ambiental a partir da desconstrução do conceito de desenvolvimento sustentável e este a partir das idéias de progresso, desenvolvimento e necessidades humanas se faz necessário, tendo em vista a ampla

subjetividade de tais idéias.

O pensamento progressista - e em especial o desenvolvimentista - estão na base da idéia de modernidade. A ampliação desses ideais só foi possível porque também estão na base estrutural da racionalidade capitalista.

A racionalidade da sociedade industrial capitalista – a dominação da natureza e do homem por ele mesmo – se deu por meio do progresso técnico e científico. Segundo Marcuse (1967) afirma: “os limites dessa racionalidade e sua força sinistra aparecem na escravidão progressista do homem por um aparato produtor que perpetua a luta pela existência, estendendo-o a uma luta total internacional que arruína a vida dos que constroem e usam esse aparato (p. 142).

A racionalidade da modernidade é ambígua – ou como afirmou Giddens é um fenômeno de dois gumes. Ao mesmo tempo em que constrói, destrói. Afirma Marcuse (1967) “nascemos e morremos racional e produtivamente. Sabemos que a destruição é o preço do progresso, como a morte é o preço da vida, que a renuncia para a satisfação e o prazer, que os negócios devem prosseguir e que as alternativas são utópicas. Essa ideologia pertence ao aparato social estabelecido; é um requisito para o funcionamento contínuo de sua racionalidade” (p. 143).

Para Leff (2002) o processo civilizatório da modernidade fundou-se em princípios de racionalidade econômica e instrumental que moldaram as diversas esferas do corpo social: os padrões tecnológicos, os aparelhos ideológicos do Estado, as práticas de produção e a organização burocráticas. (p. 133).

Essa racionalidade econômica, indicada por Leff, tem como base ideológica a idéia de progresso fortemente difundida no século XIX pelos países industrializados. Progredir e desenvolver foram, e ainda são, os fundamentos da civilização industrial.

O discurso progressista/desenvolvimentista da sociedade industrial tornou-se possível devido à racionalidade do sistema industrial capitalista, Isto significa que a criação da idéia de necessidades humanas está na raíze da organização do sistema. Pensar a questão ambiental a partir da modernidade, portanto, é de fundamental importância já que a primeira é consequência da segunda. A modernidade em sua estreita vinculação com a racionalização, trouxe com ela, a degradação ambiental não só no ocidente, mas em todo o globo.

O universalismo da modernidade impôs ao planeta como um todo, as formas e os padrões de vida do mundo ocidental. A degradação ambiental é fruto de uma racionalização da civilização ocidental/industrial - que agora também abarca grande

parte do oriente. É um fato de elevada e complexa racionalidade nesta sociedade industrial é o de produzir necessidades, tendo em vista que o motor do progresso e do desenvolvimento sempre foi pautado na utópica visão de que as necessidades humanas podem ser supridas em sua totalidade. É neste contexto que se afirma que a criação de necessidades dentro do sistema industrial sempre foi o fundamento para seu eterno movimento. Logo, se a racionalidade do sistema industrial parte do princípio de que para seu contínuo desenvolvimento é necessário que mentes e músculos humanos participem como consumidores – ou hiper-consumidores, de acordo com Lipovetsky (2007) – entender a produção de necessidades é fator preponderante para a desconstrução da definição de desenvolvimento sustentável, visto que esta se fundamenta na idéia de necessidades das atuais gerações e necessidades das gerações futuras.

Touraine (2002, p. 18) afirma que a “modernidade é a difusão dos produtos da atividade racional, científica, tecnológica e administrativa. Por isso, ela implica a crescente diferenciação dos diversos setores da vida social. Neste sentido, a idéia de modernidade está, portanto, estreitamente associada à de racionalização, e portanto, renunciar a uma é rejeitar a outra”.

Assim, nosso trabalho está dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo apresentamos as idéias de progresso e desenvolvimento. Estudar tais idéias se faz necessário, pois para investigarmos o desenvolvimento sustentável do ponto de vista modernidade, é de fundamental importância iniciarmos tal investigação pelos conceitos que, supostamente, fundam o nosso objeto de pesquisa. Neste capítulo, fazemos um levantamento histórico de tais conceitos. Dos gregos aos contemporâneos, mostramos que tais idéias não são novas no discurso ocidental.

No segundo capítulo, fazemos um estudo sobre a concepção de necessidades. Abordamos tal conceito à luz do pensamento de autores como Marx, Agnes Heller e Marcuse, além de outros estudiosos que se debruçaram em sua investigação. Analisamos, também a produção das necessidades na sociedade de consumo, já que, partindo da definição do Relatório Brundtland sobre o que é o desenvolvimento sustentável - e que nesta traz a definição de que o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer as gerações futuras - foi fundamental que compreendêssemos a geração das necessidades também no escopo da sociedade de consumo. Estudar essa idéia, tal como estudar as idéias de progresso e desenvolvimento, foi fundamental para que

pudéssemos compreender metodologicamente a estrutura do nosso objeto de pesquisa.

No terceiro capítulo fazemos um estudo sobre o Relatório Brundtland (1987). Este estudo foi necessário porque é neste relatório, que o conceito de desenvolvimento Sustentável foi colocado para a sociedade ocidental, além da importância de compreendermos a natureza do discurso daqueles que o produziram.

No quarto capítulo tentamos evidenciar as deficiências do conceito e da idéia de desenvolvimento sustentável por meio de pensadores que já se debruçaram sobre tal problemática.

1 DEFINIÇÃO ETIMOLÓGICA E FILOSÓFICA DA IDÉIA DE PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo, apresentaremos algumas vertentes da concepção de progresso ao longo da história humana, a partir de alguns autores por nós selecionados. Iniciaremos pelas definições dadas por dicionários de distintas áreas, para em seguida nos aprofundarmos na concepção histórica de progresso.

Analisar a idéia de progresso no contexto geral se faz necessário, visto que tal idéia sempre esteve presente no gosto do senso comum e também na ideologia da sociedade industrial. As crises ambientais do último quarto de século com as quais hoje continuamos a nos deparar e sendo assim, precisamos nos debruçar entendê-las - ao nosso ver - possuem raízes fortíssimas na concepção de progresso industrial e civilizacional.

Segundo o Dicionário de Ciências Sociais (FGV, 1986, p. 995), a idéia de progresso incorporou-se à civilização moderna ocidental e constituiu uma de suas peças mestras. Assim, em sua acepção comum, progresso indica qualquer movimento no sentido de uma perfeição desejada e se prende, portanto, a valores éticos previamente definidos. Dessa forma, este conceito designa um processo histórico de aperfeiçoamento geral, necessário e irreversível das sociedades e, como tal, representou poderosa ideologia nos tempos modernos, inspirando vários movimentos sociais e correntes de pensamento.

Nesse sentido, a definição de progresso, segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1995, p. 531) é:

1. Ato ou efeito de progredir; progredimento, progressão.
2. Movimento ou marcha para adiante; avanço.
3. O conjunto das mudanças ocorridas no curso do tempo; evolução.
4. Desenvolvimento ou alteração em sentido favorável; avanço, melhoria.
5. Acumulação de aquisições materiais e de conhecimentos objetivos capazes de transformar a vida social e de conferir-lhe maior significação e alcance no contexto da experiência humana; civilização, desenvolvimento.

Observa-se que a definição dada pelo dicionarista está impregnada do pensamento e ideologia positivistas que dominou os séculos XIX e XX. É exatamente nesse contexto histórico do século XIX, no bojo do pensamento romântico burguês, que a idéia de progresso, e suas diversas matizes, foi gestada. Observa-se também na citação, que o progresso sempre tem como retorno algo positivo. Nada há de ruim ou mal para a civilização que tem o progresso como objetivo a ser perseguido e conquistado. Nota-se que, nas duas definições citadas, está intrínseca a idéia de melhoria constante, seja ela material e ou espiritual.

Fato a ser notado no final da citação do Dicionário Aurélio é que a idéia de civilização também está colocada como sinônimo de progresso. Isso mostra que para nós, da dita “sociedade civilizada”, o progresso é conquistado todas as vezes que acumulamos, avançamos, desenvolvemos ou evoluímos nos diversos aspectos que regem a nossa dinâmica social e econômica. Taís ações nos concedem uma superioridade em qualquer nível, perante qualquer outra sociedade que não seja considerada civilizada. Segundo a definição, somos “melhores” que as sociedades tribais, já que conquistamos bens materiais, acumulamos conhecimento, e fazemos deste conhecimento ferramenta para melhorar a vida em sociedade.

Abbagnano, (1998, p. 799), em seu Dicionário de Filosofia, explicita o conceito de progresso afirmando que:

[...] esse termo designa duas coisas: 1ª uma série qualquer de eventos que se desenvolvem em sentido desejável; 2ª a crença de que os acontecimentos históricos desenvolveram-se no sentido desejável, realizando um aperfeiçoamento crescente. No primeiro sentido, fala-se, p. ex, do ‘progresso da química’ ou do ‘progresso da técnica’; no segundo sentido, dizemos apenas ‘o Progresso’. Neste segundo sentido, a palavra designa não somente um balanço da história passada, mas também uma profecia para o futuro.

Entende-se, também, que a definição dada por Abbagnano, assim como a de Aurélio, traz em seu contexto uma idéia de que progresso é algo que confere à civilização somente algo positivo, bom.

A idéia expressa por Abbagnano dizendo que o “progresso é não somente um balanço da história passada, mas também uma profecia para o futuro” remete-nos a um entendimento de que o progresso não se encerra em si mesmo. Percebe-se, assim, que o

progresso nunca acaba, pois, sempre estaremos infinitamente buscando como meta futura algo “melhor” para a sociedade e para os indivíduos.

Segundo o Dicionário de Economia (ABRIL CULTURAL, 1985, p. 353), o progresso é definido como:

Uma visão normativa marcada pela ideologia das mudanças sociais, com a passagem obrigatória e irreversível, de formas elementares à forma de organização cada vez mais complexa. É um processo de mudança que seria impulsionado pelo desenvolvimento tecnológico e conduziria, entre outros aspectos, ao crescimento da riqueza socialmente produzida e à sua distribuição mais eqüitativa entre os indivíduos.

Ainda segundo este dicionário, a idéia de progresso ampliou-se e assumiu uma perspectiva histórico-social no século XVIII com o Iluminismo. Os filósofos europeus, em especial os franceses, proclamaram sua fé na perfectibilidade do gênero humano e de suas instituições - e conseqüentemente, seu embasamento no império da razão. O progresso, então, estava calcado na apreensão do conhecimento possibilitado pela ciência e pela técnica (p. 353)

Este conceito de progresso sobreviveu, sob novos aspectos, no pensamento econômico, histórico e sociológico do século XIX, dessa vez tomando como referencial as estruturas geradas pela Revolução Industrial. No positivismo de Comte, o progresso resultaria de um processo contínuo de mudanças, em que não deveriam ocorrer rupturas nem conflitos. Seria uma mudança social orientada, planejada e obtida por meio da educação generalizada.

Para a tradição marxista, ainda de acordo com o Dicionário de Economia (1985), progresso corresponde ao grau de domínio do homem sobre a natureza, o que é determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, cujas transformações constantes determinam, por sua vez, a sucessão dos modos de produção. Assim, o modo de produção capitalista representou um progresso considerável em relação ao modo de produção feudal, pois revolucionou as forças produtivas, ampliou a divisão social do trabalho e a produtividade, quebrou os particularismos feudais e libertou o servo da gleba. Contudo, para Marx, o progresso humano mais amplo, harmonioso e solidário, identifica-se com o fim do capitalismo e o advento da sociedade de classes.

Não é mero acaso que, em dicionários de quatro áreas distintas (da Língua Portuguesa, de Filosofia, e de Economia), encontramos definições estruturais

semelhantes. Isso se explica pelo fato de os séculos XIX e XX terem sido palco do desenvolvimento de uma civilização em busca de uma melhoria de vida, de um acúmulo de bens materiais e intelectuais e de um aperfeiçoamento crescente destes. Fica claro, a partir das definições aqui expostas, que o progresso é considerado algo bom e imprescindível para a sociedade, um ato de conquista humana. Porém, em momento algum se questiona os aspectos negativos de tal conquista, aspectos estes que são a causa dos grandes problemas ambientais com os quais nos deparamos hoje. É nítido então, o aspecto contraditório que há no conceito de progresso. Diante desta constatação, e sabendo que a proposição acerca do que venha a ser progresso situa-se no campo do embate ideológico, propomos um levantamento histórico das diversas concepções de progresso.

1.1.1 LEVANTAMENTO HISTÓRICO DO IDEAL DE PROGRESSO: OS ADEPTOS

A idéia de Progresso sempre esteve em pauta nos sistemas filosóficos desde a Grécia Antiga. Dos primeiros pensadores ocidentais (séculos VI e V a.C) aos contemporâneos, a idéia de progresso “fascinou” as mais diversas correntes de pensamento.

Para os pré-socráticos, a idéia de progresso (passado, presente e futuro) já se relacionava com uma tentativa de aprimoramento de estágios sucessivos, daquilo que é pior no passado, para o melhor no presente e no futuro. Xenófanes, no séc. VI a.C assim afirma: “os deuses não revelaram ao homem todas as coisas do começo, mas os homens, através de sua própria busca, encontram, no decurso do tempo, aquilo que é melhor” (NISBET, 1985, p. 24). Assim, podemos entender que, pela primeira vez, uma idéia de progresso foi emitida por um pensador².

² Contudo Abbagnano afirma que costuma-se atribuir a primeira, enunciação da noção de Progresso a Francis Bacon, que em sua obra *Novum Organum* (1620) diz: “por antiguidade deveria entender-se a velhice do mundo, que deve ser atribuída aos nossos tempos e não à juventude do mundo, aos antigos. Do mesmo modo como do homem idoso podemos esperar um conhecimento muito maior das coisas humanas e um juízo mais maduro do que o de um jovem, graças à experiência e ao grande número de coisas que viu, ouviu e pensou, também da nossa era seria justo esperarmos muito mais coisas que dos tempos antigos, pois esta é a maioria do mundo, em que está enriquecido por inúmeras experimentações e observações (Novum Organum I,84) (p.799)

No século XVII houve uma segunda tentativa de estruturação da idéia de progresso. Nesse momento criou-se uma disputa entre Antigos e Modernos. Quem seria superior? Alessandro Tassoni em sua obra ‘Pensieri diversi’ (1620) versou substancialmente sobre o conceito da história como progresso. A noção

Protágoras, no século V a.C, também estabeleceu sua concepção de progresso afirmando que a história do homem tinha sido e sempre seria uma história progressiva. Assim no período clássico grego, surge a idéia de que a idade de ouro passada (visto por Hesíodo) foi substituída pela concepção de que o estado primitivo do homem era bruto e desordenado. Dessa forma, verificamos que em todo o período clássico greco-romano e em quase todas as correntes filosóficas surge a concepção de progresso na história³.

Com o surgimento do cristianismo⁴, segundo Nisbet (1985, p. 60), a idéia de progresso – fusão das concepções grega e judia - também é tomada como fundamento das histórias particulares dos indivíduos e da Igreja de Cristo. Para o apóstolo Paulo, a história particular de cada indivíduo estava relacionada a um fim que poderia ser bom ou mal, ou seja, o resultado final seria a somatória de uma progressão constante de ações boas ou más (caso fosse boa, o indivíduo alcança o céu, caso contrário, o inferno). Já a idéia de progresso em relação à Igreja, segundo o apóstolo, é que o crescimento desta se comparava ao crescimento de um ser humano (ou seja, natural e necessário), até alcançar a sua maturidade que seria sua abrangência universal, e atingir a perfeição divina.⁵

O desenvolvimento da idéia de progresso não irá cessar em período algum na história ocidental. No período medieval também a idéia de progresso aparecerá. Para os medievais, o presente e o futuro são resultantes de um acúmulo de cultura, a fé numa idade de ouro (como os gregos clássicos concebiam), de moralidade e de espiritualidade desde, um passado remoto, a um futuro distante.

Portanto, observa-se, até o momento, que o papel da História possui em seu interior a idéia de progresso. Nas concepções citadas, o acúmulo de fatos, conhecimentos, moralidade, sociabilidade, é de fundamental importância para que se alcance o progresso humano. Para o pensamento greco-romano e cristão-medieval, Nisbet afirma:

de progresso, aliás, origina-se precisamente dessa polêmica e, em particular, do ‘Diálogo dos mortos’ (1683) de Fontenelle. (Abbagnano 1998, p. 62).

³ Para saber mais sobre a História do Progresso no pensamento clássico greco-romano, ver capítulo 1 da obra de Robert Nisbet (1985). Nesta o autor faz um levantamento pormenorizado da idéia de progresso, passando dos pré-socráticos, - Sócrates, Tucídides, Platão, Aristóteles, (pensamento grego) - aos romanos como Lucrécio e Sêneca. Neste momento o que nos interessa é entender que o ideal de progresso desde os primórdios do pensamento ocidental, já estava colocado como fundamento da história.

⁴ Segundo o Dicionário de Ciências Sociais, foi com o Cristianismo que se abriu ao homem uma perspectiva de aperfeiçoamento espiritual que passou a impregnar toda atividade moral e intelectual.

⁵ Para ver mais sobre a idéia de progresso no pensamento cristão ver capítulo 2 da obra de R. Nisbet (1985).

[...]o respeito e aceitação do passado é absolutamente vital para a idéia de progresso; sem um passado, concebido como descendo em substância cultural assim como o tempo até o presente, não é possível qualquer princípio de desenvolvimento, ou etapas emergindo uma da outra, ou numa projeção linear dirigida ao futuro (NISBET, 1985, p. 114)

Neste contexto, de respeito e aceitação do passado, Nisbet (1985), declara que os pensadores do Renascimento não cogitavam qualquer respeito pelo passado, isto significa, por todo o passado, já que implicaria num respeito pela Idade Média, o que seria impossível, dado que para os humanistas:

[...] os gregos criaram a civilização; os romanos a fizeram prosperar. Depois veio a queda de Roma, causada pelos bárbaros surgidos das florestas germânicas e pelos cristãos em Roma. Após isso vieram (segundo os humanistas) mil anos de abandono, esterilidade, estiagem e até uma imensa floresta de ignorância supersticiosa e de obsessão com a vida depois da morte, acompanhada por uma tirania eclesiástica sem trégua. Nos séculos XV e XVI foi um momento em que estavam (os humanistas) recriando a civilização, ao descartarem todos os produtos do medievo ao se concentrarem nos trabalhos do mundo clássico (p. 115).

Dessa forma, é por conta deste posicionamento crítico dos humanistas em relação ao período medieval que no Renascimento, segundo Nisbet, não se encontra a idéia de progresso, visto que houve uma ruptura completa daquilo que todos os pensadores anteriores a eles acreditavam, isto é, que o presente é a somatória de fatores e eventos passados que conduzem necessariamente ao que é bom. Para os renascentistas, o medievo não foi a somatória daquilo que os gregos e romanos construíram, e sim a própria decadência. Verificamos assim, a primeira grande crítica à idéia de Progresso, e que só será acompanhada no século XVIII, por Rousseau, e pelos contemporâneos da Escola de Frankfurt.

No contexto dos renascentistas, um nome que será completamente contra a idéia de progresso, é o de Nicolau Maquiavel (1469 – 1527). Para Nisbet (1985, p. 117-118), Maquiavel não aceitava qualquer crença num progresso da humanidade, a longo termo, que fosse irreversível, visto que para ele os homens estão mais inclinados para o mal de que para o bem, e o resultado disto é uma oscilação constante na história entre o bem e

o mal, sendo que o mal predomina por períodos de tempo mais prolongados. Portanto, tornava-se impossível para Maquiavel, e os demais renascentistas acreditarem piamente numa noção de progresso linear contida na História, até então já que, como os gregos, ele via nela movimentos altos e baixos e retornos cíclicos constantes - o que voltaria a acontecer nos séculos seguintes.

Já no século XVII, com o surgimento do espírito da Reforma Protestante, a idéia de Progresso linear contida na História é recuperado pela renovação da fé cristã em pensadores como Jacques Bousset (católico), em sua obra *Discurso da História Universal*; ou nos diversos livros e tratados escritos pelos puritanos.

Jean Bodin (1530-1596) talvez tenha sido o primeiro pensador do período moderno a levantar a bandeira do progresso visto como algo inexorável na sociedade humana. Segundo Nisbet (1985, p. 130), Bodin oferece-nos uma visão panorâmica sobre a origem e o desenvolvimento da sociedade humana. Vê o progresso – que, ao se desenrolar, se desenvolve e avança – e não o regresso ou a degeneração como característica essencial da condição humana, desde suas origens primitivas.

Assim em toda a história moderna (à exceção de Rousseau, como já dissemos) a idéia de Progresso será balizada por uma visão de que ele é a somatória constante de eventos e conhecimentos dos períodos anteriores (menos evoluídos) passando sempre ao período presente até um futuro indubitavelmente melhor.

É neste âmbito que a idéia de progresso triunfará durante os séculos XVIII e XIX. Para muitos, a Revolução Industrial foi o coroamento do progresso humano.

Nesse sentido, no século XVIII, Voltaire, Turgot e Condorcet observavam a noção de progresso dentro da concepção de evolução da história. Segundo Condorcet, a humanidade avança de uma época bárbara e mística para outra civilizada e esclarecida, em melhoramentos contínuos e, em princípio, infundáveis - sendo essa marcha o que explicaria a marcha da História. Verificamos assim que os pensadores do século XVIII não se distanciaram muito de suas noções de progresso em relação aos pensadores da tradição greco-romana e cristã-medieval.

Para Nisbet (1985, p.181) foi durante o período de 1750 a 1900 que a idéia de progresso atingiu seu ápice no Ocidente e que se transformou em uma idéia dominante apesar de conviver com os princípios de liberdade, igualdade, fraternidade e soberania popular trazidas pela Revolução Francesa. Afirma o autor em outro momento:

[...]Nos séculos XVIII e XIX eram numerosos os historiadores, cientistas, filósofos e intelectuais em geral que consideraram sagrada a “liberdade”. Para muitos desses homens parecia inevitável que a finalidade ou o objetivo final do progresso fosse um constante avanço da liberdade individual no mundo, liberdade esta que se tornaria cada vez mais abrangente. A realidade do progresso era atestada pelas conquistas do conhecimento humano e pelo domínio do homem sobre o mundo natural; entretanto, essas vitórias só seriam possíveis quando se removessem todas as barreiras à liberdade do indivíduo de pensar, trabalhar e criar. Assim, a prova do progresso era o grau de liberdade de um povo ou de uma nação (NISBET, 1985, p. 189)

Verificamos, assim, que a idéia de progresso só pôde ser transformada em idéia dominante porque o princípio burguês de liberdade abriu caminho para que o sistema industrial/capitalista pudesse tê-la como fundamento básico de sua expansão.

Anne Robert Jacques Turgot (1727 – 1781), pensador francês, conhecido como o filósofo do progresso, desenvolveu seu pensamento fundamentando-o na tipologia das três etapas. Para ele a humanidade como um todo progride através de três etapas – a da caça e do pastoreio, a etapa agrícola e a urbano/comercial. Cada uma de suas principais instituições, também atravessaria três etapas: a da linguagem, a da matemática e a da pintura e assim por diante, cada um com seu esquema próprio de avanço que deriva da natureza da instituição (NISBET, 1985, p. 193)

Outro filósofo francês do século XVIII foi Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, Marquês de Condorcet (1743-1794). Baseou seu pensamento fundamentando-o não em três etapas, como Turgot, mas em dez estágios pelos quais a humanidade necessariamente deveria passar, partindo do primeiro, a selvageria primitiva, até o décimo, que seria reservado para o futuro, o que segundo ele, se tornaria possível graças à Revolução Francesa. Condorcet acreditava estar vivendo no nono estágio do progresso da humanidade, cuja importância era devido aos trabalhos dos grandes cientistas dos séculos precedentes e daqueles do seu próprio século. Dizia ele que fora no século XVIII, que os homens se libertaram da superstição, tornando-os intelectualmente livres e capazes de se deslocar em direção a uma eventual perfeição (NISBET, 1985, p. 215).

Já no século XIX, um teórico que se destaca nas proposições acerca do que seja progresso é Herbert Spencer (1820 – 1903). Este via a evolução orgânica como um lento processo de transformação no qual a homogeneidade é substituída pela

heterogeneidade. Transferindo do âmbito meramente orgânico para o âmbito social, isto se traduz em evolução ou progresso do tipo de organização social monolítico, estático e repressivo para o tipo de organização social diversificado, plural e individualista. Nesse sentido, todas as formas de autoritarismo – religioso, de casta, racial, moral e político – estariam destinadas a declinar e, eventualmente, a desaparecer, rigorosamente da mesma maneira que, nas esferas física e biológica, o homogêneo está destinado a ser suplantado pelo heterogêneo.

Observamos, assim, que em Turgot, Condorcet e Spencer, a idéia de progresso está vinculada fortissimamente à idéia de liberdade, tendo em vista os séculos XVIII e XIX só conheceram a idéia de progresso graças à Revolução Francesa e aos princípios iluministas, pois este é resultado da reação contra todo tipo de repressão e opressão, já que viviam ainda em um período onde os estados absolutistas e a Igreja exerciam enorme pressão na sociedade moderna.

Outro pensador dos séculos XVIII e XIX vinculado à idéia de progresso foi Saint-Simon (1760-1825). Observava que todo o passado pode ser visto em termos de uma ordenada progressão de civilizações, cada um refletindo um diferente grau de adiantamento, conforme afirma Nisbet (1985, p. 257)

Inserido no panorama mais amplo do progresso da humanidade, Saint-Simon aponta períodos alternados que denomina “orgânico” e “crítico”. O primeiro é positivo; ou seja, as realizações verdadeiramente importantes do homem têm sido produto de épocas caracterizadas por uma articulação orgânica de idéias, valores e instituições. No desenvolvimento da civilização ocidental houve também dois grandes períodos orgânicos. O primeiro é o referente à Grécia e Roma antigas, assentados num sistema politeísta e cujos avanços todos foram ancorados na religião [...]. A segunda grande época orgânica, o mundo medieval, teve seu apogeu no século XIII; sendo que Saint Simon a considerava superior por ter sido ancorada num monoteísmo que tornou possível uma teologia mais racional e portanto uma estrutura mais racional do conhecimento e da sociedade em geral.

Saint-Simon, juntamente com os teóricos do progresso do século XVIII e XIX já citados, aborda sua teoria sobre o fundamento de que a humanidade necessariamente evolui para um futuro sempre melhor que o passado. Nisto consistirá, também, o

pensamento do “pai da sociologia”, Augusto Comte ao fundamentar sua teoria dos três estágios.

Entretanto, foi no século XIX que, o conceito de progresso atingiu definitivamente seu ápice, como verificamos acima. O pensador que irá estruturá-lo, até mesmo como ideologia, foi Augusto Comte (1798-1857), sendo o seu defensor mais contundente neste período, onde exaltava o Progresso, como a idéia diretiva da ciência e da sociologia, considerando-o como “o desenvolvimento da ordem” e estendendo-o também à vida inorgânica e animal.

Para compreendermos melhor a idéia que Comte atribuía ao progresso, lembremos da sua teoria dos 3 estágios/estados, aos quais todas as sociedades para serem consideradas civilizadas deveriam evoluir, para o modelo de sociedade industrial.

A partir da percepção do progresso humano, Comte formulou tal teoria. Observando a evolução das concepções intelectuais da humanidade, Comte percebeu que esta evolução passa por três estados teóricos diferentes: o estado 'teológico' ou 'fictício', o estado 'metafísico' ou 'abstrato' e o estado 'científico' ou 'positivo', em que: no primeiro, os fatos observados são explicados pelo sobrenatural, ou seja, as idéias baseadas no sobrenatural são usadas como ciência. Ainda nesta fase, a sociedade se encontra em uma estrutura militar fundamentada na propriedade e na exploração do solo.

No segundo, já se encontram as idéias naturais, mas ainda há a presença do sobrenatural nas ciências. A indústria já se expandiu, mas não totalmente, a sociedade já não é francamente militar. Pode-se dizer que este estado serve apenas de intermediário entre o primeiro e o terceiro.

No terceiro, ocorre o apogeu daquilo que os dois anteriores prepararam progressivamente. Neste, os fatos são explicados segundo leis gerais de ordem inteiramente positiva. A indústria torna-se preponderante, tendo como atividade única e permanente a produção (ARON, 2000).

O século XIX e XX, portanto, construíram suas ideologias a partir da idéia de progresso e desenvolvimento. As sociedades européias industrializadas (especialmente Inglaterra e França) usufruíram de forma intensa esse ideais. Tendo a teoria positiva de Comte (e mais tarde a teoria de Darwin), como fundamentos, para justificarem o neocolonialismo na África e Ásia, os países europeus iniciaram uma luta insana, para a construção de sociedades industrializadas e, portanto, desenvolvidas, organizadas, avançadas e progredidas.

1.1.2. CRÍTICAS À IDÉIA DE PROGRESSO

Como vimos, foi Augusto Comte quem solidificou a idéia de progresso no século XIX. Para ele, saindo do estado de selvageria, chegaríamos, inevitavelmente, a um estado de bem estar infinito frente àquele vivido pelos antepassados. Verificamos que, historicamente, apenas os pensadores do Renascimento (os Humanistas) foram os que criticaram tal idéia, vista pelos demais pensadores como uma sucessão de somatórias de eventos que levariam a humanidade, certamente, a um patamar mais elevado. Ainda assim, a partir da Revolução Industrial - que para muitos seria o ápice do progresso - nota-se que o discurso relativo à idéia em questão se solidifica, tornando-se até mesmo ideologia. Porém, por outro lado, vários pensadores, como Jean Jacques Rousseau, já haviam se tornado ferozes críticos desta idéia de progresso, como veremos adiante.

Esse conceito, completamente relativo e comparativo aos nossos olhos nos dias atuais, foi absorvido inicialmente pelo século XIX e parte do século XX sem nenhuma crítica. Para os países que tinham no processo de industrialização seus objetivos, deixar para trás o que era considerado velho, ultrapassado, carcomido pelo tempo era a grande meta. Tornar-se industrializado, moderno era o objetivo de vários países. É nesse contexto que ocorrerá de modo definitivo a implementação da ideologia do progresso.

A busca de novos espaços, territórios, mercados (consumidor e de mão-de-obra) e fontes de matérias-primas fizeram com que o europeu se sentisse como o grande disseminador de novas visões de mundo; a visão de mundo e a regra em questão, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, era industrializar-se o mais rápido possível com quantidade e qualidade. Para isso, o princípio dessa objetivação era a própria idéia de progresso.

Nesse momento histórico, vários autores tiveram como base de suas filosofias (seguindo o pensamento de Comte) a discussão, muitas vezes sem crítica, da idéia de progresso. Charles Darwin (1809-1882), ao escrever sua obra prima *A origem das espécies*, irá fundamentar que uma espécie permanece no seu habitat, ou perece, se ela possui condições de adaptabilidade melhor que a outra de sua mesma espécie (teoria da seleção natural). O racionalismo do século XIX pautou-se completamente nesse princípio: o progresso de uma sociedade ocorre porque tal sociedade teve condições de se adaptar à industrialização (momento positivo de Comte). Foi nesse âmbito que surgiu

a teoria do darwinismo social de Herbert Spencer (1820-1903) (visto anteriormente) - ideologia que irá reforçar o neocolonialismo dos países europeus na África e Ásia.

O primeiro crítico da idéia de progresso foi Jean Jacques Rousseau⁶ (1712-1778). Este, como afirmam vários de seus analistas, não teme e nem odeia o poder, mas sim a desigualdade entre os homens. É neste contexto que escreverá *Discursos sobre a origem da desigualdade humana*, no qual aponta que foi a partir do surgimento da propriedade privada que os homens começaram a submeterem-se uns aos outros até como escravos. Para Rousseau, é por meio do *contrato social* (título de sua obra) que os homens estabeleceriam um estado político redentor, ou seja, cada indivíduo, particularmente, subordinaria suas vontades individuais em nome da vontade geral.

É por causa da desigualdade humana que Rousseau não vê, na história do homem, possibilidade de progresso como o visto pelos pensadores que o antecederam, a não ser na condição de que todos os homens submetessem suas vontades individuais à vontade geral e, portanto, ao contrato social. Isso levaria ao progresso benéfico (Dupas, 2006). Para tanto, seria necessário o papel do Estado, cuja função seria o de ancorar todas as vontades individuais à vontade geral.

Durante o século XIX, não surgiram críticos à idéia de progresso, ao contrário, como verificamos, foi nesse período que tal idéia ganhou força por meio do processo de expansão industrial capitalista. Foi apenas no século XX que surgiram críticos do progresso. Os pensadores da Escola de Frankfurt foram os que mais teceram críticas à tal idéia, como veremos a seguir. Porém, antes de passarmos aos críticos da idéia de progresso, cabe mencionar um último apontamento sobre a visão econômica de progresso.

Robert Heilbroner, em seu artigo “A visão econômica do progresso”⁷, aponta para a seguinte idéia: haverá progresso na visão econômica das coisas? Para responder a tal pergunta, ele afirma ser necessário que sejam esclarecidas duas idéias: o que se entende por economia e o que se entende por progresso. Para o economista, o progresso costuma ser encarado como a “representação do aumento da capacidade de prover ao bem-estar material da humanidade: um processo pelo qual as sociedades pobres se tornam mais ricas”.

⁶ Rousseau é colocado por Nisbet, como um pensador adepto à idéia de progresso. Contudo, observamos que Rousseau abandona a idéia de progresso linear/histórico e faz duras críticas a ela, já que via na história da humanidade a exploração do homem, a partir do surgimento da propriedade privada.

⁷ Artigo publicado em *Progresso: realidade ou ilusão* (Leo Marx e Bruce Mazlish – orgs) 2001.

No entanto, essa concepção é complicada de ser aceita, já que a noção de riqueza de sociedade para sociedade varia completamente e, portanto, a idéia de economia também. Para as sociedades primitivas, a riqueza é cultural e dada por meio do processo espiritual, dos rituais de magia e da compreensão de que cada um é participante direto da natureza. Isso significa que não havia a noção de pobreza no sentido de acúmulo de bens. Atualmente, por outro lado, temos diversas sociedades com saldo de riqueza enquanto acumulação de bens extremamente alto, mas que possuem bolsões de pobreza jamais vistos na história. Assim, por conta da diversidade da compreensão do conceito de economia, segundo Heilbroner, o conceito de progresso também se torna passível de diversas interpretações.

O nome que irá, no século XX, levantar a bandeira contra o progressismo foi Walter Benjamin. Afirma Dupas (2006, p. 59):

Benjamin foi um crítico revolucionário da filosofia do progresso, foi um desconstrutor do discurso de progresso [...] realiza ataques à ideologia do progresso em nome da revolução [...] não concebe a revolução como o resultado natural ou inevitável do progresso econômico e técnico ou da contradição entre as forças e relações de produção; pelo contrário, prega a interrupção de uma evolução histórica que levaria à catástrofe. Sua preocupação é com as ameaças, que o progresso técnico e econômico, promovido pelo capitalismo, sobre a humanidade.

Nas análises das teses de Benjamin que Dupas (2006, p. 65) faz em sua obra *O Mito do Progresso*, o economista afirma que o progresso da própria humanidade implica uma dimensão moral, social e política que não é redutível ao progresso científico e técnico. O movimento da história é necessariamente heterogêneo. Não há, portanto, progresso “automático” e contínuo da história. Os únicos momentos de liberdade são interrupções, descontinuidades, quando os oprimidos se sublevam e tentam se auto-emancipar.

No contexto das críticas de Benjamin, Herbert Marcuse (pautando-se pelas idéias da psicanálise freudiana) retoma a questão do progresso. Em sua obra *Cultura e Psicanálise* (2001), no texto “A noção de progresso à luz da psicanálise”, Marcuse apresenta dois conceitos de progresso que, a seu ver, são fundamentais e que

caracterizam o período moderno da civilização ocidental. O primeiro deles afirma que o progresso é:

[...]definido sobretudo quantitativamente, evitando-se dar ao conceito qualquer valoração positiva. Aqui entende-se por progresso que, no curso do desenvolvimento da civilização, apesar de muitos períodos de regressão, aumentaram os conhecimentos e as capacidades humanas em seu conjunto, e que ao mesmo tempo eles foram utilizados visando a dominação cada vez mais universal do meio ambiente natural. O resultado desse progresso é a riqueza social crescente, e que se pode chamá-lo de progresso técnico e assim, podemos opor-lhe o conceito qualitativo de progresso, tal como foi elaborado, sobretudo, na sua filosofia idealista e talvez de maneira decisiva por Hegel (MARCUSE, 2001, p.112)

A segunda visão de progresso, apontado por Marcuse (2001, p. 113), é que:

o progresso na história consiste na realização da liberdade humana, da moralidade: um número cada vez maior de seres humanos, tornam-se livres e a própria consciência de liberdade incita a uma ampliação do âmbito da liberdade. O resultado do progresso aqui consiste na humanização progressiva dos homens, no desaparecimento da escravidão, do arbítrio, da opressão e do sofrimento. Podemos chamar humanitário a esse conceito qualitativo de progresso.

Nesse contexto, Marcuse afirma haver uma conexão íntima entre as duas concepções de progresso. Para ele, o progresso técnico parece ser a pré-condição de todo pensamento humanitário. A ascensão da humanidade, a partir da escravidão e da miséria, a uma liberdade cada vez maior, pressupõe progresso técnico, ou seja, maior grau de domínio da natureza, o único que leva à riqueza por meio da qual as necessidades humanas podem ser configuradas e satisfeitas de maneira cada vez mais humana. Por outro lado, conclui Marcuse, não é de modo algum evidente que o progresso técnico leve automaticamente ao progresso humanitário – já que precisamos saber de que modo a riqueza social é repartida, a serviço de quem são empregados os crescentes conhecimentos e capacidades dos seres humanos. O progresso técnico que, como tal, é pré-condição da liberdade, não significa de modo algum a realização de uma liberdade maior (MARCUSE, 2001, p. 113).

Ainda segundo Marcuse, o conceito de progresso está carregado de negatividade e de transcendência pela transcendência, sendo hostil à felicidade e à paz, ou seja, o progresso pelo progresso.

Assim, concluímos essa primeira parte do capítulo, que teve como fundamento a apresentação das mais diversas matizes de pensamento sobre a concepção de progresso. Isso se fez necessário, conjuntamente com a segunda parte do capítulo, já que estamos decididos a demonstrar que o fundamento do desenvolvimento sustentável na economia capitalista está estruturado nessas duas visões completamente relativas, que são o conceito de progresso e desenvolvimento.

1.2.SOBRE A IDÉIA DE DESENVOLVIMENTO

Para introduzirmos a discussão sobre a idéia de desenvolvimento em nosso trabalho, partiremos do mesmo princípio exposto na primeira parte do capítulo, utilizando as idéias básicas do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa e do Dicionário de Filosofia. Logo após, faremos um levantamento histórico sobre essa idéia, especialmente no tocante à parte econômica.

Segundo o Dicionário Aurélio (1995, p. 211), desenvolvimento é:

1. Ato ou efeito de desenvolver(-se).
2. Adiantamento, crescimento, aumento, progresso.
3. Estágio econômico, social e político de uma comunidade, caracterizado por altos índices de rendimento dos fatores de produção, isto é, os recursos naturais, o capital e o trabalho.

Nota-se que a definição dada pelo dicionário da língua portuguesa é de cunho positivista, ou seja, tanto a idéia de progresso explicitada na primeira parte, quanto a idéia de desenvolvimento traz, em sua fundamentação, o princípio de evolução, de melhoramento para a coisa em questão.

A definição dada pelo dicionário de Filosofia (Abbagnano, 1998) para desenvolvimento é: 1. “Movimento em direção ao melhor⁸, seu significado otimista é peculiar à filosofia do século XIX e está estreitamente ligado ao conceito de *progresso*”.

⁸ Para Aristóteles “movimento” é a passagem da potência ao ato ou explicitação do que está implícito. Exemplo: em um feto, está implícito a idéia de um ser humano. Desde sua concepção, o feto iniciará sua atualização constante da potência humana, ou seja, mesmo após o seu nascimento, continuará atualizando ou explicitando todas as suas potências, até o ponto final do perecimento, ou seja, a morte.

Para Hegel, ainda segundo Abbagnano (1998, p. 242), a idéia de desenvolvimento é fundamental em sua filosofia que exemplificou, sobretudo, na História. Ao lado do caráter progressista do desenvolvimento, Hegel destacou seu caráter fundamental: para ele, desenvolvimento pressupõe aquilo que é desenvolvimento, isto é, o fim para o qual se move e o princípio ou a causa de si mesmo.

No sentido hegeliano, à idéia de desenvolvimento está implícito em seu próprio caráter finalista, ou seja, Hegel se aproxima da idéia de Aristóteles, no sentido de que desenvolvimento é movimento de atualização da potência. Para ele, portanto, desenvolvimento só o é se for superior ao anterior que se torna inferior.

1.2.1 IDÉIAS DE DESENVOLVIMENTO

A idéia de Desenvolvimento não é privilégio único e exclusivo do século XIX e XX. Desde que o homem tomou consciência de si, iniciou o processo de aperfeiçoamento e melhorias de suas condições de vida.

Segundo Furtado (1968), em sua obra *Teoria Política do Desenvolvimento Econômico*, a teoria do desenvolvimento trata de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e os mecanismos do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e se utiliza o produto social; além disso, o desenvolvimento econômico é um fenômeno com uma nítida dimensão histórica. Cada economia que se desenvolve enfrenta uma série de problemas que lhe são específicos, se bem que, muitos deles, sejam comuns a outras economias contemporâneas.

Nesse sentido, dado que o desenvolvimento econômico é um fenômeno carregado de historicidade, entendemos ser necessário fazer uma busca histórica da idéia de desenvolvimento humano e, logo após, da idéia de desenvolvimento econômico.

Voltando ao período do paleolítico superior (30 mil a.C a 18 mil a.C) observaremos que diversas mudanças ocorreram entre os hominídeos desse período e do período anterior – paleolítico inferior (1 milhão a 30 mil a.C).

Se no Paleolítico superior observam-se rudimentos de linguagem, domínio do fogo, esboços de organização social e o início do uso de ossos para confecção de objetos, no paleolítico superior observamos o aperfeiçoamento de alguns desses pontos.

Desenvolvimento da linguagem mais complexa, agrupamento familiar baseado em clãs, organização social mais complexa, uso da pedra para o corte de alimentos, defesa contra animais, trabalho com sílex e até mesmo a criação da arte nas cavernas, são exemplos de uma evolução tanto biológica quanto social. (ARRUDA, 1976).

No neolítico (18 mil a 5 mil a.C), percebe-se um aperfeiçoamento ainda maior. O processo de sedentarização do homem, a domesticação de animais, o uso da cerâmica e da roda, o uso da agricultura, a formação de uma consciência de ser social e o início da “vida urbana”, são algumas características do período.

A chamada Idade dos Metais (5 mil a 4 mil a.C) é o período em que o homem consegue estabelecer uma relação de domínio sobre o meio em que vive de forma muito mais consciente, objetivando resultados. Nesse momento, observamos o domínio sobre os metais (ferro, cobre, bronze), avanço na técnica agrícola, “vida urbana” mais intensa, agrícola e pastoril, formação de uma sociedade estratificada e o surgimento da instituição Estado (como as civilizações antigas do Oriente Médio), bem como a formação de uma consciência religiosa.

Sobre esses períodos, até o início da “Idade dos Metais”, podemos dizer que o desenvolvimento humano está vinculado, única e exclusivamente, à idéia de sobrevivência, da satisfação das necessidades fundamentais.

Com a formação dos primeiros Estados (da antiguidade clássica oriental e ocidental), e a formulação de concepções de mundo mais complexas (Teológicas e Filosóficas), as sociedades humanas deixam meramente de se vincular apenas às necessidades de sobrevivência e ampliam suas visões de mundo, ou seja, o desenvolvimento de técnicas está também vinculado à questão de uma vida pós morte – religiosa - (como as pirâmides egípcias), ou de domínio de um povo sobre outro povo, como a construção de embarcações muito mais eficazes, como a dos fenícios e de outros povos vinculados à economia marítima, como os persas.

Após a criação e desenvolvimento do cristianismo no Ocidente, a idéia de desenvolvimento está vinculada a um aperfeiçoamento espiritual e não material. Acumular riquezas, por exemplo, para a grande parte da população (servos) no período medieval, era perder um espaço no paraíso.

Foi com o aparecimento do “capitalismo de mercado” ou mercantilismo e logo depois com o capitalismo, e especialmente com a Revolução Industrial, que a idéia de desenvolvimento lançou mão da simples idéia de necessidade como fator de sobrevivência. Nesse sentido afirma Kieckhofer (2005, p. 37):

[...] a capacidade de produção sofre radical transformação com uma série infindável de novas técnicas transformativas, entre elas, a substituição da força dos músculos e da habilidade manual pelas máquinas, as quais permitiam não apenas a multiplicação dos produtos, como também a melhoria da sua qualidade e a redução dos custos de produção, ainda que com extensiva exploração dos recursos naturais.

Tais evoluções fizeram com que as próprias idéias de desenvolvimento e de necessidades humanas fossem alteradas de modo drástico. O advento da industrialização transformou radicalmente a consciência de ser do homem. É a partir do século XVIII que a própria história da humanidade sofre alterações jamais vistas em todo o seu período; a começar pela relação entre homem e natureza pois, apesar de até mesmo na Bíblia haver uma noção de que o homem é um ser superior ante à natureza e que para sobreviver deve dominá-la e retirar dela o seu próprio sustento (castigo dado por Deus devido ao pecado original), a devastação da natureza era infinitamente menos intensa do que o observado após a Revolução Industrial⁹.

Junto com a industrialização, inicia-se também, de modo definitivo, o chamado desenvolvimento do capitalismo industrial, com vistas ao crescimento econômico (vimos, no início desta parte, que a idéia de desenvolvimento é sinônimo de crescimento).

É exatamente nesse ponto que os séculos XIX e XX foram o palco do bailado de diversas doutrinas econômicas que ora defendiam tenazmente a idéia de desenvolvimento e crescimento econômico entre as nações, e dentro das nações, ora criticando tenazmente tal idéia.

Entretanto, nenhuma corrente da economia, a começar pelos fisiocratas, passando pelos clássicos e neoclássicos, possuíam em suas bases uma fundamentação do crescimento econômico com a devida proteção ambiental. Nem mesmo as obras de Marx e de grande parte do marxismo conseguiram vislumbrar a relação entre o desenvolvimento/crescimento econômico e a preservação ambiental, relação esta que ocorreria na segunda metade do século XX.

⁹ Não podemos nos furtar de dizer que os países colonizadores europeus ao chegar na América (fase mercantilista), a partir do século XV, empreenderam grandes devastações ambientais. Da retirada do ouro à devastação das florestas, tudo fora passível da ambição desmedida das nações européias.

1.2.2 O SÉCULO XIX E AS VERTENTES DA IDÉIA DE DESENVOLVIMENTO

No século XIX, devido ao crescente avanço da economia capitalista de caráter industrial, diversos autores fundamentaram suas teorias com o objetivo de explicar como ocorria o processo de crescimento e desenvolvimento econômico das nações. Desde o século XVIII (com Adam Smith, em sua obra *A Riqueza das Nações*), havia certa preocupação intelectual de explicar como, na economia capitalista industrial e de mercado, se dava o acúmulo de riqueza por parte das nações e das iniciativas privadas.

Explicar a ocorrência e a dinâmica do desenvolvimento econômico era uma necessidade constante dos pensadores mais argutos do final do século XVIII e dos séculos XIX e XX, além de que era necessário primeiramente apreender as “fórmulas”, o fundamento de como conseguir desenvolver economicamente uma nação e, por sua vez, de como se tornar uma nação potencialmente melhor que outra, já que a economia capitalista, por sua natureza, não respeita fronteiras, nem limites. Compreender as transformações das nações (a passagem de uma economia agrária para a industrial, por exemplo) era também tarefa fundamental.

Nesse sentido, Paul Baran (1984, p. 37), em sua obra *A Economia Política do Desenvolvimento* afirma:

[...] o desenvolvimento econômico sempre significou uma profunda transformação da estrutura econômica, social e política, da organização dominante, da distribuição e do consumo. O desenvolvimento econômico sempre foi impulsionado por classes e grupos interessados em uma nova ordem econômica e social, sempre encontrou a oposição e a obstrução dos interessados na preservação do *status quo*, dos que usufruem benefícios e hábitos de pensamento do complexo social existente, das instituições e costumes predominantes. O desenvolvimento econômico sempre foi marcado por choques mais ou menos violentos; efetuou-se por ondas, sofreu retrocessos e ganhou terreno novo – nunca foi um processo suave e harmonioso se desdobrando, placidamente, ao longo do tempo e do espaço.

Verifica-se, nesse sentido, que a tentativa de compreensão por parte dos economistas de como se dá o processo de desenvolvimento econômico – o fundamento - de uma nação, ou das nações, se dá dentro de um processo histórico, como afirma Furtado(1968), e que, além do mais, nunca foi dado de forma linear e constante, ao

contrário, sempre feito por meio de avanços e rupturas no conjunto (social, política, econômica e cultural) de uma nação.

Além disso, a própria idéia de apreender como se dá tal processo – de desenvolvimento econômico – sempre foi o tema central da economia clássica e que, portanto, não foi apenas no século XX que desenvolvimento econômico tornou-se objeto de investigação dos economistas.

Para Baran (1984, p. 35):

[...] numerosas gerações de economistas, a despeito dos títulos que deram as suas obras, preocuparam-se, também, em analisar as formas determinantes do progresso econômico. Suas preocupações com as condições necessárias ao desenvolvimento econômico nasceram de acuradas observações e estudos que fizeram da sociedade em que viviam, sendo levadas por eles à firme convicção de que as relações econômicas e políticas e sociais vigentes na época impediam e retardavam, enormemente, o desenvolvimento dos recursos produtivos.

Dessa forma, investigar o princípio do desenvolvimento econômico em suas diversas facetas é de fundamental importância, já que a idéia de desenvolvimento sustentável é fundada no bojo de um tipo de sociedade (a industrial) que, ao mesmo tempo em que gera riquezas (e pouco distribui), também polui de forma incessante, o que coloca em perigo a geração atual e traz grande risco às gerações futuras.

Assim, desde o princípio da formulação da filosofia positivista (século XIX), tanto a idéia de progresso, quanto a idéia de desenvolvimento, foram inicialmente utilizadas para justificar as ações das potências industriais européias, bem como para justificar o caráter “superior” do povo europeu sobre os demais povos (especialmente na África e na Ásia, mas também em relação aos aborígenes australianos) do globo¹⁰.

A idéia de desenvolvimento, tomada como fundamento para o sistema capitalista, tornou-se, dessa maneira, o símbolo e o objetivo que todas as sociedades deveriam buscar.

Contudo, tal idéia não obteve unanimidade entre os teóricos da economia, já que, por mais que a Europa estivesse vivendo suas fases da Revolução Industrial, ainda havia economias agrárias, como no Brasil. Nesse sentido, vamos abordar algumas

¹⁰ No século XIX a América “livra-se” em parte da voracidade dos países europeus, já que grande parte dos territórios já haviam se tornado nações independentes.

correntes e pensamentos da idéia de desenvolvimento econômico durante o século XIX e XX.

1.2.3 A IDÉIA DE DESENVOLVIMENTO: DOS CLÁSSICOS A CELSO FURTADO

Adam Smith, considerado o pai do liberalismo econômico, em sua principal obra *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e causas* (1996), desenvolve sua teoria para demonstrar como e de que forma uma nação ou as nações, se desenvolvem e progridem economicamente.

O pensamento de A. Smith sobre o crescimento econômico parte da idéia (diferentemente dos fisiocratas que viam na terra a riqueza de uma nação) de que a riqueza ou o bem estar das nações é identificado com seu produto anual *per capita* que, dada sua constelação de recursos naturais, é determinado pela produtividade do trabalho ‘útil’ ou ‘produtivo’, e pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e a população total. Corsi (2007, p. 3) afirma:

[...] Smith concebe a riqueza de uma nação como um processo fundamentalmente social. A riqueza de uma nação não depende de sua dotação de recursos naturais. “Qualquer que seja o solo, o clima ou a extensão do território de uma determinada nação, a abundância ou escassez do montante anual de bens que disporá, nessa situação específica, dependerá necessariamente das duas circunstâncias [...] primeiro, [da] habilidade, destreza e bom senso com os quais seu trabalho for executado; em segundo lugar, [da] proporção entre os números dos que executam trabalho útil e dos que não executam tal trabalho.

Nesse sentido, o desenvolvimento identifica-se, sobretudo, com o aumento da produtividade do trabalho produtivo.

Para Furtado (1968), na obra de Smith o estudo da produção ocupa um grande espaço. O pensador inglês preocupar-se-á com o seguinte problema, que depois desaparecerá dos clássicos ingleses: por que o produto social cresce? Para ele, a causa de tal fenômeno é a divisão do trabalho que irrompe de três movimentos – são eles: aumento da destreza no trabalho, economia de tempo e possibilidade do uso de máquinas.

Interessante notar que Adam Smith, como todos os clássicos da Economia Política, não fez alusões ao ambiente natural como limitador do crescimento e desenvolvimento da riqueza das nações. Ao contrário, a natureza era vista como fonte inesgotável de matéria-prima, o que capacitava as nações mais avançadas tecnologicamente a explorá-la de forma mais contundente e daí avançar mais e mais suas tecnologias, fundamentando, assim, o seu poderio econômico em relação às nações menos avançadas.

David Ricardo, outro economista clássico inglês, não fará alusão ao processo de crescimento e desenvolvimento econômico de uma nação. Desviará seu foco analítico para a questão da distribuição da renda social. Cabe ressaltar que, para Ricardo (Corsi, 2007), o sistema capitalista era dinâmico e expansivo, ou seja, o capitalismo só entraria em fase de estagnação quando a elevação da renda da terra e dos salários comprimissem os lucros, reduzindo assim a poupança e os investimentos¹¹. Contudo, essa estagnação seria a longo prazo, pois, devido ao surgimento de novas tecnologias que aumentariam a produtividade do trabalho na agricultura e a abertura dos mercados nacionais, facilitar-se-ia a importação de produtos agrícolas mais baratos de regiões mais férteis e produtivas. (CORSI, 2007, p. 5)

Marx, por sua vez, desenvolveu sua teoria crítica sobre o capitalismo mas, como Smith e Ricardo, era confiante no progresso. Para Corsi (2007, p. 5):

[...] Marx via no progresso, concebido na acepção do crescente domínio da natureza pelo homem, o sentido do desenvolvimento do sistema capitalista. Não é difícil encontrarmos em seus textos louvores a “missão civilizatória” do capitalismo, embora fosse um de seus críticos mais ferozes. Criticou a valorização do capital como um fim em si mesmo e a exploração da classe trabalhadora que a sustenta. Marx em alguns textos salienta a unidade entre homem e natureza, a natureza como o corpo “não-orgânico” do homem.

¹¹ Isso ocorria segundo Ricardo (defensor da teoria malthusiana de que a população crescería em ritmo maior do que a capacidade da terra produzir alimentos) por que devido à incapacidade das terras mais férteis sustentarem toda a população, as terras menos férteis também seriam utilizadas para tal fim. Isso provocaria queda na produtividade do trabalho na agricultura, o que iria acarretar o aumento dos preços dos produtos agrícolas. Isso resultaria, portanto, no aumento da renda da terra, fruto do incremento dos diferenciais de produtividade do trabalho em terras de diferentes qualidades e localização, e dos salários, decorrente da elevação dos preços dos alimentos (CORSI, 2007).

No entanto, com o desenvolvimento da industrialização e do processo de monopolização do capital, Marx tornou-se pessimista com a idéia de progresso e desenvolvimento do sistema. Para Corsi (2007, p.7), Marx possui, nesse contexto, uma teoria do desenvolvimento capitalista que consiste na sua teoria da acumulação de capital. Pensa que o modo de produção capitalista é dinâmico e tende a expandir de forma não linear. Para ele, não seria o alto índice de exploração dos recursos naturais o que bloquearia o sistema capitalista, mas seriam as contradições sociais, seria no desfecho da luta de classes, com a vitória do proletariado, que teríamos a superação do capitalismo e a instauração do socialismo, uma forma social que redimiria a humanidade da desigualdade e da dominação e recolocaria o equilíbrio do metabolismo entre sociedade e natureza.

No desenrolar das teorias econômicas do século XIX e XX, a questão do desenvolvimento também foi abordada por Joseph Schumpeter (1883 – 1950) - nascido no antigo Império Austro-Húngaro, atual República Tcheca -, inserido no pensamento neo-clássico, entendia o desenvolvimento apenas como as “mudanças da vida econômica que não lhe fossem impostas de fora, mas que surgissem de dentro, por sua própria iniciativa” (SCHUMPETER, 1997, p. 73). Além disso, apontava que o processo de desenvolvimento não era o mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza. Nesse contexto, afirmava:

[...] Todo processo concreto de desenvolvimento repousa finalmente sobre o desenvolvimento precedente [...] Todo processo de desenvolvimento cria os pré-requisitos para o seguinte. Com isso a forma deste último é alterada e as coisas se desenrolarão de modo diferente do que o teriam feito se cada fase concreta do desenvolvimento tivesse sido primeiro compelida a criar suas próprias contradições. [...] O desenvolvimento, no sentido em que tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais que um modo de tratar esse fenômeno e os processos a ele inerentes. (SCHUMPETER, 1997, p. 74/5).

Interessante notar que Schumpeter é claro em dizer que todo o processo de desenvolvimento atual repousa necessariamente no desenvolvimento precedente. Nesse sentido, via o progresso técnico e tecnológico como de fundamental importância para o desenvolvimento de uma economia.

Paul Baran (1910-1964), economista de linhagem marxista, define, em sua obra *A Economia Política do Desenvolvimento* (1984), crescimento (ou desenvolvimento) econômico como um aumento, a longo prazo, da produção per capita de bens materiais¹².

Para Baran (1984), a definição de progresso vinculado à idéia de bem-estar é insatisfatória por algumas razões:

1) A identificação de crescimento econômico com bem-estar não leva em conta ponderável parcela do produto global que não têm influência sobre o bem-estar, qualquer que seja a definição que se adote para este: bens de investimento, armamentos, exportações líquidas etc, são bens que pertencem a esse grupo. 2) É insustentável a posição daqueles que encaram um acréscimo na produção de “todos aqueles bens que comumente são trocados por moeda” como significando “uma melhoria do bem-estar econômico”. Este pode ser grandemente aumentado por um acréscimo na oferta de bens e serviços que não são comumente trocados por moeda (escolas, hospitais, estradas ou pontes), enquanto grande número de bens e serviços que são comumente trocados por moeda não traz nenhuma contribuição ao bem-estar econômico (remédios patenteados e salões de beleza, narcóticos e bens de consumo conspícuo, etc). 3) O bem-estar econômico pode ser melhorado sem qualquer acréscimo da produção – por uma mudança na estrutura e na distribuição desta. 4) Embora seja obviamente desejável a obtenção de uma dada produção com o mínimo de dispêndio de fatores, o aumento da produção obtido por métodos ineficientes pode também significar crescimento econômico. Parece preferível, portanto, considerar o crescimento econômico como um aumento da produção de bens, sem procurar indagar se tais bens contribuem ou não

¹² Clark (apud Baran, 1984) define o progresso econômico como uma melhoria do bem-estar econômico. Para Pigou, segundo Baran, o bem-estar econômico pode ser definido, em primeira instância, como a abundância de todos aqueles serviços que são comumente trocados por moedas. Dessa forma, ao entender o lazer como um elemento de bem-estar, define-se progresso econômico de modo mais preciso, ou seja, como a obtenção de produção crescente de tais bens e serviços com o mínimo dispêndio e esforço e de outros recursos escassos, sejam eles naturais ou artificiais (p. 47)

para o bem-estar humano, para o estoque disponível de bens de produção ou para as reservas de material bélico. (p. 47)

Assim, o pressuposto desenvolvimentista de Paul Baran é de certa forma a visão que se solidificou nas últimas quatro décadas, tendo em vista que os discursos oficiais de crescimento econômico de um país sempre estiveram vinculados – especialmente a partir do pós-guerra - ao índice do Produto Interno Bruto ou do Produto Nacional Bruto, o que significa dizer que tal visão hoje é colocada em xeque já que, dada a degradação ambiental, não se concebe mais qualquer forma de desenvolvimento que fundamenta suas bases no pressuposto de aumentar a produção de bens materiais.

O modelo de Baran pode ser inserido no contexto histórico da chamada transição da segunda para a terceira fase da sociedade de consumo ou hiperconsumo (a qual veremos no capítulo dois), na qual Lipovetsky (2007) afirma que nesta a produção de bens materiais, para a satisfação dos desejos e vontades individuais, cresceu de forma jamais vista na história da sociedade industrial.

Dessa forma, a idéia de desenvolvimento sustentável, ao nosso ver, não rompe com tal ideologia, já que ele não propõe uma ruptura drástica com o modelo consumista de sociedade na qual vivemos atualmente¹³.

Richard Wilkinson, em sua obra *Pobreza e Progresso: um modelo ecológico de desenvolvimento econômico* (1972), apresenta sua visão sobre a estrutura do desenvolvimento. Para ele, inicialmente o desenvolvimento econômico é o desenvolvimento de formas mais intensivas de exploração do meio natural (p. 104) e que parte do problema de compreender o curso do desenvolvimento econômico se resume em compreender a ordem na qual as sociedades preferem explorar os vários recursos.

Assim Wilkinson (1972, p. 120) apresenta sua visão a partir da seguinte idéia:

[...] Apreciando o desenvolvimento econômico do ponto de vista ecológico, efetivamente removeremos a idéia de progresso daquela posição central que sempre ocupou na nossa visão de processo. Em vez de encarar o desenvolvimento

¹³ O Fórum de ONG's realizado em 1992 na Eco-92 reafirma tal idéia ao dizer que “o Estado neo-liberal usa seu poder e violência para reforçar e expandir esses sistema econômico opressivo sob a coordenação das autoritárias instituições de Bretton Wodds, particularmente o Banco Mundial, o FMI e o GATT, em benefício do crescimento monopólio das corporações transnacionais e seu controle sobre os recursos mundiais. O modelo Brundtland de desenvolvimento sustentável vai perpetuar essa situação”. (Ver anexo A)

como uma questão de 'progresso' visando uma 'vida melhor', motivado por uma insatisfação incurável com o que temos, percebemos que é um processo de solucionamento de uma série de problemas que, de tempos em tempos, ameaçam o sistema produtivo e a suficiência dos nossos meios de subsistência.

Nesse sentido, Wilkinson apresenta uma nova visão do desenvolvimento. Pensa-o diferentemente da grande maioria dos autores que estudamos já que não vê o desenvolvimento como um processo de criação de riqueza e/ou distribuição dos lucros auferidos, mas sim como um momento no qual a sociedade humana dá novo formato às séries de problemas que, como afirma, de tempos em tempos, ameaçam o sistema produtivo.

Outro economista a ser considerado em nosso trabalho, no tocante à idéia de desenvolvimento, é Walt Whitman Rostow (1916). Prussiano de nascimento e norte-americano por formação, Rostow irá em sua obra *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista* abordar de modo contundente uma forma diferenciada de compreender o desenvolvimento das sociedades humanas. Para Rostow, as sociedades humanas foram se desenvolvendo de modo etapístico. Para ele, há na história do desenvolvimento social e econômico cinco etapas, pelas quais necessariamente as sociedades passariam. As etapas são: 1) sociedade tradicional; 2) pré-condições para o arranco; 3) o arranco; 4) a marcha para a maturidade; 5) a era do consumo em massa.

A primeira etapa (sociedade tradicional), segundo Rostow, é aquela em que o nível de produção *per capita* é limitada. Essa limitação ocorre graças à baixa produtividade ocasionada pela falta de tecnologia. São sociedades agrícolas como as dinastias chinesas, as civilizações do antigo Oriente Médio e Mediterrâneo e da Europa Ocidental. (ROSTOW, 1971).

A segunda etapa (pré-condições para o arranco) é um período de transição, da sociedade tradicional para a terceira etapa - o arranco - propriamente dito. Nessa segunda fase, há aplicação da ciência moderna na produção agrícola e industrial, num ambiente de expansão internacional. Nesse momento, surgem os grandes empreendedores, visando grandes lucros e correndo riscos; surgem os bancos, crescem os investimentos em transporte e comunicação e amplia-se o comércio exterior. Tais

transformações ocorrem de forma lenta, dada a persistência de métodos antigos de produção, além de antigos valores e estruturas sociais (ROSTOW, 1971).

A terceira etapa (o arranco) representa o rompimento de todas as resistências ao desenvolvimento e a difusão do progresso técnico e tecnológico por toda a sociedade. Nessa etapa, surgem novas técnicas agrícolas e industriais. A agricultura sofre grandes mudanças, transformando o antigo fazendeiro em empresário agrícola (ROSTOW, 1971).

A marcha para a maturidade (4ª etapa) representa a fase em que o crescimento da produção já supera o crescimento demográfico. A economia viu surgir inúmeras indústrias, além da expansão do comércio internacional. Rostow afirma, que nessa etapa, os antigos valores foram suplantados e o país começa a ter condições de produzir aquilo que acha necessário. Não existe carência tecnológica em qualquer área que seja (ROSTOW, 1971).

A quinta etapa – a era do consumo em massa – é a fase em que a renda *per capita* já garante a uma grande maioria da população elevado nível de consumo e de padrão de vida, sendo a população eminentemente urbana. O consumo está vinculado a bens duráveis. Nesse momento, afirma Rostow, a preocupação com o desenvolvimento tecnológico cede espaço para os anseios do bem estar social (*Welfare state*) (ROSTOW, 1971).

Essa quinta etapa, elaborada por Rostow, permite-nos vincular à fase da *sociedade de hiperconsumo* de Lipovetski na qual trataremos no conjunto do capítulo dois.

Para Rostow (1974), a *Era do consumo de massa* é o período da expansão dos níveis de consumo para além das necessidades fundamentais de alimentação, habitação e vestuário. Neste âmbito, não se busca apenas melhores alimentos, casas e roupas, mas também chega-se à órbita do consumo em massa de bens duráveis de consumo e serviços que as economias amadurecidas do século XX puderam propiciar. O período do pós-guerra, segundo Rostow, pode ser visto como a retomada do surto de consumo da década de 1920¹⁴.

¹⁴ Rostow (1974) aponta para os seguintes itens: Em 1948, 54% das famílias norte-americanas possuíam seus carros próprios; dez anos depois, 73%. Em 1946, 69% das casas com instalação elétrica tinham refrigeradores elétricos; dez anos depois, esse número era de 96%, e os dados para outros utensílios elétricos – como o aspirador de pó e a máquina de lavar roupa – eram similares. A televisão estava instalada em 86% dessas casas em 1956 (p. 103).

Dentro do contexto do pensamento de Rostow, podemos indagar a seguinte pergunta: como falar em desenvolvimento econômico/sustentável, se durante o século XIX, XX e agora no XXI, diversas economias mundiais sofrem de desequilíbrios por conta da dinâmica do sistema capitalista industrial, além das disputas que houve durante grande parte do século XX, entre os chamados países socialistas e capitalistas? Buscar a sustentabilidade econômica e ambiental dentro do modelo de livre mercado, ao nosso ver, é quase um devaneio, para não dizer uma utopia.

Nesse sentido, um último pensamento acerca da ideia de desenvolvimento a ser abordado em nosso trabalho refere-se ao trabalho de Amartya Sen (2001). Em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade* (2001), apresenta uma concepção fundamentalmente contrária às ideias apresentadas até aqui.

Para A. Sen (2001, p. 17), o desenvolvimento “só existe se for visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Segundo ele, a tese que enfoca as liberdades humanas como a concepção de desenvolvimento contrasta com as visões mais restritas de desenvolvimento – como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social.

Nesse contexto, Sen aponta para a premissa de “que o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”. (SEN, 2001, p. 18)

Segundo ele, a liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões: primeiro, por meio da razão avaliatória, ou seja, a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas; e segundo por meio da razão da eficácia, ou seja, a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas (SEN, 2001).

Em sua concepção, Sen afirma que as “liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais, já que além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula, os cinco tipos de liberdades diferentes,:

1) liberdades políticas; 2) facilidades econômicas; 3) oportunidades sociais; 4) garantias de transparência; 5) segurança protetora)”¹⁵ (p. 18).

Verificamos assim que a visão de A. Sen sobre desenvolvimento é completamente inovadora, já que, apesar de apontar para a questão do desenvolvimento como acúmulo de riqueza, afirma que de nada adianta se não acompanhar o processo de emancipação das liberdades individuais e coletivas trazidas por tal riqueza. É uma visão que contrasta, em todos os sentidos, com as visões até então enunciadas pelos pensadores da economia política.

Fazendo coro a essa visão de Sen – do desenvolvimento como liberdade – lembramos aqui de Celso Furtado. Em sua obra *Brasil: a construção interrompida* (1992), aplica uma nova concepção à idéia de desenvolvimento.

Inicialmente, Furtado (1992) faz severas críticas à concepção tradicional de desenvolvimento econômico. Ao analisar a questão do subdesenvolvimento brasileiro, finca críticas a toda estrutura do sistema capitalista em geral. Afirma ele:

A visão global também me fez perceber, desde começos dos anos 70, que a fratura do subdesenvolvimento se faria mais deformante à medida que se aprofundasse a crise manifesta que aflige a civilização consumista em vias de planetarização. Que é inerente a essa civilização um processo depredador, já o sabíamos há muito tempo: as fontes de energia em que se funda o estilo de vida ue ela estimula caminham para a exaustão, eleva-se a temperatura em nosso ecúmeno e é progressivo o empobrecimento da biosfera.

Não podemos escapar à evidência de que a civilização criada pela Revolução Industrial aponta de forma inexorável para as grandes calamidades. Ela concentra riqueza em benefício de uma minoria cujo estilo de vida requer um dispêndio crescente de recursos não-renováveis e que somente se mantém por ue a grande maioria da humanidade se submete a diversas formas de penúria, principalmente à fome, uma minoria dispõe dos recursos não-renováveis do planeta sem se preocupar com as conseqüências para as gerações futuras do desperdício que hoje se realiza. (p. 75/6)

¹⁵ Nos capítulos que seguem à obra de A. Sen ele discutirá de forma aprofundada cada uma dos 5 tipos de liberdades citadas.

Nota-se que essa visão de Celso Furtado é de fundamental importância dentro do pensamento econômico brasileiro, devido à sua atualidade. Essas críticas foram feitas no ano da Rio-92, o que demonstra sua capacidade de compreensão da realidade também naquele momento.

Continua Furtado(1992):

O desafio que se coloca no umbral do século XXI é nada menos do que mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação, num curto horizonte de tempo, para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos. Devemos nos empenhar para que essa seja a tarefa maior dentre as que perocuparão os homens no correr do próximo século: estabelecer prioridades para a ação política em função de uma nova concepção do desenvolvimento ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico. O objetivo deixara de ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população e a educação concebida como desenvolvimento das potencialidades humanas nos planos ético, estético e da ação solidária. A criatividade humana, hoje orientada de forma obsessiva para a inovação técnica a serviço da acumulação econômica e do poder militar, seria dirigida para a busca da felicidade, esta entendida como a realização das potencialidades e aspirações dos indivíduos e das comunidades vivendo solidariamente (p. 76/7).

Essa concepção de desenvolvimento é de certa forma revolucionária, já que o que se deve transformar são os valores individuais e coletivos para uma proteção dos recursos naturais, e por consequência das atuais gerações e das gerações futuras.

Nesse contexto, Furtado também afirmava que naquele momento, em 1992 – ano da CNUMAD, Rio-92 –, começava a despontar uma nova idéia: a de responsabilidade dos países que constituíam a vanguarda da civilização industrial com respeito às destruições, custosamente reparáveis, causadas ao patrimônio comum da humanidade constituído pelos bens naturais e pela herança cultural. Assim, afirma:

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente de Desenvolvimento, a realizar-se no

Rio de Janeiro, constitui a plataforma em que pela primeira vez se defende a tese de que existe uma fatura ecológica a ser paga pelos países que, ocupando posições de poder, se beneficiaram da formidável destruição de recursos não-renováveis, ou somente renováveis a elevado custo, que está na base do estilo de vida de suas populações e do modo de desenvolvimento difundido em todo o mundo por suas empresas (FURTADO, 1992, P. 77)

Segundo Furtado (1992), a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) apresentou à Conferência de Tlatelolco, no México, algumas definições das responsabilidades dos países ricos em cinco áreas em que é particularmente grave a degradação do meio ambiente: o esgotamento da camada de ozônio, o aquecimento do planeta, a destruição da biodiversidade nos países do Terceiro Mundo, a poluição dos rios, oceanos e solos, e a exportação de resíduos tóxicos (p. 77) Desse modo, afirma Furtado (1992), a partir de duas idéias-força – prioridade para a satisfação das necessidades fundamentais explicitadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos e responsabilidade internacional pelo desgaste do patrimônio natural – foi possível desenhar o modelo de desenvolvimento a ser progressivamente implantado no próximo século. Os objetivos estratégicos são claros. Primeiro: “preservar o patrimônio natural, cuja dilapidação atualmente em curso conduzirá inexoravelmente ao declínio e ao colapso de nossa civilização; segundo: liberar a criatividade da lógica dos meios (acumulação econômica e poder militar) a fim de que ela possa servir ao pleno desenvolvimento de seres humanos concebidos como um fim, portadores de valores inalienáveis.” (p. 78)

Assim, destaca Furtado, esses objetivos devem ser vistos como um projeto cuja realização requer, senão a cooperação de todos os povos, pelo menos a conscientização progressiva da maioria deles. Isso porque a ameaça de destruição termonuclear e a hecatombe ecológica que se ameaça não deixam aos povos escapatória para sobreviver fora da cooperação; e o caminho dessa cooperação passa pela mudança de rumo de uma civilização dominada pela lógica dos meios, em que a acumulação a tudo se sobrepõe.

Nesse sentido, para finalizar, Furtado aponta para três assertivas dentro do contexto analisado até agora:

1º) Afirma que essa mudança de rumo, no que nos concerne, exige que abandonemos muitas ilusões,

que exorcizemos os fantasmas de uma modernidade que nos condena a um mimetismo cultural esterilizante. Devemos assumir nossa situação histórica e abrir caminho para o futuro a partir do conhecimento de nossa realidade. A primeira condição para liberar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se auto-intitulam desenvolvidos. É assumir a própria identidade. Na crise de civilização que vivemos, somente a confiança em nós mesmos poderá nos restituir a esperança de chegar a bom porto.

2º Nesse quadro que se configura, o destino dos povos dependerá menos das articulações dos centros de poder político e mais da dinâmica das sociedades civis. Não que o Estado tenda a deliquêscer, conforme a utopia socialista do século XIX, mas a possibilidade de que ele seja empolgado por minorias de espírito totalitário se reduzirá, se a vigilância da emergente sociedade civil internacional se fizer eficaz. A consciência de que está em jogo a sobrevivência da própria espécie humana cimentará um novo sentimento de solidariedade e favorecerá a emergência da figura do cidadão empenhado na defesa de valores comuns a todos os homens, numa luta que não comporta discriminações, exceto em defesa da própria liberdade.

3º Não podemos fugir à evidência de que a sobrevivência humana depende do rumo de nossa civilização, primeira a dotar-se dos meios de autodestruição. Que possamos encarar esse desafio sem nos cegarmos é indicação de que ainda não fomos privados dos meios de sobrevivência. Mas não podemos desconhecer que é imensa a responsabilidade dos homens chamados a tomar certas decisões políticas no futuro. E somente a cidadania consciente da universalidade dos valores que unem os homens livres pode garantir a justeza das decisões políticas (p. 79)

Dentro dessa perspectiva, o pensamento de Furtado, ao mesmo tempo que alerta para as possíveis destruições ambientais devido ao nosso estilo de vida e de sociedade, aponta, de forma incisiva, para as necessidades de uma mudança de postura e de valores em relação à própria sobrevivência do ser humano. Assim, a idéia de um desenvolvimento vinculado à idéia de libertar os homens e suas consciências do julgo do *pensamento único* é bastante forte nessa parte da obra de Furtado.

Desse modo, observamos, ao finalizar esta segunda parte do capítulo, que a concepção de desenvolvimento econômico – dos clássicos a Celso Furtado - nunca fora,

da mesma forma que a de progresso, uma concepção padronizada. Nisto se insere a necessidade de apresentar, nessas duas partes do capítulo, tais concepções, já que o conceito de desenvolvimento sustentável fundamenta fortemente suas raízes no princípio de que há possibilidades de podermos crescer (desenvolver, progredir economicamente) enquanto consumidores e não degradar o meio ambiente. Se nem mesmo as concepções de progresso e de desenvolvimento são unânimes, a concepção de desenvolvimento sustentável fica completamente vulnerável, não só às críticas mas, infinitamente mais importante, às dificuldades de sua própria implantação.

2. NECESSIDADES: A CRIAÇÃO CULTURAL DO CONSUMO

No capítulo um – no qual fizemos um levantamento prévio das idéias de progresso e desenvolvimento, ficou claro que tais idéias quase sempre basearam o pensamento da civilização ocidental no tocante às análises das diversas “fases”, dos diferentes tipos de agrupamento social. Desde os gregos, a idéia de progresso esteve presente nos discursos de desenvolvimento social, cultural ou espiritual do mundo ocidental.

Mais de dois milênios se passaram e as idéias de progresso e desenvolvimento foram se solidificando entre os diversos tipos de discurso, fosse ele econômico, sociológico ou cultural.

Os séculos XVIII e XIX, como vimos, também foram a arena onde pensadores como Rousseau (crítico de tais idéias) ou Comte (também defensor de tais idéias) desenvolveram suas teorias acerca das possibilidades ou não do desenvolvimento ou progresso econômico, social e cultural.

Foi devido, substancialmente, à Revolução Industrial na Inglaterra e ao advento de uma novo tipo de sociedade – fundada na racionalidade e na modernidade - que tais filósofos desenvolveram suas teorias. A revolução trouxe novas possibilidades para os indivíduos e para a sociedade. Com o advento das máquinas, o homem viu-se cativo do aparelhamento industrial, da razão e da técnica. A partir do final do século XVIII, além de o homem subordinar sua força de trabalho de forma massacrante, também entrava-se num ciclo que, até o presente momento, podemos afirmar que será contínuo: o ciclo da criação das eternas necessidades.

Neste capítulo, faremos uma análise acerca das criações das necessidades a partir da lógica do sistema industrial capitalista no qual os indivíduos e toda a sociedade se vêem, muitas vezes, reféns da estrutura de tal sistema.

Para isso, abordaremos análises a partir da idéia de sociedade de consumo, sociedade industrial e sociedade de consumo de massa, inserindo-as no contexto mais amplo da modernidade.

Inserir a discussão das necessidades a partir da idéia de sociedade do consumo é de fundamental importância para entendermos esse fenômeno da modernidade pois, como afirma SLATER (2001, p. 11):

As questões e os conceitos centrais dessa reflexão sobre a cultura do consumo são os mesmos que tem ocupado lugar de destaque na vida intelectual moderna em geral desde o Iluminismo. Nem a cultura do consumo enquanto experiência social, nem as questões por meio das quais essa experiência tem sido abordada são novas, ou sequer recentes: a cultura do consumo é um tema que faz parte da trama da modernidade, um tema que retoma preocupações e formas de pensar características do Ocidente moderno.

Vincular a sociedade (ou cultura) do consumo à criação das necessidades é quase uma redundância, pois o primeiro termo necessariamente – na modernidade – gera incessantemente o segundo.

2.1 O QUE SÃO NECESSIDADES HUMANAS?

Não há contra-argumentos para o fato de que nós, seres humanos, como qualquer outro ser vivo, temos necessidades. Partindo desta assertiva, num rápido olhar, detectamos primeiramente as necessidades biológicas. Necessitamos basicamente de duas coisas: nos alimentar e nos defender das intempéries naturais para que possamos nos desenvolver enquanto organismo biológico. Sem dúvida, tal idéia se aplica apenas em sociedades sem nenhum tipo de complexidade, pois em qualquer outra organização social minimamente complexa necessitamos de várias outras coisas para nos desenvolver enquanto ser humano, ou seja, enquanto um ser que se distingue dos demais no reino animal.

Sabemos que a Revolução Industrial criou um fenômeno jamais visto na história da humanidade: a criação de necessidades muito além das chamadas necessidades básicas. Para o sistema capitalista industrial, criar necessidades é a condição fundamental para que ele próprio se perpetue.

Nesse contexto, faremos uma revisão sobre o que são as necessidades básicas humanas a partir de autores que se debruçaram sobre tal idéia.

Para SLATER (2002), as necessidades não são vistas como um conceito particularmente social. Por um lado, afirma, as necessidades podem ser consideradas naturais e evidentes por si mesmas (como as “necessidades básicas” de comida, roupa e teto); por outro lado, são vistas muitas vezes como arbitrárias e subjetivas – como “carências”, “caprichos”, “preferências” ou “desejos” que dependem inteiramente das peculiaridades dos indivíduos. Neste sentido, ambas as abordagens, aponta Slater, obscurecem a natureza fundamentalmente social das necessidades. É preciso que fique bem claro, diz: as necessidades não são sociais no sentido simples, por serem “influências sociais”, “pressões sociais” ou processos de “socialização”, por meio dos quais a “sociedade” “molda” o “indivíduo”. A questão básica, aponta, é diferente, pois quando alguém diz “preciso de uma coisa”, está dizendo que “precisa” disso para ter um certo tipo de vida, certos tipos de relações com os outros, ser um certo tipo de pessoa, realizar certas ações ou atingir certos objetivos.

Assim, as declarações de necessidades são, por sua própria natureza, ligadas a pressupostos de como as pessoas podem, devem ou vão viver em sua sociedade: as necessidades não são apenas sociais, mas também políticas, pois envolvem afirmações a respeito de interesses e projetos sociais. (SLATER, 2002, p. 12)

Nesse sentido, segundo Slater (2002), as necessidades são tanto sociais quanto políticas: são declarações que questionam se os recursos materiais e simbólicos, o trabalho e o poder estão sendo alocados por instituições e processos sociais contemporâneos de forma a sustentar a vida que as pessoas querem levar. (p. 13)

PEREIRA (2000) em sua obra *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais* traz à tona uma discussão sobre o que vem a ser necessidades básicas e mínimos sociais. Para ela, há uma distinção fundamental entre o que é mínimo e o que é básico. Afirma:

mínimo e básico são na verdade, conceitos distintos, pois enquanto o primeiro tem a conotação de menor de menos, em sua acepção mais ínfima identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O básico expressa algo fundamental, principal, primordial, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que ela se apresenta (p. 26)

Para Pereira (2000), o mínimo atualmente poderia ser uma parca ração alimentar para matar a fome dos necessitados, uma veste rústica para os protegidos do frio, um abrigo tosco contra as intempéries, um pedaço de terra em regime de servidão, uma renda mínima subsidiada ou um salário mínimo estipulado pelas elites no poder (p. 16)

Nesse sentido, buscar uma definição objetiva e universal do que sejam necessidades humanas possivelmente seja uma tarefa árdua e sem grandes resultados, até mesmo porque, como afirma Marcuse, as necessidades são criadas histórica e culturalmente.

Para Pereira (2000), a tarefa de definir o que são necessidades básicas é tão árdua que até mesmo a literatura acadêmica, política e moral sobre o tema padece de imprecisões e ambiguidades. Afirma: “muitas vezes o termo necessidades humanas tem uma conotação tão ampla, relativa e genérica, que fica difícil identificar os conteúdos, contornos e particularidades desse conceito” (p. 38)

Nesse âmbito, a idéia do que são necessidades básicas não está contemplada no Relatório Brundtland, ou seja, esse equívoco do relatório também torna o conceito de desenvolvimento sustentável vulnerável às críticas e à sua aplicabilidade.

Assim, as dificuldades de estabelecer, precisamente, o conceito de necessidades, se dá especificamente porque essas são criadas historicamente e por um sistema de produção que requer constantemente a falência de determinadas necessidades e a criação de outras, de modo quase instantâneo.

Além desse fator, a sociedade na qual vivemos é dividida em classes econômicas, o que faz a idéia do que seja necessário ser completamente subjetivo, até mesmo aquilo que chamamos de necessidades básicas se tornam subjetivos¹⁶.

O relativismo do conceito de necessidades é tão amplo que Pereira (2000) levantou seis correntes que tentam estabelecer tais definições e precisões conceituais.

A primeira corrente, a da *Ortodoxia Econômica* do bem-estar, confunde necessidades com preferência e cidadãos com consumidores, cujas opções de consumo são tidas como reflexos de suas necessidades. Para esta corrente, “as preferências de consumo – sejam básicas ou supérfluas, como alimento ou roupa da moda; sejam auto-sustentadas ou não – possuem o mesmo *status* e merecem o mesmo tratamento, pois são

¹⁶ Alimentar-se diariamente com R\$15,00, para uma pessoa de uma classe econômica X, pode ser algo inaceitável para quem está acostumado gastar cem reais num mero almoço. Por outro lado, este mesmo almoço de R\$15,00 pode ser um banquete para quem passa o dia com apenas R\$1,00.

elas que numa economia de mercado são consideradas soberanas (PEREIRA, 2000, p. 41)”

Uma segunda corrente, a *Nova Direita*, entende que o conceito de necessidades sociais, divergente do de preferências individuais, é politicamente perigoso, por dar mais importância ao Estado que ao mercado. Entende também que a intrusão estatal nas liberdades individuais e na salutar autonomia do mercado pode se transformar em abuso de poder. (PEREIRA, 2000, p. 42)

A terceira corrente, a dos *Críticos do Imperialismo Cultural*, fundamenta sua visão afirmando que as necessidades variam de grupo para grupo, devendo, por isso, ser definidas pelos segmentos sociais específicos que as padecem. Caso contrário, ocorrerá a opressão ditatorial dos grupos forte sobre os mais fracos, com base no conceito de necessidades comuns, universais, geralmente definido por quem está no poder (PEREIRA, 2000, p. 42/3).

A quarta corrente, a *Visão marxista*, fundamenta sua visão afirmando que as necessidades são fenômenos históricos e que são essencialmente produtos do meio e da cultura dos quais os homens fazem parte.

Para Pereira (2000), um dos expoentes da visão marxista foi Agnes Heller. Para esta, a estrutura das necessidades varia de um modo de produção para outro, sendo impossível, por isso, comparar culturas diferentes com base num conceito comum. Para Heller, necessidades são sentimentos conscientes de carecimentos socialmente relativos, os quais expressam desejos que se diferenciam de grupo para grupo; são sentimentos combinados, chamados de disposições de sentimento (p. 44)

A quinta corrente, dos *Democratas Radicais*, rejeita o primado do individualismo e da soberania dos grupos específicos na definição de necessidades e nas formas de satisfazê-las. Para esses, há que ocorrer uma reforma radical. Os grupos devem ter o direito de lutar pelos seus interesses e de perseguir os seus objetivos, mas sem desrespeitar as regras e a cultura que os unem aos demais membros da sociedade (PEREIRA, 2000, p. 47)

A sexta e última corrente, a dos *Fenomenólogos*, parte do princípio de que as necessidades são fenômenos socialmente construídos e, portanto, passíveis de definição não objetiva, uma vez que são essencialmente subjetivos (PEREIRA, 2000, p. 48)

Dentre as seis correntes, duas – a *Visão Marxista e a dos Fenomenólogos* – evidenciam o caráter fortemente subjetivo do conceito de necessidade. Assim, podemos estabelecer que o conceito de desenvolvimento sustentável - que se pauta

substancialmente em tal idéia - é completamente frágil, pois ao estabelecer que as gerações atuais devam possuir um estilo de vida de tal modo que possam satisfazer suas necessidades sem prejudicar as necessidades das gerações futuras, torna-se impraticável.

2.2. A VISÃO MARXIANA DE NECESSIDADES

Segundo Fraga (2006) os *Manuscritos econômico-filosóficos* constituem o texto mais importante, de 1844, em que Marx desenvolve a sua teorização sobre as necessidades e que, igualmente, no conjunto de toda a sua obra, aquele em que mais tematiza o conceito (p.135).

Para Marx (2004), a necessidade premente do trabalhador é a busca pelo trabalho. Afirma: o trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade (p. 25)

Nesse sentido, Marx irá desenvolver em seus manuscritos a idéia de estranhamento já que, na luta entre o capitalista e o trabalhador, o segundo sempre sai perdendo. Para ele, o estranhamento ocorre na produção do objeto, no próprio objeto produzido, na própria condição de produtor e nas relações entre os homens. (FRAGA, 2006, p. 144)

Nessas formas de estranhamento, afirma Fraga (2006), o operário torna-se um servo do trabalho para obter seus meros “meios de subsistência”, ou seja, para existir, no máximo, como operário e como sujeito físico. E ainda:

O extremo desta servidão vai além. Chega ao ponto em que, para subsistir como sujeito físico, o homem precisa ser operário e, uma vez sendo operário, não ultrapassa a condição de sujeito físico. Isto é, o homem não alcança o desenvolvimento de suas faculdades e necessidades espirituais. É o que Marx explica no terceiro manuscrito: ‘na medida em que ele [o capitalista] reduz a necessidade do operário ao mais necessário e lastimável sustento da vida física e a sua atividade ao movimento mecânico mais abstrato, [...] o homem não tem nenhuma outra necessidade, nem de atividade, nem de fruição; [...] ele faz do operário um ser insensível e sem necessidades. (p. 154)

Nesse processo de estranhamento completo do homem consigo mesmo, com os outros, com o produto criado e com o processo de criação do produto, Marx (2004) afirma:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*) O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadoria em geral.

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta com um ser estranho, com um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*). (p. 80)

Esse completo estranhamento do homem, do operário, faz com ele se sinta bem somente nas horas de folga e nas suas funções mais propriamente animais (beber, comer, procriar, habitar). Neste sentido, o estranhamento e a alienação fazem com que o homem tenha suas faculdades – que o diferenciam dos animais – aniquiladas. Pois como afirma Marx (1993):

O animal também produz. Constrói para si um ninho, habitações, como as abelhas, castores, formigas, etc. Contudo, produz apenas o que necessita imediatamente para si ou para a sua cria; produz apenas sob a dominação da necessidade física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade da mesma; produz-se apenas a si próprio enquanto o homem reproduz a natureza toda; o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o

homem enfrenta livremente o seu produto. O animal dá forma apenas segundo a necessidade da espécie a que pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de cada espécie e sabe aplicar em toda a parte a medida inerente ao objeto; por isso, o homem dá forma também segundo as leis da beleza” (p. 68)

Contudo, o estranhamento causado pela relação operário/capitalista tira do homem essa sua capacidade criacional que o distingue do restante do mundo animal. Na relação operário/capitalista, o que há é um processo de desumanização completa do operário, o que o transforma também numa mera mercadoria, como vimos acima.

Havemos de notar um fator. Quando Marx escreve os *Manuscritos* (1844) o operário fabril da Europa é um sujeito que está desprovido da criação mental de necessidades que vão além da satisfação de sua fome e de auto-conservação, devido à situação de pauperismo que ele vive. Este operário (da transição da primeira para a segunda fase da Revolução Industrial) não é visto pelos capitalistas como um possível consumidor (fator que irá acontecer apenas na transição da segunda para a terceira fase da Revolução).

Neste sentido, o operário visto e analisado por Marx nos *Manuscritos* é aquele que é desprovido, quase que em sua totalidade, de suas vontades. É apenas um elemento dentro do sistema industrial, sistema este que aliena e faz o trabalhador sentir-se estranhado em seu próprio universo. O operário do século XIX é brutalizado em todos os sentidos. Não produz para si a mercadoria, e sim para o capitalista.

Anos mais tarde, em *O Capital* (1867 ano da publicação do livro I), Marx, ao escrever sobre a natureza da mercadoria, estabeleceu que esta é antes de tudo um objeto externo, uma coisa, a qual, pelas suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas de qualquer espécie.

Para Marx (1996), a natureza dessas necessidades, se elas se originam no estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Diz ele: “aquí também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção”(p. 165). Para Marx, portanto, primeiramente a mercadoria enquanto valor de uso é a responsável pela satisfação em si das necessidades humanas.

Entretanto, Marx, ao analisar a constituição da idéia de valor, afirma que, além do valor de uso das mercadorias, essas possuem também o valor de troca, e é neste que ocorre o caráter fetichizante da mercadoria. Para Marx (1996):

O caráter místico da mercadoria não provém, portanto, de seu valor de usoprovém quando ela assume a forma mesmo de mercadoria.... O misterioso da forma da mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos (p. 197/8)

Nesse contexto, Marx observa que o caráter fetichista do mundo das mercadorias provém do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadoria.

Desse modo, Marx demonstra, de forma irrefutável, que a geração de necessidades, sejam individuais, sejam sociais, se dá dentro do modo de produção capitalista industrial, pois é somente dessa forma – gerando continuamente necessidades – que o sistema se produz e perpetua. Conclui que: “todo misticismo do mundo das mercadorias, toda magia e a fantasmagoria que enevoam os produtos de trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem, por isso, imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção (p. 202)”

2.3 IDÉIA DE NECESSIDADE EM AGNES HELLER

Agnes Heller, pensadora marxista e de filiação lukacsiana, em 1996 revisou, em palestra proferida na Universidade Autônoma de Madrid, sua obra *Teoria das Necessidades em Marx*. Nesta, que ficou conhecida com *Una revision de la teoría de las necesidades*, Heller inicia sua abordagem acerca das necessidade a partir do aspecto ontológico.

Contudo, antes de compreendermos a visão de Heller sobre as necessidades nos aspectos ontológico, ético e político, devemos demonstrar como ela pensa, de modo geral, a idéia de necessidades.

Em sua compreensão, Heller (1996) afirma que *necessidade é uma categoria social*. Os homens e mulheres “têm” necessidades enquanto animal político (*zoon politikon*), enquanto atores e criaturas sociopolíticas. No entanto, suas necessidades são sempre individuais. Assim, as necessidades podem situar-se entre os desejos, por um lado, e carências (necessidades socio-políticas) por outro. Ao contrário das necessidades, os desejos não podem ser completamente verbalizados, às vezes nem sequer de modo aproximado. Dessa forma, afirma Heller, quando se refere às necessidades, ou carências sociopolíticas, falamos da “média”. De forma mais precisa, nada tem carências da mesma maneira que desejos ou necessidades (p. 85).

Para Heller, o desejo manifesta (direta ou indiretamente) nossa relação psicológica-emocional e subjetiva com as necessidades, enquanto as carências (necessidades sociopolíticas), descrevem um tipo, ou classe de necessidades, que a sociedade atribui a seus membros em geral. Além disso, as necessidades são interpretadas e determinadas de ambas as formas; um exemplo é a necessidade de educação, ou seja, é uma necessidade geral sociopolítica (uma “carência”). É uma abstração que abarca todos os tipos de educação e que abstrai os conteúdos de tudo o que se aprende. Se falarmos dos indivíduos como portadores de necessidades, nunca encontraremos a “necessidade de educação”, senão uma necessidade concreta de estudar tais coisas, ou de ser bom em determinada profissão. Assim mesmo, diz Heller, muitos desejos concretos estão relacionados com estas necessidades concretas, tais como o desejo de ter sorte nos exames ou de cair com o professor ideal (p. 86).

Passemos agora para a divisão que Agnes Heller faz sobre a questão das necessidades – divisão entre necessidades verdadeiras e falsas - a partir dos três aspectos: o ontológico, o ético e o político¹⁷.

Para Heller (1996), a divisão entre necessidades “verdadeiras” e necessidades “falsas” possui três aspectos diferentes no que se refere à compreensão e evolução das necessidades. O primeiro aspecto é o ontológico. Para a autora, as categorias de “verdadeiro” e “falso” aplicadas às necessidades, denotam um confronto entre necessidades reais e irrealis (imaginárias). Nesta concepção, afirma, as necessidades conscientes de uma parte da sociedade contemporânea não podem ser consideradas como reais, posto que não são outra coisa se não derivados do fetichismo do ser social

¹⁷ Acreditamos que para a discussão em nosso trabalho, a abordagem que Agnes Heller faz entre necessidades “verdadeiras” e “falsas” basta para compreendermos sua visão sobre o assunto. Contudo, apontamos algumas de suas idéias após a página 85 dessa mesma obra (*Una revisión de la teoría de las necesidades*).

e da manipulação das necessidades. (p. 57) Diz que “quando os indivíduos, que consideram relevantes para si estes tipos de necessidades, e que perseguem a satisfação de tais necessidades, alcança o nível de consciência correta, as necessidades “imaginárias” são repensadas por necessidades “reais”. (p. 58, tradução nossa)

Heller diz que o mero gesto de separar as necessidades reais das imaginárias empurra a teoria para uma posição de um deus que julga sobre o sistema de necessidades da sociedade. Aponta que, para que ocorra a distinção das necessidades “reais” e “imaginárias”, é necessário que ocorra o conhecimento de quais são as necessidades “reais”, “verdadeiras”. Nesse sentido, diz: “quando a realidade das necessidades é explicada mediante a teoria da manipulação, o conhecimento da teoria, que realiza o juízo, só pode ter sua origem no fato de que sua consciência não tem sido fetichizada, de que é a consciência correta. Porém, como saber se a teoria da consciência é a correta?” (p. 58, tradução nossa) Assim, por consequência, a divisão das necessidades em “verdadeiras” e “falsas” se mostra carente de sentido.

Desse modo, qualquer teoria que parta da idéia de que haja uma consciência correta, identificando grupos de necessidades “verdadeiras” e “falsas”, o que pode ocorrer é que haja um círculo vicioso, tendo em vista que sempre uma tentará dizer que é consciência não fetichizada.

Contudo, para além desse problema teórico, o conceito de necessidades “verdadeiras” e “falsas” também possui, inerentemente, um perigo prático. Sempre que já não é uma teoria separada, senão um sistema de instituições sociais, a que se atribui o direito de distinguir as necessidades reais, das necessidades imaginárias, o que sobrevem é a ditadura das necessidades. A estrutura de poder permite somente a satisfação daquelas necessidades que interpreta como reais. Não produz satisfação de nenhuma outra necessidade e oprime toda aspiração a elas encaminhada. (p. 60)

Afirma Heller (1996):

Para romper com este impasse teórico e passar adiante esta perigosa prática, devemos evitar igualar “verdadeiras” e “falsas” necessidades com necessidades “reais” e “irreais” (imaginárias). Todas as necessidades sentidas pelos humanos como reais tem de ser consideradas reais. Estas incluem as necessidades que então são conscientes, que são formuladas por eles, que perseguem satisfazer. Posto que não tem diferença entre as

necessidades com respeito a sua realidade, disto se segue que toda necessidade deve ser reconhecida. (p. 60, tradução nossa)

Nesse sentido, para Heller, dividir necessidades em verdadeiras e falsas não só implica negar reconhecimento a necessidades consideradas irreais, senão que significa também que a demanda de sua satisfação é irrelevante. Para os defensores do conceito de “verdadeiras” e “falsas” necessidades, as irreais não precisam ser satisfeitas. Esse é o tipo de argumento que se fala em toda ditadura, quando decide sobre as necessidades do povo.

Por outro lado, argumenta Heller, se adotar o ponto de vista de que todas as necessidades tem de ser reconhecidas, posto que todas elas são reais, devemos adotar também o ponto de vista de que todas elas tem de ser satisfeitas? Porém, é possível a satisfação de todas as necessidades? Sem dúvida, sempre há mais necessidades nas sociedades dinâmicas atuais, das que podem ser satisfeitas pela sociedade nas condições presentes. Isto é certo, inclusive quando tomamos conta das desigualdades sociais existentes, algumas das quais são flagrantes. Em consequência, há que se criar um sistema que, em cada momento dado, outorgue prioridade à satisfação de determinadas necessidades sobre a satisfação de outras necessidades. (p. 61)

A saída dessa problemática, para Heller (1996), seria então a seguinte:

Se partirmos do reconhecimento de todas as necessidades e da legitimidade de suas satisfações, então a determinação das prioridades pressupõe um sistema de instituições sociais diferente daquele que divide as sociedades entre reais e irreais. O sistema que melhor se adequará para a determinação de tais prioridades seria um que institucionalizaria a decisão mesma através de alguma forma de debate público democrático. Em tais debates, as forças sociais que representam necessidades igualmente reais decidiram que tipos de satisfação de necessidades haveriam de ser preferidos em sua satisfação frente a outras necessidades – igualmente reconhecidas (p. 62, tradução nossa).

O segundo aspecto sobre a divisão entre necessidades “verdadeiras” e “falsas” é o ético. Para Heller, uma vez posto que todas as necessidades são reais – “verdadeiras”, e que todas tem de ser reconhecidas e satisfeitas, tal argumento ignora o problema do juízo moral. Para ela, este segundo aspecto da divisão entre “verdadeiras” e “falsas”

necessidades, não distingue entre necessidades “reais” e “imaginárias”, senão entre *boas e más*. Se também destacamos a última diferenciação, deveríamos pressupor que todo aquele que é real, é ao mesmo tempo bom em termos éticos, ou ao menos indiferente em termos de valor, e de nenhuma maneira moralmente condenável.

Para Heller, tal tese não é sustentável. Afirma que, caso tomemos como exemplo a necessidade de oprimir os outros, indubitavelmente real, ou de forma parecida, é a necessidade de humilhar ou explorar os outros. Se as pessoas insistem no reconhecimento e satisfação de todas as necessidades, sem nenhum tipo de restrição moral sobre a base de que são reais, então a necessidade de explorar e oprimir os outros tem que ser reconhecida e satisfeita. O reconhecimento e a satisfação dessas necessidades poderia, entretanto, contradizer a primeira tese, de acordo com a qual todas as necessidades devem ser reconhecidas e satisfeitas. Seu reconhecimento e satisfação entram em conflito com o reconhecimento e satisfação das necessidades de todos os outros, principalmente as necessidades reais de ser liberado da exploração e da opressão. (p. 62/3)

Segundo Heller, há completa inconsistência em equiparar “bom” com “real”. Sem a divisão das necessidades em boas e más, o reconhecimento e a satisfação de todas as necessidades é praticamente irrealizável. Ao mesmo tempo, as necessidades más não tem que ser reconhecidas nem satisfeitas. Portanto, a demanda a favor do reconhecimento e da satisfação de todas as necessidades é insustentável teoricamente.

Neste sentido, Heller aponta para a seguinte situação: façamos pois uma divisão das necessidades entre “boas” e “más”. Partimos do ponto de que a divisão tem sido efetuada mediante normas em todos os sistemas sociais concretos. Algumas necessidades particulares tem sido condenadas como más, entretanto, outras tem sido exaltadas como boas (algumas vezes tem sido a necessidade do erótico que foi condenada como uma necessidade má, outras vezes tem sido a necessidade de isolamento frente a sociedade; para algumas culturas tanto a necessidade de trabalho físico é visto como boa como a emancipação deste é visto como boa).

Por conseqüência, diz Heller, as necessidades anteriores ficaram sem reconhecimento ou, de forma mais precisa, sua satisfação se considerou como pecado ou uma má ação. No processo de evolução da sociedade burguesa, simultaneamente com a desintegração das hierarquias fixas de valores, a divisão entre necessidades boas

e más se fez mais questionável e menos viável com respeito à qualidade concreta das necessidades (p. 64)

Neste sentido, para Heller, a possibilidade de se evitar tal erro é possível com a proposição de um novo catálogo moral, de uma nova hierarquia de valores. Aponta para as seguintes interrogações: “que justificativa se tem para tal feito”? “em nome de quem”? Para tais perguntas, diz ela, se requer respostas. Assim, ao elaborar um catálogo moral, se estaria na mesma posição do teórico que acha que sua consciência é a única correta em contraste com a falsa consciência de todos os demais. A única diferença é que aqui nós, somente nós, sabemos que necessidades particulares são boas e quais são más, entretanto que outros vivem na ignorância do respeito ao bem moral. Nessa situação, afirma Heller, novamente isto denotaria uma posição que transcende a sociedade a que pertencemos. Pois, na medida em que nosso catálogo moral haveria de ser aceito em qualquer lugar (falando de maneira hipotética), conduziria de novo à ditadura sobre as necessidades, a opressão de todas as necessidades particulares que nosso catálogo moral tem condenado como más.

Todavia, apontamos para outra solução. Tem-se de excluir do reconhecimento aquelas necessidades que impedem que todas nossas necessidades sejam reconhecidas e satisfeitas. Existe, portanto, uma norma ética sobre a base da qual tal exclusão pode fazer-se de forma teórica e prática sem recair no ponto de vista já rejeitado da divisão entre necessidades particulares “boas” e “más”? (1996, p. 65)

Para Heller, esta norma ética existe, e é em Kant que ela se encontra quando ele propõe em uma das formas do imperativo categórico¹⁸ a seguinte idéia: “o homem não tem de ser um mero meio para outro homem!”

Segundo Heller, o próprio Kant fala em três anseios, cada um dos quais pressupõe o uso de outro como mero meio. Estes são o *anseio da posse*, o *anseio de dominação* e o *anseio da ambição*. Neste sentido, esses anseios são obviamente formas alienadas de necessidades. Pois o homem, impulsionado por estes “anseios”, não se esforça na satisfação de uma ou outra de suas necessidades particulares, posto que todas as suas necessidades particulares são multiplicadas por este mesmo anseio. Assim, em princípio, todas as necessidades qualitativas concretas são satisfeitas. Porém, o sistema quantitativo das necessidades é insatisfeito em princípio. Dessa forma, ao aceitar o imperativo de Kant, segundo o qual o homem não deve ser um mero meio para outro,

¹⁸ O Imperativo Categórico Kantiano, encontrado na Crítica da Razão Prática. é definido da seguinte forma: “Aja de tal maneira, que o motivo que te levou a agir de tal modo, se torne um motivo universal”

excluem-se todas aquelas necessidades que não são necessidades qualitativas concretas, isto é, excluem-se as meras necessidades quantitativas alienadas. Dessa forma, se resolvem três problemas distintos, porém interconectados.

O primeiro é que o imperativo kantiano proporciona um critério para distinguir entre necessidades boas e más sobre o fundamento de qual se pode fazer a divisão de necessidades particulares em boas e más.

Segundo, a exclusão de necessidades quantitativas que são insatisfatíveis em princípio, torna relevante o requisito anterior, segundo o qual todas as necessidades tem de ser satisfeitas. Terceiro, temos que romper o impasse antes mencionado. Todas aquelas necessidades que criaram o dilema com respeito à satisfação geral das necessidades pertencem a categoria cuja satisfação requer que o homem se converta em um mero meio para o outro. Se utilizarmos o imperativo categórico kantiano para excluí-las do reconhecimento e da satisfação, o reconhecimento e a satisfação de todas as outras necessidades particulares devem ser imediatamente relevantes (p. 67)

Para finalizar este ponto, Heller propõe a formulação da seguinte tese: rechaçar a divisão das necessidades em reais e irrealis, aceitando o guia da norma moral. Neste caso, seria da seguinte forma: “todas as necessidades tem de ser reconhecidas e satisfeitas com a exceção daquelas cuja satisfação faz do homem um mero meio para outro. O imperativo categórico, portanto, tem uma função restritiva na avaliação das necessidades (p. 67, tradução nossa)”

O terceiro aspecto sobre a divisão entre necessidades “verdadeiras” e “falsas” é o Político. Além das discussões até agora apresentadas sobre a divisão das necessidades em categorias como “verdadeiras” e “falsas” ou em “boas” e “más”, há um terceiro problema não analisado até o momento, segundo Heller. Aponta para a seguinte interrogação: significa que a recusa das necessidades más, em termos kantianos que todas as necessidades não excluídas são ao mesmo tempo boas, ou de forma mais precisa, igualmente boas? (p. 67) Para Heller, todas as necessidades devem ser reconhecidas, exceto aquelas que fazem de uma pessoa um mero meio para a outra.

Em outra obra de Agnes Heller e Ferenc Fehér – *A condição pós-moderna* (2002) - a autora propõe o termo¹⁹ de *sociedade insatisfeita*. Nesta obra, Heller afirma

¹⁹ Para Agnes Heller o termo “sociedade insatisfeita” foi cunhado para destacar um traço conspícuo da identidade ocidental. Para a autora o termo não é um termo essencialista, ou seja, não pretende designar a essência da modernidade. A idéia de ‘sociedade insatisfeita’ busca captar a especificidade de nossa época mundial da perspectiva das necessidades ou, mais particularmente, da criação, percepção, distribuição e satisfação das necessidades. Isso sugere que a forma moderna de criação, percepção e distribuição de

que olhar a modernidade do ponto de vista das necessidades tem duas grandes vantagens. A primeira, permite-nos ver a modernidade de uma maneira holística, sem que isso se torne uma perspectiva totalizante. Holístico no sentido em que se pode afirmar que a insatisfação mantém todas as instituições em andamento e é inerente a cada uma delas. A segunda vantagem está na possibilidade de combinar dois discursos distintos: o da filosofia social e o da filosofia existencial. Assim, pode-se tematizar a criação, a distribuição, a percepção e a satisfação sociais das necessidades, e igualmente tematizar a relação subjetiva do indivíduo com o sistema das necessidades, isto é, as aspirações, alegrias, sofrimentos e esperanças das pessoas, suas ligações umas com as outras, suas vulnerabilidades, anseios, felicidade e infelicidade (p. 30).

A sociedade insatisfeita de Heller está, portanto, circunscrita no seio da modernidade. Isto fica claro quando afirma:

A sociedade insatisfeita é assim uma sociedade em que as ordens sociais e as pessoas se tornam contingentes. Numa sociedade insatisfeita, todas as ordens sociais e políticas podem com igual facilidade existir como não existir, podem ser de uma forma ou de outra. Do mesmo modo, a pessoa individual pode existir como também não existir nela, e nela desempenhar tanto um papel quanto outro. (FEHER; HELLER, 2002, p. 35)

Visto dessa perspectiva, a sociedade insatisfeita é o resultado de um processo, ao mesmo tempo racional e irracional (visto através do prisma da modernidade), ou seja, ao mesmo tempo em que a modernidade estruturou o *modus-vivendi* dos indivíduos do século XVIII em diante, essa forma de vida é completamente sem nexos, tendo em vista que não é mais o discurso eclesiástico medieval que organiza a vida social, e sim um processo fundado na razão. É sem nexos porque, como a própria idéia de sociedade insatisfeita aponta, o homem da modernidade, como aparato necessário da estrutura industrial capitalista, deixa de ser homem em sua totalidade, para se tornar um sujeito que está condenado à liberdade do consumo. O homem da modernidade está amarrado em sua própria existência e fadado à eterna insatisfação do consumo e das relações humanas.

Para Heller (2002), a sociedade insatisfeita caracteriza-se pela expansão de carências e necessidades. Se as necessidades são *sentimentos* e, simultaneamente, *forças*

necessidades reforça a insatisfação, independente de alguma necessidade concreta ser ou não de fato satisfeita. Além disso, sugere que uma insatisfação geral atua como uma vigorosa força motivacional na reprodução das sociedades modernas. (A condição pós-moderna. Ed. Civilização brasileira. 2002, p. 29)

motivacionais, nos tempos modernos, essas forças motivacionais surgem como reivindicações na área social e política. As pessoas necessitadas reivindicam a satisfação de suas necessidades. Ao fazerem essas reivindicações, traduzem suas insatisfações pessoais numa linguagem pública, a da justiça e equidade. Depois de traduzirem essas necessidades na linguagem da justiça e equidade, os autores (das necessidades) pleiteiam a substituição das regras e leis sociais e políticas existentes por outras novas, para que se possa transpor o abismo entre as aspirações e as experiências (p. 40).

Segundo Heller (2002), no estágio atual da modernidade ocidental, as imaginações sociais se preocupam mais com as carências do que com as necessidades, que não são carências. Nesse sentido, o progresso é definido como o aumento das carências ou, mais corretamente, o aumento dos meios de satisfação das carências. (p. 41)

Assim a “*sociedade insatisfeita*” vive mudando continuamente, isso pode ocorrer e ser atribuídas em sua maior parte à auto-reprodução de um sistema autopropulsor, ou às intervenções e ações de sujeitos, individuais e coletivos.

Para Heller (2002), diferentemente de outras formatações societárias (formações tradicionais ou estados totalitários) o estado ocidental moderno não possui centro organizado e – na linguagem habermasiana – a opacidade deste é muito maior que de outras formas societárias. Nesse sentido, devido ao estado ocidental não possuir centralidade, outros sistemas e subsistemas tomam conta de seu interior (sejam eles econômicos ou culturais). Assim, dado essa profusão de sistemas e subsistemas no seio do estado ocidental moderno, os conflitos que ocorrem nessa esfera fazem parte de nossas experiências de vida básicas e podem desenvolver em nós necessidades pelas quais estamos dispostos a fazer reivindicações (p. 52/3).

Dessa forma, conclui Heller (2002): será que podemos estar satisfeitos numa sociedade insatisfeita? Para a autora sim, já que podemos estar satisfeitos com nossa vida na medida em que podemos transformar nossa contingência em nosso destino, optando por satisfazer nossas necessidades de autodeterminação de forma direta, não indiretamente. Aponta que mulheres e homens modernos não tem a necessidade de estar completamente satisfeitos. Pois se estivessem, isso significaria o fim do esforço e da busca que são, afinal, nosso elemento de vida. (p. 59)

2.4 A VISÃO MARCUSIANA SOBRE AS NECESSIDADES

Hebert Marcuse – em sua obra a *Ideologia da Sociedade Industrial* (1967) - inclui a idéia de necessidades humanas dentro do contexto das criações desse tipo de sociedade. Sua abordagem também passa pelo crivo do que são necessidades “verdadeiras” e “falsas”, lembrando Agnes Heller.

Marcuse, em sua obra a *Ideologia da Sociedade Industrial* (1967), afirma que todos os tipos de necessidades humanas, acima do nível biológico, sempre foram pré-condicionadas. Afirma ele que o fato da possibilidade de se fazer, ou deixar de lado, gozar ou destruir, possuir ou rejeitar algo, ser ou não tomada por necessidade, depende de poder ou não ser ela vista como desejável e necessária aos interesses e instituições sociais comuns. Assim, as necessidades humanas são necessidades históricas e, quando a sociedade exige o desenvolvimento repressivo do indivíduo, as próprias necessidades individuais e o direito destas à satisfação ficam sujeitos a padrões críticos predominantes (p. 26)

Fazendo paralelo ao pensamento de Agnes Heller, Marcuse diz que podemos distinguir tanto as necessidades verídicas como as falsas necessidades. Para Marcuse, as “falsas” necessidades são aquelas superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares ao reprimi-lo: as necessidades que perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria e a injustiça. Assim, a maioria das necessidades comuns de descansar, distrair-se, comportar-se e consumir de acordo com os anúncios, amar e odiar o que os outros amam e odeiam, pertence a essa categoria de falsas necessidades.

Segundo Marcuse (1967), tais necessidades têm um conteúdo e uma função sociais determinados por forças externas sobre as quais o indivíduo não tem controle algum; o desenvolvimento e a satisfação dessas necessidades são heterônomos. Assim, independentemente do quanto tais necessidades possam ter se tornado do próprio indivíduo, reproduzidas e fortalecidas pelas condições de sua existência; independentemente do quanto ele se identifique com elas, e encontre sua satisfação, elas continuam a ser o que eram de início – produtos de uma sociedade cujo interesse dominante exige repressão (p. 26).

Para Marcuse, as únicas necessidades que tem direito indiscutível à satisfação são as necessidades vitais – de alimento, roupa e teto ao nível alcançável de cultura.

Nesse ponto, podemos discordar de Marcuse. Até mesmo as necessidades ditas vitais, ou básicas, ou radicais, como alimentar-se, vestir-se, abrigar-se, possuem, por

serem culturais, um certo nível de aprisionamento na sociedade industrial moderna, tendo em vista que a idéia da busca do “luxo” sempre estará imposta aos indivíduos. Assim, perguntamos: qual é o alimento, o vestuário e o teto básicos em nossa cultura? Qual é o “padrão” a ser seguido para que não haja desregulação entre os indivíduos de uma mesma sociedade?

Marcuse (1967) afirma, assim, que o julgamento das necessidades e sua satisfação, nas condições dadas, envolve padrões de prioridade – padrões que se referem ao desenvolvimento ótimo do indivíduo, de todos os indivíduos, sob a ótima utilização dos recursos materiais e intelectuais à disposição.

Concluindo, aponta Marcuse que em, última análise, a questão das necessidades, que devem ser falsas e verdadeiras, só pode ser respondida pelos próprios indivíduos, mas apenas em última análise; ou seja, se e quando eles estiverem livres para dar a sua própria resposta. Pois enquanto eles forem mantidos incapazes de ser autônomos, enquanto forem doutrinados e manipulados, a resposta que derem a essa questão não poderá ser tida como sua (p. 27).

Assim, verificamos que a sociedade industrial aprisiona a consciência dos indivíduos de tal forma que suas vontades, desejos e necessidades são determinadas por sistemas, não lhes pertencem. O processo de libertação humana fica longe de ocorrer. O aprisionamento, afirma Marcuse, ocorre porque o pensamento unidimensional é sistematicamente promovido pelos elaboradores da política e seus provisionadores de informação em massa. Ocorre uma hipnose por meio da palavra, do discurso, e das hipóteses daqueles que possuem o monopólio da informação.

Nesse sentido, pensar o que poderão vir a ser as necessidades das futuras gerações se torna uma tarefa completamente inviável para nossa, pois nem nós sabemos dar as respostas do que são nossas necessidades fundamentais, para que ocorra a diminuição dos usos dos recursos naturais, e, conseqüentemente, a proteção a um possível “equilíbrio” ambiental.

Para concluirmos este capítulo, citaremos a obra *O Equívoco ecológico – riscos políticos* (Alphandéry, Biton e Dupont, 1992). Para os autores, nós não definimos livremente nossas necessidades. Afirmam eles:

Se nunca existiu e jamais existirá definição ‘livre’ de necessidades, se as necessidades, mesmo biológicas, sempre se inscreveram e sempre se inscreverão no âmbito de um certo

número de regras relativas a um ou mais sistemas culturais determinados, a sociedade de consumo pode legitimamente ser considerada como aquela que, na história da humanidade, conseguiu organizar, sob as aparências das mais completa liberdade, o controle social o mais vigilante e eficaz que seja das necessidades, tanto num plano individual quanto coletivo. (p. 116)

Para Castoriadis (apud Alphantéry et al, 1992), as duas dimensões da instituição da sociedade são a “instilação nos indivíduos de um esquema de autoridade e de um esquema de necessidades” (p. 116)

Na sociedade do consumo, são consumidos mercadorias e signos. Para Ivan Illich (apud Alphantéry et al, 1992), pela primeira vez na história, quer seja nas sociedades desenvolvidas ou em desenvolvimento, a percepção das necessidades modificou-se em uma demanda de produtos manufaturados, e as necessidades, como os desejos, coincidem desde então quase exclusivamente com as mercadorias. Segundo Alphantéry (1992), essa identificação da necessidade com a mercadoria, e do conjunto de mercadorias com um sistema de signos culturais, constitui, sem dúvida alguma, a principal explicação da surpreendente vitalidade demonstrada pela sociedade do consumo. De fato, através do consumo de objetos/signos, tende a desaparecer, ao menos imaginariamente, a distinção corrente, ainda prezada por muitos ecologistas, entre as necessidades ditas “reais” e aquelas consideradas como “fictícias” (p. 119)

Assim, aponta Alphantéry, onde colocar a fronteira entre necessidade “autêntica”, realmente sentida, e a “alienada”, artificialmente criada, já que, conseqüentemente a mercadoria é tanto um objeto que se usa, como um signo que se ostenta? Uma vez obtida a noção de mínimo vital, ela própria sujeita a diferentes interpretações, segundo a época e o local, quem pode decidir, sem cair imediatamente em um modo autoritário de definição de necessidades, que tal objeto pertence ao “necessário” e outro ao “supérfluo”? Nesse sentido, afirma nosso autor, desde há mais de vinte anos, o projeto da ecologia política e radical, de voltar às necessidades “reais”, parece estar num beco sem saída e a dificuldade, ou mesmo a impossibilidade, que existe em traçar essa fronteira, deve-se ao fato de que é a própria personalidade do homem contemporâneo que se afirma através do consumo de objetos (p. 119)

Para Alphantéry (1992), a submissão da necessidade moderna ao controle dos especialistas e ao reino da mercadoria é inseparável do desaparecimento das solidariedades, saberes e conhecimentos práticos que, até uma época recente, permitiam aos homens, individualmente ou em grupo, satisfazer eles próprios o essencial de suas necessidades (p.121).

2.5 A FORMAÇÃO DAS NECESSIDADES NA SOCIEDADE E NA CULTURA DE CONSUMO

Inserir a discussão da criação das necessidades na sociedade de consumo, como dissemos anteriormente, se faz necessário porque, como afirma Slater (2002), “o consumo é sempre e em todo lugar um processo cultural”, mas “cultura de consumo” é singular e específica, pois é o modo dominante de reprodução cultural desenvolvido no Ocidente durante a modernidade.

A “cultura de consumo” é um fenômeno eminentemente ligado à estrutura do estilo de desenvolvimento e progresso na qual nossa sociedade contemporânea está inserida. No preâmbulo do Tratado Sobre Consumo e Estilo de Vida²⁰, afirma-se:

Os mais sérios problemas globais de desenvolvimento e meio ambiente que o mundo enfrenta decorrem de uma ordem econômica mundial caracterizada pela produção e consumo sempre crescentes, o que esgota e contamina nossos recursos naturais, além de criar e perpetuar desigualdades gritantes entre as nações, bem como dentro delas. Não mais poderemos tolerar tal situação, que nos levou além dos limites da capacidade de sustento da Terra, e na qual vinte por cento das pessoas consomem oitenta por cento dos recursos mundiais. Devemos atuar para equilibrar a sustentabilidade ecológica eqüitativamente, entre os países e dentro dos mesmos. Será necessário desenvolver novos valores culturais e éticos, transformar estruturas econômicas e reorientar nossos estilos de vida.

Assim, para Slater (2001), a noção de “cultura do consumo” implica que, no mundo moderno, as práticas sociais e os valores culturais, idéias, aspirações e identidades básicos são definidos e orientados em relação ao consumo, e não a outras

²⁰ Fórum de ONG's realizado na Rio-92 (Conferência Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD). Anexo B.

dimensões sociais, como o trabalho e a cidadania, cosmologia religiosa ou desempenho militar.

Nesse sentido, aponta o autor, a cultura do consumo costuma ser identificada com a idéia de consumo de massa porque exemplifica a generalização do consumo de mercadorias a toda a população. Isso implica que o consumo de massa é somente uma das manifestações de um princípio mais fundamental: a idéia de fabricar grandes quantidades de mercadorias para vender a um público genérico, em vez de fabricá-las para si, para um domicílio ou para a comunidade local, ou com base em uma encomenda pessoal (p. 34)

O caráter da produção de mercadorias na sociedade de consumo – fundada na cultura do consumo – é de base universal e impessoal. A produção em larga escala e em série, nesse sentido, acaba com a pessoalidade do consumidor. A sociedade industrial criou novas formas de relacionamento entre a mercadoria e o consumidor. Aniquilou-se a idéia do período das Corporações de Ofício medievais, nas quais os objetos eram feitos sob medida e sem padronização. A necessidade da reprodução material do sistema industrial tornou os indivíduos *uma coisa só*. Na sociedade de consumo, as pessoas tem os mesmos gostos, tem os mesmos paladares, os mesmos olfatos, a mesma sensibilidade visual. Hoje sentidos necessidades dentro de um rol de necessidades já estabelecidas pela sociedade industrial.

A criação de necessidades nos consumidores – criadas universalmente e de modo irrestrito – fazem com que essas sejam insaciáveis, o que, nas palavras de Slater (2002), revela uma patologia social ou moral (pecado, corrupção, decadência) ou um indicador muito particular de *status* das elites sociais (o excesso de exibição competitiva). Assim, na cultura do consumo, única e exclusivamente, a necessidade ilimitada é comumente considerada não apenas normal para seus membros, mas essencial para a ordem e o progresso socioeconômico. (p. 36)

Para Slater (2002):

a idéia de necessidade insaciável está intimamente ligada às noções de modernização cultural: a grande produtividade da indústria moderna é considerada por muitos uma reação e um incentivo à capacidade dos desejos das pessoas se tornarem cada vez mais sofisticados, refinados, imaginativos e pessoais, assim como a aspiração de ascender social e economicamente. (p. 36)

Nesse sentido, a necessidade moderna é insaciável, porque deixou de ser limitada pela natureza ou pela ordem social tradicional, pois enquanto a cultura pode subordinar a necessidade a valores mais elevados, a cultura do consumo sonha com um número crescente de necessidades e escraviza as pessoas num círculo vicioso de necessidade incessante que alimenta uma insatisfação perpétua (p. 80).

Assim, pensar a idéia de que o consumo é cultural pode assumir várias formas. O primeiro argumento é que os seres humanos tem necessidades básicas, mas que elas assumem formas culturais diferentes em sociedades diferentes. Outro, que o consumo é influenciado pela cultura: por exemplo, que os indivíduos normalmente agem no sentido de satisfazer seus próprios desejos privados, mas que, às vezes, são pressionados em outras direções por forças culturais. Uma vez que a satisfação das necessidades básicas foi materialmente assegurada, o aspecto significativo ou cultural do consumo passa a predominar e as pessoas passam a se preocupar mais com o significado dos bens do que com seu lado funcional para satisfazer uma necessidade básica ou “real”.

Satisfazer, portanto, as necessidades na sociedade de consumo é uma utopia, já que a *ditadura da opulência, a busca incessante pelo luxo*, em alguns grupos da sociedade, e a tentativa de busca de sobrevivência de outra grande parte é devoradora das liberdades individuais, no sentido das escolhas, da delimitação das vontades e desejos e da emancipação humana.

A civilização industrial, através do seu aparato técnico-burocrático, criou estilos de vida jamais vistos na história da humanidade. A sociedade de consumo, podemos dizer, está inserida nesse contexto. Fazendo coro à idéia da sociedade do desperdício, Mézaros (2002), em sua obra *Para além do capital*, estabelece também a idéia de uma *sociedade do desperdício*. Em tal obra, cita um pensador do século XIX que possuía interesse em economia política, pouco conhecido – Charles Babage – e que este escreveu elogiando os sadios princípios econômicos aplicados à conversão de “materiais de pouco valor” em produtos úteis e valiosos²¹ (p. 634).

Com esse texto, Mézaros aponta para o conceito de taxa de utilização decrescente no capitalismo - ou seja, no sistema capitalista, durante um século e meio, a

²¹ O texto de Babage em questão é o seguinte: *As desgastadas panelas e utensílios de lata de nossas cozinhas, para além do alcance do ofício do latoeiro, não são completamente imprestáveis. Às vezes encontramos carroças cheias de velhas chaleiras de lata e antigos baldes de ferro para carvão atravessando nossas ruas. Eles ainda não completaram sua vida útil; as partes menos corroídas são cortadas em tiras, perfuradas com pequenos buracos e recobertas com um grosseiro verniz negro para uso do fabricante de baús, que protege com elas as aresta e ângulos de suas caixas – a sobra é repassada às indústrias químicas dos arredores da cidade, que a empregam, em combinação com ácido pirolenhoso, na fabricação de uma tinta negra utilizada pelos estampadores de algodão.*

tecnologia, por meio da idéia de progresso, fez com que a vida útil dos materiais fosse se tornando cada vez mais baixa. Isso acabou gerando aquilo que ele chama de sociedade do desperdício.

A taxa de utilização decrescente, afirma Mészáros, está, em certo sentido, diretamente implícita nos avanços realizados pela produtividade. Ela se manifesta, em primeiro lugar, na proporção vairável e segundo a qual uma sociedade tem que alocar quantidades determinadas de seu tempo disponível total para a produção de bens de consumo rápido (alimentos, p.ex), em contraponto aos que continuam utilizáveis (i.e., reutilizáveis) por um período de tempo maior: uma proporção que obviamente tende a se alterar a favor dos últimos (p. 639/0).

Assim, adverte Mészáros (2002) que é extremamente problemático afirmar que:

Ultrapassando certo ponto na história do ‘capitalismo avançado’, este processo seja completamente revertido da mais intrigante forma: em que a sociedade dos descartáveis encontre equilíbrio entre produção e consumo, necessário para a sua contínua reprodução, somente se ela puder ‘consumir’ artificialmente e em grande velocidade (i. é, descartar prematuramente) imensas quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente duráveis. Desse modo, a sociedade se mantém como um sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados ‘bens de consumo duráveis’ que necessariamente são lançados no lixo, muito antes de esgotada sua vida útil. (p. 640)

Neste sentido, Mészáros (2002) aponta também para a idéia da relativização do luxo e da necessidade. Para ele, é inquestionável que ocorre uma mudança qualitativa, e a princípio civilizadora, em relação às várias manifestações produtivas da taxa de utilização decrescente através do desenvolvimento do capitalismo.

Afirma que uma das frentes mais importantes em que a batalha é travada (e vencida) se refere à legitimação do “luxo”. E que, sem dúvida, será necessário algum tempo até que as plenas implicações do papel do “luxo” na expansão da produção capitalista possam vir a primeiro plano.

Para Mészáros, a atitude radicalmente nova em relação ao “luxo” é inerente ao modo pelo qual o capitalismo define sua relação como valor de uso e o valor de troca, investindo contra os limites associados à produção orientada para o valor de uso, bem

como contra a racionalização direta ou indireta do modo de produção e consumo, severamente limitado, que é inseparável dessa produção. (p. 642/3)

A idéia de necessidade, por assim dizer, é elaborada, na visão de Mészáros, dentro de um sistema no qual o luxo é tido como o grande objetivo a ser conquistado pelos indivíduos. A criação do luxo e da ostentação é anterior ao período industrial propriamente dito. Foi fundado, modernamente, no período mercantilista, no qual a exploração, pelos países europeus, das riquezas naturais da América era sem dúvida algo insano. A riqueza oriunda das Américas ia para a Europa sustentar a ostentação do luxo das cortes, como é o exemplo da corte francesa de Luís XIV, que vivia na própria opulência (especialmente após a construção do Palácio de Versalhes – século XVII). Enquanto isso, grande parte da população passava os dias com o pouco que a produção rural ou urbana lhes concedia.

A industrialização, nesse sentido, após o século XVIII, teve o papel de mostrar àqueles que até então não podiam viver no luxo que essa possibilidade era real, mas não fácil de ser conquistada. Assim, o sistema industrial, com seu aparato racional-tecnológico, - como o canto da sereia – encantou e encanta a todos os indivíduos com a possibilidade de serem alavancados socialmente por meio do uso das mercadorias de última geração.

A criação da *Ideologia do conforto*, nas palavras de Penna (1999), é por assim dizer o fundamento, tal como a *ideologia do luxo*, da reprodução incessante de necessidades em nossa sociedade.

Para Penna (1999) a *ideologia do conforto* foi desenvolvida a partir de uma crescente oferta de bens materiais e isso produz uma pernicioso competição pelo acúmulo de riqueza entre os habitantes das sociedades industriais, competição esta que apresenta características de neurose (p. 38).

Nesse âmbito, o que ocorre, segundo o mesmo autor, é o culto às necessidades. Para Penna (1999), nas sociedades modernas, o grau de sucesso é medido pelo padrão de posse e consumo de bens materiais. A disputa e a competição industrial criou, dessa forma, uma obsolescência programada (diminuição da vida útil do material), forma pela qual a indústria, através da propaganda e do marketing, gera as necessidades nos indivíduos. A geração constante de necessidades, devido à diminuição crescente da vida útil do material, criou também, como vimos em outros autores, a sociedade do desperdício, do descartável.

Penna (1999), afirma que o advento da sociedade do descartável²² é visto como um símbolo da modernidade, do progresso. Dessa forma, no seio da sociedade industrial, surgiram forças que desencadeiam e estimulam incessantemente o consumo e a produção de bens materiais cada vez mais e com menor tempo de vida útil.

Assim, Penna (1999) afirma que:

Diversos fatores da atualidade (além de políticas governamentais inadequadas) desempenham papéis decisivos no estímulo à voracidade com que as pessoas compram mercadorias: a propaganda em escala crescente e a cultura do shopping center encontram-se entre as principais causas que levaram à massificação do consumo e que influem não apenas nas necessidades e anseios pessoais, mas também alteram as noções de autoconfiança e afirmação dos indivíduos (p. 52)

Além disso, continua:

A profunda necessidade humana de valorizar-se e ser respeitado pelos seus semelhantes manifesta-se, de forma crescente através do consumo. A simples compra de bens seria uma prova de auto-estima e um meio de aceitação social. Esse aspecto psicossocial promove, em um círculo vicioso, uma competição publicitária²³ cada vez mais acirrada, que estimula as pessoas a comprarem sempre mais. (idem)

Ainda sobre a idéia de sociedade de consumo, Gilles Lipovetsky, em sua recente obra – *A Felicidade Paradoxal* – afirma que o que vivemos hoje não é mais uma sociedade de consumo, e sim, uma sociedade de hiperconsumo, geradora de hiperconsumidores ávidos por novas experiências consumistas.

Para Lipovetsky (2007), houve três fases na era do consumo de massa. A primeira fase se inicia por volta dos anos de 1880, e vai até o fim da Segunda Guerra

²²Para exemplificar: nos EUA, descarta-se, a cada três meses, alumínio suficiente para recompor a frota aérea comercial norte-americana; entre 1970 e 1990, o uso do alumínio para a fabricação de latas de bebidas disparou de 72700 para 1.251.900 toneladas. São gastos, anualmente, 16 bilhões de fraldas descartáveis, 1,6 bilhão de canetas e 2 bilhões de barbeadores e lâminas de barbear. São descartados anualmente dez milhões de microcomputadores. (Penna 1999, p.35)

²³ Segundo Penna a publicidade tem sido uma das indústria que mais rapidamente cresceu na década de 1980. Os gastos com propaganda, nos EUA, cresceram de US\$ 198 *per capita*, em 1950, para US\$ 498, em 1989. Já o total global de despesas americanas em propaganda subiu dos estimados US\$ 39 bilhões, em 1950, para US\$ 237 bilhões, em 1988, crescendo mais rapidamente que a produção econômica. (p. 52)

Mundial²⁴. Nesta fase, surgiu o *marketing* de massa, bem como o consumidor moderno. Além disso, apareceu nesta fase uma economia baseada em uma infinidade de marcas célebres, algumas das quais conservaram uma posição de destaque até nossos dias (como é o caso de Coca-Cola; Procter & Gamble; Kodak, etc)

Nesse período também ocorreu o surgimento dos grandes magazines, criando uma nova forma de relacionamento com o cliente. A rápida rotação dos estoques e uma prática de preços baixos, juntamente com uma imensa variedade de produtos oferecidos, marcou a fundação de uma sociedade ávida por consumo e novidades. Nas palavras de Lipovetsky, o grande magazine não vende apenas mercadorias, consagra-se a estimular a necessidade de consumir, a excitar o gosto pelas novidades e pela moda por meio de estratégias de sedução que prefiguram as técnicas modernas do marketing.

Impressionar a imaginação, despertar o desejo, apresentar a compra como um prazer, os grandes magazines foram, com a publicidade, os principais instrumentos da elevação do consumo a arte de viver e emblema da felicidade moderna. Enquanto os grandes magazines trabalhavam em desculpabilizar o ato de compra, o *shopping*, o “olhar vitrines” tornaram-se uma maneira de ocupar o tempo, um estilo de vida das classes médias. A fase I inventou o consumo-sedução, o consumo-distração de que somos herdeiros fiéis(Lipovetsky 2007, p. 31).

A segunda etapa, definida por Lipovetsky, é a fase que se inicia por volta de 1950, e que estabelece um novo ciclo histórico das economia de consumo. Essa etapa identifica-se com o que se chamou de “sociedade da abundância”. Se a fase I democratizou a compra dos bens duráveis, a fase II aperfeiçoou esse processo, pondo à disposição de todos, ou quase todos, os produtos emblemáticos da sociedade de afluência (como televisão, automóvel, aparelhos eletrodomésticos, etc). Nessa fase também, consumou-se o “milagre do consumo”, e fez aparecer um poder de compra discricionário em camadas sociais cada vez mais vastas, que podem encarar com confiança a melhoria permanente de seu meio de existência; difundiu o crédito e permitiu que a maioria se libertasse da urgência da necessidade estrita. Pela primeira

²⁴ Nesta fase, Lipovetsky diz que é a fase da substituição dos pequenos mercados locais, pelos grandes mercados nacionais, tornado possível pela infra-estrutura moderna de transporte e de comunicação. Além disso, ocorre também nessa fase o aumento da produção industrial devido a implementação de uma reestruturação das fábricas em função dos princípios da “organização científica do trabalho”

vez, afirma Lipovetsky, as massas têm acesso a uma demanda material mais psicologizada e mais individualizada, a um modo de vida (bens duráveis, lazeres, férias, moda) anteriormente associado às elites sociais. (p. 32/3)

Ao longo de toda a segunda fase, as próteses mercantis invadem a vida cotidiana, ao mesmo tempo que começam a vir à luz políticas de diversificação dos produtos, bem com processos visando reduzir o tempo de vida das mercadorias, tirá-las de moda pela renovação rápida dos modelos e dos estilos. Nesse período, edificou-se “a sociedade de consumo de massa” como projeto de sociedade e objetivo supremo das sociedades ocidentais. Nasce uma nova sociedade, na qual o crescimento, a melhoria das condições de vida, os objetos-guias do consumo se tornam os critérios por excelência do progresso: toda uma sociedade se mobiliza em torno do projeto de arranjar um cotidiano confortável e fácil, sinônimo de felicidade.

Na sociedade de consumo, ocorre a ambiência de estimulação dos desejos, a euforia publicitária, a imagem luxuriante das férias, a sexualização dos signos e dos corpos. Eis um tipo de sociedade que substitui a coerção pela sedução, o dever pelo hedonismo, a poupança pelo dispêndio. A segunda fase, afirma Lipovetsky, se mostra como “sociedade do desejo”, achando-se toda a cotidianidade impregnada de imaginário de felicidade consumidora, de sonhos de praia, de ludismo erótico, de modas ostensivamente jovens. A sociedade de consumo criou em grande escala a vontade crônica dos bens mercantis, o vírus da compra, a paixão pelo novo, um modo de vida centrado nos valores materialistas. A segunda fase, portanto, menos ordenou a “programação burocrática do cotidiano”, do que destradicionalizou a esfera do consumo; ela menos criou um ambiente “climatizado” do que privatizou os modos de vida. (p. 35/6)

A partir do final dos anos de 1970, inicia-se a terceira fase, do ato das economias de consumo. Lipovetsky (2007) afirma de modo categórico:

A constatação é banal: à medida que nossas sociedades enriquecem, surgem incessantemente novas vontades de consumir. Quanto mais se consome, mais se quer consumir: a época da abundância é inseparável de um alargamento indefinido da esfera das satisfações desejadas e de uma incapacidade de eliminar os apetites de consumo, sendo toda saturação de uma necessidade acompanhada imediatamente por novas procuras. (p. 38)

Nessa terceira fase, o consumo apresenta-se de modo intimizado, é ordenado a cada dia um pouco mais em função de fins, de gostos e de critérios individuais – e não mais como na segunda fase, que ocorria o consumo em busca do *status* social, da ascensão por meio dos símbolos e signos da mercadoria. Essa fase é a do hiperconsumo, da mercantilização moderna das necessidades orquestradas por uma lógica desinstitucionalizada, subjetiva, emocional. Essa fase significa a nova relação emocional dos indivíduos com as mercadorias, instituindo o primado do que se sente, a mudança da significação social e individual do universo consumidor que acompanha o impulso de individualização de nossas sociedades (Lipovetsky, 2007. p. 41-45)

A partir da fase do hiperconsumo, um novo modo de relacionamento entre consumidores e mercadorias é criado. Na visão de Lipovetsky (2007):

Não se vende mais um produto, mas uma visão, um “conceito”, um estilo de vida associado à marca: daí em diante, a construção da comunicação das empresas. Na fase III, o imperativo da imagem deslocou-se do campo social para a oferta de *marketing*. Não são mais tanto a imagem social e sua visibilidade que importam, é o imaginário da marca; quanto menos há valor de *status* de consumo, mais cresce o poder de orientação imaterial das marcas (p. 47).

O fetichismo da marca, da imagem, da suntuosidade estabeleceu-se de forma concreta na terceira fase. O desejo de consumo, ampliou-se de modo inequívoco e as marcas se tornaram os grandes objetivos. As marcas ganharam praticamente vida própria. Não se toma mais um refrigerante, toma-se *Coca-Cola*; não se come mais um sanduíche, come-se *Mc'Donald's*; não se compra mais um modelo de carro, compra-se a grife (para alguns nesse caso, não se compra um carro, compra-se uma *Ferrari*, ou um *Bugatti Veron*).

Nessa fase, não se consome mais apenas bens de consumo não durável. Consome-se de tudo, absolutamente tudo virou mercadoria. O lazer virou consumo, a medicalização das doenças viraram consumo (Lipovetsky, 2007; Dupas, 2006); o turismo tornou-se consumo. O consumo virou, a partir dessa fase, prazer, virou atividade recreativa. As vitrines tornaram-se altares do consumo, local para veneração, especialmente nos *shoppings centers* por que lá, também se vende segurança, conforto, ar climatizado etc. Desse momento em diante, as crianças e os idosos tornaram-se consumidores. O processo de convencimento do mercado abarcou todos, sem nenhuma

restrição de sexo, religião, cor, idade. Todos podem consumir. Como afirma Frei Betto (2006), o pressuposto cartesiano *Penso, logo existe* deu lugar ao *Consumo, logo existo* do mercado.

Como dissemos anteriormente, a sociedade do hiperconsumo é o que caracteriza essa terceira fase do capitalismo de consumo. Esta não se caracteriza apenas por novas maneiras de consumir, mas também por novos modos de organização das atividades econômicas, novas maneiras de produzir e de vender, de comunicar-se e de distribuir.

A organização fordista teve que se readaptar para sobreviver. O processo de standardização, do estabelecimento de poucos e duráveis modelos, metamorfoseou-se para dar conta das novas vontades, e novas necessidades, de grandes contingentes de consumidores que entraram no circuito do consumo.

A fase do hiperconsumo tem, por base, a abertura dos espaços econômicos concretizada, especialmente, na mudança de escala das operações fusão-aquisição, na corrida ao crescimento externo, na concentração crescente dos mercados, na febre da internacionalização (LIPOVETSKY, 2007, p. 77)

Criou-se a *economia da variedade*. Nota-se nessa terceira fase que a multiplicação de possibilidades e variedades de um mesmo produto é o atrativo para o consumidor, a criação diferenciada de modelos e a sua curta duração é a isca para sempre fisgar o consumidor no eterno movimento de criação das necessidades.

A inflação de variedades e novidades constantes é a nova fórmula para a atração dos consumidores de todas as partes do mundo e de todas as classes econômicas. A velocidade da evolução e de inovação mercadológica é um fenômeno jamais visto²⁵. A

²⁵ Segundo Lipovetsky, em 1966, sete mil produtos novos faziam sua aparição nas prateleiras dos supermercados americanos: em nossos dias, eles são 16 mil, com uma taxa de insucesso de 95%. Todo ano, 20 mil produtos novos de grande consumo são oferecidos aos europeus, sendo a taxa de insucesso de 90%. Em 1995, a Sony comercializou cerca de cinco mil novos produtos. O instituto de pesquisas Nielsen calculou que, em torno dos anos 1990, nasciam, em média, cem novas referências alimentares por dia no mundo. Entre 2000 e 2004, a PSA lançou 25 novos modelos, divididos entre Peugeot e Citroën. No mercado mundial, passou-se de 34 lançamentos de novos perfumes em 1987 a trezentos em 2001. Na fase II, uma grande marca lançava tradicionalmente, no mercado francês, um novo perfume a cada sete anos; hoje, é a cada ano que cada grande marca introduz no mercado um ou mesmo vários perfumes novos. Essa febre de renovação aumentou muito a demanda de denominações, a ponto de ocasionar uma verdadeira inflação de nomes de marcas: 50 mil marcas são registradas na França todo ano. No total, estão registrados hoje 900 mil marcas.

No setor do vestuário, dominado daí em diante pela grande distribuição, as coleções bianuais tradicionais deram lugar a dez ou doze coleções nas empresas americanas mais na vanguarda. Uma marca como a Zara (marca francesa de vestuário – grifo nosso) renova seus modelos a cada duas semanas, produzindo cerca de 12 mil *designs* por ano, diferenciados segundo os países. Mesmo a Lacoste realiza dois desfiles por ano para apresentar suas novas coleções. As roupas íntimas já não escapam ao ritmo de lançamento da moda: Calvin Klein renova suas linhas de lingerie todos os meses. A Reebok lança uma coleção de calçados a cada três meses. (p. 87)

economia da hipermercadoria coincide com a corrida desenfreada à renovação acelerada dos produtos e modelos.

Essa aceleração da obsolescência dos produtos está presente em todos os setores. Segundo Lipovetsky (2007) um enorme número de produtos tem uma duração de vida que não excede dois anos; estima-se que a dos produtos high-tech foi diminuída pela metade desde 1990; 70% dos produtos vendidos em grande escala não vivem mais de dois ou três anos; mais da metade dos novos perfumes desaparece ao fim do primeiro ano (p. 89)

Além dos aspectos característicos da fase III já destacados anteriormente, esta fase da economia de consumo nasce no momento em que os lares alcançam uma forte taxa de equipamento²⁶.

Esse fenômeno de alta taxa de equipamentos nas residências, criou uma nova forma de relacionamento com todo tipo de mercadoria, pois uma vez sanadas as “necessidades básicas” de um refrigerador, um carro, uma televisão, por família, a indústria necessitava implementar uma nova forma de propor consumo às famílias. O *marketing* industrial inicia uma nova formulação de vontades individuais e coletivas para a geração de outras novas necessidades. A venda da “liberdade” do “conforto” e do “luxo” individuais começam a ser os grandes desejos a serem conquistados. A “liberdade” de cada indivíduo da família, de possuir uma televisão no quarto; cada indivíduo possuir um carro – já que as distâncias urbanas e a necessidade do casal trabalhar em lugares diferentes, gerou essa “necessidade” de possuir um segundo carro. Nesse contexto, Lipovetsky (2007) aponta que para estimular a procura, as empresas encorajaram o pluriequipamento das famílias. Até então, prevalecia uma lógica de consumo de tipo “semi-coletivo”, baseado no equipamento do lar: um telefone, uma televisão, um carro por família. Nessa fase III, libertou-se dessa lógica, estando o consumo cada vez mais centrado no equipamento dos indivíduos que compõem a mesma família²⁷. A partir desse momento, o multiequipamento em aparelhos de som, máquinas fotográficas, telefones tornam-se a regra. O pluriequipamento inegavelmente,

²⁶ Em 1960, nos EUA, os mercados começam a ficar saturados, na França é apenas por volta do fim dos anos de 1970 que a tecnologização da vida cotidiana se generaliza em todos os grupos sociais. Em 1954, 8% das famílias operárias possuíam um automóvel; 0,8%, uma televisão, 3%, um refrigerador, 8%, uma máquina de lavar. Em 1975, essas porcentagens elevavam-se, respectivamente, a 73%, 86%, 91%, 77%. No fim da década, mais de dois terços dos lares estão bem ou muito bem equipados de linha branca. Nesses mercados, o consumo atinge seu ponto de saturação.

²⁷ Nesse momento a proporção das famílias possuidoras de dois carros passou de 11,4%, em 1973, a quase 30% no fim dos anos 1990. em 1981, 10% dos lares tinham pelo menos dois aparelhos de televisão; eles eram mais de 40% em 1999.

permite um afrouxamento dos controles familiares, maior independência dos jovens, mais governança de si no cotidiano (p. 98/9)

Essa terceira fase, sem dúvida, possui suas raízes na segunda. Esta fase II, além da difusão de massa dos bens de conforto, criou uma cultura cotidiana dominada pela mitologia da felicidade privada e pelos ideais hedonistas. A busca pelo prazer por meio do consumo foi o fundamento para o estabelecimento nas consciências individuais e coletiva do consumo de massa, para a construção do turboconsumidor.

Como afirma Lipovetsky (2007):

A sociedade do objeto apresenta-se como a civilização do desejo, prestando um culto ao bem-estar material e aos prazeres imediatos. Por toda parte exibem-se as alegrias do consumo, por toda parte ressoam os hinos aos lazeres e às férias, tudo se vende com promessas de felicidade individual. [...] Espalha-se toda uma cultura que confida a apreciar os prazeres do instante, a gozar a felicidade aqui e agora, a viver para si mesmo. [...] Essa sociedade de consumo, cuja alardeada ambição é liberar o princípio de gozo, desprender o homem de todo um passado de carência, de inibição e de ascetismo (p. 102).

Na busca pelo prazer por meio do consumo fase III, surgiu eclodindo consigo o turboconsumidor. Nessa fase ampliaram-se as escolhas pessoais, libertaram-se as condutas individualistas dos enquadramentos coletivos e desenvolve a individualização dos bens de equipamento. Acabou o período da escolhas e surgiu a era da hiperescolha, do monoequipamento para o multiequipamento, do consumismo descontínuo ao consumismo contínuo, do consumo individualista ao consumo hiperindividualista (LIPOVETSKY, 2007, p.. 104).

A fase III, após a difusão dos bens mercantis em todo o corpo social na Fase II, possibilita a dilatação e a organização temporal do consumo, alongando os horários e os dias de abertura das lojas, eliminando progressivamente os tempos “vagos” ou “protegidos”, entregando os dias de feriado e a vida noturna à ordem do mercado. Nesta fase surge o ciberconsumidor, libertado de todos os entraves espaço-temporais, não estando mais obrigado a dirigir-se fisicamente a um local de venda e podendo fazer

encomendas, em qualquer lugar e hora, a uma máquina e não mais a uma pessoa (LIPOVETSKY, 2007, p. 109/110).

A fase III instituiu o consumo para as diferentes classes de idades. Hoje, a criança e o adolescente também são hiperconsumidores, a chamada terceira idade, tornou-se alvo do mercado. Nenhuma classe social, com exceção daquela que vive na extrema miséria, passa incólume à metralhadora giratória do hiperconsumo. Basta ver os apelos comerciais aqui no Brasil, ofertando consumo de todos os tipos de bens domésticos, ou não. Consumimos o excesso, o supérfluo por algum tempo, até que, na roda das necessidades, o supérfluo entra e fica instaurado.

Finalizando esse capítulo sobre as necessidades e esta seção sobre as necessidades na sociedade do consumo, abordaremos agora o pensamento de Jean Baudrillard em relação a tais idéias.

Baudrillard, em sua “*Sociedade de Consumo*” (1995), aponta para a idéia de que todo discurso sobre as necessidades assenta numa antropologia ingênua: a da propensão natural para a felicidade. Esta constitui, afirma ele, a referência absoluta da sociedade de consumo, revelando-se como o equivalente autêntico da salvação. (p. 47)

Para Baudrillard (1995):

a noção de “necessidade” é solidária da de bem-estar, na mística da igualdade. As necessidades descrevem um universo tranquilizador de fins e semelhante antropologia naturalista cimenta a promessa da igualdade universal. A tese implícita é a seguinte: perante as necessidades e o princípio de satisfação, todos os homens são iguais, porque todos eles são iguais diante do valor de uso dos objetos e dos bens (se bem que sejam desiguais e se encontrem divididos em relação ao valor de troca). Por que a necessidade se cataloga pelo valor de uso, obtem-se uma relação de utilidade objetiva ou de finalidade natural, em cuja presença deixa de haver desigualdade social ou história. Ao nível do bife (valor de uso), não existe proletário nem privilegiado. (p. 48)

Nesse sentido, afirma Baudrillard, os mitos complementares do bem-estar e das necessidades possuem, assim, uma poderosa função ideológica de reabsorção e supressão das determinações objetivas, sociais e históricas da desigualdade. Isso significa que tais “mitos” instaura a subjetividade, nos indivíduos e na sociedade, para que se possa pré-determinar a idéia de igualdade para o consumo, pois, estabelecido tal

igualdade, ou possibilidade de igualdade na sociedade de consumo, o sinal foi dado para que esta possa entrar em movimento.

Nesse contexto, Baudrillard afirma que, para além da metafísica das necessidades e da abundância, está a análise da lógica social do consumo. Para ele, tal lógica não está ancorada na apropriação individual do valor de uso dos bens e dos serviços, e nem na lógica da satisfação, mas sim na lógica da produção e da manipulação dos significantes sociais. Assim, o processo de consumo pode ser analisado, nesta perspectiva, sob dois aspectos fundamentais:

1. Como *processo de significação e de comunicação*, baseado num código em que as práticas de consumo vêm inserir-se e assumir o respectivo sentido. O consumo revela-se aqui como sistema de permuta e equivalente de uma linguagem, sendo abordado neste nível pela análise estrutural.

2. Como *processo de classificação e de diferenciação social*, em que os objetos/signos se ordenam, não só como diferenças significativas no interior de um código, mas como valores estatutários no seio de uma hierarquia. Nesta acepção, o consumo pode ser objeto de análise estratégica que determina o seu peso específico na distribuição dos valores estatutários (com a implementação de outros significantes sociais: saber, poder, cultura, etc) (BAUDRILLARD, 1995, p.59/0).

Isso significa dizer, na visão do autor, que: nunca se consome o objeto em si (no seu valor de uso) – os objetos (no sentido lato) manipulam-se sempre como signos que distinguem o indivíduo, quer filiando-o no próprio grupo tomado como referencial ideal, quer demarcando-o do respectivo grupo, por referência a um grupo de estatuto superior (p. 60).

Em outro momento, Baudrillard afirma que é necessário abandonar a ideia recebida que temos da sociedade da abundância, como sociedade na qual todas as necessidades materiais (e culturais) se satisfazem com facilidade, pois na sociedade da abundância, o que domina é a raridade, tendo em vista que, numa sociedade industrial, quanto mais se produz, mais se sublinha, o afastamento irremediável do termo final, que seria a abundância (definida como o equilíbrio da produção humana e das finalidades humanas) (p. 66).

Nesse sentido, Baudrillard (1995) afirma que:

Não são as necessidades o fruto da produção, mas o sistema das necessidades é que constitui o produto do sistema de produção – o que é inteiramente diferente. Por sistema das necessidades, queremos dizer que as necessidades não se produzem uma a uma em relação aos respectivos objetos, mas se suscitam como força consumptiva e como disponibilidade global, no quadro mais geral das forças produtivas. Assim, é possível afirmar que a tecno-estrutura estende o seu domínio. A ordem de produção não “agarra” em proveito próprio a ordem de fruição. *Nega* a ordem da fruição, substituindo-se a ela por meio da reorganização de todo um sistema de forças produtivas. (p. 74)

Dessa forma, a história do sistema industrial pode rastrear a genealogia do consumo da seguinte forma: 1) a ordem de produção, produz a máquina/força produtiva; 2) produz o capital/força produtiva racionalizada; 3) produz a força de trabalho assalariada, força produtiva abstrata sistematizada, e 4) produz assim, as necessidades, o sistema das necessidades, a procura/força produtiva como conjunto racionalizado, integrado, controlado, complementar aos outros três dos processos de produção. Assim, as necessidades, enquanto sistema, diferem também radicalmente da fruição e da satisfação. São produzidas *como elementos de sistema e não como relação de um indivíduo ao objeto*. (p. 75)

Observamos, assim, que, na concepção de Baudrillard, a criação de objetos, de signos e de necessidades está inserida num sistema infinitamente mais complexo que o industrial. Sistema este que é racionalizado dentro da perspectiva da modernidade. A racionalização, desse modo, conta com um atributo substancialmente subjetivo, que são as vontades individuais e coletivas para o desenvolvimento desses signos e necessidades.

Assim, ao finalizar este capítulo, pudemos observar que a idéia de necessidade é altamente complexa e complicada, uma vez que, inserida numa análise pormenorizada, percebemos que nem mesmo as chamadas *necessidades básicas* são objetivas. Desse modo, podemos estabelecer que o nosso objeto de investigação – o desenvolvimento sustentável – ancorado em sua definição e esta, por sua vez, ancorada na idéia de necessidades, está passível de não realização social, já que universalizar uma forma de desenvolvimento em uma sociedade, onde as necessidades são constantemente potencializadas e cujo sistema gerador de riquezas – o capitalismo industrial - necessita

gerar constantes vontades nos indivíduos e em toda sociedade para se perpetuar, se mostra inviável.

3. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DO RELATÓRIO BRUNDTLAND

Foi no ano de 1972, na Conferência de Estocolmo, que oficialmente, pela primeira vez, os países industrializados do ocidente (1º Mundo) sentiram a necessidade de refletir e discutir problemas ligados à questão ambiental. Nesse mesmo ano, Dennis Meadows e alguns outros pesquisadores publicaram o estudo *Limites do Crescimento*. (BRUSEKE, 1998)

Tanto a Conferência de Estocolmo, quanto o *Limites do Crescimento* resultaram de amplos debates que ocorriam desde a década de 1960 e que se ampliaram na década de 1970.

As conclusões tiradas pelo Clube de Roma, alardearam sobre um futuro sombrio para os países industrializados e para aqueles que estavam em processo de industrialização, como era o caso do Brasil; dado que, se continuasse a exploração dos recursos naturais como vinha ocorrendo, a brevidade da capacidade de reposição do ambiente natural esgotar-se-ia de modo extremamente rápido, como se observa na primeira tese:

Se as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável é o declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial. (BRUSEKE, 1998, p. 30).

Contudo, afirma o Clube de Roma, se os países industrializados se unirem em torno da proteção ambiental esse futuro sombrio poderá ser menos intenso e o equilíbrio ambiental estabilizar-se-á. Essa afirmação é notada por meio da segunda:

É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um

futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas, e que cada essa tenha oportunidade de realizar seu potencial humano individual (BRUSEKE, 1998, p. 30).

E que, além dessas medidas, haveria também a necessidade de a população participar dessa proteção ao ambiente, como se nota na terceira tese:

Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito (BRUSEKE, 1998, p. 30).

Entretanto, esse alarde em relação à proteção ambiental, foi visto pelos países do sul – que estavam em processo de industrialização – como uma política ecologista com objetivo de frear tais países. As críticas às teses do Clube de Roma partiram de personalidades como o prêmio Nobel em Economia, Solow, e intelectuais dos países do sul, como Mahbub ul Haq que levantou a tese de que as sociedades ocidentais, depois de um século de crescimento acelerado, estavam fechando o caminho para os países pobres²⁸.

Foi, portanto, no contexto das Teses do Clube de Roma e da Conferência de Estocolmo, que surgiu uma proposta de um novo modelo de desenvolvimento. Modelo esse que deveria necessariamente levar em conta a preservação ambiental e ao mesmo tempo permitir o crescimento dos países.

A proposta apresentada foi a do canadense Maurice Strong em 1973. Ele trouxe à tona a idéia de um desenvolvimento com bases ecológicas, ou o chamado Ecodesenvolvimento. Foi, porém, Ignacy Sachs que formulou os princípios básicos dessa nova visão de desenvolvimento. Apontava basicamente seis diretrizes que as políticas de desenvolvimento dos países deveriam seguir. São elas:

[...] a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as futuras gerações; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e

²⁸ Os próprios representantes do Brasil na Conferência de Estocolmo foram contra o freio que os países industrializados queriam aplicar aos países em processo de industrialização, já que nesse período o Brasil vivia o seu chamado “Milagre Econômico” no governo militar.

respeito a outras culturas, e f) programas de educação (BRUSEKE, 1998, p. 31)

Essa proposta de Strong/Sachs tinha um claro objetivo, que era em particular voltado aos países chamados à época de ‘terceiro mundo’ ou países em desenvolvimento.

Contudo, percebemos que as propostas básicas do Ecodesenvolvimento têm mais um caráter utópico do que necessariamente uma política concreta a ser seguida pelos países industrializados ou a serem industrializados. Isso porque parece ficar claro que Sachs, ao apresentar tais propostas, desconsidera o próprio espírito do capitalismo e o momento histórico em que se vivia, que é o período de tensão entre os países capitalistas do ocidente e os “socialistas” do leste europeu.

A idéia do Ecodesenvolvimento foi a base para que anos mais tarde surgisse um novo conceito para modelo de desenvolvimento a ser seguido pelos países – o Desenvolvimento Sustentável.

Após a Declaração de Cocoyok²⁹ (1974) e do Relatório Dag-Hammarskjöld³⁰ (1975), ocorrerá em 1987 a reunião da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED – órgão da ONU – Organização das Nações Unidas), cujos resultados foram expressos no documento intitulado *Our Common Future (Nosso Futuro Comum)*, popularmente chamado de Relatório Brundtland, já que os trabalhos desta comissão foi presidido pela norueguesa Gro Harlem Brundtland.

O Relatório Brundtland,

[...] parte de uma visão complexa das causas dos problemas sócio-econômicos e ecológicos da sociedade global. Ele sublinha a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política e chama também atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual. (BRUSEKE,1998, p. 33)

Nesse contexto, o Relatório apresenta ainda uma lista de medidas a serem tomadas no nível dos Estados nacionais, tais como:

²⁹ Essa Declaração é resultado de uma reunião da UNCTAD (Conferência das nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento e do UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas). Ver mais em Bruseke (1998) e Martins (2005).

³⁰ Esse Relatório foi um projeto da Fundação Dag-Hammarskjöld com participação de pesquisadores e políticos de 48 países. Ver mais em Bruseke (1998) e Martins (2005).

[...] limitação do crescimento populacional; b) garantia de alimentação a longo prazo; c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; e) aumento da produção industrial nos países-não industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas (BRUSEKE,1998, p. 33).

Evidencia também, as metas a serem realizadas no nível internacional, tendo como agentes as diversas instituições internacionais, colocando dessa forma os seguintes pontos:

[...] h) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia do desenvolvimento sustentável; i) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço; j) guerras devem ser banidas; k) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável (BRUSEKE, 1998, p. 33).

Observa-se por meio dos pontos abordados no Relatório Brundtland, que a amplitude das discussões desta Comissão são muito maiores em relação às discussões da década de 1970.

Contudo o Relatório Brundtland é extremamente diplomático em suas observações, já que a crítica à sociedade industrial quase não aparece, como veremos no decorrer deste capítulo, além de que, as metas a serem atingidas tanto no plano nacional como no internacional, mostram um grau elevado de utopia (como os pontos apresentados por Sachs na formulação do Ecodesenvolvimento), eis que parece novamente não levar em conta as disparidades entre as potencias mundiais e nem o próprio espírito do capitalismo.

3.1 SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Desenvolvimento Sustentável segundo o Relatório Brundtland é aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46).

Esse Relatório, com cerca de 430 páginas, traz em seu bojo uma tentativa de dar uma nova perspectiva à idéia de Desenvolvimento.

Estruturado em 3 grandes partes – I *PREOCUPAÇÕES COMUNS*; II *DESAFIOS COMUNS*; III *ESFORÇOS COMUNS* – o Relatório aborda praticamente, se não todos, quase todos os aspectos da vida econômica, política e social que deveriam ou devem sofrer algum tipo de alteração para que se possa atingir o objetivo do dito Desenvolvimento Sustentável.

3.2 APRECIANDO AS PARTES DO RELATÓRIO BRUNDTLAND

Neste ponto do trabalho, faremos um levantamento pormenorizado sobre todas as partes constituintes do Relatório Brundtland. Mostraremos quais são os fundamentos – Políticos, Econômicos, Sociais – em que a Comissão se fundamenta para teorizar sobre a idéia do Desenvolvimento Sustentável. Além disso, apontaremos os possíveis equívocos da Comissão ao fundamentar suas críticas dos problemas ambientais.

3.2.1 A POBREZA E O DEMASIADO CRESCIMENTO POPULACIONAL³¹.

Na primeira parte – *PREOCUPAÇÕES COMUNS* – os estudos elaborados pela Comissão traçam um quadro de ameaça ao futuro da humanidade. Alertam que apesar da nossa civilização ter feito conquistas surpreendentes ao longo do último século e meio, há falhas no processo de desenvolvimento que necessitam urgentemente de mudanças.

Sem dúvida nenhuma, atualmente a expectativa de vida de boa parte da nossa civilização – especialmente a ocidental do norte vive, mais do que no século XIX, e tal resultado deve-se ao fato de ter ocorrido grandes avanços nas pesquisas científicas e não por que melhorou a distribuição das riquezas dentro dos países.

³¹ A respeito do assunto, ver anexo C sobre a questão da pobreza do Fórum de Ong's realizado na Rio-92

O primeiro equívoco apresentado pelo Relatório nessa parte, em nosso modo de ver, é quando ele afirma que:

As falhas que precisamos corrigir derivam da pobreza e do modo equivocadamente buscado a prosperidade....os povos pobres são obrigados a usar excessivamente seus recursos ambientais a fim de sobreviverem, e o fato de empobrecerem seu meio ambiente os empobrece mais, tornando sua sobrevivência ainda mais difícil e incerta.(COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 29)

Além disso, quando, apesar de apontar que o desgaste ambiental também foi causado pela melhoria do padrão de vida dos relativamente mais ricos, reafirma, em outro equívoco, que a pobreza é um dos maiores contribuintes para a degradação ambiental:

[...] mas a própria pobreza polui o meio ambiente, criando outro tipo de desgaste ambiental. Para sobreviver, os pobres e os famintos muitas vezes destroem seu próprio meio ambiente: derrubam florestas, permitem o pastoreio excessivo, exaurem as terras marginais e acorrem em número cada vez maior para as cidades congestionadas. O efeito cumulativo dessas mudanças chega a ponto de fazer da própria pobreza um dos maiores flagelos do mundo. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 30)

Fica evidente nesses dois trechos, que o Relatório ao apontar, como o faz, a pobreza como uma das grandes causadoras dos danos ambientais, desconsidera talvez de forma até consciente, que os verdadeiros agressores do ambiente natural são as grandes empresas capitalistas que produzem e reproduzem na África, Ásia e América Latina a devastação ambiental (em todos os níveis: desmatamento, poluição das águas, do ar, etc) e por conta disso geram e perpetuam uma pobreza sem precedentes na história da humanidade.

Lembramos aqui, que não são os indivíduos pobres que causam a erosão do solo, mas sim o uso contínuo por meio de monoculturas pelos grandes donos do agronegócio; que não são os pobres que causam a poluição do ar e sua acidificação, mas são as

grandes corporações multinacionais que se instalaram nos continentes pobres. Isso fica claro na própria afirmação do Relatório:

[...] Muitos dos produtos e das tecnologias que contribuíram para essa melhoria (do padrão e da qualidade de vida) consomem muita matéria-prima e muita energia, e são altamente poluentes. Por isso, seu impacto sobre o meio ambiente é o maior já registrado na história. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 34)

Observamos dessa forma, que o Relatório traz em si, várias contradições internas, que o torna vulnerável não só à críticas, mas inclusive transforma a idéia de Desenvolvimento Sustentável em algo inatingível.

Nesse contexto, Herculano (s.d) afirma: a pobreza e deteriorização ambiental são percebidas pelo Relatório Brundtland como que formando um círculo vicioso no qual cada termo é causa e efeito do outro e não como características e resultado histórico de um modo de produção altamente concentrador, econômica e espacialmente.

Assim, como vimos acima, o Relatório aponta para o problema da pobreza como uma das causadoras do desgaste ambiental. Entretanto, algumas vezes ele demonstra que essa mesma pobreza é causada quando todas as oportunidades que deveriam ser concedidas às populações são eliminadas:

A pressão sobre os recursos aumenta quando as pessoas ficam sem alternativas. As políticas de desenvolvimento devem dar mais opções para que as pessoas disponham de um meio de vida sustentável sobretudo no caso de famílias com poucos recursos e de áreas onde existe desgaste ecológico. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 37).

Conjuntamente à questão da pobreza, o Relatório aponta que o alto crescimento da população é outro entrave para a proteção ambiental. É evidente que, quanto maior a população mundial, maior será a necessidade de produtos para a subsistência, e maior será a retirada de matéria prima do ambiente natural. Contudo, não podemos nos furtar a apontar que o que se observa é que, atualmente produzimos alimentos para sustentar

uma população de 12 bilhões de habitantes, e entretanto, milhões morrem de fome nos continentes pobres.

É certo que o Relatório aponta que o crescimento populacional nos continentes industrializados/ricos afeta igualmente o meio ambiente afirmando que apenas uma pessoa a mais nesses continentes consome muito mais e exerce pressão maior sobre os recursos naturais do que uma pessoa a mais no “terceiro mundo” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988)

Entretanto aponta que:

O aumento populacional e o desenvolvimento têm vínculos complexos. O desenvolvimento econômico gera recursos que podem ser usados na melhoria da educação e da saúde. Tais melhorias, juntamente com as mudanças sociais a elas ligadas, reduzem tanto as taxas de fecundidade como as de mortalidade. Já as altas taxas de aumento populacional que corroem os excedentes disponíveis para o desenvolvimento econômico e social podem impedir melhorias na educação e na saúde (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 105)³²

Além disso, afirma que:

A própria possibilidade de desenvolvimento pode ser comprometida por altas taxas de aumento populacional.... A pressão populacional já está forçando os agricultores tradicionais a trabalharem mais, quase sempre em fazendas cada vez menores situadas em terras marginais, apenas para manter a renda familiar. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 105)

Evidencia-se nesse trecho, que o Relatório aponta mais uma vez que o desgaste ambiental é causado pela pobreza ou excesso populacional, fato que também é verdadeiro, mas que não está entre primeiros vilões ambientais. Ao afirmar que os agricultores trabalham em fazendas cada vez menores, isenta-se de apontar que isso

³² Os excertos da página 105 estão contidos na 2ª parte do Relatório que se intitula “Desafios Comuns” e que será debatido com mais ênfase logo adiante. Foram colocados aqui para integrar a parte onde o Relatório é contundente em afirmar várias vezes que a pobreza mundial é um dos fatores importantes de degradação ambiental, o que ao nosso modo de ver não pode ser colocada como vilã quando outros vilões (como as ações das mega-empresas instaladas nos países em “desenvolvimento”) são isentos em praticamente todo o Relatório.

ocorre por conta da grande concentração fundiária existente especialmente nos continentes pobres e que, os donos dos grandes latifúndios, são quase sempre empresas advindas dos chamados países industrializados/ricos.

Interessante observar que o Relatório isenta em grande parte de suas discussões os “verdadeiros culpados” (países ricos e suas mega-empresas localizadas especialmente nos continentes americano, africano e asiático) pela degradação ambiental e coloca quase sempre no centro de suas análises as calamidades causadas pela pobreza e suas conseqüências apontando o rápido crescimento populacional nos países pobres. Além disso, fica evidente no Relatório que em momento algum a Comissão faz menção ao próprio espírito devastador que permeia as relações capitalistas de mercado, ao contrário, faz alusão a isso, mas propondo a permanência dessas relações econômicas com uma certo “esverdejar” das ações. Isso é notado quando ao apresentar o papel da economia internacional:

Para que os intercâmbios econômicos internacionais beneficiem a todas as partes envolvidas, é preciso que antes sejam atendidas duas condições: a manutenção dos ecossistemas dos quais depende a economia global deve ser garantida e os parceiros econômicos têm de estar convencidos de que o intercâmbio se processa numa base justa. Relações desiguais e baseadas em qualquer tipo de dominação não constituem uma base sólida e duradoura para a interdependência. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 72)

Ora pautar propostas de defesa ambiental no seio do modo de produção capitalista industrial sem mesmo fazer críticas contundentes à sua estrutura, é fazer “castelos de areia frente ao mar”. Observa-se que a citação, quando afirma que qualquer tipo de dominação não constitui base sólida entre as partes, ignorar pois de fato a própria história das relações entre os países pelo menos nos últimos cinco séculos. Desde a fase mercantilista, a prática efetiva entre as nações (Europa – América) foi de pura dominação. O ato de naquele momento as metrópoles imporem às Colônias o chamado Pacto Colonial é o exemplo mais claro de dominação, sem contar a própria e efetiva devastação do ambiente natural em toda a América³³.

³³ Pela obra de Warren Dean que se intitula “A ferro e fogo” fica evidentemente demonstrado como a Mata Atlântica foi destruída no processo de colonização/interiorização. O processo de devastação

3.2.2 PARTE II - LUTANDO CONTRA O GIGANTE: DESAFIOS COMUNS

Na 2ª parte do Relatório são apontados os Desafios Comuns que os países desenvolvidos e especialmente em “desenvolvimento” necessitam objetivar para que se possa alcançar o dito Desenvolvimento Sustentável. Nessa seção o Estudo aponta seis iniciativas para que, de forma comum, as nações busquem melhorias para atingirem o equilíbrio ambiental e portanto um desenvolvimento menos agressivo ao planeta.

As iniciativas estão ligadas às seguintes esferas: a) População e recurso humanos; b) Segurança alimentar; c) Espécies e Ecossistemas; d) Energia; e) Indústria; f) Desafio urbano.

Creemos que, ao apontar as necessidades que as nações têm de enfrentar as esferas acima citadas, o Relatório evidencia que a falta de coesão entre tais esferas também coloca em xeque os objetivos a serem alcançados e falta de coesão não apenas entre as ações, mas fundamentalmente entre os países. Nesse caso a luta é contra o gigante ou contra os gigantes, pois, não basta uma meia dúzia de países conquistar os objetivos de melhoria ambiental (a idéia da “a tarefa de casa, foi feita” cai por terra caso todos não façam) pois, a poluição e a degradação ambiental são transfronteiriças e transnacionais.

3.3.2.1 POPULAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Nessa seção tentaremos evidenciar alguns outros equívocos do Relatório.

Em relação ao *item a* – **População e recursos humanos** – já mostramos no tópico anterior que o Relatório aponta quase sempre o aumento populacional nos países pobres como um dos vilões ambientais. Agora a Preocupação comum torna-se Desafio comum para as partes. Afirma o Relatório:

As taxas de aumento populacional não são um desafio apenas para as nações que apresentam altas taxas de aumento. Uma pessoa a mais num país industrializado consome muito mais e exerce

segundo Dean inicia-se propriamente com a chegada efetiva dos portugueses, já que a chamada primeira leva de habitantes – os nativos – viviam de modo “harmônico” com a floresta. Contudo foi no processo de procura e retirada de ouro e diamante; a colocação de gado de forma extensiva; o plantio de café que fez com que a Mata Atlântica fosse devastada em quase a totalidade de seu território nesses 500 anos.

pressão muito maior sobre os recursos naturais do que uma pessoa a mais no Terceiro mundo. Para a conservação dos recursos, os padrões e as preferências de consumo são tão importantes quanto o número de consumidores (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 103).

Nesse ponto concordamos com o Relatório, que contudo não apresentará alternativas para a mudança no comportamento do consumidor, já que alterar as necessidades de consumo dos indivíduos é também alterar a estrutura da sociedade industrial capitalista. A única alternativa apontada é que os países necessitam conter o aumento populacional, controlando os efeitos do aumento sobre os recursos. E de qual forma seria esse controle apontado pelo Relatório? Seria dispendioso de mais conhecimentos, ampliar os limites dos recursos e aumentar sua produtividade; possibilitando a realização do potencial humano, para que as pessoas possam economizar e usar melhor os recursos.

Observa-se a contradição nos termos da proposta do Relatório, pois ao mesmo tempo em que afirma que é necessário conter o aumento populacional, aponta que tendo conhecimento, o aumento da produtividade seria maior. Ora, a questão ambiental não passa apenas e tão somente pelo controle populacional, mas também e principalmente pelo aumento da produtividade humana, pois, é exatamente aí que está a exploração e degradação ambiental. A produtividade alimentar talvez nunca esteve abaixo da sua possibilidade de saciar a fome de todos os habitantes do planeta. A questão em pauta é a distribuição desses alimentos de forma que os mais pobres não necessitem de desequilibrar o ambiente próximo ao seu convívio. Lembremos que o Relatório afirma que um habitante de um país industrializado consome e exerce mais pressão do que um indivíduo nos países pobres.

Isso leva-nos a questionar quem é que mais polui e quais são os efeitos dessa poluição: uma família de 10 indivíduos na África, América latina ou Ásia que não tem o que comer e, portanto, mata animais para saciar a fome, ou uma família de 3 indivíduos na Europa, Norte da América ou Austrália que geram cerca de 3 quilos de resíduos por dia? O Relatório durante várias páginas parece apontar que os pobres do mundo é que são os vilões quase que exclusivamente da degradação ambiental. Ao apontar o crescimento populacional nos países pobres (p. 108) e afirmar que a pobreza gera altas taxas de aumento populacional (p. 115) (e não que isso seja irreal, ao contrário, quanto

mais pobre for a família, estatisticamente haverá número maior de filhos até mesmo por conta da falta de conhecimento nos métodos contraceptivos entre outras causas sociais) joga novamente nas costas dos países pobres e no aumento populacional a degradação ambiental, como podemos observar no trecho abaixo:

Um aumento populacional excessivo faz com que os frutos do desenvolvimento sejam repartidos por um número cada vez maior de pessoas, não permitindo que, em muitos países em desenvolvimento, os padrões de vida se elevem; é imperativo reduzir as atuais taxas de aumento populacional a fim de se atingir o desenvolvimento sustentável. Os pontos críticos são o equilíbrio entre tamanho da população e recursos disponíveis, e a taxa de aumento populacional em relação à capacidade da economia atender às necessidades básicas da população, não só hoje, mas por gerações. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 114)

Observa-se nesse excerto que a idéia de padrão de vida elevado é colocada como objetivo para os indivíduos dos países pobres. É claro que os indivíduos em todo e qualquer canto do globo necessitam satisfazer suas necessidades básicas. Entretanto quando se afirma que o aumento populacional reduz as possibilidades de alcançar um padrão de vida maior, novamente podemos observar certa contradição, já que, uma vez satisfeitas as necessidades básicas, mesmo que o aumento populacional fique equilibrado, o indivíduo irá consumir - com padrão de vida elevado e novas necessidades - muito mais que um pobre que não tinha alimento nem para satisfazer suas necessidades básicas. Diminuir o aumento populacional para elevar o padrão de vida significa, em outros termos, praticamente igualar a degradação ambiental, já que um degrada por não consumir e o outro degrada muito mais por consumir em excesso.

Outro fator apontado pelo Relatório como sendo de fundamental importância para a busca do Desenvolvimento Sustentável é a concessão universal de Educação para que todos os indivíduos possam aumentar a produtividade e rendas pessoais mudando assim as atitudes individuais para com a saúde, a nutrição e a procriação. Além disso, com a melhoria nos níveis educacionais os

indivíduos estariam aptos cada vez mais para não ficarem desempregados, já que a educação também aumentaria a autoconfiança pessoal (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 123).

O que se observou ao longo das duas décadas desde o surgimento do Relatório, é que tal possibilidade – da educação - não se concretizou, pois, até mesmo nos países com índices educacionais altos, há, e não é recente, bolsões de pobreza. Certamente não podemos negligenciar o papel da educação na melhoria da estima individual, mas o que percebemos até agora é que ela não foi um dos fatores – entre vários evocadas pelos estudiosos do Relatório Brundtland - para a busca do Desenvolvimento Sustentável; isso por que a natureza da educação especialmente no mundo ocidental não é e nunca foi educação para emancipação dos indivíduos e sim uma mera reprodução de conhecimentos já elaborados pela sociedade humana sem vinculação com o presente.

3.2.2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR

No tópico “b” da 2ª Parte – Segurança alimentar³⁴ – a idéia de que temos tecnologia e recursos agrícolas para a produção cada vez maior de alimento, vem corroborar com o que já foi dito anteriormente sobre a insatisfação das necessidades básicas humanas até o presente momento. Hoje morre-se de fome não por conta do excesso populacional, mas sim por conta da péssima distribuição alimentar e dos monopólios da produção ao redor do mundo.

Dispomos dos recursos agrícolas e da tecnologia necessária para alimentar populações cada vez maiores. Nas últimas décadas houve muitos progressos. Não faltam recursos para a agricultura; o que falta são políticas que assegurem que o alimento seja produzindo não só onde é necessário, mas de modo a garantir a subsistência das populações pobres rurais. Para enfrentar esse desafio, temos de consolidar nossas conquistas e traçar novas estratégias para garantir alimento e meios de subsistência (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p.129).

³⁴ Ver anexo D. O Tratado de Segurança Alimentar foi resultado – entre muitos outros - do Fórum de ONG’S ocorrido em 1992 paralelamente a Conferência Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – no Rio de Janeiro (a Eco-92).

Nota-se, portanto, e é evidente, que alimentos há, o surgimento e criação de obstáculos estão na falta de políticas econômicas, tanto em nível nacional quanto internacional.

Vejamos o problema da soja no Brasil. Atualmente somos o maior produtor de soja do mundo. Entretanto, por conta do mercado e da concorrência internacional, os produtores ficam atraídos em colocar a soja no mercado internacional, ocorrendo assim o desabastecimento interno. O mesmo ocorre com várias outras culturas como a laranja, a carne bovina e suína. Desde a Colônia, sempre fomos exportadores de produtos primários, o que significa que os grandes produtores de qualquer gênero alimentício sempre foram atraídos pelo mercado externo, deixando apenas as sobras para a população interna.

Nesse sentido, a fome não é consequência do excesso populacional como muitas vezes é alardeado. Nota-se que:

[...] o crescimento sem precedentes na produção de alimentos (em termos mundiais) deveu-se, em parte, à expansão da base de produção: maior área de plantio, maior rebanho, mais barcos pesqueiros etc. Mas em grande parte decorreu de um incrível aumento na produtividade. O aumento populacional provocou a redução da área destinada ao cultivo em quase todo o mundo, em termos *per capita*. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 131)

Assim, com o declínio da possibilidade de terras agriculturáveis a saída foi se concentrar na produtividade, e isso deveu-se a quatro fatores: a) novas variedades de sementes resistentes as pragas; b) aplicação de fertilizantes químicos (o que aumentou mais de 9 vezes); c) o uso de pesticidas (o que aumentou cerca de 32 vezes); d) aumento das áreas irrigadas (que duplicou).

Assim, com todas as novas tecnologias, conseguiu-se suplantando a “escassez” de terra por uma produtividade mais alta, o que proporcionou, em todos os momentos das últimas 5 décadas, alimento para toda a população mundial (em termos estatísticos),

sem contudo, fazer com que as populações dos países pobres ficassem isentos da fome e de suas conseqüências.

Outro problema que irá corroborar o “*tópico f*” - *Desafios urbanos* – mas que está ligado diretamente ao aqui exposto, é a situação de abandono do pequeno produtor rural em todas as partes do mundo.

Sabemos que nos últimos 50 anos, a agroindústria avançou rapidamente em todo o cenário mundial e um dos fatores de agressão ambiental, foram as diversas monoculturas espalhadas especialmente nos países pobres. Enquanto as monoculturas do agronegócio expandiram-se sem limites, os pequenos produtores rurais – estilo agricultura familiar – viram-se expulsos de suas terras, o que engrossou o número de habitantes urbanos agravando mais ainda os problemas sociais das cidades.

Apesar de o Relatório apontar que os pequenos minifundiários da África e Ásia conseguiram dominar as novas técnicas e outros serviços para a agricultura, além de orientação comercial para o agronegócio, afirma também que:

[...] as áreas ecologicamente desfavorecidas e as massas rurais que dispõem de pouca terra não se beneficiaram dos avanços tecnológicos e continuarão não se beneficiando até que os governos se mostrem dispostos e capazes de redistribuir terras e recursos e conceder-lhes o apoio e os incentivos de que necessitam. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 136)

Além disso, afirma ainda:

Os sistemas de apoio à agricultura raramente levam em conta as condições especiais dos agricultores de subsistência e pecuaristas. Os agricultores de subsistência não podem arcar com os altos custos dos insumos modernos. Muitos praticam o cultivo rotativo e não possuem sequer o título da terra que utilizam. Podem até plantar muitas variedades de culturas num mesmo lote de terreno para atender às necessidades, e portanto não conseguir fazer uso dos métodos desenvolvidos para grandes plantações de uma única área. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 136)

Percebe-se por esses excertos que há desigualdades de possibilidades entre os pequenos agricultores e grandes latifundiários, o que torna a agricultura familiar desesperadora para os primeiros, causando assim o êxodo rural e a expansão desordenada no meio urbano, e que por conseqüência piora os índices de desagregação social no meio urbano.

O Brasil é um exemplo típico do fenômeno do êxodo rural e da expansão urbana desordenada. Até 1950 o país era tipicamente agrícola, com 80% da população nacional sendo rural. Modificou-se de forma rápida e gradativa a partir de então, e hoje aponta índices completamente opostos, sendo que apenas 18% da população brasileira é rural.

Nesse sentido, devido à intensa exploração por parte dos latifundiários, a perda dos recursos do solo é inevitável, sob a forma que acontece a produção agrícola. Afirma o Relatório:

A adoção de políticas insensatas está levando à degradação da base de recursos agrícolas em quase todos os continentes: erosão do solo na América do Norte; acidificação do solo na Europa; desflorestamento e desertificação na Ásia, África e América Latina; e o desperdício e poluição da água em quase toda a parte. Em 40 a 70 anos, o aquecimento global pode causar inundações de importantes áreas costeiras de produção. Alguns desses efeitos provém de medidas tomadas com relação ao consumo de energia e à produção industrial. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 137)

Verifica-se assim, que a agricultura de monocultura ou qualquer outra que utilize em grande escala produtos tóxicos – para que haja grande quantidade de produtos a serem colocados no mercado internacional – degrada o meio ambiente em escala infinitamente maior do que a de qualquer família de países pobres tentando apenas a sobrevivência. Podemos apontar nesse sentido que não são os pobres que estão expandindo a fronteira agrícola no centro-norte do Brasil e devastando a Amazônia. Não é a Agricultura Familiar ou de pequenos produtores que promove a insana disputa pelo e no mercado internacional de soja, trigo, milho ou qualquer outro tipo de alimento, são as mega corporações que agrediram, agridem e continuarão a agredir o solo, o ar, a água, enfim, os recursos naturais em grande escala.

Nesse contexto, o Relatório afirma que o aumento populacional e a disponibilidade cada vez menor de terra cultivável levam os agricultores pobres dos países em desenvolvimento a buscarem novas terras nas florestas para plantar mais alimento.

É evidente a contradição. Os pequenos agricultores pobres do mundo, ao perder suas terras não vão procurar as florestas para plantar. Ao contrário, saem do meio rural e aportam no meio urbano para tentar a sobrevivência. Isso é notório nos países pobres. O desmatamento e a desertificação do solo é quase de exclusividade da agricultura de monocultura, da economia do agronegócio, da indústria madeireira. Contudo, o Relatório aponta que a:

[...] desertificação é causada por uma mistura complexa de efeitos climáticos e humanos. Entre os efeitos humanos – sobre os quais temos mais controle – estão o rápido aumento das populações humanas e animais, práticas nocivas de uso da terra (principalmente o desflorestamento), relações de troca adversas e conflitos civis. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 140)

Assim, mais uma vez o Relatório isenta as grandes empresas capitalistas e novamente o crescimento populacional é colocado como vilão da degradação ambiental e não a disputa internacional pelos monopólios comerciais.

Nesse contexto, a questão da segurança alimentar também é apresentada como fator decisivo para a proteção ambiental (anexo b), já que por todo o globo a idéia de aumentar a produção de alimentos para sustentar a crescente população é constante, e nesse caso, o aumento dar-se-ia por meio do uso de fertilizantes, venenos, defensivos agrícolas e demais produtos químicos para alcançar a produção alimentar necessário à toda população humana.

Contudo, sabemos que o conflito entre as multinacionais do setor de defensivos agrícolas, entre outros, é contínuo e nesse caso, o que está em questão é a segurança alimentar e, portanto, também proteção ambiental, já que o uso incessante de tais produtos polui o lençol freático e o ar, além de acumular durante anos, nas pessoas, altos níveis de agrotóxicos. Assim podemos observar:

[...] A segurança alimentar do mundo depende não só do aumento da produção global, mas da redução

das distorções na estrutura do mercado mundial de alimentos e também de um deslocamento da produção de alimentos para países, regiões e famílias que apresentam déficit em alimentos (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 141).

Além disso:

A segurança alimentar do mundo também depende de se garantir a todas as pessoas, mesmo às mais pobres, o acesso ao alimento. Embora em escala mundial esse desafio exija toda uma reavaliação da distribuição global de alimentos, a tarefa é mais urgente e difícil para os governos nacionais. A distribuição desigual dos bens de produção, o desemprego e o subemprego constituem o cerne do problema da fome em muitos países (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 141).

Tratar da questão ambiental sem tratar da segurança alimentar torna o efeito da primeira inválida, porque só falamos em proteção ambiental para que as espécies possam sobreviver. Assim, sendo, como somos nós, humanos, os responsáveis diretos pela degradação ambiental, nada mais correto que iniciarmos políticas e ações públicas locais, nacionais e internacionais, para que haja melhoria do ambiente natural desgastado incessantemente no último século e meio, com grande impacto nos últimos 50 anos. Não permitir que as pessoas se alimentem de forma adequada e falar em proteção ambiental, torna o discurso inicial inválido ou nulo, já que a proteção alimentar é direito de qualquer ser vivo.

Sabemos que o problema alimentar no mundo não é de produção e sim de qualidade, distribuição e disputa do mercado e comércio internacionais, já que o próprio Relatório aponta que o comércio internacional de produtos agrícolas triplicou de 1950 a 1970 e até 1987, ano de apresentação do Relatório, duplicou.

Ainda, segundo o Relatório, quando se trata de agricultura, os países são conservadores; pois continuam pensando principalmente em termos locais ou nacionais e preocupando-se, sobretudo, em proteger seus próprios agricultores às custas dos competidores, como ocorre nos EUA.

Contudo, essa análise do Relatório torna-se parcial quando analisamos os países de caráter agrícola como o Brasil, já que somos exportadores de produtos primários

desde o período colonial. O déficit alimentar para 2/3 da população mundial não é causado simplesmente por que os países se protegem (como já apontamos os EUA), mas também pela própria estrutura de concorrência dos países no mercado internacional.

O desenvolvimento agrícola nos últimos 50 anos foi feito de forma equivocada, isto é, na mesma proporção em que o pequeno agricultor foi sendo expulso do campo, os grandes latifundiários foram ampliando suas fronteiras agrícolas e tornando o mercado de alimentos restrito a pequenos grupos internacionais. Dissemos anteriormente que a produção alimentar em todo o globo é suficiente para satisfazer a fome de todos os habitantes do planeta. Isso significa dizer que quando uma pessoa passa fome na África, América ou Ásia, não é por falta de alimentos, e sim por falta de uma política nacional e ou internacional adequada.

Nesse sentido, dizer que é a pobreza que degrada o ambiente natural é ignorar o verdadeiro, ou os verdadeiros causadores da degradação ambiental, já que se o indivíduo tem suas necessidades básicas atendidas cotidianamente, ele não irá degradar o ambiente natural para a sobrevivência, ao contrário, a degradação ambiental virá por outra situação. Quando as necessidades básicas (alimentares, por exemplo) forem atendidas, a degradação ambiental virá pelo simples fato de que o indivíduo em questão, impulsionado pela sociedade industrial, irá sentir necessidades de outra natureza de outros bens de consumo e não meramente mais para satisfazer sua fome.

Outro fator que o Relatório aponta para a segurança e produção alimentar é a Equidade na produção e na distribuição de alimentos; Reforma Agrária e o Desenvolvimento rural e integrado.

A reforma agrária, nesse sentido, seria uma forma de combater, além da fome, a degradação ambiental. Contudo, o que se verificou ao longo dos anos desde a publicação do Relatório, é que os índices de reforma agrária não atingiram os níveis desejados, ao contrário, a expulsão de imensos contingentes populacionais rurais aumentou em várias vezes nos últimos 20 anos.

Para o Relatório:

As populações rurais continuarão a aumentar em muitos países. Dentro dos atuais padrões de distribuição de terra, o número de minifundiários e de famílias sem-terra passará de aproximadamente 50 milhões para quase 220 milhões por volta do ano 2000 (segundo estimativas da FAO). Em

conjunto, esses grupos representam três quartos das famílias agrícolas dos países em desenvolvimento. Sem meios adequados de subsistência, essas famílias carentes de recursos continuarão carentes e se verão forçadas a usar abusivamente a base de recursos a fim de sobreviverem. ((COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 157)

Nota-se que tal possibilidade apresentada no relatório é inverídica, já que o que se observou ao longo das duas décadas, é que o assentamento humano em regiões rurais decresceu fortemente. Houve sim, um intenso deslocamento da população rural para o meio urbano, pressionando-o cada vez mais e sua infra-estrutura. Dessa forma, o avanço dos sistemas monoculturais e dos latifúndios também se intensificaram. A degradação ambiental referida pelo relatório não ocorreu no campo motivada pela sobrevivência dos despossuídos, e sim pelo acelerado processo de esgotamento do solo devido as grandes monoculturas. A degradação ambiental produzida no meio urbano pelos antigos moradores rurais também se intensificou, já que as cidades – por falta de espaço adequado ou por falta de políticas públicas –, especialmente a dos países pobres, não conseguiram realizar as ações necessárias para acomodar os grandes contingentes humanos expulsos do campo.

Assim, a equidade na produção e distribuição de alimentos, bem como a reforma agrária, não ocorrem como o previsto pelo relatório. O que ocorreu foi uma grande concentração fundiária por parte de um contingente muito pequeno de empresários rurais. O desenvolvimento rural e sustentado também não ocorreu, já que a pressão exercida pelo poder financeiro das corporações rurais, extinguiu qualquer possibilidade de convívio entre os pequenos produtores – agricultores de subsistência, agricultura familiar – e os grandes empresários rurais.

3.2.2.3 ESPÉCIES E ECOSSISTEMAS³⁵

Nesta sessão, o Relatório aponta para o risco do extermínio das espécies e ecossistemas diversos no tocante a desestabilização do equilíbrio ambiental e, portanto, para o desenvolvimento econômico dos países aos quais ocorreram tais perdas.

A necessidade de se preservar espécies e ecossistemas em todo o mundo é necessária quando se trata de equilíbrio ambiental, já que de forma direta ou indireta

³⁵ Ver anexos E, F e G

estão ligados diretamente aos seres humanos e, portanto, manter o equilíbrio é de fundamental importância, pois o extermínio dessas espécies e ecossistemas colocaria também em risco a própria preservação da espécie humana.

Afirma o relatório:

Cresce o consenso no meio científico de que as espécies estão desaparecendo a um ritmo nunca antes presenciado no planeta. Mas também há controvérsias quanto a esse ritmo e aos riscos que acarreta. O mundo está perdendo precisamente aquelas espécies sobre as quais tem pouco ou nenhum conhecimento; elas estão desaparecendo nos *habitat's* mais remotos[...] Muitos ecossistemas biologicamente ricos e promissores em benefícios materiais encontram-se seriamente ameaçados[...] A alteração dos *habitat's* e a extinção das espécies não são as únicas ameaças. O planeta também vem sendo empobrecido pela perda de raças e variedades dentro de espécies[...] Muitas espécies estão perdendo populações interiores a um ritmo que reduz rapidamente sua variabilidade genética e, portanto, sua capacidade de adaptação às mudanças climáticas e a outras formas de adversidade ambiental. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 163)

É necessário apontar que a extinção das espécies é uma tendência natural e tão antiga quanto à própria história natural. Contudo, o que se observa é que com a brutal interferência do homem no meio ambiente, a extinção de espécies naturais e de ecossistemas está acelerando de forma jamais vista. Preservar espécies conhecidas pelo meio científico é uma necessidade premente, já que, como afirma o relatório, muitas espécies em extinção não são conhecidas por esse.

As causas da extinção da variedade de espécies e de ecossistemas são as mais variadas as quais apontaremos abaixo.

O aumento populacional é tido novamente como o grande provocador de mudanças no ambiente natural e, portanto, um vilão da conservação das espécies e ecossistemas. Segundo o relatório, são vários os exemplos dessa pressão exercida pelo aumento populacional especialmente nos trópicos. Afirma que o Quênia, com 6% do seu território destinado às reservas e parques para a preservação da vida selvagem e assim levantar divisas para o país com o turismo, estava pressionando tanto os parques e

reservas com seus 20 milhões de habitantes, (na década de 80), que as terras sob proteção estavam sendo gradativamente perdidas devido à invasão de agricultores.

E os levantamentos apontados pelo relatório citavam ainda pressões populacionais em parques da Etiópia, Uganda, Zimbábue onde um número cada vez maior, porém mais pobre, de camponeses, se vê forçado a depender de uma base de recursos naturais cada vez mais reduzida. Também no Brasil, Colômbia, Costa do Marfim, Filipinas, Indonésia, Madagascar, Peru, Quênia, Tailândia entre tantas outras nações com grande abundância de espécies já estão enfrentando fluxos maciços de agricultores das terras tradicionais para territórios virgens (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 169).

Constata-se novamente que o relatório se omite em demonstrar e constatar que as espécies e ecossistemas ameaçados o são por conta da própria exploração de grandes indústrias que adentram os espaços de preservação ambiental, como é o histórico caso da Amazônia brasileira, além da especulação imobiliária das grandes corporações na região da Mata atlântica (em ambos os casos observam-se que a indústria da madeira lucrou milhões de dólares com o desmatamento de tais áreas). Por outro lado, ecossistemas como os mangues e rios caudalosos no norte do Brasil ao longo da década de 70 e 80 sofreram em grande medida, por exemplo, com a exploração do garimpo³⁶.

Ações como essa quase sempre estão isentas de apontamentos no relatório, o que torna os levantamentos deficitários do estudo, no tocante à formulação e proposição de ações de controle e preservação ambiental, por parte dos governos nacionais e da comunidade internacional.

Nota-se, contudo, que o discurso apresentado pelo relatório de preservação das espécies e ecossistemas, não perpassa a questão valorativa/econômica, apesar de que, em muitos casos é motivada sim por questões estéticas, éticas, culturais e científicas. Contudo, afirma que as nações industrializadas registram benefícios financeiros muito maiores decorrentes das espécies selvagens, do que os países em desenvolvimento, embora os benefícios não registrados para os habitantes interioranos das regiões tropicais possam ser consideráveis; e que, além disso, os países industrializados dispõem da capacidade científica e industrial para aproveitar substâncias selvagens na indústria e na medicina (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988p. 171).

³⁶ Estima-se que entre 1975 a 1990 foram lançados nos rios amazônicos por volta de 2 a 5 mil toneladas de mercúrio devido a garimpagem de ouro (Mauro Leonel, 1998)

É interessante notar que o Relatório Brundtland apresentado em 1987, traz em seu bojo um discurso de preservação ambiental, em que os países ricos, por possuírem técnica e tecnologia avançada na área de biotecnologia, tutelam os países pobres. Ao afirmar, por exemplo, que em 1970 a safra de milho nos EUA sofreu uma drástica queda na produção por conta de um fungo na folha levando os produtores ao prejuízo de 2 bilhões de dólares, e que após esse episódio foi descoberto no México uma substância genética resistente a tal fungo; o que sobressai é que a proteção dessa reserva no México será feita apenas e tão somente para o combate de futuras pragas e não por que a reserva deva ser preservada para a manutenção do ambiente natural.

Com esse discurso de tutela dos países ricos em relação aos pobres, o que se verificou nos anos 90 e nos primeiros anos do século XXI foi o crescente índice de biopirataria ou a tentativa de aumento dessa tutela por parte dos países ricos (como é o caso da proposta de internacionalização da Amazônia) (FIGUEIREDO, 1996). Essa tutela como todos sabemos, não se dá pela simples questão da preservação pela preservação e sim por que a riqueza biológica contida no bioma amazônico é singular, o que faria dos países ricos, caso a tutela caia efetivamente nas mãos deles, verdadeiros proprietários de algo que é um bem universal.

Ratificando o já exposto, com relação aos ganhos das indústrias e da tutela dos países ricos sobre os pobres, afirma o relatório:

A indústria também se beneficia da vida selvagem. Com as substâncias dela extraídas produzem-se goma, óleos, resinas, tinturas, tanino, gorduras e ceras vegetais, inseticidas e muitos outros compostos. Muitas espécies vegetais silvestres têm sementes ricas em óleo que podem ser utilizadas na fabricação de fibras, detergentes, colas e comestíveis em geral. Por exemplo, as videiras de floresta pluvial do gênero *Fevillea*, encontradas na Amazônia ocidental, contêm sementes tão ricas em óleo que um hectare dessas videiras na floresta original poderia produzir mais óleo do que um hectare de uma plantação comercial de palmeiras oleaginosas. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988p. 172)

Além disso:

Muitas das nações menos capacitadas a administrar seus recursos vivos são as mais ricas em espécies; os trópicos, onde estão pelo menos dois terços de todas as espécies e uma proporção ainda maior de espécies ameaçadas, coincide aproximadamente com a área que se convencionou chamar de Terceiro Mundo. Muitas nações em desenvolvimento reconhecem a necessidade de proteger as espécies ameaçadas, mas não dispõem do instrumental científico, da capacidade institucional nem dos recursos financeiros necessários a essa conservação. As nações industrializadas que procuram colher alguns dos benefícios econômicos dos recursos genéticos deveriam ajudar as nações do Terceiro Mundo em seus esforços conservacionistas; também deveriam procurar meios de ajudar os países tropicais – sobretudo a população rural, que está mais diretamente ligada a essas espécies – a obter alguns dos benefícios econômicos propiciados por esses recursos”. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988p. 172-173)

Esse discurso tutelar possui uma natureza desenvolvimentista/progressista, o que já vimos acontecer na história do século XIX, quando os países europeus saíram à conquista da África e Ásia, afirmando que esses não tinham a capacidade para saírem da situação de quase selvageria para a civilização e que eles – europeus – seriam os financiadores de tal epopéia. O que se viu foi uma dominação completa por um período quase secular, aonde os territórios de África e Ásia foram simplesmente destituídos de sua completa autonomia.

O que podemos observar no caso acima apontado, é que no final do século XX e início do XXI, o discurso tutelar passa do enfoque ideológico-cultural (incapacidade dos africanos e asiáticos em não serem capazes de saírem do estágio de selvageria à civilização) para o enfoque técnico-científico (incapacidade dos países pobres de preservar suas espécies nativas). Corremos o risco dessa forma, de nos tornarmos “colônias” para o uso exploratório da biodiversidade (o que já em grande medida ocorre há muito tempo).

3.2.2.4 ENERGIA: OPÇÕES PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO

É evidente que no sistema industrial/capitalista, a energia é matéria-prima para qualquer possibilidade de produção e desenvolvimento econômico. Nesta sessão do Relatório, aponta-se que o desenvolvimento econômico depende sobremaneira da disponibilidade de energia em quantidades cada vez maiores e de fontes seguras e confiáveis ao meio ambiente³⁷.

Contudo, verificamos ao longo dos últimos 500 anos que várias fontes de energia – as que a produzem em grande quantidade (madeira, hidroelétrica, carvão, petróleo e nuclear) são extremamente poluidoras e degradantes ao meio ambiente (como a hidráulica, que tem necessidade de alagamento de imensas áreas; e a nuclear que gera lixo radioativo). Por outro lado, as fontes renováveis (solar, eólica, marés, geotermiais) não produzem grandes quantidades de energia³⁸, o que as tornam inviáveis dentro de um sistema que necessita cada dia mais de imensas quantidades para mover a grande engrenagem do capitalismo. Tais fontes de energia – as renováveis – para serem viáveis, deveriam sempre estar vinculadas às outras fontes não renováveis, o que diminuiria até mesmo o impacto dessas no ambiente natural. Mas o que se verifica é que não se efetivam por parte das políticas governamentais tais vinculações, fazendo-se assim com que as fontes não renováveis fiquem hegemônicas na produção de energia, causando grandes impactos ambientais.

É notório que o aumento da demanda de energia decorre de três fatores primordiais: a industrialização, a urbanização e a melhoria das condições de vida das pessoas. Isso nos leva a pensar que nos países ricos, o consumo percapita de energia é imensamente maior que nos países pobres. O próprio Relatório apontava que em 1984, o consumo nos países de economias industriais de mercado superava em mais de 80 vezes o da África subsaariana e que cerca de um quarto da população mundial consome três quartos da energia primária do mundo.

As probabilidades futuras feitas pelo Relatório apontavam já naquele momento, uma visão caótica em termos de energia. O Relatório afirmava que em 1980, o consumo

³⁷ Ver anexo H, Tratado sobre Energia organizado pelo Fórum de Ong's na Rio-92 (Conferência Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento)

³⁸ Na página 213 do Relatório no tópico “*Energia renovável: o potencial inexplorado*” afirma-se que em teoria as fontes de energia renovável poderiam fornecer de 10 a 13 TW por ano, sendo que em 1987 o fornecimento era de apenas 2TW do consumo global.

global de energia ficou em torno dos 10TW e apontava que se o consumo per capita permanecesse nos níveis daquele momento, por volta do ano 2025 com uma população de 8,2 bilhões de habitantes, seriam necessários 14TW, ou seja, um aumento de 40% em relação a 1980. Contudo, aponta o Relatório, se o consumo per capita de energia se uniformizasse em todo o mundo nos níveis dos países industrializados, por volta de 2025 a mesma população global necessitaria de aproximadamente 55TW e energia. (p. 188/9)

O próprio Relatório apontava em 1987, que tais cenários (uso de 14 TW de energia no mundo em 2025 ou de 55 TW) são apenas para se ter uma idéia aproximada do quão desafiadora é a questão de energia em se tratando de matéria prima para o desenvolvimento econômico dos países. Afirma o Relatório:

As implicações de um consumo elevado de energia no futuro são inquietantes. Um estudo do Banco Mundial indica que, no período 1980-95, um crescimento anual de 4,1% no consumo de energia exigiria um investimento médio anual de cerca de US\$130 bilhões (em dólares em 1982) apenas nos países em desenvolvimento. Isso implicaria a duplicação da parcela de investimentos em energia em termos de produto interno bruto agregado. Cerca de metade desse montante teria de provir de divisas e a outra metade, de gastos internos com energia nos países em desenvolvimento. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 189)

Tais dados evidenciam-se na atualidade (exemplo do Brasil), nas disputas entre Governo Federal (Ministério das Minas e Energia contra o Ministério do Meio Ambiente) e Ong's ligadas à questão ambiental. A necessidade de se construir mais hidrelétricas especialmente na região norte do país, como é o caso dos projetos das hidrelétricas no Rio Madeira. O investimento financeiro e o impacto ambiental são dois entraves diretos na expansão da produção de energia.

Todavia, verifica-se que, apesar do baixo crescimento econômico atingido pelo país na última década e meia, o consumo de energia vai em direção oposta, ou seja, é necessário cada vez mais energia elétrica para que o país não sucumba à disputa no mercado internacional, sendo que por outro lado, temos os mais diversos impactos ambientais produzidos pela implantação de novas hidrelétricas.

Além da questão financeira apontada no trecho acima, o Relatório apontava também outros riscos e incertezas ambientais decorrentes de um consumo elevado de energia no futuro. São eles: alteração climática inclusive nas cidades devido ao excesso de dióxido de carbono (CO₂) produzidos pela queima de combustíveis fósseis; acidificação do meio ambiente devido às alterações climáticas; e o risco de acidentes em reatores nucleares, bem como os problemas de deposição dos rejeitos e da desativação dos reatores após seu tempo de vida útil, além dos perigos da contaminação associados ao uso da energia nuclear. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988 p. 190)

É interessante notar que dos riscos citados acima, todos, em maior ou menor escala, já ocorreram ou ainda ocorrem com gravidade.

O aquecimento global tão falado hoje em dia, a poluição do ar urbano e acidificação do meio ambiente (ar, solo ou água) são conseqüências de uma industrialização desenfreada; uma busca incessante de os países pobres atingirem um grau de concorrência com os ricos; os países ricos e suas empresas tentando maximizar lucros. Enfim, há exatos 20 anos desde a publicação do Relatório, o que verificamos hoje é exatamente a efetivação e concretização dos riscos apontados em 1987; além de que, os acidentes com reatores nucleares ou materiais radioativos desde 1986, ocorrem de alguma forma (como Chernobyl e Goiânia com o césio 137)³⁹

Além desses riscos apontados pelo Relatório, há também o problema da escassez de lenha, especialmente nos países pobres. Nesse caso, é necessário analisar que a madeira está em extinção, inclusivamente na atualidade, pela própria expansão da fronteira agrícola (como é o caso da Amazônia e Mata Atlântica), já que o agronegócio se expandiu nas últimas décadas de forma completamente desordenada, sem nenhuma intervenção dos poderes públicos, além da própria insanidade dos detentores do agronegócio que expandem a produção de modo apenas a maximizar os lucros.

Entretanto, o Relatório no tópico “*Combustíveis vegetais: um recurso que se esgota*” aponta que a escassez da lenha como fonte de energia é causada pelos países pobres já que:

³⁹ O anexo I traz os acidentes nucleares desde de 1957. Nas páginas 202 a 209 o Relatório demonstra os perigos e os altos custos do uso da energia nuclear. O anexo J traz o Tratado sobre energia nuclear elaborado no Fórum de Ong's na Rio-92.

Setenta por cento dos habitantes dos países em desenvolvimento consomem lenha e, dependendo da disponibilidade, queimam algo em torno de um mínimo absoluto de cerca de 350Kg a 2900Kg de lenha seca por ano (média de 700 Kg por pessoa). As reservas rurais de combustível vegetal parecem estar pouco a pouco chegando ao fim em muitos países em desenvolvimento, sobretudo na África subsaariana (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988p. 210).

Além do consumo apontado como excessivo, o Relatório indica ainda como causas do esgotamento de madeira, o crescimento da agricultura (como dito acima), o ritmo da migração para as cidades e o número crescente de pessoas ingressantes no setor monetário da economia que pressionam também a base da biomassa.

Nesse sentido, afirma o Relatório, que o esgotamento de madeira ocorre porque a quantidade retirada do ambiente natural é maior do que a capacidade de suporte e de renovação, especialmente nos países em desenvolvimento onde necessitam e dependem da biomassa (madeira, carvão vegetal, esterco e resíduos agrícolas) (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 210).

Em relação às questões do aquecimento global e da poluição urbana causada pela industrialização, talvez seja o ponto em que o Relatório acertou de modo claro, ao apontar em 1987, como sendo um dos fatores ambientais mais preocupantes a ser combatido por todos os países. O Relatório apontava que se fossem mantidas as tendências de concentração de CO₂ e de outros gases causadores do efeito estufa na atmosfera isto, equivaleria, possivelmente já na década de 2030, ao dobro dos níveis de gás carbônico da era pré-industrial. O Relatório apontava ainda que:

Se os atuais estudos de modelos e “experiências” indicam para uma duplicação de CO₂, uma elevação das temperaturas médias da superfície terrestre em torno de 1,5°C e 4,5°C, sendo o aquecimento mais pronunciado durante o inverno nas latitudes mais altas do que no equador. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 195)

Além de que:

Uma séria preocupação é que uma elevação da temperatura global de 1,5 a 4,5°C, associada a um aquecimento talvez duas ou três vezes maior nos pólos, faça o nível do mar subir entre 25 a 140 centímetros. Um aumento maior inundaria as cidades costeiras e as áreas agrícolas situadas em nível mais baixo, e em muitos países poderiam sofrer graves desequilíbrios em suas estruturas econômicas, sociais e políticas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 195)

Os índices apontados pelo IPCC (Painel Intergovernamental em Mudanças do Clima) no início do ano de 2007, sinalizam para um futuro quase catastrófico em relação às mudanças climáticas. Se em 1987 o Relatório Brundtland apontava aumento no aquecimento global acima dos níveis conhecidos e consequências ímpares, e mesmo assim a comunidade internacional ignorou piamente tais diagnósticos, já que a expansão industrialista era a grande meta dos países do então mundo dividido entre capitalistas e “socialistas”; atualmente, os dados do IPCC também tentam agilizar a Comunidade Internacional para as mudanças de comportamento em termos globais. Contudo, novamente temos a complicada e intrincada disputa entre os mercados emergentes (e não mais entre capitalistas e “socialistas”) e os países ricos cuja busca de produtividade, avanço e aumento de suas economias em busca de espaço no mercado mundial, mostram que as possibilidades de alteração nos quadros e dados do aquecimento global dificilmente se efetivarão.

3.2.2.5 INDÚSTRIA: COM MENOS, PRODUZIR MAIS.

É incontestável que a industrialização – iniciada no século XVIII na Inglaterra – expandiu-se de modo desordenado e localizado em vários pontos do mundo. Ao mesmo tempo em que a Europa vivia seus primeiros momentos industriais, a América ainda era colonial, a África e Ásia eram celeiros de uma nova forma de exploração das “potências” europeias e a Oceania ainda era um mero continente desconhecido.

No entanto, após a Segunda Guerra, a industrialização tomou conta de quase todo o globo. Mesmo sendo reconhecido como capitalismo e industrialização tardios (como é o caso do Brasil), o processo de produção industrial esticou seus tentáculos num avanço que não haveria retrocesso.

É notório que a industrialização trouxe benefícios para a humanidade: vive-se muito mais e melhor (parte da humanidade), do que durante o período medieval ou no período das grandes navegações. Avanços em todos os campos da ciência e tecnologia são frutos de uma sociedade que necessitou responder aos anseios de grande parte da população e a industrialização foi também responsável por conceder ao mundo possibilidades jamais vistas.

Todavia, o avanço industrial não democratizou os resultados e acesso a todos os habitantes do planeta. O processo de exploração (humano e ambiental) desde os primeiros passos da Revolução industrial foi intenso. Basta lembrar que durante a chamada primeira fase da industrialização (por volta de 1760 a 1840) os trabalhadores chegavam a uma jornada diária de trabalho de até 16 horas. Por outro lado a “exploração ambiental” não era colocada como problema, já que durante dois milênios – e especialmente devido a própria tradição judaico-cristã – a humanidade sentiu-se como que responsável por dominar o ambiente natural, sem jamais perceber a necessidade de respeitar os ciclos de reposição da própria natureza.

A visão de que o ambiente natural era para ser explorado em benefício da sociedade humana foi tão intensa, que somente após os anos de 1960 e 70 iniciaram-se as preocupações efetivas com a defesa e proteção da natureza, já que se começou a perceber que sem as matérias-primas formadas por ela, o próprio sistema industrial/capitalista entraria em derrocada.

O crescimento e o impacto industrial na natureza, especialmente após os anos de 1950 (pós-guerra), foi visível. Os países pobres que se industrializavam nessa época, viu nascer uma indústria vinculada a capitais externos (como o Brasil que se industrializou especialmente com capital europeu e norte americano) e que se instalava aqui e acolá para a busca de mão de obra barata e matéria prima acessível.

Foi nesse período que o processo de degradação ambiental (dos rios, matas, ambiente urbano etc) começou a ser percebido, mas a luz vermelha não fora acionada. Ao contrário, enquanto as primeiras discussões sobre defesa ambiental agitavam a Conferência de Estocolmo em 1972, o Brasil, por exemplo, passava – liderados pelo governo militar - pelo chamado milagre econômico e reivindicava para si o direito de poluir como resultado do crescimento industrial interna.

O próprio Relatório Brundtland aponta historicamente o pós guerra como o momento das primeiras crises ambientais. Afirma:

Os primeiros indícios de impactos negativos da atividade industrial sobre o meio ambiente foram problemas localizados de poluição do ar, da água e da terra. A expansão industrial que se seguiu à II Guerra Mundial não levou muito em conta o meio ambiente e acarretou um rápido aumento da poluição, simbolizado pelo *smog* de Los Angeles; pela ‘morte’ do lago Erie; pela poluição progressiva de grandes rios como o Mosa, o Elba e o Reno; e pelo envenenamento químico por mercúrio em Minamata. Tais problemas também se verificaram em muitas partes do Terceiro Mundo, à medida que se disseminavam o crescimento industrial, a urbanização e o uso do automóvel (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 233/4).

Apesar de, a partir dos anos de 1960, começarem a surgir proposições em defesa da situação ambiental, por parte de certos grupos de proteção ambiental⁴⁰ e de alguns governos, a grande maioria dos países, especialmente os que “gozavam dos benefícios da industrialização e crescimento econômico” – caso do Brasil – não aceitaram que pudesse haver intervenção em suas economias em nome da proteção ambiental.

A industrialização, que outrora fora vista como marco de desenvolvimento e progresso, projetando benefícios a quem pudessem obtê-los, a partir do pós-guerra, encontra o seu primeiro obstáculo sério: a degradação ambiental provocada por ela mesma; degradação que antes das guerras mundiais era localizada nos países de origem de suas indústrias, e que agora, a partir do pós-guerra, evidenciou que suas origens e causas são difusas, complexas e inter-relacionadas, tendo seus efeitos muito mais disseminados, cumulativos e crônicos - muito mais do que se julgava até então.

Os problemas de poluição, antes localizados, agora se apresentam em escala regional ou mesmo global. Está se tornando mais comum a contaminação de solos, de lençóis freáticos e de pessoas por agrotóxicos, e a poluição por produtos químicos se estende a todos os pontos do planeta. Aumentou a incidência de graves acidentes provocados por produtos químicos tóxicos. A descoberta de locais de deposição de rejeitos perigosos, como o canal Love, nos EUA e Lekkerkek, na Holanda, Vac na Hungria, chamou a

⁴⁰ No Brasil em 1971, o Prof. José Lutzenberger (Engenheiro Agrônomo) encabeça e funda em Porto Alegre a *Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural*, primeira associação ecologista a surgir no Brasil e na América Latina.

atenção para esse outro problema sério. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 235/6)

Como saída para os vários e complexos problemas ambientais causados pela industrialização e para a busca de um desenvolvimento industrial sustentável, o Relatório apontava em 1987, uma mudança nos padrões do próprio processo industrial. Afirmava que o desenvolvimento industrial deveria mudar radicalmente em termos de qualidade.

Entretanto, as saídas apontadas para tal mudança, além de afirmar que os países industrializados deveriam utilizar mais energias renováveis que as não renováveis; foram: a) *estabelecimento de metas, regulamentações e incentivos e padrões ambientais*, o que significa dizer que tais regulamentações devem reger assuntos como a poluição do ar e das águas, controle dos rejeitos, saúde e segurança dos trabalhadores; além de que, as convenções internacionais devem encerrar princípios básicos como: responsabilidade das nações em não prejudicar a saúde e o meio ambiente de outros países; responsabilidade e compensação por danos causados por poluição além fronteiras; e direitos iguais a medidas de reparo para todas as partes interessadas; b) *indicação de instrumentos econômicos eficazes* para o cerceamento dos poluidores, tais como: cobrança sobre o uso da água e sobre a contaminação do ar; subsídios às empresas que contribuam com medidas preventivas, restauradoras ou compensadoras ao ambiente; apreçamento da água e energia para um menor consumo; c) *ampliação das avaliações ambientais*: ou seja, análises de projetos, produtos, programas e políticas ambientais para minimizar os impactos ao meio ambiente; além da criação de órgãos internacionais – pelos países interessados – para ajudar os países em desenvolvimento, tendo em vista que muitos desses não possuem recursos e pessoas capacitadas para o desenvolvimento e elaboração de tais avaliações; d) *estímulo à ação da indústria*: o que significa maior responsabilidade das indústrias em relação à poluição; criação de políticas para a administração ambiental e de recursos incluindo a observância das leis e exigências do país em que atuam; e) *maior capacidade para lidar com riscos industriais*: o que significa a criação de medidas por parte das indústrias em gerenciar suas substâncias químicas e os rejeitos perigosos, criando agências de controle para o controle das importações e exportações de produtos de alta toxicidade, além de fiscalizar e avaliar a infra-estrutura especialmente dos países do Terceiro Mundo com relação a

tais problemas; f) *fortalecimento das ações internacionais para ajudar os países em desenvolvimento*: isto é, auxílio aos países pobres no tocante à melhoria nos quadros da administração ambiental e de recursos para melhor aproveitamento.

Tem-se com isso, um quadro de propostas apontadas pelo Relatório no tocante às estratégias para o desenvolvimento sustentável. Mas o que percebemos, é que as ações apontadas são muitas vezes ações que não mexem na profundidade dos problemas ambientais dado a complexidade das políticas internas – governos e empresas privadas – quanto das políticas externas – disputa entre os governos. Além de que, o Relatório – formulado em 1987 – apesar de em alguns momentos indicar prognósticos catastrofistas (como é o caso do aquecimento global) não poderia prognosticar que ao longo dos 20 anos que se seguiriam, os problemas ambientais iriam tornar-se infinitamente mais complexos dadas às relações entre os países e as relações entre as empresas.

Pensar o Desenvolvimento Sustentável em 1987, partindo-se de princípios como as boas intenções das comunidades internacionais e das empresas capitalistas tornou-se quase utópico – diante do que se observou ao longo dos 20 anos seguintes – além de que a própria essência da industrialização é criar infinitamente necessidades para que a engrenagem complexa do sistema capitalista possa funcionar.

3.2.2.6 O DESAFIO URBANO

Dentre os problemas apresentados pelo Relatório, o urbano⁴¹ é um dos mais intrincados. Isso porque o desafio urbano em si não existe. Falar em problemas urbanos é citar problemas de várias ordens: excesso populacional, poluição sonora, visual, atmosférica, das águas, enfim, falar de problema urbano é em si, falar de outros problemas sócio-ambientais.

Desde o pós-guerra, o mundo começou a viver o fenômeno intenso de êxodo rural e, portanto, de crescimento populacional desenfreado⁴². Afirma o Relatório, que em 1950, 29,2% da população mundial viviam em áreas urbanas; já em 1985, 41% e a expectativa era que em 2000, 46,6% da população mundial estariam estabelecidas em áreas urbanas.

⁴¹ Para este tema ver o Anexo L sobre o Tratado Sobre a Questão Urbana elaborado pelo Fórum de Ong's na Rio-92.

⁴² Tomando o Brasil como exemplo em 1950 a população urbana do país era de cerca de 36% e a rural de cerca de 64%. Por volta de 1970 a população urbana somava um montante de 55% enquanto o meio rural era de 45%. Essa tendência de aumento populacional no meio urbano ao longo das décadas de 80 e 90 confirmou-se. Em 2000 a população urbana era de cerca 81% contra 19% da população rural.

Vê-se que o crescimento foi intenso e sem planejamentos. A consequência direta desse fenômeno foi o surgimento de vários e intrincados problemas ambientais urbanos, sendo resultante também de toda aceleração e crescimento industrial vistos no pós guerra. A disputa entre “mundo capitalista e mundo socialista” e entre industrializados e não industrializados, resultou em graves danos ambientais a curto e longo prazo.

Consequência direta do crescimento desordenado foi a proliferação, especialmente nos países pobres, de condições de moradia e de trabalho abaixo do considerado adequado. Afirma o Relatório:

Poucos governos das cidades do mundo em desenvolvimento, cujas populações crescem a um ritmo acelerado, dispõem de poderes, recursos e pessoal treinado para fornecer-lhes as terras, os serviços e os sistemas adequados a condições humanas de vida: água potável, saneamento, escolas e transportes. O resultado disso é a proliferação de assentamentos ilegais de habitações toscas, aglomerações excessivas e mortalidade desenfreada decorrente de um meio ambiente insalubre (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988p. 266)

É necessário apontarmos que os vários e gravíssimos problemas ambientais urbanos dos países pobres, e condições sub-humanas de vida, poluição de rios e da atmosfera, são causados invariavelmente por indústrias que originalmente são de países europeus e norte-americanos.

É evidente que populações sem condições adequadas de moradia e trabalho irão agredir o ambiente onde se encontram, mas são evidentemente muito mais agressivo as milhares de toneladas de dejetos – sólido e gasoso - lançados nos córregos, rios e atmosfera das cidades dos ditos países pobres, do que as ações individuais de famílias em condições sub-humanas.

Aponta o Relatório:

Das 3119 vilas e cidades da Índia, somente 209 tinham esgotos parciais e somente oito tinham uma rede completa de esgotos e serviços de tratamento de esgoto. No rio Ganges são despejados diariamente os esgotos sem tratamento das 114 cidades que ele banha. As fábricas de DDT, curtumes, fábricas de papel e polpa, complexos petroquímicos e de fertilizantes, fábricas de

borracha e inúmeras outras indústrias lançam seus resíduos no rio....As indústrias chinesas, a maioria das quais utiliza carvão em fornos e caldeira antiquados, se concentram em cerca de 20 cidades e fazem com que o ar apresente um índice elevado de poluição. A mortalidade por câncer de pulmão nas cidades chinesas é quatro a sete vezes mais alta do que no país como um todo, e a diferença é atribuída em grande parte à forte poluição do ar. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 268)

É evidente que nos países citados, Índia e China⁴³, a degradação ambiental foi severa em se tratando de córregos, rios e atmosfera. Entretanto, temos que lembrar que a agressão que tais países sofreram durante o século XIX e XX pelas potências industriais européias foi sem precedentes na história daqueles continentes, o que simplesmente o Relatório ignora em seus estudos. As indústrias poluidoras tanto na África, Ásia e América Latina, quase que em sua totalidade sempre foram de capital externo – não que as indústrias nacionais não degradassem o meio ambiente natural. As cidades desses três continentes foram o quintal e o parque industrial das grandes potências européias e norte-americanas. Nesse sentido, culpar apenas o excesso populacional pela degradação ambiental urbana é no mínimo eximir-se seriamente dos problemas.

Entretanto, o Relatório aponta que também nas cidades dos países ricos e industrializados o problema ambiental urbano existe. Afirma:

Tais cidades são responsáveis por uma grande parcela do uso de recursos, consumo de energia e poluição ambiental do mundo. Muitas delas são de alcance global e obtêm seus recursos e sua energia de terras distantes, com fortes impactos coletivos sobre os ecossistemas dessas terras. A ênfase sobre as cidades do Terceiro Mundo implica a hipótese de que os problemas das cidades dos países industrializados não são sérios. Eles os são. Muitas delas enfrentam problemas de infra-estrutura deteriorada, degradação ambiental, decadência do centro urbano, descaracterização dos bairros (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 269).

⁴³ Não podemos deixar de apontar que o rio Tiete em São Paulo e seus afluentes também sofreram gravíssima degradação ambiental após o estabelecimento do complexo parque industrial na região, além da região de Cubatão na Baixada Santista que já possui o ar mais poluído do mundo durante a década de 80.

No entanto a busca de melhor qualidade de vida nas cidades desses países é mais “fácil”, já que possuem condições financeiras, e pessoal especializado para isso.

Isso mostra que a degradação ambiental não é causada exclusivamente pela pobreza como pode transparecer em vários momentos no Relatório. A degradação ambiental é em grande medida, consequência de um sistema econômico/industrial que tem o ambiente natural com mais um elemento auxiliar na busca incessante de lucros e maximização, sem compreender, contudo, que os recursos naturais são finitos e que a degradação ambiental é também a degradação do próprio sistema como um todo.

Nesse sentido, o Relatório aponta na parte ‘O desafio urbano nos países em desenvolvimento’ - tópico *Estratégias urbanas nacionais* - 5 estratégias para os governos conseguirem frear o crescimento populacional urbano: a) a coerção é o único instrumento de evitar o crescimento das cidades em primeiro estágio de desenvolvimento; b) intervir de tal modo que se estimule a desconcentração evitando assim as vantagens da concentração; c) evitar políticas públicas que sejam atrativas para a cidade grande, como subsídios de energia e de alimentos; d) estimular políticas para os centros secundários aproveitando as vantagens econômicas naturais de tais centros, descentralizando serviços públicos; e) desenvolver métodos e estratégias de desenvolvimento rural e urbano complementares, e não contraditórios. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 274)

Partindo dessas estratégias, os países deveriam estabelecer políticas que trouxessem soluções para os problemas ambientais urbanos. Entretanto, o que se verificou ao longo dos 20 anos subsequentes à publicação do Relatório foi um intenso agravamento dos problemas ambientais urbanos, além da degradação ambiental como um todo, ocorrendo na atualidade e no futuro graves, consequências como o aquecimento global, a desertificação de imensas áreas rurais etc.

No tópico “*Fortalecimento das autoridades locais*”, o Relatório demonstra que as cidades, especialmente asiáticas e africanas (e também latino-americanos), ainda conviviam com um passado colonial, sendo que a estrutura dos seus governos urbanos não se adequavam e ainda não se adequam às necessidades atuais de um mundo cada vez mais urbano.

Segundo o Relatório, para se chegar a um processo de urbanização adequado nas diversas áreas de uma mesma nação, há que se respeitar as possibilidades de desenvolvimento de cada cidade, sendo que devem ser avaliadas no âmbito de sua

própria região, e não sofrendo um processo de padronização; pois somente quando os governos locais levando em consideração suas diferenças (hábitos, formas urbanas, prioridades sociais e as condições ambientais da área) é que se poderão criar planos de desenvolvimento local urbano para que se possam efetivar mudanças nas diversas áreas da sociedade humana.

Entretanto, o próprio Relatório aponta as dificuldades encontradas pelos poderes locais no tocante à obtenção de recursos, financeiros, para cobrirem suas despesas operacionais sem, porém, falar nas dificuldades de novos investimentos a fim de ampliar os serviços e recursos. Afirma o Relatório:

Para se tornarem agentes-chave do desenvolvimento, os governos das cidades precisam de maior capacidade política, financeira e institucional, e sobretudo de acesso a uma parcela maior da riqueza gerada na cidade. Somente desse modo as cidades poderão adaptar e desenvolver uma parte da vasta gama dos instrumentos disponíveis para tratar dos problemas urbanos (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988p. 277).

Verificamos, entretanto, que a centralização política, econômica e financeira dos governos é uma realidade dura para os municípios (especialmente nos países em desenvolvimento, e para aqueles municípios onde a circulação de riqueza produzida é muito baixa). Basta observarmos que dos 5258 municípios do Brasil⁴⁴, a grande maioria necessita de recursos das esferas estaduais e federal ao longo de todo o ano, para cumprirem suas obrigações mínimas como a folha de pagamento, o que significa que qualquer possibilidade de criação de políticas urbanas – seja qual área for – fica fadada ao fracasso, já que a alta burocratização na aquisição de recursos nas esferas nacionais ou internacionais é uma realidade corrente.

No tópico “Autonomia e envolvimento dos cidadãos” o Relatório demonstra que nos países pobres o papel do setor informal é fator importante na geração de trabalho urbano, especialmente para a mão-de-obra barata e não qualificada. Nesse sentido, aponta o Relatório, os governos deveriam apoiar mais o setor informal, reconhecendo suas funções vitais no desenvolvimento urbano, concedendo créditos e facilitando empréstimos para pequenos empresários, criando cooperativas e valorizando as

⁴⁴ Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> : acesso em 10/11/2007

associações de bairros; além de conceder títulos de propriedade de terrenos – ocupados ilegalmente - para a construção de moradia.

Conjuntamente com essas ações, o Relatório aponta ainda o papel das agências bilaterais e multilaterais de assistência ao desenvolvimento que também devem auxiliar tais populações, isso por que tais medidas reforçariam a auto-suficiência e a influência local dos pobres em suas associações de bairros:

Por iniciativa e com recursos próprios, os pobres de muitas cidades do Terceiro Mundo se organizaram e preencheram lacunas nos serviços, deixadas pelo governo local. Entre outros pontos, os grupos comunitários se mobilizam e organizam o levantamento de fundos ou meios de ajuda mútua para lidar com os problemas de saúde, meio ambiente e segurança específicos da área. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 279)

No tópico “*Habitação e serviços para os pobres*” o Relatório aponta inicialmente que a falta de infra-estrutura – moradia adequada, saneamento básico - na maior parte das cidades dos países pobres, é uma realidade. Nesse sentido, levanta algumas possibilidades para que se possam sanar tais deficiências, tais como: a) dar posse legal a imóveis que vivem em assentamentos ‘ilegais’, garantindo serviços básicos; b) garantir disponibilidade da terra e de outros recursos que as pessoas necessitam para a construção ou melhoria das moradias; c) suprir com infra-estrutura e serviços as novas zonas habitacionais ou já existentes; d) instalar escritórios nos bairros para aconselhamento e assistência técnica sobre a maneira melhor e mais econômica de construir casas, e sobre como melhorar as condições de saúde e higiene; e) planejar e orientar a expansão física da cidade; f) considerar de que modo a ação governamental poderia melhorar as condições dos proprietários e dos que se alojam em quartos baratos ou casas de cômodos; g) modificar os sistemas financeiros habitacionais, a fim de abrir possibilidade de empréstimos de baixo custo para grupos comunitários e de renda mais baixa. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 280/281)

Apesar de o Relatório apontar essas possibilidades para que se conquiste um ambiente urbano adequado a moradia – criando um ambiente equilibrado – afirma também que tais ações só serão conquistadas efetivamente se:

[...] for estimulada a participação plena dos grupos de baixa renda no sentido de definir suas necessidades, decidir como podem contribuir para os novos serviços e fazer o trabalho com suas próprias mãos. Essa cooperação depende de que se estabeleça um novo relacionamento entre os cidadãos e o governo. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 283)

Sabemos, contudo, que a participação popular, via comando do poder público, especialmente em países onde a educação não foi democratizada ao longo da história, fica quase que exclusivamente nas mãos de líderes comunitários e que esses, por sua vez, estão ligados quase sempre a interesses partidários, o que dificulta imensamente os debates e as buscas de alternativas para a melhoria da localidade. Quando efetivamente os líderes comunitários são representantes de sua comunidade, o poder público local não possui capacidade gerencial, econômica e financeira para concretizar a participação de toda a comunidade. Nesse sentido e de modo concreto, é que os municípios sejam eles pequenos médios ou grandes, passam pelas situações degradantes que se conhece.

Em relação ao tópico “*Maior aproveitamento dos recursos*” o Relatório aponta que os recursos disponíveis nas cidades e arredores são muitas vezes subutilizados, como por exemplo, terrenos, que devido à sua boa localidade, não são utilizados para a produção de alimentos (sabemos que a especulação imobiliária é um dos fatores norteadores da péssima utilização de espaços urbanos). Nesse sentido, aponta uma agricultura urbana sancionada e promovida oficialmente que poderia se tornar um componente importante do desenvolvimento urbano e tornar os alimentos mais acessíveis à população.

Ainda em relação ao aproveitamento dos recursos, o Relatório aponta a baixa utilização dos resíduos sólidos, cuja utilização tem sido problemática em muitas cidades e nações do mundo todo. Como saída, a reciclagem é vista como uma das formas de minimização e aproveitamento do material descartado, utilizando a mão-de-obra de milhares de pessoas que não encontram postos de empregos nas cidades.

Para finalizar, a parte que trata da Cooperação Internacional (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 285) indica como saída para os graves problemas encontrados pelos países em desenvolvimento a cooperação entre si, já que muitas vezes passam pelas mesmas dificuldades. A formulação de estratégias nacionais entre esses países é importante para que possam, senão combaterem conjuntamente, ao menos trocarem experiências sobre os mais diversos problemas encontrados nas diversas regiões.

Além disso, o Relatório aponta também a ajuda internacional de agências de assistências e dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento, aportando recursos, das mais diversas espécies, tais como: concessão de fundos de infra-estrutura para os governos locais; no levantamento de tarefas como reorganização do lançamento e coleta de impostos, elaboração ou atualização de mapas de propriedade privada, e formação de equipes técnicas para aconselhamento às famílias e grupos comunitários sobre reformas e moradias; além de cursos de formação profissional no interior dos países e de treinamento para funcionários no próprio local de trabalho. A contribuição internacional para o desenvolvimento de tecnologias de baixo custo para fins urbanos, além de estudar e viabilizar o atendimento às necessidades de conforto⁴⁵ habitacional das mulheres. (p. 287)

3.3 PARTE III - ESFORÇOS COMUNS

Nessa seção, o Relatório apresenta as formas e as possibilidades de enfrentar os problemas ambientais levantados durante a seção II. Para tal, a Comissão dividiu os esforços em 3 partes, sendo: a) *A administração das áreas comuns*; b) *Paz, segurança, desenvolvimento e o meio ambiente*; c) *Pela ação comum: propostas de mudança institucional e legal*.

Para o Relatório, as formas tradicionais de soberania nacional são constantemente desafiadas pelas realidades de interdependência econômica e ecológica, sendo especialmente verdadeiro nos ecossistemas compartilhados e nas ‘áreas comuns do globo’. Isso significa – para a Comissão – que para atingir o desenvolvimento

⁴⁵ Conforto aqui é entendido como a possibilidade das mulheres, especialmente as chefes de família, de terem em suas residências a possibilidade de criarem meios de subsistências – oficinas, comércio - além da educação dos filhos; o que em muitas vezes nas casas de baixa renda isso não pode ocorrer.

sustentável, a cooperação internacional é fundamental, bem como a adoção de regimes de consenso para supervisão, desenvolvimento e administração dos interesses comuns.

Conjuntamente com tal preocupação, o Relatório afirma também que se os direitos e os deveres dos Estados para com as áreas globais comuns não forem regidos por regulamentos consensuais, equânimes e exequíveis, a pressão por demanda sobre os recursos finitos destruirá, com o passar do tempo, sua integridade ecológica.

Segundo o Relatório a administração dos diversos bens comuns – oceanos, o espaço cósmico e a Antártida – encontra-se em diferentes estágios de evolução. Nesse sentido, por exemplo, em relação ao direito marítimo, é mostrado que apesar de a comunidade internacional ter elaborado uma das convenções internacionais mais ambiciosas e avançadas sobre os mares e o seu fundo, há países que se recusam a aderir ao regime multilateralmente, protelando assim nas discussões, sempre a implementação de aspectos-chave (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988p. 293).

Observamos, portanto, que nas discussões internacionais sobre meio ambiente, desde a publicação do Relatório, há por parte de determinados países e governos, a resistência de implementação total das decisões tomadas nos fóruns em nível internacional. Citamos aqui, por exemplo, a falta de implantação total da Agenda 21⁴⁶, produzida ao longo das discussões da Rio-92⁴⁷. Além disso, não ocorreu a implementação total do Protocolo de Kyoto⁴⁸ dada a recusa dos Estados Unidos em não ratificarem tal acordo assinado pelas partes.

Nesse sentido, podemos perceber que os esforços e objetivos internacionais para a defesa e proteção ambiental só serão efetivamente atingidos quando todos os países e governos conscientizarem-se de que a busca de um ambiente equilibrado é fundamental para a vida no planeta. Quando se recusa, em nome das disputas do comércio internacional, do crescimento econômico e da busca incessante de riqueza, proteger o ambiente natural, está-se colocando em xeque – em curto espaço de tempo – a própria continuidade do sistema industrial capitalista tão defendido pelos países ricos e

⁴⁶ A Agenda XXI foi um plano de ação para a virada do milênio, visando minimizar os problemas ambientais mundiais.

⁴⁷ Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) cujo objetivo era o estabelecimento de acordos internacionais que mediassem as ações antrópicas no ambiente

⁴⁸ Tratado internacional discutido e negociado na cidade de Kyoto – Japão - em 1997 que previa a redução em 5%, dos gases do efeito estufa em relação ao ano de 1992, por parte dos países industrializados. Entrou em vigor em 2005 mas sem a participação dos EUA.

industrializados, já que estes necessitam em grande escala e cada vez mais, de matérias primas (qualquer que seja ela), o que a cada ano escasseia-se cada vez mais.

3.3.1 OCEANOS: O EQUILÍBRIO DA VIDA⁴⁹

Sendo a superfície do planeta coberta por mais de 70% de água, é fácil compreender que os oceanos são de fundamental importância para o equilíbrio da vida na terra. Caracterizado por ser uma unidade fundamental, seus ciclos interconectados de energia, clima, recursos de vida marinha e atividades humanas se deslocam através das águas costeiras, dos mares regionais e dos oceanos fechados. Contudo os efeitos do crescimento urbano, industrial e agrícola não ficam contidos nas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE)⁵⁰ de nenhum país, ao contrário, passam através de correntes de água e de ar de nação para nação, e através de complexas cadeias alimentares de espécie para espécie, distribuem os ônus do desenvolvimento, quando não os benefícios, tanto aos pobres quanto aos ricos (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 294).

Nesse sentido, a proteção internacional dos mares e oceanos é imprescindível no tocante à manutenção e continuidade não apenas do comércio internacional, ou dos benefícios do 'progresso e crescimento' econômicos, mas inclusivamente da vida de todos os seres, não só do homem.

Contudo, dada à expansão das atividades humanas e econômicas a partir dos anos 50, o equilíbrio não só dos oceanos, mas de todo o ambiente natural, começou a sofrer interferências, dado o processo de degradação gerado por tais atividades. Assim, o Relatório propõe a busca do equilíbrio, já que os oceanos sofrem demasiada superexploração, seja por atividades ligadas diretamente à vida oceânica (pesca marítima, despejo de resíduos dos navios e embarcações), seja por atividades fora do espaço oceânico, mas que interferem no equilíbrio oceânico (lançamento de esgoto doméstico ou industrial, especialmente ao redor das orlas marítimas).

Dessa forma, o Relatório afirma:

⁴⁹ Em relação a este tema ver o anexo M, N e O elaborado pelo Fórum de Ong's na Rio-92

⁵⁰ Pelo Direito Internacional fixaram-se fronteiras oceânicas para separar os mares comuns das Zonas Econômicas Exclusivas nacionais.

Com o pensamento voltado para o próximo século, a Comissão está convencida de que o desenvolvimento sustentável, se não a própria sobrevivência, depende de avanços significativos no campo da administração dos oceanos. Serão necessárias grandes mudanças em nossas políticas e instituições, e terão de ser investidos mais recursos na administração dos oceanos. No âmbito dessa questão residem três imperativos: a) a unidade básica dos oceanos exige regimes de administração global eficazes; b) o compartilhamento de recursos, característica de muitos mares regionais, torna imperioso encontrar formas de administração regional; c) as maiores ameaças aos oceanos provenientes de atividades praticadas em terra exigem ações nacionais eficazes baseadas na cooperação internacional (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 297).

Nesse sentido, a cooperação e administração dos oceanos é fator preponderante para o equilíbrio do ambiente natural do globo como um todo. A abordagem para tais ações, segundo o Relatório, deve ser feita por meio da cooperação internacional, já que os reflexos da degradação ambiental dos ecossistemas marítimos são sentidos em todo o complexo oceânico. As medidas a serem enfrentadas devem combater as degradações especialmente fora das ZEE, já que os estados nacionais são responsáveis pelas Zonas Exclusivas Econômicas.

Para a Comissão, proteger os oceanos especialmente fora das ZEE, requeria já em 1987 urgência no trato de tal problema. Isso se daria a partir das seguintes medidas: *a) fortalecimento da capacidade de ação nacional, sobretudo nos países em desenvolvimento; b) melhoria da administração das zonas pesqueiras; c) reforço na cooperação dos mares regionais e semifechados; d) intensificação do controle sobre o despejo, nos oceanos, de rejeitos nucleares e perigosos; e) aperfeiçoamento do direito marítimo.*

Segundo o Relatório o primeiro tópico sobre defesa dos oceanos e mares - Ação Nacional – deve avançar sobre a produção de um conhecimento completo para que as águas oceânicas bem como a fauna e a flora marítimas possam ser protegidas. Nesse sentido, todos os países costeiros, e especialmente os em desenvolvimento, necessitariam de assistência a fim de fortalecerem as estruturas legais e institucionais para a defesa de tais ambientes naturais (p. 298)

Já com relação ao segundo tópico – Administração das Zonas Pesqueiras – o Relatório aponta que a exploração excessiva dessas áreas ameaçava muitas espécies consideradas recursos econômicos e nesse sentido, haveria urgente necessidade dos países em desenvolvimento receber maior apoio ao trabalho de proteção de das zonas pesqueiras, já que naquele momento em 1987, pouco se conhecia sobre as razões da mudança de comportamento do habitat dessas zonas, apesar de afirmarem que tais locais sofriam intensa exploração. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 302)

Sobre o terceiro tópico – Cooperação no Tocante a Mares Regionais – o Relatório apontava que haviam sido firmados diversos acordos relativos ao mares regionais e que o PNUMA fornecia inicialmente um capital para o desenvolvimento do Programa, mas que os próprios governos deveriam assumir o financiamento e a administração, recorrendo à assistência técnica da ONU e de outras agências. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 303).

No tópico Medidas Para Controlar a Deposição de Rejeitos nos Oceanos, o Relatório aponta que são várias as Convenções Internacionais que regulam a deposição de rejeitos nos Mares do Norte e no nordeste do Atlântico, no Mediterrâneo e no Báltico, sendo que a maioria das Convenções sobre os Mares Regionais incluía também um dispositivo geral instando as partes contratantes a tomarem todas as providências necessárias para evitar e reduzir a poluição causada por despejos.

Ainda segundo o Relatório, a Convenção sobre o Direito Marítimo exige que os Estados estabeleçam leis e regulamentações nacionais para evitar, reduzir e controlar a poluição do meio ambiente marinho decorrente de despejos de rejeitos; além de exigir a autorização prévia e expressa do país litorâneo par o despejo em mar territorial, nas ZEE e na plataforma continental. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 305)

Com relação ao último tópico sobre Administração dos Oceanos – O Direito Marítimo – o Relatório é enfático ao dizer que a Conferência das Nações Unidas sobre o Direito Marítimo (de 1982) foi a tentativa mais ambiciosa que se conhece de estabelecer um regime internacionalmente aceito para a administração dos oceanos. Com esta Convenção estabeleceu-se que ‘os governos não só tem poder legal e interesse de aplicar sólidos princípios de administração de recursos dentro de tais áreas, mas também tem a obrigação de implementá-lo’.

Além disso, a Convenção estabelece que as águas, o fundo do mar e o subsolo que estão além dos limites da jurisdição nacional, são de interesse internacional. Apesar disso, no ano da publicação do Relatório em 1987, apenas 32 países ratificaram a Convenção, sendo que fôra firmada por 159 países (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 306/7)

Com tais ações e medidas, pensava-se em 1987, que as nações industrializadas – ricas ou pobres – pudessem atingir, durante os anos seguintes – um equilíbrio ambiental marítimo necessário à sobrevivência das espécies oceânicas, bem como um equilíbrio ambiental do próprio planeta. O que se viu durante as duas décadas seguintes foi exatamente o inverso, como a extinção de espécies marítimas, a poluição e aquecimento das águas.

A disputa pelos mercados internacionais ocorrida na segunda metade da década de 1980 e durante toda a década de 1990 fez com que a gestão ambiental dos mares fosse esquecida. Isso é notório na própria extinção de espécies marinhas ao longo desse período.

3.3.2 O ESPAÇO: QUESTÃO CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO PLANETÁRIA

Outro ponto que o Relatório levanta em relação ‘Aos Desafios Comuns’ é sobre o Espaço Cósmico. Segundo o Relatório e de acordo com o Tratado do Espaço Cósmico de 1967, esse espaço, incluindo a lua e outros corpos celestes, não está sujeito à apropriação nacional por direito de soberania. Assim, como não há processo de apropriação pelas partes, é necessário, segundo o Relatório, que haja instituições internacionais competentes para administrar tal recurso – fundamental para o equilíbrio do planeta.

Para tal defesa do espaço cósmico – contra o excesso de dióxido de carbono, redução da camada de ozônio, chuva ácida, o Relatório aponta sobre a necessidade de obtenção de dados precisos sobre os sistemas naturais do planeta. Afirma que, apesar de possuir dados captados via satélite, a dispersão de tais informações entre governos e instituições é um grande problema para a defesa do espaço cósmico.

3.3.3 A ANTÁRTIDA: BUSCANDO A COOPERAÇÃO GLOBAL

Desde 1959, o Tratado Antártico ensejou uma série de iniciativas importantes que visam dois objetivos primordiais: 1º preservar a Antártida apenas para usos pacíficos, proibindo qualquer atividade militar, testagem de armas, explosões nucleares e deposição de rejeitos radioativos; e 2º estimular a pesquisa científica na Antártida e a cooperação internacional para tal fim. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 313)

O desafio de preservar o Continente Antártico, segundo o Relatório, estava, em 1987 sob a tutela de 18 nações, que gozavam de plenos poderes decisórios. O que se pode entender por isto é que o domínio do Continente gelado passa por uma disputa internacional entre potências industriais e países em desenvolvimento, o que torna tal território alvo de conflitos nas esferas de discussões internacionais, já que, além de apenas 18 países gozarem da tutela, não é consenso geral que a Antártida pertença às áreas comuns internacionais, sendo que sete Estados reivindicam partes do território e que também muitos países em desenvolvimento rejeitam a idéia de que esse continente, que consideram patrimônio da humanidade, seja administrado por alguns países com a exclusão de outros. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 314)

Essas disputas sobre a Antártida evidenciam que a proteção deste continente – que é de fundamental importância para o equilíbrio da temperatura do planeta, foi um grande problema durante o fim da década de 1980 e a década de 1990 para a preservação ambiental e do equilíbrio do planeta, tendo em vista os jogos de interesses das potências internacionais.

3.4 PAZ, SEGURANÇA, DESENVOLVIMENTO E O MEIO AMBIENTE⁵¹.

Segundo o Relatório, uma das causas mais evidentes contra a proteção ambiental global em 1987 era o risco eminente de um conflito armado entre as potências industriais dos países de 1º mundo (capitalistas) e 2º mundo (“socialistas”).

⁵¹ Sobre este tema ver anexo P do Tratado sobre Militarismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento, elaborado pelo Fórum de Ong's na Rio-92

Apesar de essa possibilidade ter sido descartada durante a década e 1990, dado a desintegração da URSS, a busca pela Paz sempre motivou a corrida e o desenvolvimento da indústria bélica. Não obstante, verificamos ao longo da última década e meia que os conflitos bélicos não se efetivaram entre potências industriais, mas foram causados fundamentalmente por questões de território e/ou questões religiosas (Palestina/Israel; Balcãs; Chechenia etc); além da disputa entre EUA e Iraque nas duas Guerras do Golfo, objetivando o controle da produção petrolífera. Os gastos militares, segundo o Relatório em 1985, foram de 900 bilhões, enquanto os gastos com a proteção ambiental são infinitamente menores.⁵²

Segundo o Relatório (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 330), o conflito entre as potências mundiais é colocado como uma das causas do desenvolvimento não sustentável. A possibilidade de um conflito nuclear é posto pelo Relatório como a máxima ameaça à civilização, já que uma única bomba termonuclear possui efeitos devastadores infinitamente maiores do que todos os explosivos já usados em guerra. Além da própria explosão, as conseqüências a médio e longo prazo são incalculáveis.

Durante todo o processo de desenvolvimento industrial no mundo contemporâneo, a busca de energia sempre foi o “Calcanhar de Aquiles” para o sistema. Essa busca incessante de energia gerou ao longo do último século e meio infinitos conflitos (somados à própria tentativa de aumento e domínio territorial). O Relatório aponta (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 336) que, ao longo das próximas décadas – temos que frisar que ele foi lançado em 1987 – vários outros conflitos bélicos poderão ocorrer por conta da deterioração ambiental e das opções de desenvolvimento. É lugar-comum atualmente dizermos, que os conflitos no século XXI serão por busca de água. Segundo Wertheim (2003) embora a água seja um recurso abundante no planeta, apenas 2,53% desta é própria para o consumo humano.

Especula-se que em 2015, quase 3 bilhões de pessoas - 40% da população mundial projetada - devem viver em países com dificuldades de garantir água suficiente para atender a agricultura, a indústria e as necessidades domésticas da população. Trata-se de um problema com

⁵² Para ver os gastos militares vs os gastos com segurança ambiental Ver Box 11.1 p. 339 do Relatório Brundtland

implicações políticas, econômicas e sócio ambientais gigantescas, que se reflete, desde já, na pobreza de grande parte da população mundial.

Nesse sentido, e são vários os textos e artigos que apontam de modo especulativo para tais dados sobre a falta de água, é que o Relatório aponta para possíveis conflitos bélicos com o objetivo de conquistar espaços territoriais onde há água potencialmente boa para o consumo humano e para o contínuo desenvolvimento industrial.

Assim, no último tópico do Relatório – O Desafio da mudança institucional e legal – aponta-se para um grupo de seis áreas prioritárias para tais mudanças: Descobrir as origens dos problemas ambientais; Lidar com os efeitos; Avaliar os riscos globais; Fazer opções com base segura; Fornecer meios legais; e Investir em nosso futuro.

Foi notória ao longo das últimas duas décadas – apesar das duas Conferências Internacionais (Rio de Janeiro em 1992 e Joanesburgo em 2002) e de várias reuniões protocolares como Kyoto (1997), a degradação ambiental tanto na esfera nacional como internacional (lembramos que a poluição não tem fronteiras) que se potencializou-se de tal forma que não há mais como retardarmos os estudos e investimentos para a proteção ambiental. Contudo, temos que lembrar constantemente, que o sistema industrial e o modelo de desenvolvimento a que estamos subordinados não respeitam convenções e nem protocolos, já que a dinâmica do lucro e sua maximização é o grande objetivo dos governos e da iniciativa privada.

A idéia do Desenvolvimento Sustentável trazida pelo Relatório é, ao nosso ver, uma forma de “esverdear o capitalismo e o próprio desenvolvimento econômico e industrial”. Com isso apontaremos a seguir críticas a tal modelo de desenvolvimento no capítulo 4.

4. LIMITES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O terceiro capítulo, mostrou-nos por meio de uma minuciosa análise das partes constituintes do Relatório Brundtland que o conceito de Desenvolvimento Sustentável, e os apontamentos feitos pela Comissão acerca dos “verdadeiros” causadores da degradação ambiental (em grande parte os pobres e o excesso populacional) em muitos casos são equívocos generalizados.

Ao nosso ver, o primeiro equívoco do Relatório Brundtland é apresentar o conceito de Desenvolvimento Sustentável fundamentando-o numa premissa que se baseia numa idéia subjetiva que é a de *Desenvolvimento* e de *Necessidades*. Verificamos ao longo do primeiro capítulo que a idéia de Desenvolvimento e Progresso são vistas hoje como as grandes vilãs de uma possível ‘harmonia’ entre o meio ambiente e a sociedade humana, tendo em vista que tais idéias, desde a Antiguidade Clássica, ou desde a tradição judaico-cristã, estavam vinculadas ao ideário de conquista da natureza em sua totalidade. Entretanto, ao longo de quase 3 milênios a conquista do ambiente natural, permitiu à humanidade, benefícios jamais vistos na história da humanidade, mas, nos últimos 2 séculos o que verificamos é que essa conquista extrapolou todos os limites de recomposição do ambiente natural.

O ideário desenvolvimentista no último século e meio foi e ainda é uma constante dentro dos governos e das nações, sejam daquelas ditas ricas ou pobres. Verificamos no capítulo 1 que a noção de progresso e de desenvolvimento, muitas vezes estão de tal forma imbricadas que ambas possuem um sinônimo singular que é a idéia de crescimento. Dois pontos podemos levantar neste momento: quando falamos em progresso e desenvolvimento estamos falando com relação a qual modelo? O norte-americano/europeu? Esse modelo de progresso e desenvolvimento vivido pelos países do norte vem-se mostrando inviável há várias décadas por conta da sua racionalidade instrumental (nas palavras de Habermas) que parte de um domínio e controle da natureza, muitas vezes excluindo o homem como membro desse ecossistema.

A irracionalidade da sociedade industrial é tamanha que, ao elaborar uma rota de fuga contra uma catástrofe ambiental, o faz a partir do mesmo paradigma que é o ideário desenvolvimentista.

Como demonstramos no 2º capítulo, a partir do estudo acerca da idéia de necessidade, o discurso da sustentabilidade, baseado no ideal desenvolvimentista, é frágil no tocante à criação de rotas ambientais aceitas, globalmente, a serem seguidas por todos. Esse discurso é frágil por que o desenvolvimento sustentável não rompe com a lógica do capital. Este possui um movimento interno que é cíclico – movimento do capital evidenciado por Marx (D- M – D’), ou seja, pelo que nos foi mostrado até o momento atual, o capital não respeita, fronteiras e não respeitará para que ocorra sua acumulação, pois, orientando-se segundo princípios do mercado (busca de lucratividade, produtividade e competitividade máximas), tais características, centrais ao processo de reprodução e expansão do capital, tem impactos diretos sobre a qualidade do desenvolvimento socio-ambiental (LIMA, 1997, p. 203).

Além disso, o discurso ambiental baseado no desenvolvimento sustentável, é frágil por que não rompe com a idéia do seu substantivo. Ao mesmo tempo que a sociedade industrial necessita continuar dando forças aos países ricos, necessita alavancar ao panteon sagrado do capitalismo global, alguns países denominados emergentes (como é o caso do BRIC⁵³). Isso faz com que a lógica capitalista industrial não seja rompida, já que esses países, apesar de terem assinado e ratificado os protocolos de defesa ambientais, evidentemente não planejam suas ações de modo que haja concretamente a defesa do meio ambiente⁵⁴

O segundo equívoco – e esse se faz presente em quase todo o Relatório – é afirmar, de modo quase categórico, que a pobreza e o crescimento populacional é responsável de modo direto pela grande degradação ambiental. Sem dúvida esses dois fatores também contribuem para tal fenômeno, mas atribui a responsabilidade para os países pobres e não evidenciar que os países ricos e industrializados são os que evidentemente mais poluíram e mais desperdiçam no mundo no último século, é quase

⁵³ Brasil, Rússia, Índia e China, compõem o quarteto gigante, e que se outrora ficaram “de fora” do crescimento capitalista, agora, arrogam para si o direito de se desenvolver nos moldes dos chamados países ricos.

⁵⁴ Vemos o caso do Brasil que, apesar de ter leis contra o desmatamento, a cada ano aumenta o índice de desflorestamento da Amazônia, seja por conta da “necessidade” de madeira, seja pela necessidade de espaço para a plantação de monoculturas ou criação de gado. (ver reportagem <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2801200801.htm>) no qual afirma que entre os municípios de Alta Floresta e Paranaíta, norte de Mato Grosso, recursos públicos acabam ajudando a financiar o desmate.

que leviano, pois se os pobres são compelidos a destruir, no curto prazo, os recursos dos quais dependem para subsistir no longo prazo, os ricos tendem a desperdiçar recursos, através de um consumo ostentatório, que em geral afeta desfavoravelmente os mais pobres (Sachs, 1986, apud Lima, 1997).

O desenvolvimento capitalista/industrial até o presente momento, fundamentou-se e expandiu-se a partir das desigualdades sociais. Norte e Sul de maneiras diferenciadas poluem, sem que contudo, o Relatório aponte incisivamente para a poluição dos primeiros. Se no Sul concentra-se a poluição da miséria (subnutrição, falta de água potável e esgotos, lixos a céu aberto, falta de atenção médica e medicamentos, consumo de álcool e drogas) além da importação de indústrias sujas (muitas vezes impostas pelo norte), como as químicas, petroquímicas e de celulose; o Norte polui a partir da riqueza (usinas nucleares, chuvas ácidas, consumo suntuário, dificuldade em dar destino ao lixo, doenças provocadas por excesso de alimentos, álcool, drogas e medicamentos.) (Lima, 1997, p. 204)

Dessa forma, neste quarto capítulo, tentaremos demonstrar de modo mais pontual as lacunas e limites do desenvolvimento sustentável e suas implicações.

Para isso, apresentaremos as idéias de determinados autores que já se debruçaram em análises anteriores acerca de tal objeto.

Como dito anteriormente (capítulo 3) o Relatório Brundtland ao analisar as causas da degradação ambiental e pautar ações de modo universal, propõe uma nova forma de encarar o desenvolvimento dos países, que é o desenvolvimento sustentável. No entanto, até o presente momento, essa idéia ainda não se firmou como conceito, e sua aplicabilidade na sociedade está muito longe de ocorrer. Diversos autores, nesse sentido, fazem análises acerca de tal proposta demonstrando seus equívocos ou limites.

Bertha Becker(2002) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável é uma caixa preta.

Pensado como um processo de mudança onde a exploração, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento ecológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades das gerações atuais e futuras; a ênfase de tal conceito reside no processo de transformação, em que as diversas dimensões do desenvolvimento se harmonizam e reforçam o potencial de desenvolvimento presente e futuro.

Becker (2002) ao estudar a Amazônia, aponta para pelo menos três concepções divergentes sobre o desenvolvimento sustentável.

A primeira é que para uns (Barrow1990, apud Becker), o desenvolvimento sustentável implica estratégias que conservem o ambiente e encorajem a participação das comunidades locais, sobretudo dos pequenos produtores, por meio de esquemas de uso da terra. Contudo afirma ela, essa proposta não pode ser generalizada para os países periféricos e nem mesmo para a Amazônica brasileira, pois ela contém um viés rural, e o Brasil é um país urbano e a Amazônia, como parte do país, é uma selva urbanizada. (Becker 2002, p. 54)

Outra vertente do desenvolvimento sustentável nega a adequação da opção agrícola: o desenvolvimento sustentável demanda que os estoques de capital natural sejam mantidos constantes para atender a objetivos de equidade intertemporal, isto é, a gerações futuras. O desenvolvimento regional se sustentaria não no uso da terra, mas no uso de “bens e serviços” gerados pela floresta: clima, serviços para a agricultura, medicina, indústria e ambientais, decorrentes da mera existência dos ecossistemas florestais. (p. 59)

A terceira vertente, o ecodesenvolvimento, se configura como um outro conceito propondo o uso da biomassa como fonte do desenvolvimento sustentável. Trata-se de substituição da floresta, sem queimada, por plantações racionais e do seu processamento local para obter vários tipo de produtos, sobretudo químicos e farmacêuticos. O ecodesenvolvimento seria uma contribuição vital tanto para manter a estabilidade do ambiente planetário como para o desenvolvimento dos países periféricos; por suas condições climáticas e de mão-de-obra barata, esses países têm vantagem comparativa na produção e no processamento da biomassa, que pode fornecer emprego e alcançar níveis de mercado lucrativo (Sachs 1989, apud Becker 2002, p. 54)

Nota-se que o problema do Desenvolvimento Sustentável está para além da sua definição *em si*, ou seja, na idéia de que é um desenvolvimento que atende às satisfações das gerações atuais sem comprometer as das gerações futuras. O problema de tal conceito está também na concepção do que se entende por desenvolvimento e do que se entende por sustentável. Enquanto para uns, sustentar significa o uso dos recursos naturais de modo racional, para outros a idéia de desenvolvimento requer imensos contingentes de recursos naturais para que as satisfações das necessidades dos indivíduos e das sociedades sejam saciadas.

Neste sentido, Herculano (s.d) afirma que insistir no uso do termo “desenvolvimento” prende o debate sobre a sociedade e mundo que queremos, mantendo-o no campo restrito da economia. Assim, “desenvolvimento sustentável” é

uma expressão que vem sendo usada como epígrafe, senha e resumo da boa sociedade humana. Dessa forma, a expressão ganha foros de um substituto pragmático seja da utopia socialista, ora dada como ausente, seja da proposta de introdução de valores éticos na racionalidade capitalista meramente instrumental. (p. 4)

Partindo dessa idéia, a autora demonstra que o:

“desenvolvimento sustentável” é um conjunto de medidas paliativas em prol de um capitalismo verde. Será um desenvolvimento sofrível, suportável, que resgatará, talvez o dito Terceiro Mundo de uma miséria abjeta para níveis de sobrevivência, mas que não livra o ser humano da alienação diante de um sistema de produção formidável. Pode ser um primeiro passo a escapular de um protocapitalismo selvagem, insuportável, insustentável, em direção ao suportável e sofrível. (HERCULANO, sd, p.4)

Guilherme Foladori, antropólogo uruguaio, um dos críticos ao princípio do Desenvolvimento Sustentável, em seu livro “Limites do Desenvolvimento Sustentável” (2001) faz uma análise do conceito, de tal forma que o desmistifica como sendo uma ou talvez a única forma capaz de proteger o ambiente natural e ao mesmo tempo dar vazão à ânsia industrial/capitalista de produção.

Foladori (2001) aponta primeiramente que é de difícil delimitação a noção de problemas ambientais, dado que por um lado há a própria mudança natural dos *habitat's* e do meio ambiente como um todo, e ao mesmo tempo há a interferência do homem neste mesmo ambiente natural, acelerando assim a degradação ambiental. Assim, ele aponta para alguns indicadores que poderiam nos dar indícios da crise ambiental do planeta, sem precisar nos confundir a deterioração ambiental natural dos próprios ecossistemas. Os indicadores são (p. 101): a) Devastação das matas; b) Contaminação das águas; c) Contaminação de costas e mares; d) Sobreexploração dos aquíferos; e) Erosão dos solos; f) Desertificação; g) Perda da diversidade agrícola; h) Destruição da camada de ozônio; i) Aquecimento global do planeta.

Para Foladori, todos os problemas ambientais se referem a impactos humanos externos ao processo de produção (industrial/capitalista) no sentido estrito. Assim, os nove problemas citados acima, reduzem-se a 3 para melhores análises e estudos: a)

Depredação de recursos; b) Poluição derivada dos detritos (quando os detritos são em determinada escala que o ambiente natural não consegue por si só eliminá-los e integrá-los novamente a cadeia ambiental); c) Superpopulação e Pobreza.

Nesse sentido, o primeiro apontamento levantado por Foladori é que as diferenças na forma social de produção são determinantes no tipo de recurso que se utiliza e também são determinantes na velocidade com que se desenvolve a técnica e no relacionamento com o meio ambiente. Isso leva a crer que a degradação ambiental passa necessariamente pela forma social de produção; contudo, todas as discussões sobre os problemas ambientais (e a construção do conceito de desenvolvimento sustentável está inserido nesse contexto) partem do conteúdo material da produção, aliás, parte do resultado do conteúdo material e não da forma social de produção (industrial/capitalista), ou seja, a produção enquanto produção – sua natureza – basicamente em relação à forma social, não é discutida. (p.106)

Para Foladori, não discutir a forma social de produção no momento em que a crise ambiental atinge escala mundial e que traz impactos de longo alcance temporal sobre a biosfera e a espécie humana, é uma atitude totalmente classista, porque implica, ainda que por omissão, supor que a forma capitalista é a única possível, contra o que assinala a história da humanidade (p. 106).

Discutir a forma de produção é de fundamental importância sem dúvida nenhuma, contudo, pensar que chegaremos a uma outra forma de produção (derrotar o capitalismo e implantar qualquer que seja a forma de produção) que não degrade o meio ambiente é utopia, já que a humanidade viu em toda a sua história degradação em maior ou menor escala, e até mesmo o socialismo real (capitalismo de estado) gerou graves problemas ambientais como o próprio acidente atômico de Chernobyl.

A crítica de Foladori é que, até hoje, colocaram-se filtros na produção e no sistema capitalista com a intenção de “minimizar” os impactos ambientais de tal produção, mas até o momento não se discutiu a forma social capitalista de produção. Aqui lembramos novamente de Mézaros (2002) que afirma que o Capitalismo sofre “metamorfoses para continuar o mesmo”, ou seja, em todas as suas formas, sofridas ou não metamorfoses, a produção industrial capitalista necessariamente é destrutiva, pois a lógica de acumulação do capital não suporta obstáculos.

Para Foladori, uma das graves situações que levaram o homem a destruir o seu ambiente natural, foi o momento em que ele se viu como um ser superior à natureza e de todas as formas tentou dominá-la. A criação de ideologias foi de fundamental

importância para tal dominação. Se nas sociedades tribais (de caça e coleta) havia criação de formas de organização social e técnicas para conseguir que a natureza modificada mantivesse o equilíbrio necessário para ofertar os recursos imprescindíveis à sobrevivência (p. 107); nas sociedades de classe a formação de ideologias sobre a natureza ocorreu em vários momentos, desde o período clássico grego onde a concepção socrático/aristotélica de que a natureza é para servir ao homem; passando pela ideologia judaico/cristã, onde o domínio sobre a natureza é uma prática imanente do homem para sua sobrevivência. No período moderno (Galileu, Bacon, Descartes e Newton) a natureza começa a ser concebida como uma soma mecânica de partes possíveis de ser reordenada e explorada de forma crescente. Nesse sentido a natureza é dessacralizada e a idéia de progresso (cap. 1) substitui as antigas concepções cíclicas, sendo que o impacto mais importante desse período foi a conquista do mundo pelo capital mercantil.(p. 109)

Já a partir da Revolução Industrial do século XVIII e com a revolução dos transportes e comunicação do último quarto do século XIX, quando ocorreu a expansão imperialista dos países europeus na África e Ásia, e, portanto, a conquista completa do mundo, provocou um ponto de inflexão na relação do ser humano com a natureza.

Assim, conclui Foladori, que de mãos dadas com a destruição da natureza, o crescimento do capitalismo produziu efeitos sobre a própria espécie humana – para o bem de si, e contra o ambiente natural; isso ocorreu por que a burguesia industrial era a única interessada na natureza exclusivamente como fonte de matéria-prima, para que o trabalho assalariado possa ser explorado. O interesse da burguesia como classe – e geradora de ideologia – não é a natureza como meio de vida, mas à medida que esta possibilite o aumento de exploração do trabalho assalariado, quer dizer, a geração do lucro, mas que embora como pessoas, defendam o meio ambiente. (p. 111/3)

Outro crítico da idéia de Desenvolvimento Sustentável é o professor Erly Euzébio dos Anjos (da Universidade Federal do Espírito Santo).Em seu texto *“Desenvolvimento Sustentável: a insustentável leveza do ser”* (s.d), afirma que governos, administradores, políticos, empresários, profissionais, pesquisadores e o público em geral, usam o termo quando buscam amenizar ações de degradação do meio ambiente e garantir metas preconizadas pelo crescimento econômico. Afirma ainda, que há uma mística em torno do conceito que precisa ser desvendada antes que se perca de vista a noção de ‘contradição’, inerente à sua concepção e aplicabilidade. Além de que, pode parecer que tal noção seja usada para ocultar interesses e premissas, do modo

capitalista de pensar que é “assegurar maior lucratividade, sem resistências, custos sociais e ambientais.

Nesse sentido, Anjos (sd), aponta para as seguintes idéias:

A quem interessa o Desenvolvimento Sustentável? É possível ter desenvolvimento sustentável sem alterar condicionamentos estruturais nas relações de trocas desiguais entre países? Como conciliar conflitos, existentes entre os países mais desenvolvidos do Norte, com países menos desenvolvidos do Sul, na concepção e uso da Natureza comum a todos? Sabemos que países do Norte pregam a conservação de recursos naturais para manter a Natureza intacta, para apreciá-la esteticamente como selvagem. Os EUA e outros países do Norte, defendem uma conservação, isenta da ação humana porque consideram poucos afetados ou porque acham que não dependem ‘diretamente’ da natureza, apesar da tendência da apropriação e da substituição, da lógica biológica e natural pela tecnologia.

Partindo desse levantamento, podemos indagar também – para além da disputa norte-sul - se há possibilidade de sustentabilidade ambiental sem um rompimento radical com as estruturas de poder e submissão entre as diferentes classes sociais. Além disso, será possível criar sustentabilidade dentro do sistema de livre mercado, e das expansões artificiais das necessidades?

Nesse contexto, afirma Penna (1999):

como falar em desenvolvimento sustentável em um mundo que expandiu a sua economia em quase seis vezes desde 1950, e que, somente ao longo desta década (a de 1990 – grifo nosso), acrescentará um bilhão de pessoas ao seu contingente populacional? Com uma produção anual de US\$ 20 trilhões em 1982, a economia global gerou em apenas 17 dias, o que levou um ano inteiro para ser produzido em 1990. Em menos de dois meses e meio de 1990, a produção foi igual a dos 12 meses de 1950! As últimas quatro décadas conheceram um crescimento econômico maior do que o ocorrido desde o início da Antiguidade até 1950. O comércio internacional cresceu ainda mais rápido: a exportação de produtos primários e de manufaturados aumentou mais de 15 vezes entre 1950 e 1997 (p. 141)

O Desenvolvimento Sustentável, enquanto possibilidades de proteção ambiental, é uma utopia ao ser pensado dentro de um sistema industrial e de livre-mercado. Nos últimos 60 anos, o modelo de sociedade vivido pelo ocidente e hoje se expandindo com velocidade para o oriente, nos permite afirmar que qualquer proposta de desenvolvimento econômico que não rompa com o atual modelo será apenas uma falácia em relação a preservação ambiental. Segundo Penna, 1999, desde o início da década de 1950 até a década de 1990, três fatores predominantes têm contribuído para as pressões excessivas que atuam sobre os sistemas naturais da Terra: a duplicação da população mundial, a quintuplicação da produção econômica global e o alargamento do abismo entre pobres e ricos⁵⁵.

Leonel (1998, p. 240) afirma que a primeira dificuldade em relação ao desenvolvimento sustentável está relacionado ao seu quadro conceitual. Afirma que tal conceito é pouco claro, suspeito de retórica e contraditório. Aponta ainda, que o conceito de desenvolvimento sustentável caminha para sua formulação, partindo de uma linha demarcatória, um núcleo enunciado e instrumentos de medida experimentais, incluindo indicadores quantitativos globais e setoriais.

Dessa forma, segundo Leonel (1998) os críticos do conceito admitem que o crescimento a ser pretendido deve ser o qualitativo em oposição ao quantitativo, um crescimento através da maior produtividade dos recursos, uso mais eficiente da energia, reciclagem, redução de poluentes, ou seja, pelo controle dos padrões atuais, impedindo sua replicação, introduzindo alternativas para um modo de vida sustentável (Sachs, 1993, apud Leonel, 1998).

Verificamos assim, que as tentativas de sustentabilidade ambiental na qual diversas esferas da sociedade (mídia, governos, cientistas etc) se respaldam ao proclamar uma possível defesa do meio ambiente, só será efetivamente alcançada caso se rompa com os atuais modelos de desenvolvimento econômico e industrial.

⁵⁵ Em relação ao fator diferença entre pobres e ricos, alguns dados demonstram concretamente tal diferença. As nações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com menos de 21% da população (1997) e 24% das terras do planeta, são responsáveis por: 72% do produto mundial bruto, 73% do comércio internacional, 70% do consumo de energia (74% da comercial e 15% da energia de biomassa), 75% do consumo de metais e possuem 78% de todos os veículos. Esses países consomem ainda, a cada ano: cerca de 90% da produção mineral mundial dos três metais mais utilizados – ferro, alumínio e cobre – 87% do papel, 61% da carne e 76% da madeira comercializada (Durning in Brow, 1991, apud Penna 1999). Além disso, os países da OCDE são, ao mesmo tempo, responsáveis por 45% das emissões de óxidos de nitrogênio, além de produzirem 60% dos rejeitos industriais. O europeu médio utiliza de 10 a 30 vezes mais energia comercial que o habitante médio de um país em desenvolvimento, enquanto o norte-americano consome cerca de 10 vezes mais.

Martins (2005), afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável é polissêmico, já que este está ancorado em um substantivo (desenvolvimento) e um adjetivo (sustentável) que unidos tornam o conceito abrangente. Aponta que a noção de desenvolvimento sustentável corresponde a uma expressão desejante de abarcar em si todas as questões que envolvem o desenvolvimento e o meio ambiente, reunido no seguinte tripé: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica. (p. 109)

Contudo, estabelecer um estilo de desenvolvimento para as nações de modo que esteja pautado na proteção ambiental, se torna algo, ao nosso ver, irrealizável. Isso porque, as atuais taxas de utilização de recursos naturais está, a cada momento, extrapolando quaisquer índices de reposição do planeta. Esta acelerada taxa de degradação ambiental está diretamente ligada ao estilo de vida que o mundo ocidental criou para si, e que agora, repassa para o oriente.

Um desenvolvimento ambientalmente aceito por todos, de tal modo que as gerações futuras possam desfrutar de um ambiente equilibrado, está longe de ser alcançado, isto por que os paradigmas relacionados ao desenvolvimento econômico ainda são os de acúmulo de riqueza, sem contudo, propor políticas de inclusão, porque o sistema econômico vigente, é excludente por natureza.

A busca por novos paradigmas morais e éticos, com a intenção de preservar o meio ambiente, está ao nosso ver, longe de ser conquistado. Isso se deve porque os desníveis econômicos e sociais entre os 6 bilhões de habitantes do planeta é grande e tende a aumentar. Uma vez que 20% da população mundial consome 80% da energia produzida, e 80% consome os 20% restante, fica claro que equidade social está longe de ser alcançada. Será que um norte americano ou europeu de classe média está disposto a diminuir seu consumo para que, todos fazendo (lembrando o imperativo categórico de kant), a degradação ambiental seja diminuída e assim as gerações futuras possam minimamente ter recursos para também satisfazerem as suas “necessidades fundamentais”? Será que um indivíduo da classe média do hemisfério sul está disposto a diminuir seu consumo com vistas às gerações futuras? Pensamos que não, tendo em vista que uma das características da modernidade é o pragmatismo exagerado, ou seja, façamos tudo hoje, porque o futuro é incerto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos nosso trabalho – O Desenvolvimento Sustentável: uma análise a partir do Relatório Brundtland -, observamos algumas questões que além de esclarecer algumas indagações, poderão servir como ponto de partida para um futuro trabalho de pesquisa.

Essas questões se referem aos seguintes aspectos: 1º) O estudo do primeiro capítulo evidenciou algumas lacunas acerca do que objetivamente venha a ser progresso e desenvolvimento, o que nos permite afirmar que qualquer pressuposto de sustentabilidade ambiental, que se pautar nessas idéias, está fadada ao fracasso. Isso é notório porque tanto os conceitos de desenvolvimento e progresso econômicos não aceitam “camisas de força”, ou seja, são conceitos que não possuem objetivação.

A segunda questão levantada pelo nosso trabalho é a questão das necessidades. Da mesma forma que os conceitos de progresso e desenvolvimento, o de necessidades humanas, é infinitamente mais subjetivo, o que nos permite elaborar uma crítica à idéia de Desenvolvimento Sustentável, já que este se fundamenta na satisfação das necessidades das gerações atuais, sem comprometer as gerações futuras.

Sem dúvida, o Relatório Brundtland, ao elaborar o conceito de desenvolvimento sustentável, traz em seu bojo um pressuposto ético fundamental que é a equidade entre as gerações. Contudo, o vácuo deixado pelo Relatório em relação às formas de como concretizar esse pressuposto, é muito grande, já que as propostas para a preservação ambiental contidas no relatório são de extrema diplomacia com os países ricos e industrializados.

A idéia de necessidades humanas é o ponto crítico, ao nosso ver, quando analisamos o conceito de desenvolvimento sustentável. Isso se evidencia quando vemos a produção de bens materiais nos últimos 50 anos extrapolar todos os índices jamais visto na história moderna.

Verificamos ao longo do segundo capítulo, que a idéia de necessidade humana é uma criação cultural, o que torna a divisão clássica de necessidades entre básicas e

supérfluas algo muito sutil; e que mesmo dentro da categoria de necessidades básicas há um grande nível de subjetividade.

Observamos também que a criação das necessidades na sociedade de consumo faz com que aquilo que é posto ou visto como supérfluo em determinado contexto histórico/cultural e por uma parcela da sociedade, rapidamente é passado para a categoria de básico ou necessário. Para ilustrarmos tal situação, basta lembrarmos do aparelho celular. Quando apareceu no Brasil no início da década de 1990 era um aparelho visto como supérfluo por grande parcela da população. Em pouco mais de uma década, tal aparelho não apenas se popularizou para as camadas menos abastadas da sociedade, mas também tornou-se uma necessidade fundamentalmente básica para mais de milhões de brasileiros.

A questão das necessidades na sociedade de consumo, deixou evidente que qualquer tentativa de criação de modelos de sustentabilidade ambiental passa, fundamentalmente, por uma radical transformação dos modelos econômicos e sociais, além da criação de uma nova moral e uma nova ética pautada pela preservação ambiental.

A terceira questão levantada pelo nosso trabalho, é relativa ao terceiro capítulo. Ao fazermos um levantamento pormenorizado das partes constituintes do Relatório Brundtland, conseguimos verificar que as possibilidades de uma busca de preservação ambiental sem romper com a lógica do sistema industrial vigente, é impossível de ser realizada. Além disso, o Relatório diversas vezes se mostra tendencioso ao expor de modo claro que grande parte da poluição ambiental é causada pela pobreza, aumento excessivo da população e pela concentração urbana; sem contudo, expor de modo contundente que tais causas são derivadas do modelo econômico e de sua racionalidade, pela concentração de riquezas, pelas disputas entre países ricos e pobres, pela busca incessante de lucro, pela exploração de matérias primas e mão de obra (quase escrava) das grandes corporações em locais distantes de suas matrizes.

O desenvolvimento sustentável proposto pelo Relatório Brundtland é, portanto, um modelo que não rompe com as contradições internas do sistema industrial, mas sim, apenas propõe um “esverdeamento” das atitudes individuais e coletivas.

O quarto capítulo, nos permitiu observar que o desenvolvimento sustentável possui imensas lacunas, já que ficou evidente, pelos seus críticos, que as propostas de um desenvolvimento econômico com defesa ambiental, sem romper radicalmente com as estruturas do sistema industrial capitalista de mercado, é quase que uma utopia.

Nesse sentido, essas lacunas observadas pelo nosso trabalho, são pressupostos para futuras investigações como afirmei logo acima, o que nos permite dizer que obviamente esse trabalho não está concluído, mas apenas preparou terreno para futuras abordagens críticas dos modelos econômico-sociais e até mesmo morais e éticos.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. Tradução Wolfgang Leo Mar. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

ANJOS, E. E.dos. **Desenvolvimento sustentável: a insustentável leveza de ser**. Disponível em < http://www.revistahumanas.inf.br/erly_artigo1.pdf > Acesso em 06/12/2007

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes. 1997.

BARAN, P. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Victor Civita. 1984 (Os Economistas)

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Tradução. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

BECKER, B. K. **A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia**. In: Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002

BETTO, Frei. **Consumo, logo existo**. Disponível em: < http://www.artecultura.com.br/artigos_full.asp?codigo=10 > Acesso em 12/09/2007

CAVALCANTI, C (Org). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: **NOSSO FUTURO COMUM**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CORSI, F.L. **Notas sobre desenvolvimento e ecologia**, 2007. (Texto não publicado)

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. Tradução. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DICIONÁRIO DE CIENCIAS SOCIAIS. Editado por Benedito Silva et al. Rio de Janeiro: FGV, 1986, 331/333 – 995/996.

DICIONÁRIO DE ECONOMIA. Consultoria de Paulo Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 353.

DUPAS, Gilberto. **O Mito do progresso**. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

FACIN, A. M. **Meio ambiente e direitos humanos**. Disponível em: <<http://jus2uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3463>>. Acesso em: 16/jan/2007

FEHÉR, F; HELLER, A. **A condição política pós-moderna**. Tradução. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FERREIRA, L. da C; VIOLA, E. (Orgs). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Edunicamp, 1996.

FIGUEIREDO, P. A internacionalização da Amazônia. **Revista Amazônia Vinte e Um**, ano 1, n.1 1996. Disponível em: <<http://hps.infolink.com.br/peco/amazonia21/ama2101c.htm>>: Acesso em 21/jun/2007

FRAGA, P. D. V. **A teoria das necessidades em Marx: dialética do reconhecimento à analítica do ser social**. 2006. 232 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia, Unicamp), Campinas, 2006.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Brasil: A construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HERCULANO, S. C. **Desenvolvimento Sustentável: como passar do insuportável ao sofrível**. Disponível em < <http://www.cefetesp.br/edu/eso/ia/suportavelsofrivel.html> > Acesso em 10/10/2007 (s.d)

HEILBRONER, R. **A visão econômica do progresso.** Disponível em: <http://www.adelinotorres.com/desenvolvimento/HEILBRONER_A%20visao%20economica%20do%20progresso.pdf> Acesso em 05/fev/2007

HELLER, A. **Uma revisión de la teoria de las necesidades.** Barcelona: Paidós, 1996.

KIECHÖFER, A. M. **Formação do desenvolvimento integrado e sustentável de municípios.** 2005. 221 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Engenharia de Produção, Universidade de Santa Catarina), Florianópolis, 2005.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** Tradução: Sandra Venezuela . São Paulo: Cortez, 2000.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável:** críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: UFSC, 1999.

LEONEL, M. **A morte social dos rios:** conflito, natureza e cultura na Amazônia. São Paulo: Ed. Perspectiva; Fapesp; IAMA, 1998.

LIMA, G. F. da. **O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável.** Disponível em < <http://www.cefetsp.br/edu/eso/debatesustentabilidade.html> > Acesso em 02/06/2000

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal:** ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo; Cia das Letras, 2007

MARCUSE, H. **A noção de progresso à luz da psicanálise.** Disponível em: <<http://www.odialetico.hpg.ig.com.br/filosofia/nocprogresso.htm>>. Acesso em 05/jan/2007.

_____. **Contra-revolução e revolta.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **Ideologia da sociedade industrial.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. **Cultura e psicanálise.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MARTINS, R. **A discussão internacional sobre desenvolvimento sustentável:** de Estocolmo (1972) a Johannesburgo (2002). 218 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Marília, 2005.

MARUM, J. A. de Oliveira. **O Ambiente e direitos humanos.** Disponível em: <<http://www5.mp.sp.gov.br:8080/caouma/doutrina/Amb/Teses/Direitos%20Humanos%20-%20Marum.htm>>. Acesso em 16/jan/2007

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo; 2006.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução: Maria Antónia Pacheco. Lisboa: Avante!, 1993

MÉZAROS, I. **Para além do capital:** rumo para uma teoria da transição. Tradução: Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas: Edunicamp; Boitempo; 2002.

NISBET, R. **História da idéia de progresso.** Brasília: UNB. 1985.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AMBIENTAIS. **A questão ambiental:** cenários de pesquisa. a experiência do Ciclo de seminários do NEPAM. Campinas: Unicamp; Nepam, 1995.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2006

PINHEIRO, C. de M. **Sociedade justa:** palco para o progresso moral em Kant. Ethic@, Florianópolis, v.3, n.2, p. 145-162, dez 2004. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/ethic@/ET32ART5.pdf>>. Acesso em: 05/jan/2007.

ROSTOW, W.W. **Etapas do desenvolvimento econômico:** um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre os lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SLATER, D. **Cultura do Consumo & Modernidade**. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Nobel, 2002.

SMITH, A. **A Riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Os Economistas).

TAVOLARO, S. B. de Faria. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001.

TREDEZINI, C. A. O. **Desenvolvimento econômico e meio ambiente: estudo dos efeitos do desenvolvimento econômico e suas implicações ao meio ambiente a partir dos anos setenta. O exemplo de São Gabriel do Oeste – MS**. 2000. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2000.

VIOLA, E. J. **O movimento ambientalista no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.1, n.3, p. 5 a 26.

WERTHEIN, J. **O Desafio da Água no Século XXI**. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/noticias/opiniao/artigow/2003/desafio_agua/mostra_documento>. Acesso em 20/jun/2007.

WILKINSON, R. G. **Pobreza e Progresso: um modelo ecológico de desenvolvimento econômico**. Tradução Cristina Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ANEXO A

TRATADO DOS MODELOS ECONÔMICOS ALTERNATIVOS PREÂMBULO

O mundo hoje está marcado por uma crise interrelacionada ambiental e de desenvolvimento. Esta crise está enraizada na dinâmica de um modelo econômico que é centrado na busca de lucros em vez da promoção do bem estar das comunidades. Este sistema assume o consumo infinito de recursos, num planeta finito.

Este modelo de desenvolvimento se manifesta particularmente da seguinte forma:

1. O modelo de livre mercado legitima uma ordem econômica onde uma riqueza inacreditável é privilégio de uns e a pobreza é condição generalizada da humanidade. Ele conduz à conseqüências desastrosas como a pobreza, doenças, devastação do meio ambiente e cultura de povos e à miséria espiritual.

2. A injustiça social, cultural, política e econômica no sistema internacional sustenta as elites do norte e do sul e amplia a distância entre classes, raças e sexos. 80% dos recursos mundiais são consumidos por 20% da população e 80% da degradação ambiental é gerada por esses mesmos 20%. A disparidade em riqueza, poder e recursos também está aumentando. A concentração da riqueza entre os 20% mais ricos aumentou de 70,2% para 92,7% em 1989.

3. O Estado neo-liberal usa seu poder e violência para reforçar e expandir esse sistema econômico opressivo sob a coordenação das autoritárias instituições de Bretton Woods, particularmente o Banco Mundial, o FMI e o GATT, em benefício do crescente monopólio das corporações transnacionais e seu controle sobre os recursos mundiais. O modelo Bruntland de desenvolvimento sustentável vai perpetuar esta situação.

4. A expansão presente da ideologia do livre comércio, mina o poder dos estados de formular políticas para a proteção dos recursos naturais e da vida humana. A ideologia neo-liberal transforma as relações sociais e as comunidades eco-culturais e de base em meras variáveis econômicas.

5. A natureza patriarcal do sistema industrial dominante tem o efeito de aumentar a distância no poder e ganhos entre os homens de um lado, e mulheres e crianças do outro. Por exemplo, o trabalho doméstico não é computado no PNB e os dados mostram diferenças marcantes entre os ganhos de mulheres e homens por um mesmo trabalho.

Nós as ONGs e movimentos sociais, esboçamos este trabalho para definir e estabelecer alternativas ao modelo econômico dominante e por em andamento os seguintes princípios, compromissos políticos, plano de ação e mecanismos de prosseguimento. Assim fazendo, nós declaramos nossa autonomia tanto do mercado quanto do estado.

PRINCÍPIOS

A visão fundamental das alternativas ao presente modelo está baseada nos seguintes princípios:

1. O propósito fundamental da organização econômica é prover as necessidades básicas de uma comunidade, em termos de alimentação, abrigo, educação, saúde, usufruto da cultura, em oposição à concentração da geração de riquezas e ao crescimento da produção por si próprio.

2. A vida econômica também deve ser organizada de tal maneira que acrescente em vez de destruir o meio ambiente e proteja os recursos naturais para o uso de futuras gerações.

3. Uma alternativa ao sistema corrente deve ser baseada em modelos indígenas, das comunidades de base, modelos que se fortalecem a partir das pessoas, e que são enraizados na experiência, história e realidade eco-culturais dos povos.

4. Isto implica em incorporar a diversidade dos sistemas alternativos de produção, dos processos de tomada de decisões, de tecnologias especialmente aqueles derivados das comunidades camponesas e dos povos indígenas.
5. Um modelo econômico alternativo deve reconhecer e institucionalizar o papel central da mulher na construção da vida econômica.
6. Um modelo alternativo deve ser baseado na relativa auto-suficiência das comunidades, regiões e nações, em vez de no comércio livre, mercado mundial e nas grandes corporações domésticas e transnacionais como instituições centrais que determinam a produção e distribuição.
7. A vida econômica deve ser formada por estratégias de baixo para cima, onde as pessoas e as comunidades tem o poder de tomar decisões econômicas que afetem suas vidas, em contraste ao modelo dominante que marginaliza as comunidades de base e promove relações econômicas internacionais nas quais o centro subjuga a periferia.
8. Uma das fundações éticas centrais de um modelo alternativo é a interdependência entre todos os povos e a interdependência de povos e comunidades com o mundo material não humano. Esta interdependência exige um sistema de partilha de recursos baseado na autonomia, igualdade, democracia participativa e solidariedade. Como membros de uma comunidade, os indivíduos devem assumir a responsabilidade de viver nos limites dos recursos do planeta, em contraste ao modelo excessivo de consumo do norte e das elites.
9. Os indicadores de desenvolvimento humano e econômico não devem mais refletir exclusivamente o crescimento material e o avanço tecnológico, mas devem levar em consideração o bem estar individual, social e ambiental.
10. Tais indicadores devem incluir o trabalho familiar não remunerado, igualdade na distribuição da renda, melhor cuidado das crianças, saúde, igualdade de gêneros e a maximização da felicidade humana com o mínimo uso de recursos e desperdício.
11. Num sistema econômico alternativo, o estado será transformado de principal agente facilitador do sistema econômico que é dominado por corporações domésticas e transnacionais, num mecanismo que genuinamente represente e sirva o desejo das pessoas e promova estratégias de desenvolvimento e autoconfiança centrado na comunidade.

COMPROMISSOS POLÍTICOS

Baseados na visão estratégica acima, nós, os abaixo assinados representantes de ONGs no Fórum das ONGs do Fórum Global de junho de 1992 nos comprometemos a:

1. Retornar para e nos identificar com nossas comunidades de base, de maneira a criar autoconfiança coletiva na comunidade e estabelecer modelos econômicos alternativos a partir da própria comunidade.
2. Construir mecanismos e instituições de fortalecimento mútuo no sentido de estabelecer uma ordem econômica alternativa.
3. Participar na construção de movimentos populares pelo meio ambiente e pelo desenvolvimento, começando por redes aliadas de trabalho biorregionais até uma solidariedade global.

PLANO DE AÇÃO

1. Nós nos mobilizaremos para opor-nos e exigir democraticamente, prestação de contas das operações das instituições de Bretton Woods e do assim chamado “modelo econômico de desenvolvimento” dominado pelas corporações transnacionais. Isto inclui o modelo Brundtland de desenvolvimento sustentável.
2. Nós trabalharemos para eliminar a dívida internacional existente e desmantelar o sistema injusto que perpetua a criação da dívida internacional.

3. Nós rechaçamos a transferência de tecnologia e parques industriais desatualizados, assim como os projetos agro exportadores que impliquem alto custo ambiental e social.
4. Exigir o pagamento com tecnologia da dívida ambiental que os países ricos contraíram historicamente com os países pobres, de modo que toda a sociedade se beneficie da utilização de tecnologias adequadas ambientalmente. Apoiaremos políticas sociais e ecológicas de transição industrial, tanto para o Sul quanto para o Norte, que redirecionem o atual modelo econômico industrial.
5. Nós pressionaremos nossos governantes para reestruturar e rediregir o GATT, para trabalhar no sentido de criar um sistema de comércio global que seja justo e sirva aos interesses de todos os povos, assim, como promover autoconfiança local e empreendimentos comunitários.
6. Nós nos mobilizaremos para a redução de orçamento militar em todos os países, pela abolição do comércio internacional de armas nucleares e para transferir estes recursos, que deverão ser alocados em projetos social e ambientalmente sustentáveis no Norte e no Sul.
7. Nós trabalharemos para estabelecer uma taxa sobre emissões de gás carbônico em todas as nações onde a emissão média é de 1 tonelada ou mais por pessoa, e aplicar esta renda no Fundo das Pessoas da Terra para o desenvolvimento de tecnologias alternativas a serem partilhadas mundialmente.
8. Nos mobilizaremos para uma drástica redução no consumo de energia e estilos de vida excessivamente consumistas, encorajando economias locais-regionais à autoconfiança e à frugalidade.
9. Nós vamos trabalhar para desenvolver novas relações sócio-econômicas que sejam não-exploradoras e que recuperem costumes cooperativos que protejam as comunidades e o meio ambiente. Estes costumes e instituições serão apoiados pela mobilização de programas voluntários de intercâmbio em todos os níveis.
10. Nós trabalharemos para desenvolver alianças que construam e estreitem a solidariedade com e entre trabalhadores (ex.: para melhores salários e condições de trabalho), pobres urbanos (habitação e saneamento), trabalhadores rurais (reforma agrária), mulheres (igualdade de condições e participação política) e comunidades indígenas que são ameaçadas com desalojamento.
11. Nós trabalharemos em nossas respectivas comunidades para defender o fundo de desenvolvimento para o Sul, aonde as nações e povos do Sul tenham um papel central.
12. Nos mobilizaremos para tornar transparente toda informação sobre projetos de desenvolvimento e processos de tomada de decisão que selecionem e avaliem tecnologias.

MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO

Ainda que os modelos alternativos sejam autônomos e auto-regulados em todos os níveis, uma estrutura de rede como sugenda abaixo é imperativa para assegurar o compromisso e o impacto transformador. Os movimentos sociais e as ONGs devem organizar-se de maneira descentralizada, democrática e horizontal, em todos os níveis local, regional, nacional e internacional. O processo de coordenação ocorrerá no plano de ação. O tipo de coordenação que se necessita deve implementar estas ações.

1. Porque o processo do Tratado sobre Modelo Econômico Alternativo é o modelo de desenvolvimento alternativo, é importante que seja dado ao tratado um lugar central dentro do processo alternativo de tratados do Fórum Global.
2. O processo de acompanhamento para modelos econômicos alternativos será uma rede de trabalho aberta e porosa que: identificará experiências inovadoras de desenvolvimento de modelos econômicos alternativos, redes de trabalho e redes de redes; que conveniar, em cooperação com essas redes existentes, grupos de trabalhos

que possuam experiências alternativas e modelos teóricos que possam ser difundidos e avaliados pelos grupos de base das comunidades; que financie, em cooperação com qualquer grupo interessado, fóruns nacionais, regionais e internacionais que promovam, aperfeiçoem e atualizem o Tratado dos Modelos Alternativos.

3. De modo a continuamente representar os desdobramentos do processo do Tratado de Modelo Econômico Alternativo, no nível inter-tratados internacionais, nós precisamos desenvolver mecanismos que conservem esse modelo à frente de todos os outros tratados.

Portanto propomos como possível mecanismo de direção que: cada equipe de tratado designe 6 representantes (um para cada uma das seguintes regiões: América Latina, África, Ásia, América do Norte, Europa, Austrália/Ilhas do Pacífico) para uma nova assembleia de ONGs e Movimentos Sociais; q esta assembleia elegerá entre seus membros um comitê internacional coordenador com representantes de todas as regiões; q uma estrutura interconectada paralela em todos os níveis; qualquer mudança neste tratado só deverá ser feita pelo Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais.

FONTE:

http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/ECONOMIA_ALTERNATIVA_10.PDF

ANEXO B

TRATADO SOBRE CONSUMO E ESTILO DE VIDA

Este tratado pretende promover a reflexão e o debate entre os Movimentos Sociais e as ONGs, conduzindo a compromissos de ação entre os diversos contextos regionais e locais.

PREÂMBULO

Os mais sérios problemas globais de desenvolvimento e meio ambiente que o mundo enfrenta decorrem de uma ordem econômica mundial caracterizada pela produção e consumo sempre crescentes, o que esgota e contamina nossos recursos naturais, além de criar e perpetuar desigualdades gritantes entre as nações, bem como dentro delas. Não mais podemos tolerar tal situação, que nos levou além dos limites da capacidade de sustento da Terra, e na qual vinte por cento das pessoas consomem oitenta por cento dos recursos mundiais. Devemos atuar para equilibrar a sustentabilidade ecológica equitativamente, entre os países e dentro dos mesmos. Será necessário desenvolver novos valores culturais e éticos, transformar estruturas econômicas e reorientar nossos estilos de vida.

PRINCÍPIOS

Padrões de consumo e produção equitativos e ecologicamente sustentáveis são coerentes com seis princípios básicos, que se aplicam a produtores e consumidores:

Revalorizar

1. Devemos novamente despertar para o fato de que a qualidade de vida está baseada no desenvolvimento das relações humanas, criatividade, expressão artística e cultural, espiritualidade, respeito ao mundo natural e celebração da vida, não dependendo do crescente consumo de bens materiais supérfluos.

Reestuturar

2. O sistema econômico deve ser reestruturado à parte da produção e consumo de bens supérfluos para minorias, para concentrar-se na produção de bens que atendam às necessidades humanas básicas (por exemplo: água, alimentos, vestuário, habitação, educação, assistência médica) para todas as pessoas.

3. Os sistemas macroeconômicos devem ser reestruturados, de forma a incluir os custos ecológicos e sociais nos preços de todos os bens e serviços, inclusive o trabalho em setores informais e não-remunerados.

4. As comunidades locais devem ter total participação no controle e no poder de decisão sobre a administração do uso dos recursos naturais dos quais sua economia depende, de forma que tais recursos seja utilizados e consumidos de maneira equitativa e ambientalmente sustentável.

5. A continuidade da atual ordem econômica traz consigo a ameaça de graves e irreversíveis danos ambientais, bem como de desagregação social. Portanto, a ausência de certeza científica plena no que diz respeito aos possíveis impactos decorrentes da transformação não deve ser usada como motivo para evitar-se a ação imediata.

6. Dado que os países industrializados consomem a imensa maioria dos recursos naturais do mundo, gerando a maior parte da poluição global, têm que arcar com a responsabilidade básica de recuperar o ambiente natural e compensar as vítimas da degradação ambiental.

Redistribuir

7. O conceito de espaço ambiental, segundo o qual todas as pessoas têm direito a justas parcelas de água, alimento, ar, terra e a outros recursos dentro da capacidade de sustentação da Terra, deve ser a base para a produção e consumo equitativo.

8. Embora o crescimento populacional seja um perigo para a saúde do planeta, deve ser reconhecido que o crescimento populacional no Norte, devido aos extremamente altos níveis de consumo “per capita”, constitui uma ameaça ambiental bem mais grave do que o verificado no Sul. O atendimento às necessidades básicas é um pré-requisito para a estabilização do crescimento populacional.

Reduzir

9. O consumo e produção globais devem ser freados para se ajustarem à capacidade de recuperação da Terra. Dada a crise ecológica e de desenvolvimento, esta transição deve estar concluída dentro de poucas décadas, a fim de evitar danos irreversíveis à vida na Terra.

10. O uso de energia, sobretudo de combustíveis fósseis, deve ser reduzido de forma significativa. Fontes renováveis, que sejam menos nocivas ao ambiente, devem ser buscadas. Devido a seu poder de destruição social e ambiental, a produção e utilização de armas e artefatos bélicos não são considerados como parte admissível de uma sociedade equitativa e ambientalmente sustentável.

11. A produção e consumo de produtos com obsolescência embutida devem ser interrompidos; o consumo de produtos que sejam transportados por distâncias longas deve ser reduzido; e processos de produção que gerem resíduos tóxicos, perigosos, ou resíduos radioativos devem ser suspensos.

12. A redução no consumo deve ter prioridade sobre a reutilização e reciclagem de produtos.

Reutilizar

13. A produção de bens deve ser realizada em ciclos fechados, pelos quais substâncias são continuamente reutilizadas ao grau máximo.

14. Os bens devem ser produzidos de forma a causar impacto mínimo no meio ambiente, com grande durabilidade, alta eficiência e facilidade de reparo.

15. Depois da redução em seu consumo, a reutilização de bens deve ter prioridade sobre a reciclagem.

Reciclar

16. Indústrias e governo devem assumir responsabilidade total pelo tratamento adequado no decorrer do ciclo de vida do processo de produção. Se houver produtos residuais, devem ser tratados no local em que foram gerados, e não transportados através de fronteiras nacionais.

17. Unidades de reciclagem local descentralizadas devem ter prioridade sobre unidades de reciclagem em larga escala centralizadas, devido à geração de maior número de empregos, além da menor necessidade de utilização de energia e transporte.

18. A incineração de resíduos não deve ser considerada como alternativa para a reciclagem.

PLANO DE AÇÃO

Nós, abaixo assinados, nos comprometemos com as seguintes ações:

Revalorizar

1. Conduzir, primeiramente, uma auto-avaliação de nossas próprias opções de estilo de vida, à luz dos elementos deste tratado, e fazer compromissos pessoais no sentido de mudança.

2. Participar, juntamente com organizações comerciais, industriais, governamentais, estudantis, voluntárias e comunitárias, grupos políticos e outras filiações, a fim de analisar as formas pelas quais podemos aprimorar nossos padrões de consumo e produção, para atender às necessidades humanas básicas em todo o mundo.

3. Desenvolver novos conceitos de riqueza, incluindo indicadores de desenvolvimento para indivíduos, comunidades e nações, os quais apoiem novos modelos de

desenvolvimento humano e sócio-econômicos, que sejam eqüitativos, ambientalmente sustentáveis, e que reconheçam toda a gama de aspirações humanas.

4. Despertar a consciência e servir de exemplo, em nossas organizações e na comunidade, de ambientes de trabalho mais equilibrados, que fortaleçam o senso de comunidade, incentivem a criatividade humana e a profundidade nas relações pessoais, e atendam às necessidades físicas, mentais e espirituais das pessoas.

5. Reconhecer as coisas na vida que realmente tragam alegria e satisfação. Observar, valorizar e zelar pelos relacionamentos que nos sustentem, seja com nossos companheiros, os seres humanos, ou com o mundo natural do qual fazemos parte, e dedicar tempo a desfrutá-los e estimulá-los.

6. Comprometemo-nos a aprender com as comunidades que vivem sob formas sustentáveis, utilizando tecnologias adequadas.

7. Analisar a resistência à mudança a partir do cerne das sociedades de consumo e encontrar formas para motivar as pessoas a aceitar novos valores e novo comportamento.

Reestruturar e Redistribuir

8. Influenciar as políticas fiscais, monetárias e comerciais, nacionais e internacionais e incluir: custos de integração social e ambiental nos preços dos produtos, comércio justo, redistribuição da terra, suavização das dívidas, sistemas tributários eqüitativos, regulamentação de empresas multinacionais, extinção de políticas de ajuste estrutural, e mudanças em outras forças estruturais que causem impacto negativo sobre padrões de consumo e produção eqüitativos e ambientalmente sustentáveis.

9. Promover a conversão para uma economia eqüitativa e ecologicamente sustentável, e assumir a responsabilidade pelas necessidades daqueles cujos meios de vida forem afetados negativamente. Fortalecer as economias locais e regionais como base para a auto-suficiência da comunidade, atendendo às necessidades básicas de todas as pessoas. Pesquisar e promover investimentos alternativos e oportunidades de emprego para atender àqueles que forem desalojados pela desativação de indústrias não-sustentáveis.

10. Apoiar e participar de iniciativas como mercados comerciais alternativos, redes e cooperativas com serviços e produtos ambientalmente e socialmente responsáveis. Incentivar as redes produtor-consumidor locais e regionais, tais como Agricultura com Apoio Comunitário (AAC). Incentivar em especial a vinculação dos consumidores do Norte com os produtores do Sul, a fim de assegurar pagamento justo e assegurar a produção ambientalmente sustentável no Sul.

11. Estabelecer e divulgar um conjunto de critérios para consumo e investimentos socialmente justos e ambientalmente sustentáveis, apropriados a diferentes regiões.

12. Participar da criação e controle de sistemas nacionais de eco-rotulação, baseados em critérios locais e regionais estabelecidos pelas ONGs e Movimentos Sociais, e compartilhá-los internacionalmente. Instar os governos a reformar suas leis comerciais, a fim de excluir a ocorrência de rotulação enganosa ou imprecisa nos produtos.

13. Aderir a campanhas ou iniciá-las para pressionar empresas a extinguir políticas e processos de produção que sejam socialmente e ambientalmente prejudiciais a comunidades em qualquer parte do mundo.

14. Apoiar legislações que fortaleçam os direitos do consumidor, especialmente para garantir produtos ambientalmente sustentáveis, seguros e saudáveis, e estabelecer o “direito de saber” nas leis, o que possibilita às pessoas fazerem opções de consumo esclarecidas.

15. Apoiar, criar e utilizar fundos “verdes”, que gerem investimentos socialmente e ambientalmente responsáveis.

16. Influenciar os governos a combater a influência desproporcional de interesses pessoais/comerciais no governo e nos meios de comunicação.

17. Apoiar o turismo responsável e criar consciência sobre os efeitos negativos as viagens aéreas.

18. Apoiar e participar de esforços educativos, formais ou informais, que visem ampliar a consciência sobre questões globais críticas e suas causas fundamentais e inter-relações, desenvolver novos valores e atitudes, e motivar mudanças no consumo, produção e estilo de vida. Os Movimentos Sociais e as ONGs devem: fornecer metodologias educacionais que focalizem o esclarecimento de valores e a mudança além da atribuição de culpa para a ação construtiva; fornecer treinamento e assistência técnica sobre consumo e produção para chefes de empresas e indústrias, governo, sindicatos e outros;

q iniciar e apoiar o trabalho de conselheiros ambientais que forneçam informações sobre produtos e consumo responsáveis; q cooperar com os meios de comunicação para criar e fortalecer programas educativos sobre os impactos ambientais do consumo e produção e criar consciência da responsabilidade e do potencial do consumidor; apoiar movimentos de reforma escolar para garantir a integração da educação de estilo de vida para um consumo responsável; assegurar que cursos relativos a marketing, economia, desenvolvimento, meio ambiente, etc., adaptem seu conteúdo às novas realidades; e assegurar que o mesmo acesso à educação sobre consumo e estilo de vida – vivendo melhor com menos – seja acessível a todos.

Reduzir e Reutilizar

19. Reduzir os impactos da “agricultura industrializada”, consumindo alimentos cultivados no local, através de métodos orgânicos, situados na parte baixa da cadeia alimentar, processados ao mínimo e vendidos a granel.

20. Diminuir o consumo de energia através da redução, conversão para fontes renováveis, e utilização de sistemas de energia eficientes.

21. Diminuir os resíduos e efeitos poluentes de automóveis e aeronaves através do uso alternativo de estradas-de-ferro, bicicletas e transporte público.

22. Unir-se a coligações e patrocinar campanhas para pressionar indústria e comércio e eliminar a obsolescência embutida, promover maior durabilidade dos produtos, reduzir a produção de descartáveis, e modificar processo de produção que gerem resíduos tóxicos, perigosos ou radioativos.

23. Incentivar sistemas de manutenção e reparo bem como mercados de segunda mão.

Reciclar

25. Promover, criar e participar de sistemas de recuperação dos recursos locais, como centros de reciclagem e reutilização, os quais envolvam seleção na fonte. Pressionar governos e indústrias a apoiar financeiramente tais centros.

26. Instar as empresas de embalagem e distribuição a implementar um sistema efetivo de devolução de depósitos para recipientes e outras embalagens.

27. Pressionar indústrias e governos a organizar processos de produção “de origem a origem”.

28. Instar os governos do Norte, instituições financeiras internacionais e entidades assistenciais a prestar apoio técnico e financeiro para sistemas de recuperação de recursos, bem como para sua administração, especialmente no Sul.

29. Incentivar as indústrias a utilizar materiais reciclados, ao invés de materiais virgens.

COORDENAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO

Facilitar a colaboração entre movimentos populares, Movimentos Sociais nacionais e internacionais e ONGs, e reforçar nossas redes de comunicação para:

1. Utilizar conferências nacionais e internacionais de Movimentos Sociais e ONGs para controlar e avaliar o progresso quanto a este tratado. Movimentos Sociais e ONGs das regiões industrializadas devem assumir a responsabilidade básica para implementação deste acordo.
2. Criar a participação, entre os Movimentos Sociais e ONGs, bem como em seu interior, para participar da implementação deste tratado a nível nacional. Redes nacionais devem designar equipes de trabalho para coordenar o plano de ação.
3. Estabelecer medidas e avaliar o progresso dos padrões de produção e consumo sustentáveis.
4. Operar centros de informação (incluindo um banco de dados) para facilitar o compartilhamento das lições sobre campanhas para consumidores, pesquisas e ações de comunidades, governos e indústrias.
5. Divulgar alertas de ação e sustentar campanhas locais e internacionais de Movimentos Sociais, ONGs e grupos de consumidores.
6. Pesquisar e divulgar iniciativas ambientalmente e socialmente sadias.
7. Organizar programas de reconhecimento para iniciativas responsáveis e bem sucedidas de Movimentos Sociais, governos, empresários, ONGs e outros.
8. Controlar as ações do governo e indústrias quanto a essas questões.
9. Reforçar nossas redes de comunicação para controlar sistemas econômicos globais e as ações multinacionais de governos e indústrias. Pressionar a nova Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para assistir as redes de Movimentos Sociais e ONGs em seu trabalho.
10. Exigir o envolvimento significativo de Movimentos Sociais e ONGs nos esforços governamentais e nos organismos internacionais.

GRUPOS ENVOLVIDOS

Movimentos Sociais e ONGs trabalharão para envolver o maior número de organizações, sobretudo organizações de mulheres e de consumidores, os quais concordem com os princípios deste tratado.

RECURSOS

Os signatários e defensores deste tratado deverão:

1. Instar as redes de ONGs a dedicar tempo, fornecer equipes de trabalho e recursos administrativos para a implementação da coordenação, controle e avaliação.
2. Dedicar recursos materiais, financeiros e humanos significativos para levar a cabo o plano de ação e incentivar a mais ampla participação.
3. Exigir que as empresas forneçam parte de seus orçamentos, pessoal e tempo de treinamento para apoiar a mudança efetiva dos padrões de consumo e produção.
4. Incentivar entidades financeiras a apoiar as atividades constantes deste tratado.
5. Incentivar as Nações Unidas, governos e entidades financeiras a apoiar as ações constantes deste tratado.

FONTE: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/CONSUMO_ESTILO_VIDA_7.PDF

ANEXO C

SOBRE A POBREZA

PREÂMBULO

1. A pobreza é o estado de privação dos elementos essenciais necessários para um ser humano viver e desenvolver-se física, mental e espiritualmente com dignidade, consideradas suas necessidades específicas relacionadas a gênero, habilidade/inabilidade, valores culturais, idade e etnia.
2. Todo ano 13 milhões de crianças morrem de doenças relacionadas com a fome, devido à pobreza. Num mundo de abundância, isto é eticamente intolerável.
3. A distribuição e a acumulação desiguais da riqueza e o consumo excessivo são as maiores causas da pobreza, levando à destruição da vida, à erosão dos direitos civis e da identidade cultural dos povos. A destruição da identidade cultural torna os povos vulneráveis à várias formas de dominação social, econômica e política.
4. Historicamente, a concentração da riqueza nas mãos de uns poucos tem levado à pobreza. Durante os últimos séculos, a expropriação colonial levou à concentração da pobreza no Sul e à concentração da riqueza no Norte. A política dominante de comércio internacional e os programas de ajuste estrutural, tanto quanto as práticas exploradoras de corporações nacionais e transnacionais, são responsáveis pela crescente pobreza, tanto no Sul, quanto no Norte. As políticas não-democráticas dos governos nacionais têm também aumentado a pobreza e concentrado a riqueza nas mãos das elites. Particularmente no Sul, estes processos levaram à ruptura dos sistemas agrícolas tradicionais e à conversão do uso do solo para a produção insustentável de culturas de exportação. A redução da produção local de alimentos e a perda da auto-suficiência alimentar das nações têm sido os grandes causadores da fome.
5. A pobreza é o resultado atual do padrão de desenvolvimento, enraizado na exploração do povo e da natureza. As desigualdades sociais resultam do acesso desigual aos recursos e da exclusão do povo dos processos políticos de tomada de decisão. A centralização do poder de controle sobre os recursos naturais causa, simultaneamente, pobreza e degradação ambiental.
6. Em algumas partes do mundo, calamidades naturais e guerras contribuem para aumentar a pobreza. Uma vez que o aumento da população não é causa de pobreza, e considerando que as mulheres devem ser habilitadas a controlar a sua própria reprodução, é inaceitável impor políticas de controle de natalidade como forma de combater a pobreza e a degradação ambiental.
7. Como demonstrado pelo Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano, de 1991, até os governos reconhecem que a pobreza não resulta da falta de recursos, mas que antes refletem a falta de vontade política de erradicá-la. A dívida externa e o militarismo são por estes governos apontados como as principais causas para a continuidade da pobreza e das desigualdades internacionais. A implementação de um ambientalismo econômico, similar àquele definido na Agenda 21, resultará, de acordo com projeções do Banco Mundial, num PNB per capita de US\$ 60.000 no mundo desenvolvido e de US\$ 400 em África, em torno do ano 2030.
9. Para se construir um mundo democrático baseado na justiça social e no equilíbrio ecológico, a pobreza deve ser atacada através de mudanças reais nos modelos de desenvolvimento, nas relações internacionais e nas estruturas políticas.

PLANO DE AÇÃO

Interrompendo as causas da pobreza

Nós nos comprometemos a realizar campanhas educacionais e a mobilizar os povos contra as causas principais da pobreza, mostrando que:

1. O fluxo líquido de recursos dos países pobres, para os países ricos, devido ao pagamento do serviço da dívida, tem que ser interrompido e a dívida cancelada.
2. O termos de comércio injustos, que favorecem as nações ricas ou os grupos sociais ricos dentro das nações, devem ser eliminados.
3. As despesas militares devem ser reduzidas, capacitando a realocação de vastos recursos financeiros para a produção sustentável de vida e para proteção da integridade ecológica.
4. A concentração da riqueza material deve ser controlada por leis ou por taxas sobre os itens de consumo de luxo, sobre os recursos não duráveis ou diretamente sobre a riqueza física.
5. Os direitos básicos de todos os seres humanos devem ser garantidos através de acesso a meios de vida sustentáveis que permitam satisfazer estes direitos.
6. As corporações nacionais ou internacionais que concentram riqueza, aumentam a distribuição injusta de recursos. Boicotes podem ser usados contra estas corporações.
7. As condicionalidades políticas do ajuste estrutural, que desviam recursos de serviços básicos e da proteção ecológica devem ser eliminadas.
8. O consumo excessivo agrava a pobreza e os padrões impróprios de consumo causam degradação ecológica.
9. A maior presença de mulheres em situação de pobreza requer o desenvolvimento de modelos econômicos alternativos, que levem integralmente em consideração o papel das mulheres como trabalhadoras não remuneradas.

Nós nos comprometemos a:

1. Trabalhar com os conselhos comunitários e organizações de base já existentes e criar estruturas locais alternativas para obter o controle e o gerenciamento de todos os processos sócio-econômicos e das dimensões ambientais de suas comunidades. Isto implica uma descentralização e a democratização dos processos decisórios sociais e econômicos a fim de assegurar ao povo o acesso à comida, ao abrigo, à assistência à saúde, à educação, à posse da terra e à infra-estrutura sanitária.
2. Apoiar e criar bancos cooperativos administrados localmente para apoiar os esforços locais de auto-suficiência, assim permitindo que organizações de base, assim como os povos indígenas, mulheres e pequenos produtores rurais, controlem seus recursos para o desenvolvimento de seus programas e projetos de acordo com a realidade política e social de cada país.
3. Trabalhar para dar poderes àqueles setores da sociedade mais afetados pela pobreza, isto é mulheres, crianças, povos indígenas e outros grupos marginalizados, através da sua integral participação nas tomadas-de-decisões em todos os níveis, no emprego, na igualdade de direitos civis e de propriedade e no pleno acesso à educação e à informação.
4. Reconhecer o valor e encorajar o uso do conhecimento tradicional sobre sustentabilidade. Encorajar a capacidade local de desenvolver tecnologia apropriada adaptada às habilidades, necessidades e meio ambiente locais. Criar bancos de dados comunitários para facilitar o acesso a estas tecnologias.
5. Criar comunidades alternativas auto-suficientes baseadas numa abordagem integrada e sustentável.
6. Integrar programas educacionais sobre direitos básicos e instrumentos legais para dar combate à pobreza e a degradação ambiental, em todo currículo escolar.
7. Promover cooperativas a nível de base, de modo a incrementar oportunidades de emprego e ajudar a elevar o padrão de vida e reforçar o poder das comunidades.
8. Formar uma coalizão de ONGs e Movimentos Sociais a nível local, nacional e internacional sobre temas da pobreza, a fim de compartilhar experiência, informação,

recursos e desenvolver estratégias conjuntas, campanhas e políticas sobre a erradicação da pobreza.

9. Fazer com que estas alianças dirijam sua atenção para as estruturas governamentais de cuidados primários, no sentido de que estas proporcionem os elementos essenciais para que todos os seres humanos vivam e para que sejam democratizados os processos de decisão nas referidas estruturas.

potável, da comida e de outros elementos essenciais à vida em áreas rurais e urbanas.

11. Fazer maior uso dos meios de comunicação a fim de promover as estratégias e os estilos de vida alternativos acima mencionados que contribuam para a eliminação da pobreza.

12. Monitorar as atividades das principais instituições multilaterais como a ONU, o GATT, o FMI e o Banco Mundial para evitar políticas que comprometam os padrões sustentáveis de existência das populações.

13. Apoiar a institucionalização de uma rede de trabalho global de ONGs e as comunidades. Parte deste intercâmbio deve ser voltada para a disseminação de experiências bem sucedidas.

14. Apoiar movimentos sociais e comunidades de base para criarem comitês de avaliação do impacto social e ambiental de projetos que afetam suas comunidades.

FONTE: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/POBREZA_6.PDF

ANEXO D

TRATADO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

PREÂMBULO

1. Por segurança alimentar se entende a situação em que um indivíduo, uma família, uma comunidade, uma região ou país alcançam níveis adequados de satisfação de suas necessidades nutricionais. A segurança alimentar inclui a erradicação da fome e da má nutrição crônicas. A segurança alimentar está mais assegurada quando os alimentos são produzidos, processados, armazenados e distribuídos localmente e disponíveis cotidianamente, independentemente das mudanças climáticas e outras variações.

2. Apesar do significativo incremento na produção de alimentos, ocorrido nos últimos anos, a insegurança alimentar tem aumentado. Recentes estimativas, realizadas pela FAO, indicam que as mortes nas áreas rurais do mundo em desenvolvimento em decorrência da fome, alcançaram mais de 15 milhões de pessoas em 1990. Nestas mesmas áreas, para o mesmo período, cerca de 500 milhões de pessoas, padeciam de desnutrição crônica. Paradoxalmente, isto ocorre, apesar de fortes incrementos na produção de alimentos.

3. Atualmente, o problema da insegurança alimentar a nível mundial é o resultado do caráter antidemocrático e desigual da distribuição e do acesso aos recursos (tais como terra, crédito, informação e incentivo), mais do que um problema global de produção alimentar. Como resultado, há uma concentração de produção em certos regimes e nas mãos de um número cada vez menor de produtores intensivos, em detrimento de outros regimes, dos pequenos produtores e da segurança alimentar local.

4. Ainda que a fome possa ser causada por conflitos políticos e sociais, perdas de colheitas ou desastres ecológicos, ela é produto principalmente da pobreza crônica – uma pobreza tão absoluta, que suas vítimas não possuem nem recursos para comprar comida, nem o controle sobre os recursos necessários para produzi-la.

5. O problema da segurança alimentar é geralmente tratado segundo dois enfoques: a procura da auto-suficiência alimentar local ou através de políticas comerciais. A política orientada para o comércio internacional, tal como promovida pelo Banco Mundial, pelo FMI e outras agências bilaterais e multilaterais, não supera a insegurança alimentar, mas a agrava.

6. A estratégia dominante de desenvolvimento orientada para as exportações resultou em numerosos problemas. Tais problemas se manifestam: q no fato de que apenas quatro empresas multinacionais controlam 90% do comércio mundial de cereais;

FONTE: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/SEGURANCA_ALIMENTAR_26.PDF

ANEXO E

TRATADO DAS FLORESTAS

DEFINIÇÕES PARA EFEITO DESTE TRATADO

Florestas Naturais – são ecossistemas dominados por árvores ou arbustos, em forma original ou quase original, através de regeneração natural. Esta definição inclui mangues.

Florestas Restauradas – são floresta plantadas ou semeadas de modo a reproduzir as florestas naturais originais de uma área.

Plantação – plantação de árvores realizada para fins comerciais específicos.

Manejo Florestal Sustentável – é aquele que assegura os benefícios da floresta para a satisfação para a satisfação das necessidades humanas, mantendo, permanente, a estrutura, função e integridade de ecossistema numa escala biorregional.

Colonos – são povos nem indígenas, nem tradicionais que migraram recentemente para a área.

Nativos, Indígenas e Aborígenes – são aqueles que têm vivido em relativa harmonia com o meio ambiente por muitas gerações e cuja origem, como povo, ocorreu naquela determinada área.

Povo Tradicional – são populações nativas que estabeleceram relações não destrutivas com seu meio ambiente e têm vivido lá por gerações.

PREÂMBULO

As organizações não governamentais abaixo assinadas, reconhecem:

1. O papel vital de todos os tipos de florestas na manutenção dos processos ecológicos da terra; na proteção dos ecossistemas, bacias hidrográficas, recursos hídricos, áreas costeiras, estuários e mares adjacentes como uma rica reserva de biodiversidade e fixação de carbono.
2. Todos os tipos de florestas incorporam processos ecológicos complexos e únicos que são a base de sua capacidade presente e o potencial para garantir recursos no sentido de satisfazer as necessidades biológicas de todas as espécies dependentes da floresta, assim como os valores ambientais, culturais, históricos e espirituais.
3. As sugestões e oportunidades florestais devem ser examinadas de maneira holística, levando em consideração as funções múltiplas e os usos de florestas, inclusive espaço vital de sobrevivência cultural dos povos indígenas.
4. Muitos povos que vivem tradicionalmente na floresta tiveram seus territórios e sua capacidade de dar continuidade às suas atividades histórico-culturais suprimidos ou destruídos.
5. Os ecossistemas das florestas do mundo foram perigosamente reduzidos e degradados por mais de um século, e em décadas recentes a porcentagem de redução e degradação tem se acelerado devido a muitos tipos de exploração.
6. O consumo de produtos de madeira tanto comercial como para uso combustível se encontra num nível não sustentável e é mantido por florestas naturais e não por plantações, materiais reciclados e outras fontes.
7. O papel de liderança das empresas nacionais e multinacionais na degradação dos ecossistemas florestais durante a exploração e comercialização de produtos florestais com o mínimo de benefício para o povo da localidade de origem, freqüentemente deslocando-os no processo e também causando danos sócioeconômicos, culturais e no meio ambiente.

8. Os sistemas de posse das florestas indígenas são altamente estruturados, definidos e geralmente reprimidos por interesses legais, e de mercado, que modificam o acesso e o controle sobre os recursos naturais.
9. A concentração de poder e controle sobre recursos naturais tem resultado num aumento da pobreza e da carência social colocando pressões sobre os ecossistemas da floresta.
10. A concentração da propriedade, usufruto das terras florestais nas mãos de poucos proprietários e empresas nacionais e multinacionais é o principal fator responsável pelo desmatamento e degradação das florestas em muitos países e isto limita a capacidade dos povos locais para influenciar nos usos da terra.
11. A responsabilidade pelo manejo florestal deve ser dos governos, ou ONGs locais, empresários e demais pessoas sem prejuízo dos direitos dos povos indígenas.
12. Os territórios indígenas, inclusive florestas, devem ser exclusivamente manejados pelos povos indígenas e locais com a colaboração de outros setores interessados da sociedade, de acordo com as decisões destes povos.
13. Todos os tipos de florestas e especialmente áreas de florestas nativas possuem seus próprios valores intrínsecos e são essenciais para a conservação da biodiversidade, sendo uma fonte de conhecimento, inspiração e renovação espiritual para a humanidade.
14. O tratado se aplica a todos os tipos de florestas restauradas e plantações em todas as zonas geográficas e climáticas.
15. O propósito deste tratado é assegurar a conservação, reabilitação, melhora, ampliação, regeneração natural, plantio, proteção e uso sustentável das florestas do mundo, de modo apropriado a cada caso, ou ecossistema em questão.

PRINCÍPIOS

1. As florestas são essenciais para a vida sobre a Terra. A estrutura, função e integridade dos ecossistemas devem ser vistos como tendo um valor infinito. Toda forma de vida florestal é única e requer um habitat adequado e proteção.
2. As florestas devem ser protegidas para suprir as necessidades sociais, econômicas, ecológicas, culturais e espirituais, das atuais e futuras gerações e garantir manutenção da integridade do solo, água, ar e conservação da biodiversidade.
3. As políticas de conservação florestal devem incluir a proteção permanente e total de todos os tipos de ecossistemas florestas, a restauração e/ou recuperação de florestas fragmentadas ou degradadas e o manejo sustentável de área de uso.
4. A política florestal deve ser desenvolvida com um máximo de consulta e participação pública especialmente junto ao povo local e grupos comunitários. A população deve ter o direito de recorrer e fazer cumprir as decisões tomadas no setor florestal.
5. As florestas são a própria vida de muito povos indígenas, assim sendo, seus territórios tradicionais devem ser legalmente reconhecidos, demarcados e garantidos.
6. Os conhecimentos e práticas tradicionais florestais dos povos indígenas devem ser recuperados e mantidos. Os direitos tradicionais dos povos indígenas devem ser garantidos.
7. A luta pela conservação da floresta não deve ser separada das lutas de reforma agrária em alguns países e os princípios gerais de democratização, justiça social e respeito pelo meio ambiente.
8. Os direitos dos povos indígenas e tradicionais que vivem da extração não destrutiva dos produtos florestais (tais como seringueiros e coletores de castanhas) devem ser legalmente garantidos em áreas ocupadas tradicionalmente.
9. Estes processos extrativos devem ser reconhecidos e promovidos como uma forma de manejo sustentável da floresta, para evitar desequilíbrio desta, beneficiar economias locais e ajudar o meio ambiente global.

10. As monoculturas e plantações exóticas existentes, que foram plantadas para a produção de madeira devem ser preferencialmente cortadas, de maneira a diminuir o corte de florestas naturais. Estas plantações devem, em geral, ser convertidas em plantações mistas de espécies nativas.
11. De maneira a maximizar a diversidade biológica, a regeneração natural de árvores deve ser feita onde for possível.
12. O papel das plantações, florestas restauradas e árvores de colheita (como frutas e castanhas), enquanto fontes sustentáveis e ambientalmente saudáveis de energia renovável, deve ser reconhecido, ampliado e promovido. As plantações e florestas reabilitadas podem ser um meio de aliviar a pressão comercial sobre florestas primárias e antigas. Nenhuma área contendo atualmente florestas naturais ou restauradas devem ser convertidas em plantações.
13. Florestas de plantações só devem ocorrer em áreas não florestadas, degradadas, naquelas sem condições de suportar o processo de regeneração natural das florestas nativas e nas que sejam impróprias para a agricultura.
14. As plantações não devem ser submetidas ao controle químico e biológico, ou ao uso de fertilizantes não-orgânicos.
15. Restaurar florestas e estabelecer plantações em terras degradadas pode ter um papel importante na criação de empregos na região e no desenvolvimento beneficiando os povos locais, economias nacionais e meio-ambiente global.
16. Antes de executar qualquer projeto de plantação, devem ser feitos estudos sobre o impacto no meio-ambiente para assegurar que não provoque nenhum efeito adverso às economias locais ou ao meio-ambiente.
17. As práticas de corte que não levam em conta a destruição do habitat, a erosão do solo, a perda da biomassa, efeitos culturais e econômicos adversos ou a garantia de regeneração ecologicamente apropriada devem ser condenadas internacionalmente.
18. Os custos ambientais e benefícios, incluindo valores econômicos, sociais, culturais e políticos devem ser incorporados através da contabilidade verde na forma de valores atribuídos aos recursos florestais pelas forças e mecanismos de mercado, e pela contabilidade nacional, e refletidos nos preços reais, nos custos tolerados e encargos fiscais, de maneira a obter o uso sustentável das florestas.
19. Agências florestais governamentais não devem vender, alugar, ou dispor dos produtos florestais a menos que estas transações proporcionem um lucro baseado no valor real de todos os ativos utilizando inclusive árvores, terra, solo e água em cada área florestal envolvida, resguardados todos os itens deste tratado.
20. A reciclagem de produtos de madeira, especialmente o papel, como também o corte e práticas de processamento menos predatórias devem ter um papel significativo na proteção de valores ambientais e na suavização das pressões da demanda por novas madeiras.

AÇÕES

1. As ONGs utilizarão todos os meios de que dispõem para assegurar que as intenções expressas no “Preâmbulo” e nos “Princípios” deste tratado sejam compreendidas e implementadas por todos os setores relevantes da sociedade.
2. As ONGs tomarão iniciativas de apoiar as populações locais em programas de conservação manejo sustentado e recuperação de florestas, observando a integridade das florestas, a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, a promoção da justiça social e da democracia, e a melhoria da qualidade de vida dos povos locais.
3. As ONGs e outros setores da sociedade civil formularão propostas globais sobre políticas florestais e climáticas, pressionando para que as decisões institucionais sobre esses sistemas sejam tomadas em conjunto.

4. As ONGs, as comunidades locais, e os povos indígenas envolvidos deverão participar ativamente do processo de avaliação de projetos de grande impacto ambiental e social, garantindo que os resultados dos estudos preliminares sejam analisados em audiências públicas, antes da tomada de decisão sobre a implantação desses projetos. As ONGs também pressionarão política e juridicamente para que as diretrizes propostas nas avaliações de impactos ambientais seja respeitadas e implementadas.
5. As ONGs farão campanhas pela preservação das florestas, pela sobrevivência e melhoria da qualidade de vida dos seus povos, pela implantação de projetos de desenvolvimento que reduzam as pressões sobre elas e pela eliminação de poluentes, especialmente aqueles responsáveis pelo acúmulo de concentração de ácidos que prejudicam a saúde das pessoas e das florestas. As ONGs opor-se-ão a todas as tentativas de manipular os ecossistemas florestais usando pesticidas químicos ou biológicos.
6. As ONGs contribuirão para canalizar apoio técnico e financeiro dos governos e agências internacionais para programas de manejo e recuperação de florestas. As ONGs devem insistir que tais agências desenvolvam políticas de acordo com o espírito deste tratado.
7. As ONGs tentarão assegurar que as comunidades atingidas por projetos de conservação e manejo sustentado de florestas sejam consultadas previamente e que tenham mecanismos de participação efetiva em todos os estágios de tomada de decisão sobre tais projetos, independentemente do direito de propriedade da área de abrangência do mesmo.
8. As ONGs participarão ativamente de estudos, e intercâmbio de conhecimentos e técnicas florestais ecologicamente aceitáveis.
9. As ONGs exigirão dos governos monitoramento dos recursos florestais. Os resultados obtidos deverão estar disponíveis a todos os cidadãos interessados.
10. As ONGs farão oposição ao corte raso com fins industriais em remanescentes de florestas primárias, estimulando a criação de alternativas de trabalho e sobrevivência para as comunidades dependentes desta prática.
11. As ONGs, após reconhecer o caráter altamente poluente da indústria de papel e celulose deverão encorajar a pesquisa de matérias primas e processos industriais alternativos para a sua produção.
12. As ONGs pressionarão as autoridades locais e nacionais para enfrentar a causa do crescimento urbano e rural dentro das áreas florestais, no sentido de evitar o uso especulativo das terras nestas áreas.
13. As ONGs levando em conta as complexidades dos ecossistemas florestais e a sustentabilidade, apoiarão as iniciativas populares de reforma agrária baseadas em critérios de equidade social, que tratam de distribuição de terra e de direito de uso florestal.
14. As ONGs combaterão pressões políticas causadas pela dívida externa, que aumentam as taxas de desmatamento e degradação dos ecossistemas florestais. As ONGs vão sugerir e estimular modelos econômicos alternativos, compatíveis com a conservação dos ecossistemas florestais.
15. As ONGs realizarão campanhas para a inclusão das espécies arbóreas ameaçadas na “Convenção Internacional de Comércio de Espécies Ameaçadas de Extinção”.
16. As ONGs devem educar os outros sobre a importância das florestas como habitat de vida selvagem. As ONGs vão lutar para proteger este habitat.
17. As ONGs levarão em consideração os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e/ou das comunidades locais, quando apoiarem ou elaborarem projetos de conservação florestal.

18. As ONGs denunciarão as práticas florestais que acelerem a erosão do solo, causem a desertificação, desestabilização hidrológica e perda de habitats.
19. As ONGs encorajarão e organizarão a reciclagem e a reutilização de produtos florestais, e a redução dos resíduos relacionados aos recursos florestais.
20. As ONGs promoverão coalizões e intercâmbios a níveis regionais, nacionais e internacionais para os propósitos deste tratado.

FONTE: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/FLORESTAS_16.PDF

ANEXO F

TRATADO SOBRE CERRADOS

PREÂMBULO

1. O domínio dos cerrados, que corresponde a 25% do território do Brasil, situa-se principalmente nos planaltos centrais do país, abrangendo, total ou parcialmente, os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Piauí, São Paulo e Roraima, além de certas áreas do Nordeste. Enquadra-se na categoria internacional de savanas e, fisionomicamente, possui grande semelhança com formações desse tipo encontradas em outras regiões do mundo.
2. Os chapadões centrais ocupados pelo cerrado constituem a cumeeira do Brasil e da América do Sul, pois distribuem significativa quantidade da água que alimenta as bacias hidrográficas do continente. Dessa forma, exercem um papel fundamental para a manutenção e equilíbrio dos demais biomas, de tal sorte que o seu comprometimento poderá redundar em profundas alterações para os ecossistemas da Amazônia, do Pantanal, da Mata Atlântica, da Caatinga e da Mata Araucária. Algumas conseqüências disso já podem ser observadas, mas, provavelmente, ainda surgirão outras, que hoje desconhecemos totalmente.
3. Além desse aspecto, há ainda a considerar a enorme biodiversidade dos cerrados que em relação a alguns grupos taxonômicos, é até maior que o da Amazônia.
4. O cerrado serviu como local de assentamento de povos primitivos, contando-se registros de 15.000 anos ou mais, e depois sofreu um processo de colonização que conseguiu, em muitos casos, estabelecer relações de produção relativamente adaptadas às condições ambientais. No entanto, especialmente a partir da década de 1960, passou a sofrer um processo de ocupação intensa, privilegiando o sistema de grandes propriedades, para a produção pecuária e, mais recentemente, para a produção de culturas de exportação e reflorestamento monocultural.

DIAGNÓSTICO

1. A forma atual de ocupação dos cerrados, realizada sem qualquer consulta ou participação da sociedade no processo, é uma face do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil nas últimas décadas. Assenta-se no financiamento subsidiado e incentivos fiscais, na concentração fundiária, na utilização de pacotes tecnológicos, na implantação de infra-estrutura subsidiando o capital e na expulsão das populações rurais pela desestruturação de suas formas de produção.
2. O ecossistema do cerrado, visto como local adequado para a expansão das atividades de exploração agropecuária e florestal vem sendo agredido e já destruído em cerca de 75% de sua extensão, principalmente através de: desmatamento indiscriminado de sua vegetação e implantação de maciços homogêneos de eucalipto para produção de carvão, a fim de abastecer indústrias siderúrgicas que produzem ferro guza, exportado principalmente para o Japão, e de celulose; implantação de grandes extensões de pastagens homogêneas e monoculturas de exprotação consumidoras de todo pacote tecnológico industrial: corretivos de solo, fertilizantes químicos, herbicidas, pesticidas e maquinaria pesada; instalação de grandes projetos de irrigação com uso intenso e indiscriminado dos recursos hídricos e de energia; instalação de grandes barragens ao longo dos principais cursos d'água, para fins de geração de energia elétrica.
3. Todas essas ações vêm provocando uma série de impactos ambientais e sociais, destacando-se entre eles: a redução drástica da enorme e ainda desconhecida biodiversidade existente nos cerrados; a degradação dos solos devido principalmente ao uso de maquinaria pesada e produtos químicos que deflagram e aceleram um processo

de erosão e esterilização; a poluição e contaminação não só dos solos, mas também da água e, conseqüentemente de todos os animais (inclusive o homem) que dela se servem; □ assoreamento e diminuição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos em função de todas as formas de desmatamento do cerrado, que devido à sua característica de baixo consumo de água e capacidade de infiltração de seus solos, funciona como uma “esponja” captadora e armazenadora de água. Em consequência é diminuída também a sua grande capacidade de dispersor de águas; intensificação do processo de concentração fundiária com expulsão, migração e empobrecimento dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais, gerando novos e insolúveis problemas nos médios e grandes centros urbanos; desagregação das comunidades locais em seus valores culturais, usos, costumes e simbologia.

PLANO DE AÇÃO

Diante de todo este quadro nos propomos a:

1. Desenvolver gestões para a participação das populações locais no planejamento e no estabelecimento da política de desenvolvimento.

2. Criar uma rede de ação permanente das ONGs e movimentos sociais das áreas dos cerrados visando uma ação conjunta para a sua defesa e troca de informações.

3. Lutar pela integração das sociedades de todos os países onde ocorrem ecossistemas de cerrados e savanas, para que se amplie o conhecimento e se adotem ações de planejamento, de preservação e de desenvolvimento sustentado e de educação ambiental.

4. Trabalhar na mudança da visão cultural institucionalizada de que os cerrados não oferecem recursos para a sobrevivência da humanidade.

5. Propugnar pela realização de estudos para identificar as áreas nativas remanescentes de cerrados com objetivo de criar novas unidades de conservação de uso restritivo e de reservas extrativistas e de manejo sustentado.

6. Incentivar ações que visem a implantação paulatina do desenvolvimento sustentável nas áreas dos cerrados, priorizando a pequena e média produções.

7. Lutar pela demarcação e defesa da terra dos grupos indígenas, como base indispensável à existência, reconhecimento, defesa, promoção e bem estar de suas sociedades e de suas culturas.

8. Lutar pela implantação de uma redistribuição de terra e uma política agrícola voltada para o pequeno produtor rural.

9. Criar mecanismos de aproximação permanente com o parlamento brasileiro.

10. Pressionar para que o bioma dos cerrados seja reconhecido na Constituição brasileira como patrimônio nacional, no mesmo status da Amazônia, do Pantanal, da Mata Atlântica e da Zona Costeira.

11. Lutar pelo estabelecimento e incremento de programas de reflorestamento com espécies nativas em áreas degradadas e de importância para preservação e recuperação dos recursos hídricos.

12. Pressionar para reorientação dos financiamento internacionais que vêm viabilizando e incentivando a implantação de projetos de ocupação predatória e elitista nos cerrados.

FONTE: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/CERRADOS_29.PDF

ANEXO G

TRATADO SOBRE AS ZONAS ÁRIDAS E SEMI-ÁRIDAS

PREÂMBULO

1. As zonas áridas e semi-áridas constituem um conjunto de formações naturais complexas, dispersas em vários pontos do planeta e muito diferenciadas entre si, mas guardando pontos comuns de identificação que as tornam singulares em relação a outros ecossistemas.
2. As zonas áridas e semi-áridas devem ser consideradas nas suas interrelações e complementariedade com outras zonas ecológicas do planeta.
3. As zonas áridas e semi-áridas apresentam via de regra um potencial natural (biodiversidade, biomassa, água, solos, etc.) e cultural que permitem um desenvolvimento sustentável.
4. Nas últimas décadas, estas zonas, apesar do potencial existente, têm sofrido um acelerado processo de degradação sócio-ambiental, cujas causas principais são: A crescente adoção do pacote tecnológico da "Revolução Verde", particularmente através da agricultura irrigada. A construção de grandes barragens, com inundações permanentes e deslocamentos de populações locais. A não adaptabilidade dos sistemas de produção tradicionais às novas relações sociais e econômicas emergentes; a pecuarização e o pastoreio excessivo; aumento de pressão sobre a terra nas pequenas comunidades camponesas e tribais; o desmameamento acelerado; a degradação dos solos reforçando os mecanismos de erosão e desertificação; O acesso desigual aos recursos naturais (terra, água, biomassa).
5. A rápida degradação dos recursos naturais e a alteração nos regimes hídricos desses ecossistemas, têm trazido como consequência mais visível a redução dos índices de produção de alimentos, o que provoca uma pressão ainda maior sobre esses recursos, na medida em que as comunidades locais tentam compensar as quedas na produção por uma intensificação do uso dos recursos naturais, desrespeitando os ciclos naturais de recuperação do ecossistema
6. Estes problemas, conjugados com as mudanças climáticas mais globais, produzem alterações do clima local que se expressam em estações secas mais quentes e prolongadas e na ocorrência de secas mais intensas e frequentes.
7. A desertificação apresenta-se, também, como outra face dessa problemática, chegando a atingir 1/6 (um sexto) da população mundial, em cerca de 3,6 bilhões de hectares de terras.
8. Esta desertificação provoca o crescimento da pobreza rural e acelera a migração para as cidades. Por outro lado, o inchamento das cidades aumenta a pressão sobre os recursos naturais (madeira, água, etc.) e assim, cria-se um círculo vicioso que acelera ainda mais a degradação dos ecossistemas e os processos de desertificação.
9. As políticas públicas para as regiões áridas e semi-áridas dos países do Terceiro Mundo, historicamente, têm assumido um caráter mais emergencial de tratamento da seca e da fome, sem enfrentar as questões estruturais, como o acesso à terra e à água, contribuindo para a perpetuação de estruturas socialmente injustas e degradadoras do meio ambiente.

PRINCÍPIOS PARA UMA ABORDAGEM ALTERNATIVA

1. As zonas áridas e semi-áridas são ecossistemas complexos com potencial natural suficiente para propiciar uma boa qualidade de vida para suas populações, desde que se adota uma concepção de desenvolvimento que seja socialmente justo, ecologicamente sustentável, culturalmente apropriado e baseado em uma visão holística da ciência e natureza.

2. O desenvolvimento dessas zonas, pensado e elaborado a partir de suas próprias potencialidades específicas, deve estar intimamente relacionado com o desenvolvimento das demais zonas do planeta firmando um princípio de solidariedade entre populações de áreas ecologicamente diferentes.
3. A cooperação solidária entre os governos dos diversos países deve ser exercida no sentido de superar os atuais problemas dessas zonas.
4. A efetiva participação das ONGs, dos Movimentos Sociais e das populações diretamente envolvidas, é indispensável em todos os estágios do desenvolvimento sustentável: diagnóstico dos problemas e potencialidades; definição de objetivos e metas; aprovação, implementação e acompanhamento dos projetos e programas, avaliação dos impactos ambientais, sócio-econômicos e culturais.
5. A qualidade de vida do ser humano e a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente dessas zonas, devem estar acima dos interesses das corporações econômicas e dos grupos políticos dominantes. As secas, a fome, a desertificação e outros problemas dessas zonas não devem ser usados como instrumentos de "chantagem" internacional e de perpetuação do poder econômico e político de poucos.
6. Para favorecer o desenvolvimento sustentável, a incorporação da economia das zonas áridas e semi-áridas deve: . Buscar auto-suficiência alimentar em escala regional; Priorizar as trocas de produtos locais entre áreas com excedentes de produção e aquelas com déficit de produtos; Evitar a evasão de recursos em níveis que comprometam a reprodução das condições econômicas sociais e ambientais.
7. Nessas zonas, os custos sociais e ambientais devem ser analisados e realmente considerados nos procedimentos de avaliação de todos os projetos de desenvolvimento, principalmente os grandes projetos (barragens, perímetros irrigados, etc...).
8. É necessário uma redefinição dos indicadores econômicos em geral, redirecionando as políticas econômicas dessas zonas para a produção de alimentos destinados ao abastecimento das populações pobres.

PLANO DE AÇÃO

As ONGs e movimentos sociais se comprometem a realizar as seguintes ações relativas às zonas áridas e semi-áridas:

1. Ampliar e aprimorar os planos de reflexão e ação conjunta em relação à problemática dessas zonas, buscando uma maior difusão e adoção de experiências em desenvolvimento sustentável.
2. Estabelecer mecanismos e estruturas de cooperação técnico-científico-financeiros no sentido de viabilizar este plano de ação.
3. Intensificar, ampliar e aperfeiçoar o intercâmbio de informações, conhecimentos, experiências e tecnologias socialmente justas, ecologicamente sustentáveis, culturalmente apropriadas e baseadas em uma visão holística da ciência e da natureza.
4. Elaborar e implementar ações de educação ambiental que valorizem as potencialidades ecológicas, econômicas e culturais dessas zonas.
5. Participar efetivamente dos processos de discussão, definição e acompanhamento de políticas públicas nos níveis local, nacional e internacional.
6. Conquistar espaços nos meios de comunicação de massa, para o desenvolvimento de campanhas de esclarecimento à população sobre os principais problemas sócio-ambientais dessas zonas e sobre as soluções já existentes.
7. Apoiar e desenvolver ações concretas no sentido da democratização do acesso, uso e conservação dos recursos naturais, notadamente terra, água e biomassa, incentivando acordos sobre a utilização racional desses recursos nas áreas onde existam conflitos entre comunidades locais.
8. Reforçar a luta pela Reforma Agrária nas regiões de alta concentração de terra.

9. Desenvolver iniciativas, projetos e lutas, tanto pela preservação dos recursos genéticos e da biodiversidade, como contra a apropriação privada do capital genéticos através do patenteamento dos seres vivos ou de qualquer outra forma de controle monopólico.

As ONGs e Movimentos Sociais lutam para que os poderes públicos locais, nacionais e internacionais adotem nas zonas áridas e semi-áridas as seguintes medidas:

10. Desenvolvimento de políticas educacionais que sejam eficientes para a erradicação do analfabetismo; que considerem os conhecimentos, tradições culturais e organizações sociais de cada local; que tratem de forma integrada as disciplinas convencionais e as questões ambientais considerando inclusive os aspectos da produção.

11. Democratização das informações governamentais sobre a realidade sócioambiental, bem como das políticas públicas de desenvolvimento e meio-ambiente dessa regiões.

12. Reestruturação e integração do ensino, pesquisa, extensão e comunicação rurais, de acordo com as necessidades e realidades sociais, culturais e ambientais.

13. Democratização dos programas governamentais quanto ao acesso, uso e conservação dos recursos naturais - principalmente terra, água e biomassa – de modo a favorecer os camponeses e as comunidades tradicionais, indígenas e tribais.

14. Realização de Reforma Agrária nos países onde há alta concentração de terras, com uma política de crédito, assistência técnica e comercialização eficiente e adequada às condições sociais, econômicas, culturais e ambientais de cada região.

15. Adoção do princípio de que os recursos genéticos são patrimônio cultural dos camponeses e comunidades tradicionais, indígenas e tribais, e criação de legislação rigorosa contra qualquer forma de apropriação privada e monopólica do capital genético.

16. Definição de uma política que valorize as áreas de sequeiro tendo em vista as atividades agrícolas, florestais e pastoris; e, reestruturação da agricultura irrigada, na perspectiva do uso integrado e sustentado dos recursos naturais.

17. Reorientação da política agroindustrial, no sentido da valorização das unidades de pequeno porte, geridas pelos produtores e outros setores populares e destinadas ao incentivo do desenvolvimento local e regional.

18. Reorientação da política industrial de maneira a contemplar somente indústrias não poluentes e estruturas de serviços econômicos e sociais, que criem oportunidades de trabalho e melhoria na qualidade de vida.

19. Reorientação de políticas para o desenvolvimento do artesanato utilitário e artístico das populações locais, mediante a criação de reservas naturais de produtos essenciais e estoques de matéria-prima para as atividades artesanais, de modo a assegurar e preservar a arte e cultura populares, garantindo e fortalecendo a economia local e regional.

20. Adoção da concepção e prática agro-ecológica participativa, evitando a subordinação dos agricultores aos sistemas convencionais de desenvolvimento rural.

21. Realização efetiva de diagnósticos, monitoramento e avaliações de todos os projetos que possam causar degradação ambiental, social e cultural no âmbito local e nas áreas de abrangência.

22. Garantir às populações locais, ONGs e Movimentos Sociais espaços de negociação de projetos, programas, recursos financeiros, etc.

23. Implantação de sistemas de alerta para prevenir as conseqüências das modificações climáticas, da sobre-utilização dos recursos naturais, dos deslocamentos de populações para outras áreas e dos conflitos daí decorrentes.

24. Criação de um fundo financeiro específico para os trabalhos de recuperação dos recursos naturais nas áreas degradadas, no sentido de viabilizar as atividades das populações locais, garantindo-se o princípio de participação popular.

Como mecanismos de acompanhamento deste plano de ação para as zonas áridas e semi-áridas, define-se:

25. Elaborar um cadastro das ONGs e Movimentos Sociais que atuam nas zonas áridas e semi-áridas, em níveis local, nacional e internacional.

26. Criar mecanismos de comunicação usando redes de computador, comunicação interpessoal, boletins informativos, workshops e conferências em níveis local, nacional e internacional.

27. Estabelecer coordenações específicas para cada região, de modo a funcionar como ponto de referência, recepção e difusão de informações.

28. Desenvolver critérios e metodologias para avaliação de projetos e políticas direcionados a essas zonas.

29. Acompanhar a destinação dos recursos públicos e pressionar os bancos internacionais para a instalação de uma auditoria internacional nos projetos por eles financiados, com a participação das ONGs, Movimentos Sociais e populações envolvidas, em todos os níveis.

30. Avaliar até o final de 1994 os resultados obtidos a partir do presente acordo.

FONTE: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/ZONAS_ARIDAS_30.PDF

ANEXO H

TRATADO SOBRE ENERGIA

PREÂMBULO

1. Comunidades sustentáveis são fundamentais para a sobrevivência do planeta e de suas espécies, embora os impactos negativos na saúde, na sociedade e na economia causados por projetos energéticos de larga escala seja freqüentemente desprezados. O paradigma dominante de desenvolvimento, incluindo as políticas energéticas orientadas pela oferta, é não democrático e insustentável, acarretando uma dívida inaceitável, desequilíbrio no consumo de energia, aumento dos níveis de poluição e destruindo culturas, economias locais e a natureza.
2. As decisões energéticas têm efeitos profundos sobre o desenvolvimento de cada sociedade e economia nacional sobre a divisão internacional do trabalho, sobre a soberania das nações e até o mesmo sobre a geografia do mundo.
3. Empresas e interesses poderosos, nunca levados a assumirem compromissos, controlam a produção e distribuição de energia, bem como bens e serviços correlatos sendo culpados por graves problemas sociais e ambientais. Em particular, todas as formas de energia nuclear resultam em perigosas conseqüências ambientais, militares, sociais e de saúde, sendo, assim, insustentáveis e inaceitáveis.
4. Recursos financeiros e humanos devem ser amplamente aumentados e dedicados à conservação, à eficiência energética e às alternativas renováveis, de modo a prover sustentabilidade ecológica para a geração presente e para as vindouras. Tal canalização de recursos, juntamente com o aumento apropriado da educação, é essencial se quisermos reverter as atuais tendências de devastação ecológica, tais como o desmatamento, o efeito estufa, a destruição da camada de ozônio e a poluição radioativa. Isso deve incluir maior oferta de formas de transporte que sejam ecologicamente sustentáveis, bem como a redução, reutilização e reciclagem de resíduos.

DECISÕES

As decisões sobre produção, distribuição e uso de energia devem ser tomadas obedecendo aos seguintes princípios:

Princípio ético

A energia deve sempre ser produzida, distribuída e usada com o máximo de eficiência e o mínimo de impacto sobre o bem-estar das pessoas e do resto da natureza. Deve-se contabilizar integralmente os custos ambientais e sociais ao calcular-se o custo final das opções energéticas.

Princípio de equidade

Todos os povos, comunidades e nações têm direito a igual acesso aos bens e serviços proporcionados pela energia. Isso implica produção, distribuição e uso equitativos desses bens e serviços em todos os níveis – local, nacional e internacional – e modificações nos estilos de vida perdulários. Todas as comunidades têm direito de coletar e produzir sua própria energia usando fontes locais.

Princípio sobre a tomada de decisões

As decisões energéticas devem ser democráticas e participativas, com equilíbrio étnico, cultural, social, econômico, cor de pele e sexo. De modo particular, as pessoas diretamente afetadas devem desempenhar um papel central. Todos os impactos na biosfera resultantes de transformações qualitativas e quantitativas de materiais e energia devem ser contabilizados, incluindo o uso das fontes e a geração de resíduos. Informações completas acerca desses impactos devem ser claramente e honestamente apresentadas e publicamente discutidas.

AÇÕES

As ONGs reunidas no Fórum Global-92 comprometem-se com os seguintes planos de ação:

1. Trabalharemos para mudar o padrão de consumo perdulário de energia, em favor da parcimônia, eficiência e conservação, incluindo a redução imediata da emissão dos gases que provocam o efeito estufa e outros poluentes.
2. Trabalharemos em prol da produção descentralizada de energia renovável e nos oporemos a todo mega-projeto energético.
3. Insistimos em uma moratória do desenvolvimento e da construção de instalações nucleares, da mineração de urânio e, assim que possível, no fechamento das atuais instalações.
4. Trabalharemos pela desmilitarização, de modo a diminuir o enorme consumo de energia por parte da produção industrial para fins militares e das atividades militares, incluindo a guerra.
5. Trabalharemos solidariamente com aqueles que se dedicam a lutar contra tarifas injustas e iníquas para prover suas necessidades básicas de energia.
6. Nós nos comprometemos em prol da solidariedade internacional a todos os desalojados por mega projetos energéticos.
7. Insistimos que os cálculos de custos de todas as opções energéticas integrem de uma maneira completa os fatores ecológicos, ambientais e ecológicos.
8. Pressionaremos os governos para completa revisão pública de todas as decisões energéticas, incluindo consulta e aprovação das populações afetadas.
9. Faremos campanha para transformar o atual comportamento dos consumidores e os modelos de agricultura, comércio, indústria, moradia e transporte, a fim de atender às necessidades sociais e minimizar o consumo dos recursos, inclusive energia.
10. Trabalharemos pela obrigatoriedade de padrões mínimos de eficiência energética e pela rotulação dos produtos.
11. Trabalharemos para o estabelecimento de uma unidade permanente de coordenação das ONGs na área de energia, baseada nas redes existentes a fim de participar no processo da CNUMAD e encaminhar contribuições para os organismos das Nações Unidas.
12. Trabalharemos para estabelecer mecanismos de representação balanceada das ONGs com voz e voto, junto a todos os organismos internacionais de financiamento.
13. Trabalharemos, em escala internacional, a favor do desenvolvimento, divulgação e transferência de tecnologia de energias renováveis, eficientes, sustentáveis e descentralizadas, tais como solar, eólica, biomassa e hidroelétrica de pequeno porte e, no estabelecimento de mecanismos que assegurem a assimilação local de tecnologia.
14. Trabalharemos pela redução progressiva, em escala mundial, das emissões de dióxido de carbono e metano por veículos automotores, indústria e produção energética, tendo como objetivo a redução em 20% no ano 2000, 50% no ano 2025 e próximo a 100% no ano 2050.

FONTE: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/ZONAS_ARIDAS_30.PDF

ANEXO I

ACIDENTES NUCLEARES DESDE 1957

- Em 1957 escapa radioatividade de uma usina inglesa situada na cidade de Liverpool. Somente em 1983 o governo britânico admitiria que pelo menos 39 pessoas morreram de câncer, em decorrência da radioatividade liberada no acidente. Documentos secretos recentemente divulgados indicam que pelo menos quatro acidentes nucleares ocorreram no Reino Unido em fins da década de 50.
- Em setembro de 1957, um vazamento de radioatividade na usina russa de Tseliabinski contamina 270 mil pessoas.
- Em dezembro de 1957, o superaquecimento de um tanque para resíduos nucleares causa uma explosão que libera compostos radioativos numa área de 23 mil km². Mais de 30 pequenas comunidades, numa área de 1.200 km², foram riscadas do mapa na antiga União Soviética e 17.200 pessoas foram evacuadas. Um relatório de 1992 informava que 8.015 pessoas já haviam morrido até aquele ano em decorrência dos efeitos do acidente.
- Em janeiro de 1961, três operadores de um reator experimental nos Estados Unidos morrem devido à alta radiação.
- Em outubro de 1966, o mau funcionamento do sistema de refrigeração de uma usina de Detroit causa o derretimento parcial do núcleo do reator.
- Em janeiro de 1969, o mau funcionamento do refrigerante utilizado num reator experimental na Suíça, inunda de radioatividade a caverna subterrânea em que este se encontrava. A caverna foi lacrada.
- Em março de 1975, um incêndio atinge uma usina nuclear americana do Alabama, queimando os controles elétricos e fazendo baixar o volume de água de resfriamento do reator a níveis perigosos.
- Em março de 1979, a usina americana de Three Mile Island, na Pensilvânia, é palco do pior acidente nuclear registrado até então, quando a perda de refrigerante fez parte do núcleo do reator derreter.
- Em fevereiro de 1981, oito trabalhadores americanos são contaminados, quando cerca de 100 mil galões de refrigerante radioativo vazam de um prédio de armazenamento do produto.
- Durante a Guerra das Malvinas, em maio de 1982, o destróier britânico Sheffield afundou depois de ser atingido pela aviação argentina. De acordo com um relatório da Agência Internacional de Energia Atômica, o navio estava carregado com armas nucleares, o que põe em risco as águas do Oceano Atlântico próximas à costa argentina.
- Em janeiro de 1986, um cilindro de material nuclear queima após ter sido inadvertidamente aquecido numa usina de Oklahoma, Estados Unidos.
- Em abril de 1986 ocorre o maior acidente nuclear da história (até agora), quando explode um dos quatro reatores da usina nuclear soviética de Chernobyl, lançando na atmosfera uma nuvem radioativa de cem milhões de curies (nível de radiação 6 milhões de vezes maior do que o que escapara da usina de Three Mile Island), cobrindo todo o centro-sul da Europa. Metade das substâncias radioativas voláteis que existiam no núcleo do reator foram lançadas na atmosfera (principalmente iodo e césio). A Ucrânia, a Bielorrússia e o oeste da Rússia foram atingidas por uma precipitação radioativa de mais de 50 toneladas. As autoridades informaram na época que 31 pessoas morreram, 200 ficaram feridas e 135 mil habitantes próximos à usina tiveram de abandonar suas

casas. Esses números se mostrariam depois absurdamente distantes da realidade, como se verá mais adiante.

- Em setembro de 1987, a violação de uma cápsula de césio-137 por sucateiros da cidade de Goiânia, no Brasil, mata quatro pessoas e contamina 249. Três outras pessoas morreriam mais tarde de doenças degenerativas relacionadas à radiação.
- Em junho de 1996 acontece um vazamento de material radioativo de uma central nuclear de Córdoba, Argentina, que contamina o sistema de água potável da usina.
- Em dezembro de 1996, o jornal San Francisco Examiner informa que uma quantidade não especificada de plutônio havia vazado de ogivas nucleares a bordo de um submarino russo, acidentado no Oceano Atlântico em 1986. O submarino estava carregado com 32 ogivas quando afundou.
- Em março de 1997, uma explosão numa usina de processamento de combustível nuclear na cidade de Tokai, Japão, contamina 35 empregados com radioatividade.
- Em maio de 1997, uma explosão num depósito da Unidade de Processamento de Plutônio da Reserva Nuclear Hanford, nos Estados Unidos, libera radioatividade na atmosfera (a bomba jogada sobre a cidade de Nagasaki na Segunda Guerra mundial foi construída com o plutônio produzido em Hanford).
- Em junho de 1997, um funcionário é afetado gravemente por um vazamento radioativo no Centro de Pesquisas de Arzamas, na Rússia, que produz armas nucleares.
- Em julho de 1997, o reator nuclear de Angra 1, no Brasil, é desligado por defeito numa válvula. Segundo o físico Luiz Pinguelli Rosa, foi "um problema semelhante ao ocorrido na usina de Three Mile Island", nos Estados Unidos, em 1979.

FONTE: <http://www.library.com.br/Filosofia/nucleare.htm> acesso em 02/05/2007

ANEXO J

TRATADO DA QUESTÃO NUCLEAR

PREÂMBULO

1. Desde 1945, quando as bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki anunciam ao mundo a opção tecnológica pela fissão nuclear, a Humanidade foi obrigada a conviver com a possibilidade concreta de destruição deliberada da vida na Terra. O conhecimento caminhará mais rápido que a consciência humana. Belicistas de todos os países fabricaram milhares de mísseis, carregados com ogivas atômicas capazes de destruir várias vezes o Planeta.

Todas as tentativas de limitação destas armas foram tímidas e insuficientes.

2. As populações do Pacífico sofreram bombardeamento nuclear, na forma de testes de armas atômicas, que comprometeram seriamente suas vidas, assim como a vida de suas futuras gerações. Populações indígenas dos EUA assim como as populações das áreas de testes na ex-URSS convivem com problemas semelhantes.

3. Com o fim da “Guerra Fria”, o “equilíbrio” do terror atômico foi substituído pelo descontrole da posse desses armamentos, principalmente entre os países do Leste Europeu.

4. Países periféricos, até então impedidos de entrar para o “Clube Atômico”, desenvolvem hoje, mais do que em qualquer outro tempo, programas nucleares com fins bélicos. Os militares operam ainda um complexo industrial nuclear sem precedentes. Centenas de vasos de guerra, entre submarinos e porta-aviões, satélites militares e reatores com fins bélicos estão disseminados por toda a terra e em sua órbita, sem que os governos consigam por fim ao pesadelo do holocausto nuclear.

5. A corrida nuclear estende-se à área de geração de energia elétrica. Essa produção, ao invés de ser regulada pelas reais necessidades de consumo das comunidades humanas, é destinada à alimentação das indústrias eletrointensivas e ao desperdício programado das grandes cidades. Isso acontece no mesmo Planeta em que mais de 2/3 da humanidade consome energia elétrica a níveis inferiores ao mínimo aceitável para o nosso tempo.

6. A geração núcleo elétrica, subsidiada pelos empreendimento militares, gera por ano cerca de 10.000 metros cúbicos de rejeitos de alta atividade e 200.000 metros cúbicos de rejeitos de baixa e média atividade, além do lixo atômico produzido pela queima do combustível nos reatores (Agenda 21).

7. Muitos países industrializados do hemisfério Norte, com sua populaçãoconsciente dos riscos que correr (principalmente depois dos acidentes de Three Mile Island e Chernobyl), decidiram abandonar ou paralisar a geração núcleo elétrica. Entretanto, suas populações continuam consumindo cada vez mais energia, principalmente através dos produtos das indústrias eletro-intensivas transferidas para o Terceiro Mundo. O esgotamento do potencial hidroelétrico destes países, causador de grandes impactos ambientais e sociais, nada tem a ver com as reais necessidades de consumo de suas populações. Nesse caminho perverso estão os esforços de alguns países do Terceiro Mundo, aumentando a geração elétrica através de programa nucleares ainda mal dimensionados e em piores condições de segurança.

8. Essa transferência energética faz com que os países pobres, ainda que suas populações consumam pouca energia, sejam depositários de milhares de toneladas de rejeitos radioativos de todos os níveis.

9. O mesmo modelo industrial, que foi vendido de forma colonialista ao hemisfério Sul, está provocando mais miséria, maiores problemas de geração de energia elétrica e o mesmo desejo de suas Forças Armadas de possuírem armas atômicas.

10. As necessidades energéticas das populações pobres do Terceiro Mundo não podem ser atendidas por meio de fontes geradoras de alta concentração, como as grandes hidroelétricas ou das usinas nucleares. Os danos ambientais e sociais, os riscos de acidentes e os subprodutos radioativos oneram os países produtores de energia, ainda que ela não seja consumida, pela degradação ambiental e social dos países pobres, além de aprofundarem o paradigma consumista e de alto perfil energético, com todos os problemas que acarreta aos países ricos.

11. Esse quadro se vê agravado com os novos caminhos propostos para o desenvolvimento da geração núcleo-elétrica : o ciclo do Plutônio (Pu 239). Esse elemento extremamente tóxico e radioativo, produzido no núcleo dos reatores, pretende-se que seja a fonte energética do futuro das sociedades industriais, a continuar o crescente consumo elétrico. Além da utilização principal, como explosivo atômico, o plutônio é o único substituto do escasso urânio 235, elemento raro na Natureza, com tendência a esgotar-se ainda mais rápido que o petróleo. O plutônio pode ser produzido de forma a ser virtualmente abundante, desde que as sociedades industriais possam acostumar-se a conviver com Estados policiais, exigidos pelas dificuldades absurdas de gerenciamento dessa terrível fonte de energia.

AÇÃO

As ONGs preocupadas com a questão nuclear, reunidas no Rio de Janeiro durante a ECO-92, participantes do Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais, apresentaram as seguintes alternativas, frente ao descalabro nuclear com que são obrigadas a conviver todas as espécies vivas do nosso Planeta:

1. Imediata paralisação dos testes com armas atômicas e ressarcimento dos danos provocados às populações e ao meio ambiente, assim como a responsabilização dos Estados no monitoramento, descontaminação e assistência às vítimas.
2. Desmonte das armas existentes e paralisação de sua fabricação a nível mundial, assim como o desestímulo à nuclearização das Forças Armadas dos países do Terceiro Mundo.
3. Proibição à exportação de produtos e tecnologias sensíveis que tenham como objetivo a construção de artefatos nucleares ou qualquer outro uso militar.
4. Proibição da propulsão nuclear que hoje é utilizada por navios e satélites militares.
5. Abandono Imediato do ciclo do plutônio, ou qualquer manipulação desse elemento com fins energéticos ou militares.
6. Abandono dos atuais programas de geração núcleo-elétrica e ajuda internacional às nações que dependam desta fonte energética, através do redimensionamento dos programas de consumo energético.
7. Reconversão das indústrias e instalações nucleares, com conseqüente reciclagem dos seus postos de trabalho para atividades socialmente úteis e relevantes, com o aproveitamento das capacitações dos seus profissionais.
8. Controle das atividades nucleares pela sociedade civil, incluindo a contabilidade dos empreendimentos, normas de segurança e controle das radiações.
9. Fiscalização, ao alcance das comunidades, das fontes radioativas de uso médico ou industrial, assim como de quaisquer materiais radioativos presentes nessas comunidades.
10. Estabelecimento de normas mais exigentes contra a exposição da população as radiações ionizantes, considerando nociva qualquer radiação que ultrapasse o back ground (radiação de fundo).
11. Assistência especial às vítimas da radiação, incluindo na contabilidade dos empreendimentos nucleares as despesas relativas à segurança da comunidade e o aparelhamento do sistema médico.

FONTE: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/QUESTAO_NUCLEAR_24.PDF

ANEXO L

TRATADOS SOBRE A QUESTÃO URBANA

Por cidades, vilas e povoados, justos, democráticos e sustentáveis

PREÂMBULO

1. Desde o fim da 2ª. Guerra Mundial consolida-se um modelo de desenvolvimento que se baseia no crescimento econômico, na acumulação de capital, no lucro. Demonstrando uma voracidade sem limites, este modelo de desenvolvimento subordina a seu objetivo maior o bem-estar dos seres humanos, criando uma crescente e perversa concentração da riqueza e disseminação da pobreza. Para atingir este crescimento sem limites, empresas e governos tem consumido as reservas naturais do planeta, destruído o patrimônio ambiental e criado países e cidadãos de primeira, segunda e terceiras categorias.

2. Esse crescimento econômico, baseado fundamentalmente na expansão industrial e do consumo, deu origem à expulsão da população do meio rural, a um intenso processo de urbanização, ao surgimento das grandes metrópoles mundiais, e a todos os graves problemas decorrentes do empobrecimento e da degradação ambiental.

3. O urbano redimensiona-se como centro das atividades humanas e como ponto focal de processos políticos e econômicos. As cidades tornam-se centros de gestão e de acumulação de capital organizados em escala planetária, núcleos de comando de uma vasta rede que integra o urbano e o rural. Essa dimensão territorial expressa uma crescente integração entre as problemáticas rurais, urbana e do meio ambiente.

4. Hoje, milhões de pessoas concentram-se em centros urbanos e vivem em situações críticas de poluição das águas, do ar, do solo, privados de qualquer perspectiva de satisfazer suas mais elementares necessidades de alimentação, moradia, abastecimento de água, esgotamento sanitário, serviços de coleta e destinação final adequada do lixo urbano e transportes públicos.

5. Esta situação leva a uma deterioração das condições de saúde, comprometendo a própria reprodução da vida e sobrecarregando especialmente as mulheres no que diz respeito às suas responsabilidades cotidianas e junto à comunidade.

6. O empobrecimento e a degradação ambiental tornam-se mais agudos em razão da política neoliberal praticada pelos organismos financeiros multilaterais e pelos governos que se desobrigam de investir em infra-estrutura urbana e em políticas sociais, provocando uma agressão à cidadania sem precedentes na história moderna e obrigando as mulheres a assumirem uma carga crescente no papel que têm na produção do habitat e na organização popular.

7. A produção da cidade, de seus equipamentos e serviços, se faz privatizando o espaço público, submetendo-o aos interesses dos monopólios e do grande capital, sem a necessária atenção aos interesses dos cidadãos e à melhoria de sua qualidade de vida.

8. Ao submeter à lógica do mercado a prestação de serviços, tais como saúde, educação e moradia, estas políticas promovem a exclusão dos empobrecidos, que não têm como pagar estes bens e serviços, tanto no Norte como no Sul. O resultado é um crescente número de sem-casa, meninos de rua, favelas, cortiços e periferias desequipadas, destruindo identidades, valores culturais, estruturas familiares e levando muitas mulheres a assumirem o sustento de suas famílias.

9. Esta realidade não somente se expressa nos fenômenos descritos, mas se manifesta no mundo inteiro em um incremento da violência urbana, assassinato e repressão de incontáveis crianças, mulheres, sem-teto, assim como atinge também lideranças de

movimentos sociais que lutam por democracia e melhores condições de vida nas cidades.

10. Uma ação reguladora dos governos se faz necessária para garantir maior justiça nas relações sociais. Ao contrário do que propõe a visão neo-liberal, a atuação do Estado deve afirmar o desenvolvimento das políticas públicas e obedecer a lógica da inversão de prioridades, visando atender as camadas que mais se pauperizam em decorrência dos programas de ajustes estruturais.

11. O que está em causa é a necessidade de criação de um novo modelo de desenvolvimento sustentado que tenha como objetivo o bem-estar da humanidade em equilíbrio com a natureza, assentado centralmente nos valores da democracia e da justiça social hoje e para as gerações futuras, sem qualquer discriminação de gênero, econômica, social, política e de crença.

12. A ativa participação da sociedade civil, especialmente dos movimentos sociais, das entidades e associações populares, introduz novos atores como agentes decisivos na construção de um novo modelo de desenvolvimento e requer dos organismos internacionais e dos governos que estes os aceitem como interlocutores e se abram à participação democrática.

13. Para enfrentar esta situação impõem-se modificações substanciais nas atuais e futuras condições de vida das amplas maiorias da população. Modificações que só podem ocorrer mediante a realização de um amplo conjunto de reformas, que incluem, entre outras, a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma do estado e instituições internacionais como a Comunidade Européia e as outras vinculadas ao sistemas das Nações Unidas – FMI, Banco Mundial, Habitat -, que termine com a dependência dos povos em relação aos países centrais, que estabeleça mudanças nas políticas sociais e econômicas dos governos do Norte em relação aos povos e governos do Sul.

14. Uma Reforma Urbana se faz necessária baseada na expansão da participação dos cidadãos no processo de decisão das políticas a nível local, nacional e internacional, onde os valores políticos e culturais do dia-a-dia possam ser transformados.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Direito à cidadania: Entendido como a participação dos habitantes das cidades e povoados na condução de seus destinos. Inclui o direito à terra, aos meios de subsistência, à moradia, ao saneamento, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, à informação. Inclui também o direito à liberdade de organização; o respeito aos imigrantes e o

reconhecimento de sua plena cidadania; a preservação da herança histórica e cultural; o respeito aos imigrantes e o reconhecimento de sua plena cidadania; a preservação da herança histórica e cultural e o usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado, sem distinções de gênero, nação, raça, linguagem e crenças.

Gestão democrática da cidadania: Entendida como a forma de planejar, produzir, operar e governar as cidades e povoados submetida ao controle e participação da sociedade civil, destacando-se como prioritário o fortalecimento e autonomia dos poderes públicos locais e a participação popular.

Função social da cidade e da propriedade: Entendida como a prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade, como o uso socialmente justo do espaço urbano para que os cidadãos se apropriem do território, democratizando seus espaços de poder, de produção e de cultura dentro de parâmetros de justiça social e da criação de condições ambientalmente sustentáveis.

PROPOSTAS

1. Democratização das cidades e povoados garantindo direitos nacional e internacionalmente reconhecidos e a criação de novos direitos, bem como a inversão das

prioridades na alocação dos recursos públicos locais, nacionais e internacionais em função dos setores sociais mais empobrecidos.

2. Condicionamento dos processos de produção, apropriação e consumo do espaço urbano, em sua dimensão pública e privada, às potencialidades do meio físico, à infraestrutura, ao equilíbrio ecológico, à preservação do patrimônio histórico e cultural, e às práticas culturais.

3. Articulação dos poderes públicos, dos agentes privados e setores sociais, criando mecanismos participativos para a formulação de políticas públicas, aproveitando tecnologias e processos alternativos que possibilitem o máximo aproveitamento dos recursos naturais e materiais, dentro da perspectiva social e de sustentabilidade.

4. Criação de mecanismos de controle pela sociedade civil e pelos governos locais dos recursos captados e do endividamento contraído internacionalmente para investimentos em projetos urbanos.

5. Estabelecimento de um novo equilíbrio entre a cidade e o campo para que, juntos, garantam um futuro comum, com circuitos de abastecimento pouco extensos, que eliminem os intermediários e estabeleçam uma relação direta entre produtores do campo e consumidores da cidade, descentralizando os centros de abastecimento e gerando formas de organização dos setores

populares na aquisição dos produtos; gerar processos que permitam devolver ao campo água, ar e solo limpos, graças a gestão e operação tecnológica dos ciclos de consumo e dos processos de reciclagem.

6. Universalização da cobertura dos serviços de saneamento básico e de infraestrutura, equalizando o acesso a todos os usuários urbanos e rurais.

7. Ampliação e garantia de participação da população, fortalecendo a participação das mulheres, através de canais institucionais, tanto no Executivo quanto no Legislativo, que permitam seu envolvimento nos processos de planejamento, fiscalização e tomada de decisões.

8. Promoção do direito à informação, bem como do acesso dos setores populares aos meios de comunicação de massa.

9. Promoção e estímulo à constituição, a nível local, nacional e internacional, de fundos e mecanismos autônomos de gestão para a produção de moradias, materiais de construção e equipamento urbanos; e garantir o controle social sobre a destinação destes recursos.

10. Estímulo à aplicação de recursos do orçamento público a criação de empregos produtivos, potencializando o surgimento de oficinas, microempresas, cooperativas e outras formas de emprego e geração de renda.

11. Prioridade ao transporte de massa nas suas diversas modalidades, bem como a substituição da atual matriz energética por outras não poluentes.

12. Apoio às campanhas que venham a reconhecer direitos civis iguais ao acesso à terra e à moradia para as mulheres e reforço da necessidade de que elas venham a assumir também responsabilidades nos processos de direção dos movimentos sociais, tal como proposto na Agenda 21.

13. Criação de condições em termos sociais, econômicos, ambientais e legais, para evitar despejos, remanejamento forçado de populações, ou qualquer forma de transferência sem a prévia discussão e concordância das populações envolvidas.

COMPROMISSOS

1. Os signatários deste Tratado concordam em criar e participar de um Fórum Global “Por cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis” que contribua para o avanço dos movimentos sociais e para a construção de uma vida digna nas cidades através da ampliação dos direitos ambientais, econômicos, sociais e políticos de seus habitantes,

mudanças na gestão da vida urbana e em sua qualidade de vida, na construção de um meio ambiente a ser desfrutado pela nossa e pelas futuras gerações.

2. Este Fórum se propõe a priorizar as ações que favoreçam os setores populares mais sacrificados pelos processos de exclusão social determinados pelo atual modelo de desenvolvimento.

3. Os compromissos deste tratado incluem: documentar e denunciar expulsões massivas de moradores de seus locais de moradia e demais violações relativas a deterioração ambiental e aos direitos de moradia; promover o intercâmbio local, nacional e internacional de informações, de experiências, de especialistas e de assistência técnica entre os signatários deste Tratado; realizar atos de solidariedade e apoio a indivíduos e/ou grupos que vivenciem repressão ou retaliação por seu trabalho e suas lutas pelos direitos à cidade, à moradia e a um ambiente ecologicamente equilibrado; sistematizar, analisar e difundir o conhecimento acumulado, e promover novos estudos, que impulsionem as ações voltadas a conquistas sociais nos campos da vida na cidade e nos povoados, da moradia e do meio ambiente, articulando organizações populares e centros de apoio e investigação social com o fim de potencializar este trabalho e as lutas sociais; apoiar e assessorar ações de articulação, pressão e negociação a nível local, nacional e internacional, em defesa dos princípios e propostas deste Tratado; intervir em todas as oportunidades que permitam o fortalecimento das relações entre movimentos sociais, redes de ONGs, fóruns e municípios democráticos a nível local, nacional e internacional; estimular iniciativas de articulação e ações conjuntas entre os signatários deste Tratado que permitam atender a realidades, dinâmicas e mecanismos específicos, requeridos por seus objetivos e pela realidade social onde atuam.

4. Para assegurar a efetiva constituição do FÓRUM GLOBAL 'POR CIDADES JUSTAS, DEMOCRÁTICAS E SUSTENTÁVEIS', os signatários constituem uma comissão composta por um representante da Coalizão Internacional do Habitar – HIC, por um representante da Frente Continental de Organizações Comunais – FCOC e por um representante do Fórum Brasileiro de Reforma Urbana.

FONTE: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/QUESTAO_URBANA_37.PDF

ANEXO M

TRATADO SOBRE OCEANOS

PREÂMBULO

1. A poluição continua globalmente, a partir de fontes pontuais e não pontuais, causando permanente degradação dos ecossistemas das costas e dos mares. Mais de 80% da poluição dos mares têm origem em fontes terrestres, primordialmente industriais, agrícolas e urbanas.
2. A contínua descarga de dejetos industriais (inclusive bifenis, policlorados, metais pesados e outros tóxicos), bem como o lançamento indireto de nitratos, fosfatos e produtos pesticidas, sempre resulta em uma acumulação tóxica na cadeia alimentar dos mares. A urbanização exagerada do litoral continua intensa em muitas partes do mundo, provocando uma eutroficação e redução dos recursos marinhos. A contaminação por radioatividade, oriunda de uma variedade de fontes e o crescente problema do plutônio, acumulado em sedimentos de alguns estuários também são motivo de séria preocupação. A poluição operacional, deliberada ou acidental, provocada por navios e instalações na plataforma continental continua causando sempre conseqüências desastrosas.
3. Os oceanos do planeta recebem poluentes da atmosfera e através dela, embora hoje ainda seja insuficiente o conhecimento da quantidade, de como ocorre esse processo de transporte, e de como se dá a interação física entre os oceanos e atmosfera.
4. A comunidade de ONGs reconhece que as fontes da poluição marinha acima referidas constituem grave risco para a saúde, não só da humanidade, mas de todos os organismos aquáticos e dos ambientes em que vivem. Imediatas providências devem ser tomadas para reduzir essas fontes de poluição se quisermos salvar nossos oceanos, suas formas de vida e a nós mesmos.

PRINCÍPIOS

1. De acordo com a convenção das Nações Unidas sobre a lei dos Oceanos e os instrumentos regionais e globais, todos os estados tem obrigação de prevenir, combater e controlar a poluição marinha.
2. O princípio de que o poluidor deve pagar tem recebido rapidamente uma aceitação global, mas exige que se avance na sua formulação, na legislação e regulamentação nacional e internacional.
3. O princípio da prevenção exige ações de controle preventivo, principalmente no que diz respeito a substâncias tóxicas, bioacumulativas e persistentes, o que deveria ser firmemente formulado nas legislações e regulamentações nacionais.
4. Além dos estados, as ONGs deveriam ser autorizadas a falar em tribunas internacionais no que diz respeito a questões ambientais, de modo a prestar representação e assistência às vítimas da poluição e pleitear em favor delas justa compensação.

PLANOS DE AÇÃO

Quanto à poluição originária de fontes terrestres

1. As ONGs devem insistir para que as indústrias revejam suas práticas de liberação de dejetos no sentido de minimizar e, finalmente, eliminar as descargas de dejetos nocivos. As ONGs também devem pressionar as autoridades nacionais e internacionais para regular essa atividade, legislando ou reforçando rigorosamente as leis e regulamentos sobre meio ambiente, baseados nos princípios de prevenção e de multa contra os poluidores.

2. As ONGs devem estudar a forma de incrementar o emprego de substâncias biológicas e orgânicas ecologicamente aceitáveis, de modo a diminuir e, finalmente, abolir as substâncias químicas não biodegradáveis atualmente em uso.
3. As ONGs reconhecem que, quando adequadamente tratados e manipulados, os dejetos podem ser reciclados, readquirindo utilidade para fins agrícolas e industriais.
4. As ONGs devem agir de modo a estimular e assistir os membros das Nações Unidas no esforço e ratificação de uma convenção, para censurar o lançamento de poluição em águas marinhas, que caracterize procedimentos imputáveis, permitindo que as nações negativamente afetadas pela poluição lançada sejam compensadas pelas perdas e pela limpeza.
5. As ONGs devem encorajar e prestar assistência ao PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), para que seja feito um estudo em nível regional e mundial sobre a acumulação de tóxicos nas espécies marinhas e em seus habitats dentro de EEZs e em águas internacionais, de modo a estabelecer uma lista global das substâncias tóxicas persistentes que não devem ser descarregadas no meio ambiente marinho. Com este objetivo, desenvolver um tratado entre os estados membros, visando por fim às descargas de produtos químicos tóxicos e persistentes que se acumulam nas espécies marinhas e em seus habitats.
6. As ONGs devem encorajar e prestar assistência ao PNUMA, através de seu Programa Regional para os Mares, renovando os esforços para desenvolver e implementar os acordos regionais que limitem fontes terrestres de poluição marinha, especialmente das fontes não pontuais.
7. As ONGs devem pressionar o Fundo Global do Meio Ambiente, para que apoie adequadamente organizações governamentais em nível regional e nacional, que monitorem a poluição marinha nos países escolhidos pelo Fundo.
8. As ONGs devem estimular e prestar assistência aos governos para regulamentar e monitorar os ecossistemas dos mares, bem como dos rios que levam substâncias tóxicas persistentes para as águas marinhas, de modo que se alcance um nível zero dessas descargas.
9. As ONGs devem encorajar e prestar assistência aos governos para que desenvolvam e implementem planos que reduzam as fontes não pontuais de poluição do meio ambiente marinho.
10. As ONGs devem fazer pressão sobre aqueles Estados cujas indústrias exportam resíduos para serem lançados em águas de outras nações, a fim de que cessem tais atividades.
11. As ONGs devem desenvolver e disseminar idéias inovadoras concernentes à utilização ou reciclagem dos resíduos.

Quanto à poluição originária dos navios

1. As ONGs devem pressionar os governos para que ratifiquem as convenções internacionais e implementem legislações concernentes à poluição produzida por navios. Em particular, as ONGs devem exigir que os Estados costeiros cumpram seus compromissos facilitando as condições de recepção, de acordo com a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Proveniente de Embarcações _ MARPOL 73, além de exigir que os países mais desenvolvidos ajudem os países em desenvolvimento nesse processo.
2. As ONGs devem encorajar e prestar assistência aos estados para rigoroso monitoramento e para reforçar as determinações da MARPOL sobre os navios registrados sob sua jurisdição, de propriedade de seus cidadãos ou que usem suas instalações portuárias e suas águas territoriais. Em particular, as ONGs devem considerar: que a instituição de um registro dos poluidores para as embarcações notórias

por lançar resíduos ou outras substâncias, em violação da MARPOL 73 e 78; que o início de uma campanha de educação e informação para marinheiros e oficiais de ponte, visando promover a bordo um tratamento responsável dos dejetos.

3. As ONGs devem encorajar e prestar assistência à Organização Marítima Internacional - IMO, de modo a regulamentar ações que minimizem a poluição marinhas em águas internacionais.

4. As ONGs devem opor-se à perfuração de petróleo e gás em áreas marinhas onde tais atividades constituam sério risco para o ecossistema local. Aonde esteja sendo desenvolvidos campos na plataforma continental, as ONGs devem pressionar os respectivos governo para que tomem medidas preventivas apropriadas que impeçam a descarga de qualquer substância nociva no meio ambiente marinho, assegurando-se que a perfuração e a produção estejam de acordo com os mais rigorosos padrões ecológicos.

5. As ONGs devem exigir dos operadores de navios movidos à energia nuclear que divulguem a quantidade e a composição das descargas radioativas. Acidentes com tais navios ou com reatores nucleares devem ser relatados segundo a mesma regulamentação para os reatores de terra.

Quanto à poluição através da atmosfera

1. As ONGs devem pressionar as instituições científicas nacionais e internacionais para desenvolverem modelos científicos que melhorem o nosso nível de conhecimento sobre o processo de transporte dos poluentes aerotransportados, bem como a respeito da interação entre os oceanos e a atmosfera.

2. As ONGs devem encorajar e apoiar o Banco Mundial, o PNUMA, a organização mundial de meteorologia e a Comissão Oceanográfica Internacional na ajuda aos países membros, quanto a estudos sobre o impacto dos poluentes convencionais do ar e das alterações atmosféricas globais sobre as espécies marinhas e os ecossistemas, bem como na divulgação das análises existentes, para aquelas nações que se constituam em prováveis vítimas desses poluentes e de seus efeitos.

COMPROMISSOS E RECURSOS

1. As ONGs devem dar início a encontros de trabalho regionais, com a ajuda das irmãs internacionais, de modo a promover a troca e o compartilhamento de informações científicas, bem como procedimentos de como tratar de problemas ambientais.

2. Devemos formar uma rede eletrônica para compartilharmos informações. Isso deve ser realizado pela ONGs que possuem conhecimento técnico em computação, treinando e ajudando as ONGs de países menos desenvolvidos.

3. Devemos fazer uma lista completa das ONGs com nome de pessoas de contato, áreas de interesse e especialidade, organizada por regiões, para estimular os encontros e a construção de redes regionais.

4. As ONGs devem fazer circular entre si um boletim para informarem umas às outras a respeito das atividades realizadas com a finalidade de implementar este tratado.

FONTE: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/OCEANOS_20.PDF

ANEXO N

TRATADO PARA A MINIMIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES FÍSICAS DOS ECOSISTEMAS MARINHOS

PREÂMBULO

1. Embora os mais eruditos cientistas e conservacionistas concordem que a alteração física dos ecossistemas constitua a mais séria ameaça à diversidade biológica em terra, poucas pessoas tem consciência de que se trata de uma ameaça ainda maior nos mares. As espécies estão adaptadas a determinadas condições físicas, mas não a outras. Por essa razão, as condições físicas são muito importantes na determinação da comunidade de espécies que vive em cada ecossistema. Ao mudar a estrutura do substrato e as características das águas em torno, os homens simplificam, fragmentam e até mesmo eliminam os habitats das espécies, mudando deste modo os processos do ecossistema.

2. Alguns tipos de alteração física são intencionais, tais como a derrubada dos manguezais, mineração, dragagem, aterros, a drenagem de pântanos e a pesca com dinamite nos recifes de coral. Poucos pessoas têm consciência de que a pesca de arrastão no fundo do mar pode causar um dano extenso e duradouro aos ecossistemas marinhos. Na forma de poluição, as maiores ameaças aos ecossistemas marinhos vêm da terra. Seja por causa da sedimentação, da

derrubada da vegetação, da agricultura, da aquicultura, seja por causa da construção de estradas, da urbanização dos litorais, da construção de portos e marinas ou da elevação de diques, que alteram o fluxo da água doce e nutrientes para os sistemas marinhos e impedem as espécies diádromas de alcançar suas áreas de desova. Além disto, a ancoragem de barcos e o

pisoteamento são problemas sérios em ecossistemas intensamente visitados, especialmente recifes de coral.

3. A destruição de manguezais, incluindo charcos lodosos e brejos salgados, é quase que total ao longo de algumas costas. Em águas mais profundas, a destruição de ecossistemas tem uma perspectiva menos imediata, embora a simplificação e a fragmentação possam ser amplas e graves. Poucos governos, para não dizer nenhum, regulamentam a alteração física de modo amplo. Ao contrário, diferentes agência são freqüentemente responsáveis por culturas, pela devastação, pela dragagem e pela construção de diques. Essa fragmentação da autoridade contribui para acelerar a simplificação, destruição e fragmentação dos ecossistemas marinhos.

PRINCÍPIOS

1. A diversidade das alterações físicas dos ecossistemas marinhos cria um problema especial para os governos que buscam protegê-los e sustentar-lhes o uso. É preciso que se estabeleçam regulamentos para os diferentes tipos de atividades fisicamente danosas, mas também é necessário um monitoramento e uma administração abrangentes. É importante manter o volume e o ritmo das águas costeiras. Pouca, se não mesmo nenhuma alteração física deveria ser permitida para ecossistemas, incluindo os leitos de algas e de rupias, os manguezais, os recifes de coral e os leitos de mariscos e crustáceos. Tais ecossistemas são especialmente vulneráveis a qualquer coisa que aumente a turbidez, necessitando de proteção da sedimentação de detritos decorrente dos desgastes da terra. Mas mesmo os leitos marinhos arenosos ou lamacentos, que de cima parecem parecer inertes, contém na subsuperfície muitas estruturas biologicamente diversas. Obviamente esses são os ecossistemas mais provavelmente sujeitos a dragagem, aterros e aos danosos e repetidos arrastões. Considerando-se a especialmente baixa capacidade

de recuperação dos ecossistemas marinhos mais profundos, os tratados internacionais e os governos deveriam ser especialmente cuidados quanto ao sancionamento da mineração em águas profundas.

PLANO DE AÇÃO

1. As ONGs devem pressionar as nações a adotarem procedimento de taxação do impacto ecológico para qualquer projeto que afete as condições físicas em seus ecossistemas marinhos, bem como deve monitorar a segurança destes procedimentos.
2. As ONGs devem trabalhar para minimizar a destruição dos manguezais, drenagem, dragagem, aterro e construção de quebramar naqueles ecossistemas ainda não perturbados dos estuários.
3. As ONGs devem garantir que as atividades de desenvolvimento que desviem água doce dos rios venham a manter a quantidade, a qualidade e o ritmo do fluxo em direção aos ecossistemas dos estuários e dos mares, de modo a minimizar os efeitos negativos sobre suas espécies e seus processos ecológicos.
4. As ONGs devem pressionar o PNUMA para trabalhar com o Banco Mundial e outras organizações internacionais objetivando estabelecerem métodos de taxação sobre os efeitos cumulativos das alterações físicas em cada projeto de desenvolvimento proposto para bacias, costas ou mares.
5. As ONGs devem encorajar a FAO e União Internacional pela Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – IUCN – a reunirem informações disponíveis sobre os efeitos físicos e biológicos, em nível local e regional, do arrastão nos leitos dos mares, bem como devem convocar encontros internacionais de trabalho sobre os impactos do arrastão de fundo, a fim de descobrir modos para limitar seu impacto.
6. As ONGs devem convocar um fórum internacional para fornecer às Nações Unidas a documentação global que venha a banir as técnicas de pesca inerentemente destrutivas e insustentáveis, que destroem fisicamente os leitos dos mares, tal como a pesca com dinamite e muro ami.
7. As ONGs devem encorajar os governos para definirem e administrarem áreas marinhas protegidas, dentro das quais as alterações físicas serão mantidas em um nível absolutamente mínimo.
8. As ONGs devem exigir que se ponha fim à coleta de espécies dos recifes de coral para aquários, curiosidade e materiais de construção, a menos que esta coleta se demonstre realizada de modo ecologicamente sustentável, enquanto ao mesmo tempo as populações das espécies colhidas sejam monitoradas para garantir a autorização.
9. As ONGs devem pressionar os governos a promulgarem uma legislação especial relativa à construção de usinas nucleares nas regiões costeiras, eliminando o problema da poluição térmica.

COMPROMISSOS DE RECURSOS

1. Devemos dar início a encontros de trabalhos regionais com a ajuda das ONGs internacionais, de modo a trocar e compartilhar informações e procedimentos científicos no trato dos problemas ambientais.
2. Devemos formular uma rede eletrônica a fim de compartilhar informações. Esta deve ser organizada pelas ONGs que possuam conhecimento técnico em computação, para treinar e ajudar as ONGs em países menos desenvolvidos.
3. Devemos fazer uma lista completa das ONGs com nome de pessoas para contacto, áreas de interesse e especialidade, organizada por regiões, para estimular os encontros e a construção de redes regionais.
4. As ONGs devem fazer circular entre si um boletim para informarem umas às outras a respeito das atividades realizadas, com a finalidade de implementar esse tratado.

FONTE:

http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/ECOSSISTEMAS_MARINHOS_21.PDF

ANEXO O

TRATADO SOBRE MILITARISMO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.

PREÂMBULO

Reconhecendo a relação entre militarismo, dívida, degradação do meio ambiente e mau desenvolvimento sócio-econômico, e considerando o fato de que o processo da CNUMAD exclui até agora esta relação, exigimos que o impacto do militarismo sobre a terra, os povos e a economia global faça parte da agenda pós-Rio.

PRINCÍPIOS

1. Atividades militares destroem a vida, têm um impacto de grandes dimensões sobre o meio ambiente e exploram extensivamente os recursos econômicos e naturais. Uma desmilitarização é imprescindível; assim como o fim da guerra, dos resíduos nucleares, dos conflitos regionais e das ditaduras militares.

2. Enquanto 20% da população do mundo consumir 80% da energia e dos recursos mundiais, a força militar continuará a ser usada para manter esta situação injusta. A pobreza e a fome geram pressões e tensões, que só podem ser contidas pela opressão militar. A militarização dá origem à exploração econômica e a todas as formas de dominação – inclusive o sistema patriarcal – destrói a terra e as várias formas de vida nela existentes. O militarismo, durante os períodos de guerra e paz, causa um impacto extremamente negativo no meio ambiente, já que usa os recursos humanos e naturais que são necessários para o desenvolvimento econômico e social.

3. Existe uma necessidade urgente de desmilitarização, de que as guerras terminem e de que o mundo tenha uma paz duradoura. A estabilidade de uma igualdade social e econômica é essencial para o bem-estar das gerações atuais e futuras.

4. A segurança não deve continuar a ser definida em termos exclusivamente militares, e sim em termos de compreensão mais amplos que incluam a segurança pessoal que evite a violência e o abuso sexual; a segurança local, que significa a satisfação de todas as necessidades básicas; e a segurança global e comum a todos, na qual o direito dos povos e das outras espécies de vida em um meio ambiente saudável é respeitado.

5. Esta forma de segurança não pode ser alcançada a não ser que a justiça prevaleça e que os sistemas econômicos, políticos, legais e sociais sejam transformados radicalmente. Devem ser imediatamente suspensos os imensos gastos militares que, através das dívidas externas, humilham as nações.

Também deve terminar o esbanjamento de recursos preciosos, que deverão ser destinados a satisfazer as necessidades da sociedade.

6. Uma nova ordem mundial exige que nenhum país policie o mundo, que nenhum país intervenha militarmente e estenda o seu espaço vital para bases estrangeiras e para o espaço extraterrestre. As bases e as forças militares devem ser retiradas dos territórios de outros países, já que violam o direito de auto-determinação dos povos.

7. São inaceitáveis a ameaça ou o uso da força, bem como todas as formas de violência, incluindo a violação, tortura, as execuções sumárias, os desaparecimentos, e a perda de vidas provocadas pelas ações de guerra e espionagem. Os conflitos devem ser resolvidos por meios não-violentos, as ações militares devem ser substituídas por negociações, mediações e sanções que sejam decididas de uma forma multilateral.

8. Tanto a destruição do meio ambiente, quanto o esgotamento de recursos, resultam de conflitos armados e conduzem a eles. Além disso, o uso do espaço extra-terrestre para propósitos militares põe em risco a biosfera.

AÇÕES

1. Pediremos que os nossos governos negociem e ratifiquem um abrangente tratado de proibição de testes militares. O princípio número 26 da Declaração de Estocolmo de 1972, reivindicando a eliminação das armas de destruição em massa, deve ser reafirmado e ampliado para abranger todas as armas.
2. Trabalharemos contra o desequilíbrio das relações de poder face às diferenças de classe social, cultural e étnica. Buscaremos promover uma participação equilibrada em todas as instâncias de tomada de decisão e em todos os níveis. Trabalharemos para terminar com a exploração das mulheres, crianças e de outros grupos marginalizados pelos sistemas militares dominantes.
3. Apoiaremos todos aqueles que enfrentam a repressão militar e política para se oporem à guerra, por protegerem os direitos humanos ou por se oporem a projetos com consequências negativas para o meio ambiente ou para o desenvolvimento sustentável.
4. Consideraremos os governos e o complexo militar-industrial-acadêmico, responsáveis por qualquer dano direto ou indireto que causem ao meio ambiente. Nós insistiremos no registro e na inspeção recíproca de todo o armamento de destruição em massa que deve ser desativado sem substituição.
Organizaremos boicotes às empresas que fabricam, para fins militares, produtos que danifiquem o meio ambiente.
5. Faremos campanha em prol da redução simultânea dos gastos militares em todos os países o mais rápido possível e pela transferência desses recursos para o atendimento das necessidades humanas e do meio ambiente. Além de monitorar e controlar, nós trabalharemos para abolir o comércio internacional de armamentos, que é tão moralmente inaceitável quanto o tráfico de escravos e de drogas.
6. Instruiremos aos cidadãos e a nós mesmos sobre resoluções de conflitos, promovendo soluções pacíficas para todas as disputas.
7. Fortaleceremos os vínculos entre todas as ONGs do mundo, tendo como objetivo facilitar a troca de informações, partilhar a solidariedade na compreensão dos impactos ambientais causados pelo militarismo, bem como, a compreensão das relações entre o desenvolvimento, o meio ambiente, a dívida e a dominação pelo militarismo.
8. Afirmaremos a nossa vontade de que os nossos territórios e localidades sejam liberados de armas nucleares, químicas e biológicas, bem como de sistemas de armamento e de potência nuclear. Trabalharemos para eliminar o desenvolvimento armamentista, a produção, o transporte e o armazenamento destes tipos de armamentos.
9. Estaremos unidos aos povos indígenas em oposição ao uso de suas terras, territórios e do seu espaço aéreo, com propósitos militares, incluindo a exploração de urânio, os ensaios armamentistas, e a descarga, o armazenamento e a incineração de lixo e resíduos perigosos e radioativos.
10. Faremos campanha contra o condicionamento da sociedade, particularmente o das crianças, pela mídias e pelos brinquedos e jogos de guerra. Nós promoveremos a educação para a paz.
11. Trabalharemos pela proibição imediata do uso do urânio ou de materiais similares, na fabricação de equipamento civil e militar, pelo alto teor de toxicidade química e de radioatividade do esgotamento do urânio.
12. Condenaremos o uso de qualquer pretexto, inclusive o narcotráfico, como justificativa para invadir, militarizar ou devastar regimes.
13. Faremos oposição ao uso da terra, dos oceanos, do ar e do espaço extraterrestre em experiência nucleares, ao uso dos mesmos como depósitos de resíduos nucleares e a outras práticas de ações militares, que causem dano ao meio ambiente.
14. Insistiremos em que todas as atividades militares, sejam submetidas a todos os processos regulamentais, judiciais e legislativos, aos quais se submete a sociedade civil.

15. Apoiaremos a incrementação de um Centro de Reação para Crises Ambientais permanente, nos moldes do proposto pela Green Cross, para coordenar as reações internacionais aos desastres ecológicos, inclusive as guerras.

FONTE: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/MILITARISMO_32.PDF

ANEXO P

TRATADO DE PROTEÇÃO DOS MARES CONTRA AS MUDANÇAS ATMOSFÉRICAS GLOBAIS

PREÂMBULO

1. A camada estratosférica de ozônio é a principal defesa contra os danos causados pela radiação solar ultra violeta, a qual afeta tanto os haloplanctons, que constituem a base de praticamente toda a produtividade marinha, quanto as muitas outras espécies dos mares.
2. Os clorofluorcarbonos manufaturados destroem o ozônio estratosférico. Embora as Emendas de Londres, feitas ao Protocolo de Montreal, pretendam acelerar a eliminação das substâncias que destroem o ozônio, ainda por décadas continuarão as emissões e o dano à camada de ozônio.
3. A queima de combustível fóssil e o desmatamento das florestas aumenta as concentrações de dióxido de carbono na atmosfera, o que mantém o calor em suas camadas mais baixas. Isto causará um aquecimento global e outras alterações, tais como a alteração dos índices pluviométricos, mudanças nas correntes oceânicas e distúrbio das correntes ascendentes (tanto na distribuição quanto na periodicidade). Todos esses fatores influenciarão a produtividade marinha e o equilíbrio dos ecossistemas costeiros.
4. Outra consequência importante das mudanças climáticas é a elevação do nível do mar, o que afetará dramaticamente as áreas costeiras, de modo especial aqueles países em desenvolvimento que têm grandes populações vivendo nas áreas litorâneas e que carecem tanto de tecnologia quanto de recursos financeiros para enfrentar a elevação do mar.

PRINCÍPIOS

1. É preferível impedir o aumento dos produtos químicos destruidores do ozônio e os gases que provocam o efeito estufa do que ter de lidar com as suas consequências.
2. A elevação do nível do mar, causado por gases que provocam o efeito estufa, é primordialmente responsabilidade dos países desenvolvidos que devem assumir os custos sociais, econômicos e ambientais relativos a este fenômeno uma vez que eles produzem a maior parte destes gases.

PLANO DE AÇÃO

1. As ONGs devem pressionar para que seja criado um fundo internacional, baseado nas contribuições de cada país (que serão proporcionais à quantidade de gases por eles produzidos e que provocam o efeito estufa) e que será administrado pelas Nações Unidas. Esse fundo será empregado para financiar projetos e ajudar as regiões pobres e menos desenvolvidas, afetadas pela elevação do nível dos oceanos.
2. As ONGs devem pressionar as nações para fortalecer o Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio, negociando uma urgentíssima eliminação dos clorofluorcarbonos e de outras substâncias que também sejam destrutivas.
3. As ONGs devem pressionar todos os países industrializados a definirem especificamente datas e níveis para estabilizar e reduzir tanto as emissões quanto o acréscimo na atmosfera do uso terrestre do dióxido de carbono e de todos os outros gases provocadores do efeito estufa, com o objetivo de mantê-los no nível de 1990 e de reduzi-los em 20% até o ano de 2005.
4. As ONGs devem promover a conservação de energia e reflorestamento e banir o uso de substâncias que destroem o ozônio estratosférico, como meio de desacelerarem as alterações atmosféricas que causam danos a espécies e ecossistemas marinhos.

5. As ONGs devem ajudar os governos a instalarem esforços de monitoramento marinho para detectar o aquecimento e outros problemas relativos a mudanças atmosféricas globais.

COMPROMISSOS DE RECURSOS

1. Devemos dar início a encontros de trabalho regionais com a ajuda das coirmãs internacionais, de modo a promover a troca e o compartilhamento de informações científicas, bem como procedimento de como tratar de problemas ambientais.
2. Devemos formar uma rede eletrônica para compartilharmos informações. Isso deve ser realizado pela ONGs que possuam conhecimento técnico em computação, para treinar e ajudar ONGs de países menos desenvolvidos.
3. Devemos fazer uma lista completa das ONGs com o nome de pessoas de contato, áreas de interesse e especialidade, organizada por regimes, para estimular os encontros e a construção de redes regionais.
4. As ONGs devem fazer circular entre si um boletim para informarem umas às outras a respeito das atividades realizadas com a finalidade de implementar esse trabalho.

FONTE: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/MARES_ATMOSFERA_22.PDF